

Diana Marisa Dias Freire Malito

***Ou Isto ou Aquilo: dos “falsos problemas” à criação de um campo problemático.***

**Encomendas de Orientação Vocacional em Análise**

Mestrado em Psicologia

Orientadora: Katia Faria de Aguiar

Niterói, 2011

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá**

M251 Malito, Diana Marisa Dias Freire.

Ou isto ou aquilo: dos “falsos problemas” à criação de um campo problemático: encomendas de orientação vocacional em análise / Diana Marisa Dias Freire Malito. – 2011.

195 f.

Orientador: Kátia Faria de Aguiar.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2011.

Bibliografia: f. 182-185.

1. Orientação vocacional. 2. Orientação profissional.  
3. Aptidão. I. Aguiar, Kátia Faria de. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 371.425

Diana Marisa Dias Freire Malito

***Ou Isto ou Aquilo: dos “falsos problemas” à criação de um campo problemático.***

**Encomendas de Orientação Vocacional em Análise**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Katia Faria de Aguiar

Niterói, 2011

## BANCA EXAMINADORA

---

Professora Doutora Katia Faria de Aguiar - Orientadora  
Universidade Federal Fluminense

---

Professora Doutora Lilia Lobo Ferreira  
Universidade Federal Fluminense

---

Professora Doutora Marisa Lopes da Rocha  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

---

Professor Doutor Pedro Paulo Gastalho de Bicalho  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

*A serpente mora aqui. Você sabe, você adivinha, você conhece. Ela mora na meiguice que me amacia em farsas mil: sou boa, sou santa e sou gentil. Dou uma esmola aqui, outra ali, e depois fico sonhando com minha liberdade egoísta, minha liberdade só minha, meus anseios de princesa. Bem assim, Amazona: como quem acredita que liberdade é nunca mais ter os tornozelos atados no zelo do amor. Do cuidado ao outro. Da preocupação profunda com todas as fomes e todas as guerras e todas as fúrias: todas as prostitutas assassinadas e todas as mulheres que pisam descalças o chão molhado de produtos de limpeza – o chão de lares que não lhes pertencem. O chão que lhes queima a pele em alergias. Zelo: cuidado extremo, vivo, pulsante. Apaga a poesia bem talhada, esboça pequenas loucuras no sussurro de quem mendiga em nossas madrugadas. A gente não quer mais poesia: a gente quer é arranhar a pele em novas paisagens – tatuagens que marcam o caminho. O caminho do coração. Que aperta a sola do pé enquanto elas continuam sendo assassinadas, querida. A facadas ou a gritos: mortas no silêncio submisso que seus corações fortes insistem em manter. Houve aquela que foi acusada de um crime que não cometeu. Quase assumiu. E eu pensava que o caminho era suave só porque nasci fácil como quem tem medo de monstros debaixo da cama. Só porque nasci fácil e cresci pouco e criei pequenas coragens e bobagens. Não. Jamais é suave. Caminhar aos trotes, aos galopes, inventar um momento de descanso: um esquecimento. Correr aos gritos, morrer no meio e nunca parar de nascer. Até rastejar é possível. O caminho do coração: marcado pelos ruídos finos e fundos do chocalho da cascavel. Faz escuro. Só se alcança no tato. (Dorme a serpente aqui. Você sabe).*

CARLA CARRION (2011, [www.bailedemascaras.blog.br](http://www.bailedemascaras.blog.br))

Para meu avô Bruno Malito (*in memoriam*), analfabeto das letras, experimentador da terra, embriagado da vida. Para todas as mulheres que pisam o chão molhado de lares que não lhes pertencem. Para os “fracassados” nas escolas e os operários “em construção”. *Não há motivos para escrever se não for pela vergonha de ser Homem* (Deleuze). Escrita-serpente, agora desperta.

## AGRADECIMENTOS

Se me perguntarem o nome de todas as pessoas que estão presentes ecoando neste texto, não vou me lembrar. Mas suas expressões, frases curiosas, disparatadas, seus pedidos de orientação, os risos, as agonias, as pulgas que me colocaram atrás da orelha, as convocações que me alimentaram de vontade de pesquisar, ficaram aqui, em cada palavra transformada em conceito. Agradeço a todos os jovens que circularam pelas intervenções das quais participei, são eles a matéria viva desta dissertação.

Agradeço Emanuel Brick Ribeiro pelo apoio incondicional. Por me trazer açúcar e afeto quando as forças falhavam: *E hoje em dia como é que se diz eu te amo?*

Agradeço minha família que, desde cedo, teve que se acostumar com uma traça comedora de livros que não se interessa por concursos públicos e resolveu morar na academia: Décio Malito, Claudia Marisa, Bárbara Marisa, Victor André, Marisa Dias.

Agradeço Paulo Roberto de Oliveira e Marina Brick Ribeiro por todo o suporte extra. Paulo, obrigada por cuidar de tudo. Marina, lembra da seleção do mestrado?

Agradeço minha orientadora que me acompanha desde a graduação, com quem aprendi que intervenção se dá por contágio. Pela aposta no meu silêncio, pelas várias frentes de trabalho as quais me confiou; pelas aulas no mestrado – deslocamentos essenciais a minha escrita – Por acolher meus momentos de pausa e me forçar a pensar.

Agradeço à Mônica Dreux Frotté, que tentou me ajudar a acolher os acasos, sendo ela mesma o melhor encontro-acaso que tive em 2008. Deslocou muito mais que pensamentos.

Agradeço à Lilia Lobo, Marisa Rocha e Heliana Conde pela leitura cuidadosa na qualificação e pré-banca. Três intercessoras essenciais para transformar meus esboços em pesquisa. Deveria ser proibido ter ajuda de tanta gente boa junto.

Agradeço à Pedro Paulo Bicalho, que topou de boa vontade participar da banca final. Outro aliado que aposta nas escolhas mesmo quando o verbo escolher não está disponível.

Agradeço, imensamente, às minhas queridas parceiras de trabalho, as Orientadoras Fofocacionais: Marcele Gebara, Wallery Estevinho, Beatriz Chagas, Uiara Moreira, Mariana Uchôa, Denise Luz (*isso é pura arte*), Flora Torres; e minha amiga mais querida, parceira para qualquer maluquice – Maria Clara Fernandes, co-orientadora desta dissertação: *Amizade é matéria de salvação*.

Agradeço a Luis Antonio Baptista, que sem querer me ensinou a escrever-andando, escrever-abrindo caminhos por toda parte. Pelos livros essenciais com os quais nos presenteou, pela proximidade e amizade; pela luta cotidiana contra o torpor político da atualidade.

Professor André Queiroz, uma agradável surpresa, um sopro do fora, uma força nômade que me ajudou a abrir espaço para fora do que a academia institui.

Agradeço, imensamente, à Silvana Mendes Lima sem a qual esse texto não sairia. Obrigada por acompanhar meus processos.

Grupo Klinamen, mais que supervisão clínica vocês fortalecem a cada terça-feira uma política da amizade. Wagner Sousa e Jerônimo Menezes, vocês estão aqui, o tempo todo.

Margarida Ferreira Silva, um sopro de vida para que eu pudesse terminar de escrever quando as forças já se esvaíam.

Agradeço à meu grupo de amigos, os únicos que ficam doze horas debatendo sobre qualquer coisa, com ou sem cerveja: Diogo Moutinho, Roberto Melo, Vinicius Almada, Maria Alexandra Barcellos: *A minha escola tem gente de verdade.*

Ana Paula Coutinho, Cristiane Fraga, Débora Franco, Poliana Cordeiro, Valéria Figueiredo, Geraldo Arte, Bruno Rossoti, Giovana Marafon, Aline Garcia, Danielle Pinheiro, Roberta Furtado, Mônica Farias, Joseane Tavares, Nicolle Mascitelle, Alice Souto, Fernando Albuquerque, Izaque Miguel, Renato, José Rodrigues, demais colegas do mestrado: dividimos muito mais que salas de aula. Já sinto saudades.

Laura Marília dos Santos, Thiago Cerqueira, Adriana Negrão, Angela Coelho: *A riqueza que nós temos ninguém consegue perceber.*

Ana Carolina Lacorte (*só podia ser você*), Liz Danielle Sperandio e Wagner Nogueira: *Amigo é coisa pra se guardar.*

Agradeço as minhas avós de quem “tomei” emprestado para mim as curiosidades, inconformidades, mal-criações, e um certo espírito de luta: Marisa Dias, Athanázia da Silva e Maria Conga.

Agradeço a todos os Orixás que insistem nas águas, na terra, nas matas, à despeito do deus ocidental que teve a pretensão de se afirmar como único: *Nessa cidade todo mundo é d'Oxum. A força que mora n'água não faz distinção de cor.*

Agradeço à CAPES pela bolsa concedida, estratégia que possibilitou escrever/pesquisar, enfrentando com mais argumentos o mote de que “quem estuda não trabalha”.

## RESUMO

Esta pesquisa toma as práticas de orientação vocacional/profissional como um campo problemático a fim de colocar em análise os efeitos que tais práticas engendram nos corpos dos sujeitos quando orientam projetos de ser (“quem é você?”) para o trabalho (“o que o mercado quer de você?”). Seguimos pistas do método genealógico desenvolvido por Michel Foucault para deslocar o entendimento convencional da orientação vocacional/profissional como um conjunto de teorias, *desta* ou *aquela* abordagem, que devem ser aplicadas em busca de determinados resultados, para tomá-la como um campo de saber inventado, contingente, heterogêneo, que ganha estatuto de necessidade e legitimidade em determinados contextos sócio-políticos. A orientação vocacional/profissional é transformada então em máquina produtora de questões: Que fazemos nós dessas práticas de orientação e que fazem elas de nós? Os sujeitos escolhem, de fato, imersos em um cenário capitalista de precarização das relações de trabalho e de ininterrupta produção de miséria? No encontro da orientação vocacional/profissional com seu público-alvo o que deriva, o que escapa? Deslocando nosso olhar da reprodução/aplicabilidade de técnicas para o caráter de constituição das práticas, indagamos se podemos pensar dissonâncias das mesmas. Atualizamos, assim, um plano de experiências forjado no encontro com jovens demandantes de orientação e com psicólogos e estudantes de psicologia que buscam ferramentas para incidir nesta problemática. Tal cruzamento abre campo para a invenção de outras práticas que invistam liberdade e acionem processos de singularização. Utilizamos autores da Análise Institucional e Filosofia da Diferença na composição de uma abordagem transdisciplinar no território das escolhas profissionais. Sublinhamos, entretanto, que qualquer prática de intervenção comporta riscos de cristalização e controle, fazendo-se necessário não se furtar de colocá-las em análise.

Palavras-chave: Orientação Vocacional/Profissional. Processos de Subjetivação. Capitalismo. Escolha.



## ABSTRACT

This research takes the practices of vocational/professional orientation like a problematic field, to analyze its effects in subject's bodies while they orientate projects of being (“who are you?”) for the work (“what does the market want of you?”). We trace the genealogical method developed by Michel Foucault to displace the conventional understanding of the vocational/professional orientation like an assembly of theories - or this or that approach, which must be applied in search of certain results - to take it like a field of invented, possible, heterogeneous knowledge, that acquires a meaning of necessity and legitimacy in some socio-political contexts. The vocational/professional orientation is turned then into a question-producing machine: what do we do of these practices of orientation and what they do of us? Do the subjects really choose, immersed in a capitalist scene of scrapping of working relations and uninterrupted production of misery? In the meeting between vocational/professional orientation and its target public, what does drift, what does escape? Changing the perspective of reproduction/applicability of techniques to the character of the practice's constitution, we inquiry if we can think about their dissonances. We bring up to date, then, a plan of experiences forged in the meeting with the youngsters, psychologists and psychology students who seek tools to give attention to this problem. This crossing opens a field for invention of other practices that invest in process of freedom and singularity. We use authors of institutional analysis and the philosophy of Difference in the composition of a transdisciplinary approach in the territory of the professional choices. We highlight, however, that any intervention practice involves risks of crystallization and control, making necessary not to avoid putting them under review.

Keywords: Vocational Guidance/Training. Subjective processes. Capitalism. Choice.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
Começar pelo meio .....	12
Notas de uma sobreimplicação.....	16
Experiência que se Espreita no Cotiano.....	18
Delimitações do Campo Problemático.....	21
<b>1. ORIENTAÇÃO VOCACIONAL/PROFISSIONAL: É QUESTÃO DE ESCOLHA?</b>	<b>28</b>
1.1. Dois Modos de Pensar o Pensamento .....	29
1.1.1. Noção de Campo: forma, verdade, coerência, evolução.....	31
1.1.2. Noção de Plano: forças, poder, caotização, descontinuidades .....	35
1.2. O Projeto Vocacional: Sucessos e Fracassos Individualizados .....	41
1.2.1. Do problema .....	41
1.2.2. Da história das práticas.....	54
Uma Invenção Moderna .....	55
Sobre Aptos e Inaptos .....	62
Sobre Fitas Métricas e Divãs .....	65
1.3. Processos de Subjetivação: “Vai trabalhar vagabundo, vai trabalhar criatura”.....	68
1.3.1. Malandragem: “Trabalhar só obrigado, por gosto ninguém vai lá” .....	69
1.3.2. Trabalho: “Vocês que fazem parte dessa massa” .....	71
1.3.3. Profissão: “Se tivéssemos o direito de fazer apenas uma coisa teríamos só metade da alegria” .....	74
1.4. Escolhas Capitais: que está em jogo na orientação vocacional/profissional? .....	80
1.4.1. Viva sua liberdade de forma adequada! .....	89
1.4.2. Cada escolha uma renúncia, isso é a vida”.....	95
<b>2. SINGULARIZAR: APOSTAS NA COMPOSIÇÃO DE PRÁTICAS OUTRAS EM ORIENTAÇÃO VOCACIONAL/PROFISSIONAL</b> .....	<b>102</b>
2.1. Proposição: Intervenção como Invenção/Profanação de Dispositivos.....	107
2.2. Modos de fazer: Dispositivo como Caixa de Ferramentas.....	112

2.2.1. Não fomos à escola em Santa Bárbara: Cuidado de si .....	113
2.2.2. “Acho que não sei quem sou, só sei do que não gosto” – A Estudante de Medicina: Cartografia.....	119
2.2.3. “Eu acredito é na rapaziada” – Pré-Universitário Práxis/UFF: Grupo .....	125
2.2.4. Projeto de Extensão <i>Ou Isto ou Aquilo</i> - SPA/UFF: Transversalidade, Restituição.....	134
2.3. Práticas Marginais: “Água que corre entre pedras, liberdade caça jeito”.....	144
2.3.1. Caleidoscópio: desdobramentos de histórias descontínuas .....	145
2.3.2. Oxigênio: referenciais teóricos, éticos, políticos – da funcionalidade do pesquisador.....	150
<b>3. PRUDÊNCIA: DO CUIDADO COM OS ESPECIALISMOS .....</b>	<b>156</b>
3.1. Criar Outros Olhos.....	158
Público-Alvo Juventudes: que alvo, que trama, que desvios são possíveis.....	164
Análise de Encomendas em Análise.....	166
Pistas .....	172
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>176</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>182</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>186</b>

## INTRODUÇÃO

### *Começar pelo Meio*

“**Poderia me dizer, por favor, que caminho devo tomar para sair daqui?**” pergunto a Orientação Vocacional tal como Alice perguntou ao Gato de Cheshire, quando no País das Maravilhas.

“**Isso depende bastante de onde você quer chegar**”, respondem os jovens que estão emaranhados em sua rede de *saber-poder*. Ecoam com eles muitas vozes: sucesso... fracasso... desemprego... vocação... futuro... solidão.

“**O lugar não me importa muito...**” respondo confusa, lembrando dos acontecimentos que me aproximaram da problemática das escolhas profissionais: o corpo a corpo com intervenções as mais diversas, a recusa de um estado de coisas, encontros com autores da psicologia, filosofia e literatura, as marcas de estágios da graduação que ficaram em minha pele feito tatuagem (*Análítica do Vocacional, Psicologia nas Instituições Escolares, Clínica Transdisciplinar*).

“**Então não importa que caminho você vai tomar**”, agora é o Gato de Alice e de repente seu rosto se traveste em Deleuze e Guattari afirmando: “**Todas as entradas são boas desde que as saídas sejam múltiplas**”. Deslocaram minha hesitação em trabalhar com a Orientação Vocacional, o receio de ser capturada em suas práticas de controle. É necessário intimidade com paradoxos para saber que práticas de controle e de liberdade estão em todos os lugares. Acolho então a Orientação Vocacional e ela mostra que sua unidade é aparente – são práticas múltiplas, heterogêneas e descontínuas embora tenham em comum, algumas mais outras menos, um paradigma hegemônico de contenção e encaixe de subjetividades. Acompanho suas histórias, misturadas com as dos sujeitos que por elas são produzidos.

“**Desde que eu chegue a algum lugar**” arrisco, pensando em como daria uma forma-dissertação as questões que me atravessavam sem deixá-las perderem força: o que fazer com as histórias que a Orientação Vocacional me conta? Como inventar práticas que invistam mais liberdade que controle? Tais questões não são pessoais, tratam do enfrentamento de destinos programados, e como escreve Carla Carrion (2011) “isso não é coisa que pertença a

alguém, essa imensidão não é coisa que se faça em um só corpo, embora todo e qualquer corpo possa adivinhá-la”.

Manoel de Barros sopra de longe: **“Quem anda em trilho é trem de ferro, sou água que corre entre pedras, liberdade caça jeito”**. Liberdade... Queria desatar os nós da rede das práticas de orientação. Sinto entre os dedos que suas linhas são de composições diversas: capitalismo, arte, especialismo, psicologia, individualização, adolescência, tecnologia, infantilização, dentre muitas outras linhas, cada qual com uma textura diferente – umas são de aço, outras dão choque, muitas são invisíveis, algumas flexíveis; tem de arame farpado, de paetês, etc.

**“Não querem sair daí?”**, pergunto aflita aos jovens emaranhados. **“Não é sempre que ficamos neste lugar. Venha, nós te mostramos como sair!”**. E percebi que não estava de fora, estava embolada também, entre as linhas de paetês e arame farpado do especialismo.

**“Oh, você vai certamente chegar a algum lugar”**, encorajam os vários orientadores que tive ao longo desse caminho-dissertação, **“se caminhar bastante”**, acrescentam. Agora vejo pelas marcas de pegadas que caminhamos bastante, elas não se conduzem em linha reta, desenham labirintos sem centro. Pegadas minhas, de supervisores, policiais, orientadores vocacionais, malandros, jovens pobres, psicólogos, outros mestrandos, outras pesquisas.

**“Então eu vou começar é pelo meio”**, decido e continuo a andar, porque escrever/pesquisar é assim, é movimento, um movimento maior que quem escreve/pesquisa, ele se dá e nós o sustentamos. Aqui é Poliana Cordeiro, querida amiga de turma: **“A escrita precisa ser cometida”**.

\*\*\*

Apresentamos a construção de um plano de experiências que se atualizam com a “experiência-mestrado”, desdobrando-se na escolha da orientação vocacional/profissional como objeto de pesquisa. Tal plano de experiências é forjado no encontro com jovens que buscam orientação no campo das escolhas profissionais e com psicólogos e estudantes de psicologia que buscam ferramentas para incidir nesta problemática. No atravessamento de trabalhos realizados com estes jovens (escolas, Serviço de Psicologia Aplicada da UFF, pré-

vestibular, consultório) e grupos de formação propostos na universidade (estágio em docência no mestrado) emergem questões que movimentam a pesquisa convocando-a a várias direções.

Recortamos duas que insistem com maior intensidade: 1) um incômodo com a naturalização de especialismos – como se legitima a invenção de um profissional qualificado para responder quem os sujeitos são e como devem fazer suas escolhas? 2) a dúvida se temos de fato escolha – como os sujeitos escolhem imersos em um cenário capitalista de precarização das relações de trabalho e de ininterrupta produção de miséria? Tomamos assim a orientação vocacional/profissional, em lugar de uma prática natural, como um campo problemático. Isto pressupõe dar visibilidade a sua invenção histórica, as forças com as quais se agencia na atualidade para sua legitimação, e as subjetividades que ajuda a produzir e fortalecer enquanto se afirma como especialismo. Interessa-nos os efeitos que essas práticas engendram nos corpos dos sujeitos quando orientam projetos de ser (“quem é você?”) para o trabalho (“o que o mercado quer de você?”).

Seguimos, então, algumas pistas do *método genealógico* desenvolvido por Foucault para colocar em análise o que o discurso da orientação vocacional/profissional tem feito de nós. Especialmente dos jovens, seu principal alvo, emaranhados nas malhas de sua rede de *saber-poder* – rede que aliada a outros especialismos e tecnologias não captura apenas quem se põe frente a um orientador vocacional/profissional, mas estende suas malhas e faz seu discurso circular classificando e legitimando os sujeitos em bem sucedidos, fracassados, promissores, trabalhadores, vagabundos, empreendedores, etc.

Concomitante a esta problematização de práticas instituídas, propomos a invenção de outras, sustentadas em paradigmas que subvertam o modelo hegemônico de orientar. Lançamos mão de ferramentas da *Análise Institucional* e *Filosofia da Diferença* para uma aposta na invenção de dispositivos que possibilitem incidir no campo das escolhas profissionais, colocando em cena os tensionamentos que o compõe. Ao longo da pesquisa, vai ganhando consistência certo modo de colocar os problemas e de fazer intervenção. Um modo que é, em última instância, uma recusa por “verdades” e “misérias” instituídas.

A trajetória desta dissertação é delineada durante o processo da escrita, acompanhando bifurcações e embates com o campo pesquisado. Um plano de experiências não tem planejamento prévio, caminho pré-programado, é um campo de forças, de relações de poder, embates que atravessam a escrita pedindo passagem. Assim, se descrevemos até aqui por onde fomos, segue nesta introdução um movimento de dar visibilidade aos processos que por aí nos levaram: aproximações iniciais da orientação vocacional/profissional, desconfortos com o tema, dificuldades em situar o problema da pesquisa devido ao que parecia ser uma falta de

questão, mostrando-se numa análise mais cuidadosa como excesso de questões. Estas análises tornaram-se possíveis durante a escrita – um texto começa sempre pelo meio no sentido de que um campo de pesquisa não existe *a priori*, nem apartado da relação com o pesquisador.

O método que a academia nos pede, contudo, sugere um controle destes “bastidores”. Herança de uma tradição representativa do pensamento, exige que nossa escrita seja racional, limpa e ordenada. O que deve ter lugar nas folhas em branco são os resultados do pensamento, a ninguém devem interessar os processos. O sujeito que pensa, conhece, e é medida do mundo, deve preencher o papel com sua racionalidade, evitando contaminações que desviem sua pesquisa da meta que traçou. Lourau (1993, p. 71) chama de “escrita fora do texto” aquilo que está fora da cena oficial da escritura: “Penso o texto institucional qual ao palco de uma representação teatral; um palco para peças já consagradas, onde não se possa fazer outro tipo de representação; onde não se possa fazer, simplesmente, a peça que se deseja”. Insinua-se uma crítica ao modo tradicional hegemônico de produzir conhecimento na academia e comunidade científica, a modos de ir a campo, fazer relatórios, apresentar resultados, que descrevem acontecimentos sobre os quais não se inclui na análise.

Quando Lourau fala da impossibilidade de fazer a “peça que se deseja” não trata de uma decisão individual, de uma questão de vontade. Se considerarmos desejo como produção, essa “peça” é montada num atravessamento político, social, cultural, econômico; Guattari formulou um conceito de desejo em contraposição a uma vontade profunda e interiorizada:

Por não querer me atrapalhar com definições complicadas, eu proporia denominar desejo a todas as formas de vontade de viver, de vontade de criar, de vontade de amar, de vontade de inventar uma outra sociedade, outra percepção do mundo, outros sistemas de valores (...) O desejo é sempre o modo de produção de algo, o desejo é sempre o modo de construção de algo (1986, p. 215-216).

Assim, quando desejo escrever sobre orientação vocacional/profissional a partir do encontro que tive com este tema, sou convocada a falar com as vozes dos jovens que pedem orientação, dos especialistas que pedem orientação para eles, do Estado, da Psicologia, das práticas que subvertem o modelo hegemônico de orientar, das experiências que marcaram meu corpo, a fim de forjar outros arranjos possíveis. Se para Lourau (1993) a instituição segura nossas mãos quando escrevemos, ele afirma que por outro lado, isto não deve ser necessariamente uma eterna maldição.

É importante afirmar que refutar como direção de escrita o método *cartesiano* não significa abolir organização, delimitação de uma questão-problema, justificativas, etc., pois isso é uma atitude política: tornar escritíveis e dizíveis as nossas pesquisas. Deste modo,

escrevo esta apresentação para traçar “um começo” para uma pesquisa que começou pelo meio. Faço um convite para que acompanhem a elaboração de um campo problemático que não estava dado quando iniciei o mestrado.

### *Notas de uma Sobreimplicação*

A entrada no mestrado operou como convocação a dar língua para afetos multifacetados, experiências amalgamadas, aventuras em torno de um tema que, até pouco tempo, me causava mal-estar dizê-lo em voz alta entre os colegas de turma: orientação vocacional/profissional! Atravessada por uma formação acadêmica que desmonta especialismos, aponta a contingencialidade das práticas *psi*, faz movimentos em direção a singularidades e escapes, o gosto por tal tema soava fora de lugar. Embora minha pesquisa propusesse tomar a orientação vocacional/profissional como uma prática de controle inventada ao longo da história para assim pensar desvios da mesma, parecia insistir em última instância um desejo de orientar alguém a fazer alguma coisa. Este incômodo expressa o desafio de desmontar o lugar do especialista e ocupá-lo ao mesmo tempo, ou seja, problematizar a orientação vocacional/profissional, poder trabalhar com ela de outros modos. Um *entre* que não está posto, mas depende de uma laboriosa construção.

Fuganti, na III Mostra Regional de Práticas em Psicologia do CRP/RJ (2009), brincou com a platéia dizendo: “Nós estamos sempre querendo fazer alguma coisa em relação ao outro – educar, ensinar, curar, amar – e nos sentimos muito legitimados por isso!”. Continuou a brincadeira evidenciando que a platéia era composta por psicólogos, professores e (pior) psicólogos-professores, cientistas sociais que querem ajudar as pessoas por excelência. Pensei naquele momento, na ética delicada de recusar radicalmente o lugar de especialista, mas atualmente penso na ética trabalhosa de fazer outros usos deste lugar. Exponho a direção inicial no projeto de mestrado para deixar mais claro esse tensionamento:

Busco colocar o dispositivo da OV em análise, então farei um percurso histórico da emergência desse campo de saber e como hoje em dia continua se falando em vocação, aptidão, perfil profissional, etc., sem colocar em questão a que isso serve. A OV criou uma demanda e é com isso que quero trabalhar. Mas, como operar com os pedidos que chegam de orientação e tutela (“Escolha para mim porque é difícil demais e é para a vida toda”)? Como intervir questionando a redução das escolhas a um consumo de identidades profissionais? Operar com isso sem dizer: “Nada disso existe, isso foi produzido, pára de me demandar”. Minha questão-problema é a construção de um campo de intersecção entre o que as pessoas trazem naturalizado, e o que enxergo de possibilidade de problematização, para pensar o que daí pode ser forjado, sem que haja endurecimento das partes. Campo de intersecção = zona de perturbação: desindividualizar essas demandas, esses “falsos problemas” (“Sou



tímido, não posso ser professor”). Está bem forte no projeto: É possível uma prática de orientação profissional que não tutele os sujeitos? É interessante orientar? Quem e para quê? De que modo? (Diário de Campo, Setembro/2009).

Nos encontros com a orientação vocacional/profissional, na universidade e fora dela, tal campo me encanta oferecendo a cada vez um sabor diferente, tantos que no momento da pergunta de qual é minha questão, vacilo. No trecho do *diário de campo* é evidente a confusão de querer pegar várias pontas de uma problemática: 1) história da orientação vocacional/profissional – implica em discorrer sobre os paradigmas que ela colocou em cena desde sua emergência, seu florescimento em tempos de ditadura militar, suas principais correntes na atualidade que pouco romperam com o projeto inicial, etc.; 2) a produção de uma clientela que encomenda orientação vocacional/profissional e clama por escolhas definitivas – desdobrando-se em profissões para consumo e numa “identidade-orientando” caracterizada por um “não saber”; 3) pensar uma proposta de intervenção diferente do modelo hegemônico de aniquilação da dúvida e busca por certezas. E além dessas vertentes que separei, e continuo não vendo como coisas separadas, sinto latente a questão das escolhas numa *sociedade de controle*. Será que os sujeitos escolhem?

São muitas as possibilidades, qual escolher? Uma dissertação é questão de escolha?... No *diário de campo*, feito durante o mestrado (2009/2010), escrevo experiências relacionadas à orientação vocacional/profissional fazendo referência a leituras, aulas, materiais encontrados fora da psicologia (música, poesia, propagandas, etc.). Encontro, no diário, registros de publicações em anais de eventos, diversas oficinas realizadas com jovens, mini-cursos e grupos de estudo ministrados sobre o assunto em eventos de psicologia e na universidade. Mas onde o ponto de convergência configurado em questão? “Qual é a sua?” – insiste a orientadora. Atualmente (2009) fiz da orientação vocacional/profissional um campo de trabalho em escolas privadas de Niterói. Um dos desdobramentos de minha atividade orientada em docência (2010) é conduzir com alguns colegas um curso de extensão teórico-prático que discuta sobre este campo de saber. Em meio a leituras, cansaço e sobretrabalho, sinto cheiro de *sobreimplicação*.

Sinto amarras, desgosto, mais cansaço, uma produção de falta no meio de excessos: cadê a questão? Em Coimbra e Nascimento (2004) encontro uma definição clara de sobreimplicação: ferramenta desenvolvida por Lourau nos anos 90, aponta para práticas onde a análise se faz de forma isolada, tomada num único nível, impossibilitando que outras dimensões se façam presentes. Tem como efeitos a crença no ativismo da prática, a dificuldade de se processar análises de implicações, visto que todo o campo permanece

ocupado por um certo e único objeto. Tomando autores da *Filosofia da Diferença* e da *Análise Institucional*, pensando numa entrada *Micropolítica*<sup>1</sup>, quero nesta introdução apresentar uma trajetória que pretende ser mais singular que individual para transformar esta sobreimplicação num campo problemático, numa questão potente, mais alegre.

Do ponto de vista da análise institucional, a sobreimplicação não só produz sobretrabalho, estresse rentável, doença, morte e mais-valia, como também cash-flow – benefício absolutamente nítido consagrado ao reinvestimento e, portanto, ao crescimento indefinido da empresa-instituição. (LOURAU, 2004, p. 95)

### “Experiência que se Espreita no Cotidiano”<sup>2</sup>

“Profissão é igual a casamento, tem que escolher para a vida toda”, afirma a estudante para as pessoas que, como ela, buscavam orientação com os coordenadores do projeto *Análítica do Vocacional*<sup>3</sup>. Olho em torno à espera de algum comentário ou incômodo; ninguém estranhava as cristalizações da frase? Mas aqueles jovens não apresentavam muitos questionamentos até então, estavam em busca de uma profissão adequada, de respostas apaziguadoras sobre o mundo do trabalho, endereçando suas dúvidas a um especialista dono de um saber sobre eles, o qual desconheciam. “E desde quando casamento é para a vida toda?”, pergunto à estudante em tom de brincadeira, numa tentativa de desmontar um pouco a certeza da frase.

O projeto de extensão *Análítica do Vocacional* compunha-se de um período de estudos e discussões teóricas e, posteriormente, acolhimento de demandas de orientação vocacional/profissional através de grupos coordenados pelos extensionistas do projeto. Durante o período de inscrição no SPA formávamos grupos de no máximo quinze pessoas – quaisquer pessoas que quisessem auxílio com relação a escolhas profissionais. Os grupos eram formados por estudantes do ensino médio, de universidades, cursos técnicos, pessoas

<sup>1</sup> Macropolítica são políticas que já tomaram forma e tendem a se cristalizar, campo dos modelos, no qual tudo tem um aspecto de inevitável. Mas a realidade não se reduz ao visível, há também os fluxos, forças que estão em vias de se fazer, movimentos invisíveis que animam e povoam as formas, o que chamamos plano das micropolíticas. Isso não supõe uma dicotomia mecanicista, mas um modo de pensar as instituições, as práticas, a realidade, como um tensionamento entre o que ainda não tem forma e o que está atualizado. De acordo com Aguiar e Rocha (2007) e leituras de Guattari e Rolnik (2007), entendemos micropolítica enquanto campo de afecção que gera tensionamentos, que abre a história à experiência que se espreita no cotidiano. A questão micropolítica é formulada como uma analítica das formações do desejo no campo social, que modulam entre os níveis molar (estratificações que delimitam objetos, sujeitos, representações) e molecular (devires, intensidades, transições). É nesta modulação que nossas experiências se forjam. Ver *Micropolítica Cartografias do Desejo*, 2007.

<sup>2</sup> Referência a uma explicação sobre *Micropolítica*, de Aguiar e Rocha (2007).

<sup>3</sup> Projeto de extensão coordenado e supervisionado por Mônica Drêux Frotté no *Serviço de Psicologia Aplicada* (SPA) da *Universidade Federal Fluminense* (UFF) entre 1995 e 2008.

que já trabalhavam, etc. Quebrávamos na inscrição a prática habitual de homogeneização de grupos por separações etárias e interesses específicos – ideia difundida por correntes na orientação vocacional/profissional que se dirigem ao público alvo “adolescente em crise” como clientela por excelência, já que estes são encarados como aqueles que não sabem de nada sobre a vida ou sobre si mesmos; e separam essa clientela dos adultos que querem repensar suas profissões, para estes o serviço indicado é de *reorientação profissional*.

Ao longo do projeto forjamos uma abordagem para desconstruir demandas naturalizadas e desmontar o lugar do orientador vocacional/profissional que testa vocações/aptidões e produz verdades absolutas sobre o sujeito. O modo como este projeto era conduzido pela coordenadora/supervisora inauguraram o encantamento com a orientação vocacional/profissional desdobrado nesta dissertação. Em hipótese alguma Frotté nos socorria com manuais. Então era possível trabalhar com orientação de outros modos, que não com respostas prontas? Nesta turma de 2008, a maioria dos extensionistas não teve contato com intervenções em orientação vocacional/profissional anteriormente, não sabíamos o que esperar do grupo que demandaria de nós aconselhamento profissional e, ainda assim, ela não nos indicou nenhuma dinâmica, estratégia ou mágica para irmos mais seguros a campo. Queria que fôssemos com menos universais – ideias pré-concebidas – para o primeiro contato com as pessoas. Acredito que queria “esvaziar nossa xícara”, como na parábola do Mestre e o Discípulo. Essa parábola conta a história de alguém que foi em busca de um Mestre aprender coisas novas e ao se apresentar falou exaustiva e detalhadamente sobre quem era, o que tinha vivido e o que buscava. Enquanto isso, o Mestre enchia a xícara de chá do suposto discípulo, o líquido começou a derramar. “O senhor está me queimando!”, e o outro respondeu: “Você está como essa xícara, transbordando, como posso acrescentar algo novo?”.

Essa parábola faz pensar no quanto vamos ao encontro do outro cheios de parafernalias (e tanto faz se é um teste vocacional ou dinâmicas abertas não-diretivas) e pouco conseguimos ouvir, porque tudo o que pensamos do campo de intervenção já está tediosamente esquadrinhado. A ideia do projeto era que pudéssemos entrar em campo sem um perfil delimitado de como é um “orientando”, sem tentarmos replicar o saber, a experiência da coordenadora/supervisora com nossos grupos de orientação. De sua aposta na paciência com os processos e na força coletiva dos encontros, um dos elementos que sublinho como interessante e “formador” no projeto foi a forma como teoria e prática estavam claramente entrelaçadas.

A parte teórica do projeto também funcionava como campo de experimentação, os encontros com os jovens que buscavam orientação, funcionavam como campo de produção de

conhecimento. Uma frase freqüentemente presente em debates de estudantes de psicologia em eventos, não cabia naquele curso; a frase é: “Aprendemos um monte de coisas na teoria, e quando chegamos na prática não sabemos o que fazer, não é nada daquilo”. Os autores que utilizamos, Foucault, Deleuze, Guattari, Nietzsche, Barros, Harvey, etc., não foram somatório de leituras para cumprir uma parte teórica do curso; eram “leituras-ferramentas”, operavam como aliados para que no momento que entrássemos no grupo de “orientandos” não precisássemos de um manual de dinâmicas de grupo. Ferramentas que faziam pensar, e pensar envolve espaço para dúvidas, para liberdade de criação, improvisação, para não saber tudo; também envolve rigor, atenção e cuidado com o que o pensamento produz.

Essa não separação entre teoria e prática é uma discussão fundamental nessa entrada micropolítica que proponho situar este trabalho. Deleuze e Foucault (2011) a esse respeito afirmam que às vezes se concebia a prática como uma aplicação da teoria, como uma consequência dela, ou o inverso, como se ela inspirasse a teoria. Mas esses autores vão se posicionar dizendo que a prática é um conjunto de revezamentos de uma teoria a outra e a teoria um revezamento de uma prática a outra, ou seja, teoria é prática. A teoria não totaliza, multiplica; diferente da pesquisa no sentido tradicional há uma multiplicidade de componentes ao mesmo tempo teóricos e práticos. Não existe um saber a ser alcançado que nos leve a um real a ser conhecido. Existem saberes/fazerem que produzem real. Nossas técnicas são fábricas.

Em diversos momentos durante a prática do projeto muitas vozes fizeram eco à fala da profissão como casamento para a vida toda. Os participantes do grupo, esses sujeitos habitantes do *capitalismo flexível*, bombardeados cotidianamente com imperativos de dinamismo e desapego, sonhavam com uma vida segura e estável, expressavam a dificuldade de fazerem escolhas definitivas, ou o alívio de pelo menos terem que escolher uma vez só; essencializavam as profissões adjetivando-as de acordo com ideias gerais (“Policial Bandido”, “Professor Pobre”, “Médico Salvador de Vidas”, “Empreendedor Bem Sucedido”, etc.). O tema do vestibular era recorrente e exigia que a instituição de ensino superior deveria ser pública, tendo como premissa que quem não viesse a conseguir os resultados esperados seria culpado por não se esforçar o bastante. Do que essas pessoas estavam falando? Seria de questões pessoais, próprias, ou de alguma coisa que se passa no mundo atualmente?

### *Delimitações do Campo Problemático*

Uma das dificuldades em desenvolver o projeto de mestrado era um cuidado em não repetir o trabalho de Frotté (coordenadora/supervisora do projeto Analítica do Vocacional), não fazer minhas, suas questões; buscava uma “questão própria”. Frente a esta inquietação-vaída ela aconselhou: “Não existem questões próprias, a questão vai emergindo do próprio campo problemático, ela é um conjunto de forças”. Atenta a esse conselho, venho trazer desse campo de forças – experiências que citei até então – um trecho de diário de campo o qual um ano depois de escrito é o que mais me chama para análise. O trecho faz referência a um convite da orientadora da dissertação para um trabalho junto de seu projeto de estágio *Psicologia nas Instituições Escolares*. O estágio recebeu um pedido de ajuda de uma escola em Santa Bárbara, bairro de Niterói, para um trabalho de orientação e conversa sobre futuro, intervenção que uma equipe da UFF já havia feito em anos anteriores:

O e-mail-encomenda da escola dizia: “Olá, muitíssimo obrigada pelo interesse e empenho em nos ajudar! O trabalho realizado pela Joana foi mesmo de dinâmica, conversa e um pouco sobre profissões a seguir. Gostaria de algo nesse sentido mesmo, pois o trabalho será voltado para os alunos do 9º ano de escolaridade e, sendo assim, **gostaria que fossem apresentadas alternativas, um outro universo para eles, pois a maioria não têm perspectivas, não conhece muito de mundo.** Temos na escola 7 turmas de 9º ano de escolaridade com idades entre 14 e 19 anos (...). Há uma turma específica, de **alunos retidos, onde alguns já trabalham e muitos querem passar para o noturno ao chegarem no ensino médio para ingressar no mercado de trabalho.** Com esses o trabalho seria interessante e ainda sobrariam algumas vagas para alguns alunos das demais turmas. Aguardo sua resposta! Obrigada”. Há uma encomenda aqui. Maldosa? Preconceituosa? Não, produzida historicamente: Esses jovens de escola pública coitados, não sabem nada sobre mundo, não têm perspectivas, precisam se preparar para o mercado de trabalho. O Conceito de Encomenda em Lourau é exatamente isto na prática. (Diário de campo, Setembro/2009)

É aqui que a orientação vocacional me pega. Essa diretora não é (pré)conceituosa, os conceitos com os quais ela opera há muito circulam e se atualizam no mundo através de psicólogos, educadores, escritores de novela, editores de jornais, pastores, políticos, etc. A diretora, além do mais, está fazendo um movimento de ajudar os alunos, de fazer algo por eles antes que, na concepção dela – que não é só dela, é um discurso legitimado no mundo –, esses alunos desistam de estudar, arrumem trabalhos ruins, não tenham nenhuma oportunidade de pensar sobre o futuro. Naturaliza-se e reproduz-se uma lógica de que os jovens precisam de especialistas, de palestras sobre sexo, violência, profissão, drogas, futuro – para não engravidarem, traficarem, se perderem, desviarem de uma vida correta e produtiva.

Com o conceito de *sociedades disciplinares*<sup>4</sup> de Foucault (2001), vemos que a formalização da educação como campo de saber, tal como a invenção de todas as ciências humanas, se dá nos múltiplos dispositivos disciplinares que cresceram desde o século XVIII para organizar as multidões e canalizar “positivamente” os efeitos das contradições capitalísticas, como industrialização, urbanização em larga escala, miséria e crescimento populacional exacerbado. Dispositivos centrais de normatização das condutas humanas, de tradução das forças do corpo em utilitarismo social, é como chama o autor a “idade do controle social”. Para exemplificar este conceito solicitamos, através de Dias (1994), a visita do pedagogo e psicólogo francês Binet. No final do século XIX, Binet foi chamado pelo Ministério da Instrução Pública da França para construir um instrumento que medisse crianças aptas e inaptas para uma escolarização normal, já que a escolarização havia se tornado obrigatória:

Fixadas as idades de início e término da escolaridade, decidiam-se os rendimentos exigidos para cada uma dessas idades e, automaticamente, qualificava-se o atraso que incidia sobre os padrões escolares e sociais; ao mesmo tempo que se inventava a norma, inventava-se o desvio. (1994, p. 25)

O que nos parece corriqueiro atualmente, separar estudantes de acordo com séries, ciclos, salas, usando parâmetros de idades e desenvolvimentos adequados, foi engendrado em algum momento como estratégia de controle. A norma e o desvio foram inventados e dentro destes paradigmas é possível afirmar que os jovens precisam de tutela e especialistas, que precisam de alguém para lhes inserir na cabeça ideias de mundo, trabalho e futuro.

De acordo com Brandão (1981), nas primeiras décadas do século XX políticos e educadores liberais lutaram pela democratização do ensino em nosso país. A luta ajudou na implantação das escolas públicas e o autor esclarece o que estava em jogo nesta conquista. Os novos tempos exigiam mão-de-obra para as indústrias que surgiam no país. A estrutura tradicionalista de ensino que preservava um tipo de ordem social no Brasil estava inadequada, era a estrutura das elites agrárias. A nova ordem dizia respeito às elites capitalistas atentas aos novos tempos e problemas que batiam na porta do país. Tornava-se necessário o “menino-futuro-operário” na escola, mas só por alguns anos, o tempo suficiente para que ele fosse

---

<sup>4</sup> Conceito de Foucault que as descreveu como meios de confinamento, como exemplos cita escola, família, prisão, fábrica. Tratavam de ordenar no tempo, distribuir no espaço, controlar, compor no espaço-tempo uma força coletiva cujo efeito deveria ser superior à soma das forças elementares; nestas sociedades o indivíduo não cessava de passar de um lugar fechado ao outro, cada um diferenciado de acordo com suas leis, e todos espaços de confinamento. Segundo Deleuze, essas sociedades conheceram sua crise enquanto novas forças foram se instalando lentamente depois da Segunda Guerra Mundial, mas estão presentes na atualidade, já que o poder se atualiza mas não apaga modos de funcionamento anteriores para outros os substituírem.

formado para o trabalho produtivo e a vida social, conceitos que passaram a ser pensados na educação das escolas públicas.

Observamos, neste acontecimento, que a democratização da educação, além de uma conquista, foi um dispositivo de normatização para produzir efeitos adequados à lógica do capital vigente. Tornada um direito, passando a um dever, a escolarização naturalizou-se e atualmente todos devem ser escolarizados. A antiga lógica de ordenação e normatização não mudou atualmente, tomou novas formas. O que a escola tem feito senão separar, categorizar, quantificar em notas, conceitos, somatórios, o rendimento dos alunos-indivíduos? Desqualificando o saber que trazem da vida cotidiana em prol de um conhecimento racional e científico, avalia quem se aproxima mais da resposta certa, quem decorou melhor as verdades necessárias para ser um sujeito formado. Alimentando hierarquias, docilizando os corpos em horas de ler, copiar, exercitar, sentar, descansar, muitas sentenças são proferidas nesse espaço, seja intra ou extra oficialmente: falas em reuniões de pais, em novelas, bares, universidade, trabalho, hospício, lugares que atravessam a escola ainda que esta se afirme como um território específico de aprendizado formal.

A título de exemplos: “Esse menino não tem jeito, falta um parafuso igual ao pai, não vai aprender” (mãe para a professora). “Esses meninos estão no ensino médio e não sabem o que estão fazendo aqui, vêm na escola pra brincar” (orientadora educacional). “Meu pai me ensinou desde cedo o prazer da leitura, é por isso que sou apaixonado pela escola” (novela global de Manoel Carlos). “Eu estou aqui pra quê/ Será que é pra aprender/ ou será que é pra sentar, me acomodar e obedecer/ A professora já está de marcação porque sempre me pega/ disfarçando, espiando, colando toda prova dos colegas/ E ela esfrega na minha cara um zero bem redondo/E quando chega o boletim lá em casa eu me escondo” (música ‘Estudo Errado’, Gabriel, O Pensador). “Eu não pude estudar, tive que trabalhar. Você tem a oportunidade e está jogando fora, assim nunca vai ser alguém na vida” (fala de inúmeros pais para seus filhos). Quantas sentenças que definem se uma pessoa terá sucesso ou não, se é inteligente ou não, que culpabilizam, intimizam. Quantas sentenças mais serão proferidas em nossos discursos sobre a importância da educação?

Recentemente a caminho de um *workshop* para divulgar o trabalho de orientação em uma escola particular, vi um jovem pela janela do ônibus. Blusa de escola pública, andando distraído, e imediatamente pensei: “Para quem essa porcaria dessa ferramenta de orientação profissional? Ainda bem que os jovens pobres estão livres de nós”. Mas, por outro lado, não passar pelas nossas oficinas, conversar conosco, não quer dizer que nossa produção não atravesse seus corpos. Provavelmente os jovens pobres estão livres de passar por uma

avaliação de um orientador vocacional/profissional diretamente porque já está determinado para eles um campo de possíveis bem previsíveis. Porque deles não se espera que escolham qual curso farão no vestibular. Mas, como dito em *O Ateneu*: “... A teia da disciplina tinha malhas de maior largura” (POMPÉIA apud SILVA, 1989, p. 5), e assim sendo, eles não estão livres das produções que a vocação como campo de saber engendra.

Não tenciono dicotomizar a questão em ricos *versus* pobres, reafirmo que no fim das contas todos estão capturados na mesma malha de discursos de produção de destinos, mas essas contraposições ajudam a pensar com mais clareza nos usos dos saberes-práticas que veiculamos na psicologia legitimando discursos como os da diretora da escola em Santa Bárbara. O discurso de “abertura de possibilidades para quem não as têm” é sustentado na lógica capitalística, lógica esta a se movimentar numa produção em série de sujeitos-indivíduos que devem se encaixar em posições previstas, numa engrenagem que busca atualização de estratégias que garantam sua lucratividade e controle. Essa máquina não é de metal, é feita de corpos, saberes-poderes, tecnologias, cultura, etc., e nós especialistas das subjetividades fazemos parte de suas engrenagens. Entendemos subjetividade como algo diferente de uma natureza humana, referida a modos de perceber, pensar, sentir, estar no mundo, produzidos por dispositivos sociais, políticos e econômicos existentes nas sociedades; nas sociedades capitalísticas tal produção se dá em escala internacional. Nesse sentido, lembramos Neves (2004) quando pergunta se o modo de produção capitalista não seria, dentre os diferentes acontecimentos que inauguram o presente e constituem nossa atualidade, uma das nervuras do que está em torno de nós, acontece em nós e nos constitui do ponto de vista da produção social da existência. Mas, estamos fadados a esta engrenagem? E assim sendo, a engrenagem pode ranger, ruir, amassar?

Assim, se a questão a qual parto no projeto inicial de mestrado era a problematização de um especialismo para proposição de outros usos do mesmo, agora indago para quem é direcionado este especialismo, que discursos ele incita, que corpos ele produz. Pensar nisso é contar a história de estudantes, fracassados, bem sucedidos, vagabundos, empreendedores, analfabetos, subempregados: não importa com que nome codifiquemos essas “categorias”, é sempre de indivíduos que estamos falando. Aprendemos com autores como Guattari, que o indivíduo é um modo de existência entre outros possíveis, mas desde a modernidade essa vem sendo uma produção serializada de modos de ser e estar no mundo, dada como equivalente a noção de sujeito. Tal como expressa Barros (1994), remete-se todos os enunciados ao indivíduo que o enuncia, interiorizando e privatizando os atos e afetos aos corpos individuais que os expressam.



Sabemos que esses indivíduos (bem sucedidos, vagabundos, fracassados, estudantes, trabalhadores, etc.) são educados durante parte significativa da vida para uma formação direcionada ao trabalho. Mas essa trajetória é uma linha reta, previsível? Está dito que precisamos estudar, que pertencemos a esta ou aquela “classe social”, que para mudar de vida e prosperar é necessário esforço individual, está posto que alguns corpos nunca terão sucesso na vida. Mas existe outro plano que não é acessado pelos discursos legitimados socialmente? Os destinos já estão anunciados, ou a fôrma prevista transborda em singularidades e escapes que podemos narrar?

As palavras-chave dessa problematização então seriam: orientação vocacional/profissional; processos de subjetivação; trabalho; escolhas. Escolha no sentido de pensar se pode existir escolha, se pode existir orientação para os jovens, quando tudo que se espera é que sejam *motoboys* ou traficantes, por exemplo. Mas não se trata de pensar uma orientação vocacional/profissional para os deixados à margem, atender a demanda de uma escola que quer que promovamos visão de mundo no outro, porque este outro não possui visão alguma, de acordo com os parâmetros da escola. A questão está no processo de como tais demandas se constituem e o que fazemos com elas, a partir de quais perspectivas.

Interessa falar um pouco desses “desorientáveis”, estes que acreditamos que não possam pensar para além da realidade que se lhes apresenta na conjuntura do contemporâneo capitalista. Mas não esqueçamos que os “orientáveis” alvos de toda sorte de intervenções que os auxiliam num caminho previsível o qual estão fadados a trilhar, estes também estão capturados na mesma conjuntura. Se deslocarmos o problema, se a questão ultrapassar oportunidades, “classe social”, quantidades de opções, podemos pensar em quais são os enredos que compõem a questão das escolhas na atualidade.

Em resumo: a orientação vocacional/profissional, campo de saber inventado em algum momento da história, agenciado a determinadas forças na atualidade para garantia de sua legitimação, compõe uma rede de saber-poder; esta rede produz respostas, verdades, destinos, faltas, capturas, aderência, caminhos, que atravessam corpos. O que esses corpos marcados podem dizer do que temos feito de nós?

No primeiro capítulo, “Orientação Vocacional/Profissional: É questão de Escolha?”, propomos a desnaturalização da orientação vocacional/profissional, apresentando-a como um campo de saber heterogêneo que teve diferentes entradas ao longo da história, referida a contextos sócio-político-econômicos específicos. Esboçamos de que modo as práticas de orientação estão agenciadas a uma lógica que funciona a favor da lucratividade do capital, do controle e produção de determinadas subjetividades, ao mesmo tempo em que se sustentam

sobre um discurso de liberdade individual e de escolhas próprias. Trazemos alguns elementos sobre a questão do trabalho na atualidade, pegando a via da enorme produção de “excluídos” e desempregados, inclusive certa importância dada ao empreendedorismo como solução para falta de empregos. Desses elementos, recortamos de que modo as práticas de orientação fabricam subjetividades que devem se adequar a determinadas demandas do mercado de trabalho. Com esta descrição não estamos respondendo ao título do capítulo negativamente, mas investindo em uma indagação ainda sem resposta: *orientação vocacional/profissional não é sempre questão de escolha, mas é possível que seja?*

O segundo capítulo, “Singularizar: Apostas na Composição de Práticas Outras em Orientação Vocacional/Profissional”, é para pensar possibilidades de criação a despeito da sensação de que há poucas saídas dos regimes de controle a que somos submetidos. Traremos algumas experimentações que tencionam desmontar práticas homogeneizantes e cristalizadoras. O movimento é de incitar relações outras com o campo das escolhas profissionais, dobrando práticas instituídas, subvertendo-as, emprestando-lhes outros sentidos. Apresentamos nossos referenciais teórico-práticos, que pretendem uma atitude ética, estética e política – embasados no paradigma *Institucionalista*, do qual seguimos as vertentes da *Análise Institucional* e da *Filosofia da Diferença*, na composição de uma abordagem transdisciplinar em psicologia. Neste capítulo localizamos como emerge esse movimento de contestação da orientação vocacional/profissional desdobrado na composição de uma abordagem singular que utiliza filosofia, arte e literatura para colocar na roda as vozes quase sempre silenciadas nesses tipos de trabalhos. Esta abordagem também tem história, não foi criada nesta dissertação, nem no projeto o qual nos inspiramos (*Análise do Vocacional*), ela surge no SPA da UFF na década de 80.

No terceiro capítulo, “Prudência: Do Cuidado com os Especialismos”, prosseguimos com nossas análises tomando como foco as práticas marginais no território das escolhas profissionais, ou seja, essas que derivam da problematização do modelo hegemônico instituído. Inspirados em Foucault (2004) trazemos suas indicações para não “cairmos de amores pelo poder” – tomamos suas indicações como prudência com a prática/invenção de quaisquer intervenções para que nossas construções, as mais criativas, não se cronifiquem em novos modelos. Esboçamos pistas provisórias, frágeis, para pensar na ampliação de nossas práticas para além da formação de grupos que findam quando a orientação acaba, na ampliação dessas práticas para além das mãos de quem as inventou, quanto mais longe melhor. Pensando na questão dos *saberes das pessoas*, utilizando a juventude como inspiração de movimento, questionando que encomendas nos fazem e de que modo as

estamos transformando em demandas, incitamos abrir outros caminhos para mais que desmontar o lugar do especialista, sair desta posição. Este capítulo trabalha com “restos”, com aquilo que queremos banir das nossas intervenções acreditando que fortalecerá seu desenvolvimento. Mas estes restos são a possibilidade mesma de ampliação do grau de abertura dessas práticas às diferenças e às singularidades que ambicionamos compor.

## 1. ORIENTAÇÃO VOCACIONAL/PROFISSIONAL: É QUESTÃO DE ESCOLHA?

*Nossas personalidades, subjetividades e “relacionamentos” não são questões privadas, se isso significa dizer que elas não são objeto de poder. Ao contrário, elas são intensivamente governada. Talvez elas sempre o tenham sido. (ROSE)*

Esbarram-se dois amigos de longa data que não se veem há muito tempo. Advêm a alegria do encontro, a surpresa daquele acaso, lembranças dos tempos idos, intensidades sem nome. Então, a organização necessária para manter uma conversa, a pergunta já esperada: “O que você anda fazendo da vida?”. Aqui caberiam muitas respostas, se imaginarmos os inúmeros encontros e experimentações que tornam ou não nossa vida potente. Se pensarmos a vida como abertura para composição de sentidos, multiplicação de afetos. Por exemplo: “Acredita que outro dia, na feira, capturei, depois de anos, o gosto do caquí do quintal da minha avó?”. Mas, em geral, a resposta sabe por onde deve ir. Como conhecemos todas as perguntas e já as tomamos de antemão sempre no mesmo sentido, na maior parte das vezes, de quantidade, utilitarismo, rentabilidade, fazemos o mesmo com as respostas. Perguntas esperadas, respostas previstas. Assim, o questionamento sobre o que fazemos da vida ganhará a cada vez um contorno de utilidade: para que sirvo; onde me encaixo; qual o resultado de meus projetos, sucesso ou fracasso, perda ou proveito de tempo?... “Estou estudando para concurso público, sabe como é...”. Sim, em geral, todo mundo sabe como é.

A questão profissional, na atualidade, imersa em um cenário de mudanças radicais no mundo do trabalho (*flexibilização*, planejamento de curto prazo, horizontalidade nas relações, privatização das empresas, empreendedorismo, desemprego, etc.), é presente na vida das pessoas em tom de pressa e desespero. O modo de existência que atualizamos há três séculos – interiorizado, psicologizado, consumista, amedrontado pelo medo da violência e do outro – exige de nós garantias para que nada abale os contornos dessa individualidade. Neste cenário de precarização e competitividade, no qual não há garantias de trabalho para ninguém, a corrida, para conseguir um lugar ocupacional na sociedade, começa cedo. Não pode haver tempo para escolhas erradas, mudanças de perspectiva ou para experimentação de um modo de viver que não esteja reduzido à produção. Os discursos que circulam e atravessam a sociedade – educacional, político, econômico, cultural – expressam que a garantia de um

futuro bem sucedido dependerá de quem o indivíduo é e de como poderá se adaptar ao competitivo mundo do trabalho e da vida.

Contudo, “ser” não é simples. Aprendemos com professores, psicólogos, policiais, familiares, comerciais de margarina na TV, enfim, com diversos envolvidos - visíveis e invisíveis - na *produção de nossa subjetividade*, que “ser” envolve um complexo jogo. Entre desejo, vontade, si mesmo, outros tantos, o que você veste e o que come; como se apresenta ao mundo e o que enxerga no espelho. O que você sonha e o que você delira; que tipo de música ouve e em quem vota; o que quer e o que é capaz de pedir, as lembranças mais íntimas da infância, a capacidade de tomar ou não decisões, todas as escolhas feitas e aquelas ainda não pensadas. A boa notícia é que existe “ajuda”. As mesmas máquinas que produzem esta intrincada rede de perguntas e inquietações oferecem também as respostas, através de braços de suas engrenagens. Chamamos de *experts* os especialistas – operadores, produtores e produtos dessas máquinas – que são autorizados a proferirem verdades sobre os sujeitos. Neste trabalho, temos interesse em alguns. Especificamente nestes que oferecem ajuda no momento de escolher uma profissão. Que tipo de ajuda é essa e para quem? Onde aí a escolha?

Essa “ajuda” conversa com meninos de rua, donas de casa, analfabetos, camelôs, *Macabéias*? Atravessa as favelas, os hospícios, as esquinas, o chão das fábricas? A quem servem nossas dinâmicas de grupo, testes psicológicos e discursos sobre individualidade e autoconhecimento? E se tal “ajuda” não conversa com esse povo que não foi escolarizado, que não se senta para programar um projeto de vida, esse povo indisciplinado, escória, ela não lhes chega de outros modos? Ao dizer dos disciplinados, escolarizados, programados, não produz também discursos sobre a escória? Fiquemos com essas questões enquanto delimitamos como objeto de pesquisa um conjunto de práticas e conceitos que forjam este campo de saber denominado orientação vocacional/profissional.

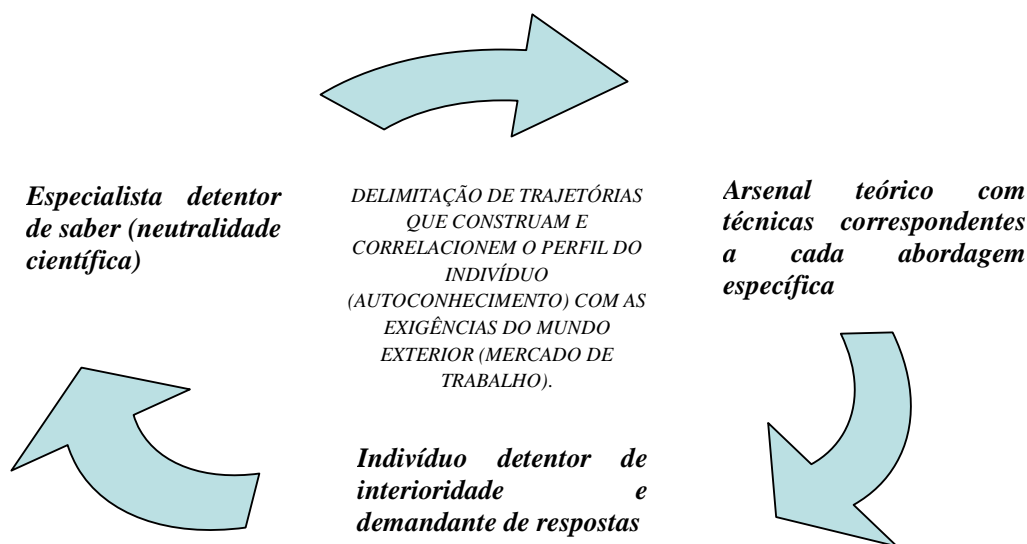
## **1.1 Dois Modos de Pensar o Pensamento**

Tradicionalmente a orientação vocacional/profissional traduz-se numa operação na qual um profissional, detentor de um saber, presta auxílio para aquele que não sabe, ou não tem certeza, sobre que direção tomar. Sustenta-se na falácia da individualidade, do esforço pessoal e das potencialidades interiores: cada indivíduo carrega em si uma essência de “quem é”, através de méritos pessoais e orientação especializada encontrará “o que escolher”, isto é, um lugar ocupacional na sociedade. A produção de “excluídos” no cenário econômico, a

máquina do desemprego, a produção de modos de vida consumistas, serializados, marginalizados, ficam em segundo plano (ou não comparecem) nesta equação da interioridade, esta que se restringe em desvelar “quem sou”, “o que quero verdadeiramente”, objetivando determinar um encaixe futuro.

Este modelo tradicional de orientação foi sofisticando-se e ganhando outros contornos na atualidade. O objetivo não se esgota mais em escolher uma profissão, faz-se necessário a elaboração de um projeto de vida; não se fala necessariamente em vocação, mas na exploração e desenvolvimento de habilidades e competências; o público-alvo é ampliado para qualquer idade; as estratégias para conhecer o orientando, e apresentar-lhe alternativas, se multiplicam e diversificam. A estrutura, no entanto, se mantém e quando imersos neste campo os profissionais se constituem como especialistas através de uma aplicação sistemática de técnicas nas quais não se coloca em questão os efeitos que delas se desdobram.

Estamos chamando de efeitos, os desdobramentos que são colocados em cena, quando saberes ditos neutros e científicos se encontram com os sujeitos, produzindo outras formas de viver, sentir, pensar, experimentar; ou seja, novas *subjetividades*. Colocar essa produção em questão seria perguntar, por exemplo: de quais discursos e ferramentas as práticas de orientação lançam mão para se legitimarem como um serviço do qual todos devem fazer uso? Quando emerge esse público-alvo necessitado de respostas e tutela, ele sempre existiu? O que tais técnicas têm a ver com os processos de “exclusão” do sistema capitalista? Mas, o modelo hegemônico de orientação vocacional/profissional (tradicional ou contemporâneo) não apresenta questões, prioriza resultados:



Tomar os efeitos das práticas como questão supõe a quebra deste plano tal como se apresenta – natural, objetivado, linear – para acessar as forças que o constituem deste modo. A quebra de tal panorama, naturalizado nas práticas dos profissionais e no aceite daqueles que as acolhem como bússola, permite vazar seus contornos bem delimitados em questões incomodativas: orientar quem, orientar para quê e em qual direção? Caberiam estranhamentos, ainda que no intervalo entre a aplicação de uma técnica e outra, que possibilite pensar por um instante em nosso encargo de especialista? Por exemplo: direcionamos os jovens que não sabem o que fazer para qual direção – um mercado de trabalho que já não há, um lugar seguro para dentro de si, - um curso Superior que os legitimem a “ser alguém na vida”?

Mostramos até aqui dois modos de conceber um objeto de pesquisa, um campo de saber: um diz respeito à linearidade e evolução das práticas, um campo que se modula de acordo com as “necessidades” dos sujeitos com os quais trabalha; outro diz respeito aos efeitos que estas práticas produzem, efeitos que são subsumidos numa equação de neutralidade e objetividade. Um modo credita ao conhecimento um estatuto de verdade; o outro modo aponta que nas relações de saber, na composição das práticas que incidem sobre a sociedade, há relações de poder. Que conhecer a realidade, propor mudanças sobre ela, não é uma atitude puramente científica, posto que nenhuma ciência é pura, e sim, política. Trabalharemos esses dois paradigmas ao longo dos capítulos desta dissertação. Inicialmente, através de Barros e Passos (2000), ficaremos com as noções de campo e plano de conhecimento para apresentar essas duas dimensões-conceitos com relação aos modos de conceber as práticas de orientação vocacional/profissional.

### 1.1.1 Noção de Campo: forma, verdade, coerência, evolução

Campo de atuação; campo de saber; campo epistemológico... O que está implicado em tais expressões? Imediatamente, passam a ideia de coerência, delimitação de fronteiras, estrutura, homogeneização. “Quando empregamos a noção de campo epistemológico não podemos evitar o ideal de unidade, autonomia racional e progresso que tradicionalmente caracteriza as regiões da ciência” (BARROS; PASSOS, 2000, p. 75). A história da psicologia, longe de uma unidade, é marcada por uma dispersão teórico-tecnológica – correntes antagônicas, vários modos de pensar um objeto, discussões se somos ou não ciência, “mais

como um arquipélago do que como um continente, este saber nunca se firmou em um campo coeso” (2000, p. 75). No entanto, herdeira das ciências naturais, a psicologia sempre se constrangeu por sua constituição dispersa, sendo também marca de sua história uma busca em delimitar áreas específicas de atuação, um campo coerente, que refletisse seu objeto.

Essa incumbência atravessa, por exemplo, o cotidiano da formação dos estudantes de psicologia, explícita em comentários informais tais como “ele começou a falar deste jeito porque foi para os recursos humanos”, “queria fazer clínica, mas prefiro fazer algo na área de social”, “não irei para o estágio em saúde mental porque lá só tem psicanálise”.

Vemos que o eixo de sustentação de um campo epistemológico é, em última instância, a relação estabelecida entre sujeito e objeto do conhecimento. A especificidade desta relação é que distingue os campos, que define as fronteiras epistemológicas, que delimita as disciplinas. (PASSOS apud BARROS; PASSOS, 2000, p. 76)

A noção de campo em psicologia implica numa distância entre sujeito que conhece e objeto a ser conhecido; entre duas unidades dicotômicas, uma realidade a ser compreendida. Lewin, quem traz essa concepção de campo da escola alemã Gestalt, traz também uma novidade na forma de conceber a relação sujeito-objeto. Inaugura uma proximidade nesta relação até então tratada no nível de neutralidade e hierarquização nas ciências tradicionais. Para Lewin o pesquisador não está fora, como observador externo, do campo investigado. Leva com ele seus afetos libidinais, influencia e é influenciado por seu objeto, provocando transformações no campo de pesquisa.

A corrente positivista em voga, que acreditava ser possível o pesquisador se manter “fora do campo de investigação”, pregava um entrevistador neutro e independente em relação às estruturas de poder da organização estudada, um sociólogo ou psicólogo que deveria fazer tábula rasa de suas experiências anteriores, de seus valores, opiniões ou preconceitos. Ele deveria, em suma, colocar-se como um observador “exterior”. (2000, p. 72)

Essa novidade, que quebra com a tradição positivista, embora aproxime, mantém a separação dos termos enquanto dimensões que se relacionam, mas existem em si mesmas: há um pesquisador que extrai análises e sabe de um objeto, a partir de determinado aporte teórico-prático, num dado campo de investigação.

É nesta dimensão que situamos o discurso hegemônico das práticas de orientação vocacional/profissional. Quando sua emergência histórica essas práticas herdaram o paradigma positivista em voga: através de uma aplicação de testes, medem e encaixam os sujeitos na produção industrial. Não há muita “conversa”, risco de influenciar o orientando, ou lhe dar



alguma resposta errada, pois a técnica tem o poder de encaixar as características do sujeito no que os cargos ocupacionais exigem. Conforme os discursos psi vão se disseminando na sociedade, conforme o homem vai se tornando uma *subjetividade interiorizada*, as relações de trabalho vão se complexificando, as tensões sociais explodindo, as práticas de orientação inventam outros contornos e a neutralidade do orientador e passividade do orientando também modulam. Modulação não significa que um modo de funcionar se apagou para outro mais atualizado substituí-lo, aponta, ao contrário, para coexistência de modos de funcionamento: às vezes descontínuos, às vezes, embora heterogêneos, um sendo condição de possibilidade para os outros se afirmarem.

Atualmente as pesquisas em orientação vocacional/profissional lutam por um campo conceitual-técnico coeso. Tentam listar as teorias que acolhem a temática vocacional (ex.: psicodinâmica, psicanálise, psicologia comunitária, psicologia comportamental, análise sócio-histórica, teorias da administração, etc.), catalogar as práticas (entendidas como aplicação de técnicas, ex.: testes psicológicos, dinâmicas de grupo, entrevistas abertas ou fechadas, etc.), classificar seu público-alvo (jovens que prestarão vestibular, profissionais indecisos, jovens das camadas populares, etc.), especificar os profissionais que podem ou não prestar tal orientação (psicólogo, pedagogo, psicopedagogo, administrador, etc.). Esta dimensão que busca um campo coeso reflete o paradigma hegemônico que afirma os especialismos e a busca por resultados. Tal paradigma contém uma multiplicidade de práticas de orientação de diversas vertentes, o ponto comum é que todas afirmam que é necessário um profissional qualificado para intervir no campo das escolhas profissionais, que existem objetivos a serem alcançados através de determinados métodos, com resultados que podem ser avaliados quantitativa ou qualitativamente.

Há um esforço para a delimitação de fronteiras dos termos orientação vocacional, orientação profissional, orientação educacional, orientação/aconselhamento de carreira, *coaching*, etc. Dependendo da cultura de cada país, da área do pesquisador e suas perspectivas teóricas, um ou outro termo é mais disseminado e utilizado. Silva (2010) traz esta preocupação de ordenar a caotização dos termos; observa as mudanças ocorridas no mundo do trabalho desdobrando-se na ampliação das práticas de orientação que em geral tinham um foco hegemonicamente psicológico e educacional, respondendo agora a outros tipos de demanda em outros setores da sociedade, principalmente nas organizações. Incomoda ao autor esta proliferação de ofertas de orientação que acabam por acompanhar jargões empresariais que estejam em voga, em detrimento de uma devida preocupação com os objetivos a que se propõe alcançar, “bem como com a correta delimitação de sua aplicabilidade” (2010, p. 299).

Silva nos traz um ensaio no qual organiza semelhanças e diferenças entre tais práticas e suas devidas aplicabilidades. Aponta que essas práticas podem assumir conotações similares, sobrepostas ou antagônicas devido a possuírem tênues características que as diferenciam entre si, mas partirem de um fio condutor comum que as entrelaçam, sobrepõem e, por vezes, confundem-nas.

Para evitar ambigüidades, a OCDE (2005) posiciona que “o termo ‘orientação’ será utilizado para designar qualquer um desses serviços, cabendo aos países membros interpretar esse termo como uma referência aos serviços do seu país” (p.84). Contudo, adota a terminologia Orientação Escolar e Profissional que define como: um conjunto de atividades que permitem aos cidadãos de qualquer idade, em qualquer momento das suas vidas, identificar as suas aptidões, competências e interesses, tomar decisões importantes a nível escolar, a nível da sua formação e a nível profissional e gerir os seus projetos de vida individuais no estudo, no trabalho e em outros contextos nos quais essas aptidões e competências são adquiridas ou utilizadas. A Orientação pode ser oferecida em diversos contextos: educação, formação, emprego, a nível comunitário e a nível privado. (2010, p. 300)

A Associação Internacional para a Orientação Escolar e Profissional (AIOEP) declarou, em 2001, que a orientação escolar e profissional visa ajudar os indivíduos a compreenderem seus talentos e potenciais, planejar ações adequadas para desenvolver competências que agreguem valor pessoal, econômico e social para o indivíduo, família, comunidade e nação. A OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) assinala alguns princípios que devem ser observados na oferta de serviços de orientação:

(a) independência – a Orientação prestada respeita a liberdade de escolha de carreira e o desenvolvimento pessoal do cidadão/usuário; (b) imparcialidade – a Orientação fornecida ajusta-se apenas aos interesses dos cidadãos, não é influenciada pelos interesses de quem presta, ou por interesses institucionais e financeiros, e não exerce nenhuma discriminação baseada no sexo, na idade, na origem étnica, na classe social, nas qualificações, nas capacidades e outras; (c) confidencialidade – os cidadãos têm direito à confidencialidade da informação pessoal que fornecem no processo de Orientação; (d) igualdade de oportunidades – a Orientação prestada promove a igualdade de oportunidades de todos os cidadãos na aprendizagem e no trabalho; (e) perspectiva holística – o processo de Orientação toma em consideração o contexto pessoal, social, cultural e econômico da tomada de decisão de cada cidadão. (2010, p. 301)

As práticas de orientação contemplam desde jovens até adultos que visam a “re-entrada” no mundo do trabalho, estando disseminadas em diversos setores da sociedade. “Intervenções de carreira são possíveis com crianças, adolescentes, adultos inseridos ou não no mundo produtivo, pré-aposentados, indivíduos com necessidades especiais, jovens em situação de risco e com grupos profissionais específicos, entre outros” (2010, p. 301).

Podemos entender esta expansão tal como os teóricos da área que a veem como “evolução” e “desenvolvimento”, ou pensar nas lutas por mercado as quais os especialismos se lançam.

Silva (2010) define assim a orientação profissional – objetivo principal: facilitar as escolhas, a tomada de decisão e a elaboração de projetos de vida; contexto de atuação: escolas, consultórios particulares, centros sociais, empresas, instituições públicas ou privadas; público-alvo: cidadãos em qualquer momento de suas vidas, sobretudo, jovens em início da trajetória acadêmica ou profissional; enfoque da abordagem: terapêutica ou não terapêutica.

Encontramos na Associação Brasileira de Orientação Profissional (ABOP), um resumo da pesquisa de Mauro Magalhães (2010), presidente da associação na gestão de 2007, para explicar o “bloco indiferenciado” das práticas de orientação, aconselhamento ou terapia relacionada ao trabalho e carreira, colocação ocupacional. Utiliza como sinônimos os termos orientação vocacional e profissional, os definindo enquanto auxílio para indivíduos indecisos avaliarem o seu repertório comportamental e traduzi-lo em escolhas vocacionais. Ajudariam na identificação de mais opções para realização das escolhas, através de um trabalho de clarificação de interesses e aptidões, exploração de domínios e níveis ocupacionais correspondentes, e na especificação de alternativas vocacionais apropriadas. “A orientação, essencialmente, traduz auto-conceitos para títulos ocupacionais e, portanto, pressupõe que o sujeito já tenha respondido de modo confiante e coerente a perguntas como ‘Quem sou eu?’ e ‘O que é que eu quero?’” ([www.abopbrasil.org.br/home](http://www.abopbrasil.org.br/home), acesso em Maio/2011).

Desse jogo de prescrições e orientações interessa-nos especialmente a orientação vocacional/profissional (que também estamos usando como sinônimo), naturalizada no cotidiano de jovens e adultos, legitimada nas escolas, organizações não governamentais, serviços de psicologia aplicada, afirmando-se cada vez mais, independente da abordagem teórica-técnica utilizada, enquanto um serviço do qual todos devem fazer uso. Mas não a tomaremos somente neste nível de análise que discute sua especificidade e aplicabilidade, embora esse enfoque também seja importante. Alimentando as formas há as forças, nas entrelinhas da história de evolução e verdade dos conhecimentos científicos há efeitos que escapam ao que se pretende controlar, há diversos personagens que entram em cena apontando outros textos.

### 1.1.2 Noção de Plano: forças, poder, caotização, descontinuidades

Foucault (2001) mostrou ao longo de suas pesquisas como as práticas sociais engendram domínios de saber que não somente fazem aparecer novos objetos, novos

conceitos, novas técnicas, mas também fazem nascer formas totalmente novas de sujeitos e de sujeitos de conhecimento. Quando perguntado sobre sua necessidade de enunciar questionamentos a respeito das condições de possibilidade, das modalidades e da constituição dos “objetos” e dos “domínios”, pergunta em última instância sobre seu *método genealógico*, respondeu que:

Queria ver como estes problemas de constituição podiam ser resolvidos no interior de uma trama histórica, em vez de remetê-los a um sujeito constituinte. É preciso se livrar do sujeito constituinte, livrar-se do próprio sujeito, isto é, **chegar a uma análise que possa dar conta da constituição do sujeito na trama histórica. E isto que eu chamaria de genealogia, isto é, uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto, etc.**, sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendente com relação ao campo de acontecimentos, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história. (2011, p. 7, grifos nossos)

Foucault não só nega a neutralidade/naturalização dos regimes de conhecimento apontando sua invenção na história, como afirma uma justaposição de saberes, poderes e práticas na produção de discursos, sujeitos, objetos, conhecimentos, realidades. Justaposição não quer dizer relação de termos, quer dizer uma mistura na qual não se sabe onde começa um e onde termina o outro. Primado do ovo ou da galinha? Ovo e galinha. Mas o que “saber” e “fazer”, termos que julgamos pertencer a um domínio científico, separado da vida, têm a ver com poder, algo que se associa a política? Essa co-existência dos saberes e práticas com o poder se justifica na medida em que poder para o autor não é lei, estrutura, interdição ou repressão – modo natural de entender poder antes de Foucault.

É curioso o que este autor nos diz, que o poder não é algo que alguém possua, algo que seja possível tomar ou transmitir. Nós que temos marcada no corpo a lógica de dominadores e dominados, que nos sentimos reprimidos e forçados as situações da existência, nos espantamos ao ouvir que o poder é positivo e produtor, e que fazemos parte de sua trama. Mas em resumo trata-se disso: produção, multiplicidade e relação de forças. “Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização” (Foucault, 1993, p. 88). O poder circula em rede e perpassa por todos os sujeitos em todos os níveis que lhes dizem respeito – as relações de poder não são exteriores a outras relações (de conhecimento, sexuais, econômicas) e possuem onde atuam um papel constitutivo e produtor. Assim, onde há saberes, pressupõem-se poderes – embate de forças. “Neste nível não se trata de saber qual é o poder que age do exterior sobre a ciência, mas que efeitos de poder circulam entre os enunciados

científicos; qual é seu regime interior de poder; como e por que em certos momentos ele se modifica de forma global” (2011, p. 4).

É nesta linha de pensamento que Barros e Passos vão problematizar a noção de campo. “A noção de campo começa a experimentar um deslocamento de seu sentido habitual quando é apontado o engendramento dos termos que lhe balizariam os limites. Sujeito e objeto não são mais realidades previamente dadas, mas se produzem por efeito das práticas” (2000, p. 74). Propõem, no lugar de campo epistemológico, pensar um plano de constituições ou de co-emergências.

Problematizar os limites de cada disciplina é argüi-la em seus pontos de congelamento e universalidade. Tratar-se-ia, nesta perspectiva transdisciplinar, de nomadizar as fronteiras, torná-las instáveis. Caotizar os campos, desestabilizando-os ao ponto de fazer deles planos de criação de outros objetos-sujeitos, é a aposta transdisciplinar. (2000, p. 77)

Nesta proposição, dois pontos são fundamentais para o presente trabalho: a questão da universalidade das disciplinas (naturalização) e a proposta da transdisciplinariedade, apontando outros caminhos para pensar as relações homem-mundo (invenção).

**Disciplinas:** Tomamos a psicologia e seus campos de saber como disciplinas usualmente num sentido universal, de verdade, e de coerência. Mas, para estes autores que estão propondo um outro modo de pensar o conhecimento, o que é uma disciplina? Foucault (2006) a define por um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpo de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos. Ela sempre supõe a construção de novos enunciados: para que haja disciplina é necessário que haja a possibilidade de formular, indefinidamente, novas proposições. Formula que uma disciplina não é a soma de tudo aquilo que pode ser dito de “verdadeiro” a propósito de qualquer coisa; nem mesmo é o conjunto de tudo aquilo que, sobre um mesmo dado, pode, pelo princípio de coerência ou sistematização, ser aceito. Por exemplo, a medicina não é constituída pela totalidade do que se pode dizer de verdadeiro sobre a doença. A medicina, como qualquer outra disciplina, é feita tanto de erros quanto de “verdades”, erros que não são meros resíduos rejeitáveis, mas que têm funções positivas, uma eficácia histórica, um papel muitas vezes indistinto do das “verdades”. Foucault (2011), em *Nietzsche, a Genealogia e a História*, diz que a verdade é uma espécie de erro que tem a seu favor o fato de não ter sido refutada, ainda.

Para que uma proposição pertença à disciplina é preciso que ela responda a condições outras, em certo sentido, mais estritas e mais complexas do que a pura e simples “verdade” –

ela deve dirigir-se a um certo plano de objetos determinado, poder inscrever-se num certo tipo de horizonte teórico. No interior dos seus limites, cada disciplina reconhece proposições “verdadeiras” e “falsas”, ou seja, uma proposição tem de passar por complexas e pesadas exigências para poder pertencer ao conjunto de uma disciplina; antes de se poder dizê-la verdadeira ou falsa, ela deve estar “no verdadeiro”. Foucault toma o exemplo de Mendel – como os botânicos e os biólogos do século XIX não puderam ver que era verdadeiro o que Mendel dizia? É que Mendel falava de objetos, usava métodos, colocava-se num horizonte teórico que eram estranhos à biologia da sua época. Estava em jogo a convocação de novos instrumentos conceituais e novos fundamentos teóricos. Mendel dizia a “verdade”, mas não estava “no verdadeiro” do discurso biológico da sua época; para que Mendel entrasse no verdadeiro e para que as suas proposições surgissem exatas foi necessária toda uma mudança de escala, o desenvolvimento de um novo plano de objetos em biologia. Percebemos que a questão não é de descobrir uma verdade ali dada, mas de fabricá-la e poder inscrevê-la a partir de certos contextos que permitam fixá-la como realidade. Foucault conta como Schleiden, trinta anos antes, ao negar a sexualidade vegetal em pleno século XIX, fazia-o segundo as regras do discurso biológico e com isso formulava apenas um “erro disciplinado”.

Nunca se trata de dizer ou não um conteúdo verdadeiro, mas de quem pode dizê-lo, segundo quais condições de possibilidade pode fazê-lo verdadeiro – aqui fica explícita a não separação entre saber e poder. Este “quem” pode encarnar um sujeito, mas diz respeito sempre a uma multiplicidade, pois um sujeito é efeito de contextos os mais diversos. Mas, a lógica a qual estamos habituados trata os conhecimentos de forma disciplinada, como se estivessem lá prontos para serem assimilados conforme a história dos homens vai evoluindo; ou como se fossem criados por um precursor brilhante, a partir de magia ou alguma inteligência superior.

A disciplina é então, segundo Foucault, um princípio de controle da produção do discurso. Fixa-lhe limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma re-atualização permanente das regras. O autor fala de “monstros” que rondam sua exterioridade e desafiam suas formulações, enxergamos Foucault mesmo como um monstro a se interessar pelo que fervilhava entre a aparente calma linear da história. “É sempre possível dizer o verdadeiro no espaço de uma exterioridade selvagem; mas não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma “polícia” discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos” (2006, p. 35).

O que mais nos interessa ao trazer esse caráter não disciplinado das disciplinas, o ranger de suas engrenagens que tentam sustentar campos coesos e autônomos, é – repetindo a

proposição de Barros e Passos – argui-la em seus pontos de congelamento e universalidade, nomadizar suas fronteiras: Se faço psicologia, não faço política? Se faço política, não faço arte? Se faço arte, não sou psicólogo? A polícia visita os consultórios/oficinas/grupos/rodas de psicologia no século XXI ou só na ditadura militar? Fomos formados disciplinarmente para respeitar as identidades que não se misturam. Os autores que invocamos para esta dissertação propõe um embaralhamento/zonamento de códigos, traçam uma linha que põe as diferenças lado a lado num plano transversal em contraposição as identidades; apostam nas dimensões ético-estético-política das práticas.

**Paradigma transdisciplinar:** Nas últimas quatro décadas observamos, Barros e Passos (2000), um questionamento das fronteiras muitas vezes rígidas das disciplinas. Advém dessa crítica a *multidisciplinariedade* com o objetivo de juntar vários olhares de especialistas para dar um parecer mais completo aos objetos; em decorrência disso tornou-se comum a reunião de várias opiniões sobre um mesmo assunto, cada área querendo garantir sua especificidade, tornando o objeto multianalisado (um olhar social, um psicológico, outro histórico, etc.). A chamada *interdisciplinariedade* efetivou trocas entre esses diferentes saberes; neste caso a limitação não está em reunir opiniões que não se comunicam, mas em tomar esse objeto como fixo e natural (a pedagogia, a psicologia e a neurociência conversam, mas a “criança-problema” da escola é vista desde o começo como um problema, ou seja, o objeto é naturalizado).

A transdisciplinariedade vem colocar em questão o próprio estatuto desses objetos e dessas disciplinas que o pesquisam. Radicaliza o entendimento de que sujeito e objeto são construídos/inventados na própria relação de conhecimento, não sendo categorias isoladas dadas *a priori*.

Os limites entre as disciplinas é perturbado quando se coloca em questão as identidades do sujeito que conhece e do objeto conhecido. A noção de transdisciplinaridade subverte o eixo de sustentação dos campos epistemológicos, graças ao efeito de desestabilização tanto da dicotomia sujeito/objeto quanto da unidade das disciplinas e dos especialismos (2000, p. 76).

Sujeito, objeto, sistemas teóricos conceituais, são efeitos de um plano de constituição que não entendemos como unidade e homogeneidade, já que composto por “componentes teóricos e tecnológicos, mas também estéticos, éticos, econômicos, políticos e afetivos que se atravessam neste plano, impulsionando seu mecanismo de produção de realidade” (2000, p. 76). É nesse sentido que propomos pensar as práticas de orientação vocacional/profissional. Não sugerimos ignorar sua constituição enquanto plano objetivado, visto que é ingênuo negar

as formas tal como elas se apresentam no mundo. É preciso encarar os campos de saber tal como eles se dão. Sugerimos, em sabendo que muitas outras forças se dão nos campos, irmos além desta forma-especialismo para pensá-la enquanto plano de acontecimentos, criação, lutas, invenção de personagens, como produtora e efeito das práticas sociais. Então, a orientação vocacional/profissional, novelo do qual puxaremos algumas linhas a tratar, é colocada em análise neste trabalho a partir de alguns referenciais:

Entendimento dos conhecimentos como fabricados e, portanto, estranhamento com relação aos saberes que se produzem como verdade. Nesta perspectiva, trazemos uma inserção da orientação vocacional/profissional na história, a fim de recusar a naturalização das práticas, o que não significa negar a materialidade das mesmas (que elas existam), mas interrogá-las em sua constituição (existem a partir de quais condições de possibilidade). Como um discurso vocacional, aliado a um discurso psicológico, engendram modos esquadrihados de lidar com o trabalho e com a vida? Inspirados em Foucault, partiremos dessa pergunta para estranhar alguns efeitos decorrentes desta naturalização. Dentre os principais, elegemos o fortalecimento do modo indivíduo fabricado como única possibilidade de existir (primeira pista: sujeito não é sinônimo de indivíduo).

Fazemos uso de autores que cortam com uma tradição representativa do pensamento – elegemos alguns autores da *Filosofia da Diferença* e da *Análise Institucional*. Encontra-se sob o nome *Filosofia da Diferença* um conjunto de pensamentos heterogêneos que quebram com o modo tradicional, herança de uma tradição platônica e cartesiana, de conceber sujeito e conhecimento no Ocidente. Trata de pensamentos que se interessam pela pluralidade e singularidade, ao invés de uma filosofia baseada numa Ideia universal e numa totalidade. Sua concepção de sujeito desmonta um paradigma unificado, racional, interiorizado e dotado de certa natureza. Traz em contrapartida o conceito de produção de subjetividade como modos de sentir, agir, perceber, produzidos por diferentes dispositivos sociais, políticos, econômicos e culturais existentes no mundo. Nessa leitura, nos deparamos com forças produzindo uma subjetividade que não separa pensamento/corpo, desejo/política, sujeito/mundo; uma subjetividade descentrada, múltipla e em constante tensionamento. Foucault, Deleuze, Guattari, Espinosa, Nietzsche, são alguns autores que “encaixamos” nesta abordagem.

A *Análise Institucional* é um movimento cujo escândalo, segundo Lourau (1993), é a operação de analisar as implicações de pesquisador e pesquisa, em contrapartida às “teorias da objetividade” que se baseiam na neutralidade como ponto de sustentação e garantia da pesquisa. Inventaram outro conceito para instituição, que não o sinônimo de estabelecimento, a definindo enquanto dinâmica sócio-histórica de produção e reprodução das práticas sociais.



Suas ferramentas, tais como: análise de implicações, análise da demanda, encomenda, restituição, diário de campo, etc., pretendem colocar em cena as forças que instituem um campo problemático, intensificando o que ainda não tem visibilidade, para possibilitar a produção de alguma transformação nas instituições.

## **1.2 O Projeto Vocacional: Sucessos e Fracassos Individualizados**

### 1.2.1 Do Problema:

Uma escolha profissional consciente leva em conta pelo menos três elementos: quem é você, o que se estuda durante o curso e como é o dia a dia da profissão. “O primeiro ponto importante para uma decisão responsável é o autoconhecimento. O estudante deve se voltar para ele mesmo, precisa conhecer suas habilidades, seus interesses e seus valores”, afirma Selena Garcia Greca, psicóloga especialista em orientação profissional e desenvolvimento de carreira. ([www.gazetadopovo.com.br/vestibular](http://www.gazetadopovo.com.br/vestibular), acesso em Maio/2011)

Tenho muita vergonha por estar desempregado, não tenho coragem de olhar nos olhos da minha mulher e dos meus filhos. (frase de novela, conversa de ônibus, ou de bar)

Estou fazendo o mestrado e acham que sou vagabundo, preciso de um trabalho urgente, pois não tenho bolsa. (frase dita por 80% da turma do mestrado psicologia UFF/2009)

Estou há um ano estudando para concurso público, nunca digo que não consegui a vaga. Digo que fui aprovado e não classificado, e é verdade. (fala de vários profissionais da “profissão estudando para concurso público”)

Tem que correr atrás, não vai cair nada do céu. Tem que se qualificar, arrumar contatos, ficar antenado com o mundo, batalhar e não desistir. (pai de família, apresentador de reality show ou palestrante motivacional)

Tudo que eu tenho foi conseguido com sacrifício, essa garotada de hoje em dia não quer nada com nada. (frase de pais de família ou da classe média em geral)

Para a psicóloga Selena Garcia Greca, que atende vestibulandos há 20 anos em orientação profissional, estudantes que não sabem muito bem para qual curso farão a prova tendem a ter dificuldades de concentração. “Sem projeto de vida, ele não consegue se dedicar ao estudo”, diz. “A conquista só vem com sacrifício, empenho, dedicação e disciplina”, conta. ([www.mundovestibular.com.br/articles](http://www.mundovestibular.com.br/articles), acesso em Maio/2011)

Estas falas acima citadas, reproduzidas e inventadas, têm em comum um certo modo de enfrentar as dificuldades em garantir um trabalho rentável. Tal enfrentamento expressa ideias de esforço e superação individual, fracasso pessoal, culpabilização, incitação a

agilidade e flexibilidade. Tomamos esse modo de pensar e agir como um dos principais efeitos das práticas de orientação. Não estamos dizendo que as práticas de orientação são as responsáveis por tal modo de lidar com o trabalho/desemprego, e sim que tal modo culpabilizante, paralisante, interiorizado (em resumo, este modo-indivíduo) comparece como um dos principais efeitos das práticas de orientação tal como elas estão se dando enquanto cúmplices da manutenção de especialismos. Ser cúmplice de especialismos significa embarcar no entendimento dos saberes e práticas como separados do contexto social, político e econômico que vivemos. Algumas cenas para expressarem esta formulação:

**Cena 1:** Vai um orientador vocacional/profissional dar uma palestra para uma turma do último ano de uma escola que prepara seus alunos para vencerem, para serem aprovados em 2º lugar geral na UFRJ, 5º lugar em Biologia, 3º lugar em engenharia, 1º lugar em medicina na Estácio de Sá, etc. Os alunos estão lá, acordaram mais uma manhã para vencer, fazer a bateria de simulados, provas comuns ou de recuperação (parece que na escola uma semana apenas com aulas e trabalhos, sem provas, é como férias fora de época). É uma escola cara, muitos pais pagam com dificuldade querendo que os filhos tenham o que nunca tiveram – oportunidade de se preparar para um bom curso, não precisar trabalhar e perder o foco dos estudos. Descrever/inventar esta escola me remete a fala do diretor e professor de biologia do cursinho pré-vestibular que frequentei: “Vocês deviam chegar em casa, depois de não prestar atenção em aula nenhuma, e pensarem quanto estão roubando dos pais de vocês. Quanto eu roubei do meu pai hoje? Porque estar aqui tem um preço, financeiro e não financeiro. Coloquem a mão na consciência”. Voltando a escola, lá estão os alunos que estudam porque é necessário fazer vestibular, alunos que têm entre os colegas adversários. O orientador vocacional/profissional fala o que todo o senso comum sabe, mas em sua voz aquilo ganha ares de ciência e é escutado com toda atenção:

“Não adianta escolher uma profissão só pelo salário, só pelo que o mercado exige. Tem que ser algo que vocês realmente gostem. Não adianta querer muito dinheiro e não saber como fazer o dinheiro chegar. Eu tenho a melhor profissão do mundo: é a profissão que não tem a “síndrome do domingo à noite”. Eu ouço a musiquinha do Fantástico, na Globo, e não sinto desespero de ter que trabalhar segunda-feira de manhã. ‘Menos de 10% dos jovens têm certeza do que pretendem prestar no vestibular. É mais saudável, portanto, assumir uma postura humilde, aceitando as próprias incertezas do que se esconder em uma falsa segurança e fazer escolhas baseadas apenas no desejo dos pais, em meias verdades, ilusões ou

preconceitos; ou ainda deixar de exprimir o seu verdadeiro desejo pela simples falta de noções corretas e atualizadas da realidade das profissões<sup>5</sup>”.

Ele vai falar sobre o grande risco de cometer enganos na hora de fazer escolhas, do quanto aqueles alunos são jovens e já precisam tomar aquele tipo de decisão, dirá frases motivacionais sobre a competição do vestibular (“O maior adversário que vocês precisam vencer não são os outros candidatos, são vocês mesmos”). E ao final oferecerá seu serviço especializado, porque uma escolha profissional envolve fatores inconscientes, sociais, de personalidade, níveis de amadurecimento, informações corretas sobre cursos e mercado, então a orientação vocacional/profissional é mais adequada para suprir tais necessidades, muito mais que enganar-se na internet, ouvir conselhos inadequados de parentes ou embarcar na onda de amigos. Corta.

O especialismo precisa garantir sua manutenção e ampliar seus campos de atuação. Precisa garantir, de forma eficaz, que as pessoas mesmas se convençam de que suas respostas dependem de sua mediação. O especialismo não se interessa que as escolas se definam como uma empresa que prepara para o vestibular; que a escolha já parta de uma lista-vestibular como se profissão se reduzisse a universidade; que o número de vagas que existem não existem para acolher todas as pessoas que as querem, por maior força de vontade que tenham; não se preocupa em colocar sobre o sujeito o peso do que será “capaz” ou não de conseguir; não se interessa pela realidade do nosso país. Interessa por essas questões na medida em que possa servir para engrossar seu discurso de convocação a sua intervenção eficaz. “O mercado de trabalho hoje mudou. Ter um curso superior não garante mais nada. Vocês precisam de uma orientação que leve em conta esse novo cenário, que prepare vocês não só para a universidade, mas para a vida”.

**Cena 2:** Esta cena foi uma invenção junto com um parceiro de trabalho para disparar estranhamentos com relação as práticas de orientação em um congresso de psicologia que tem como marca um caráter cientificista. Encenamos uma conversa de bastidores em um canal de televisão; um repórter e uma orientadora profissional, minutos antes de entrarem no ar, conversam:

“– A senhora não vai mesmo falar sobre vocação?”

– Meu querido, essa história de vocação, testes, perfil profissional não funcionam em todo lugar. Nas comunidades os destinos já estão traçados: não sairá dali médico, músico, nem engenheiro. Sairá domésticas, motoristas de ônibus, serventes de pedreiro”.

<sup>5</sup> <http://www.opee.com.br/op-escolha-criterio.aspx>, acesso em Agosto/2011.

Entram no ar.

“– Bom dia, estamos aqui com a psicóloga e orientadora profissional Dra. Sabe Tudo. Dra., fale sobre seu bonito trabalho na ONG *Preparando para um Futuro Melhor*.

– Bom dia, a ONG *Preparando para um Futuro Melhor* conta com um serviço especializado de orientação profissional e cursos profissionalizantes. Há três anos nós oferecemos um futuro melhor para os jovens das comunidades populares, jovens que hoje só tem como saída à violência e o tráfico de drogas.

– E quais são os cursos que vocês oferecem, Dra.?

– Secretariado, artesanato, manicure, baby sitter, marcenaria e auxiliar de serviços gerais”.

Corta.

Os especialismos delimitam seu público-alvo a partir de quem pode pagar. Se ampliarem seu serviço para a escória é porque alguém pagará por isso. E para cada público-alvo terá um discurso diferente. Em uma escola da zona sul do Rio de Janeiro fará um discurso motivacional sobre enfrentar o vestibular com tranqüilidade e segurança. Em escolas do subúrbio o especialismo dirá que “um técnico se forma mais rápido e emprega-se no mercado mais fácil que muito profissional com diploma na mão”, e entre os seus cúmplices afirmará que trabalha com a realidade “deles”, que precisa se adequar ao cotidiano de seus diferentes públicos. Um cotidiano que é um estado de coisas. Nesta última cena evidencia-se que para essas pessoas, percebidas como futuras ameaças, são produzidas identidades nas quais suas formas de sentir, viver e agir são tornadas homogêneas e desqualificadas. Fica explícito, ainda, o raciocínio linear de causa e efeito de que onde está à pobreza estará à marginalidade <sup>6</sup>.

Cotidianamente, Coimbra (1998), os meios de comunicação de massa nos fazem crer que se a grande massa de nossa população, os “cidadãos de segunda classe”, age diferentemente das elites é porque vive e, portanto, pensa, percebe e sente diferente dela; não podem receber o mesmo tratamento. No capitalismo, uma das mais competentes produções, prende-se a individualização das responsabilidades – seja colocando-a em uma natureza humana (genética), em uma história de vida ou no meio ambiente, certos “dons” ou defeitos. O indivíduo passa a ser o único responsável por suas misérias ou fracassos. De forma simplista, linear e por vezes ingênua, culpabiliza-se os pobres por sua pobreza. Tais

---

<sup>6</sup> Sobre a questão da criminalização da pobreza ver Coimbra - Trabalho apresentado em Mesa Redonda: Direitos Humanos e Criminalização da Pobreza no I Seminário Internacional de Direitos Humanos, Violência e Pobreza: a situação de crianças e adolescentes na América Latina hoje, realizado pela UERJ, outubro de 2006.

justificativas sem dúvida têm servido para contribuir e tornar mais aceitáveis a desigualdade social e a miséria em que vivem enormes contingentes de nossa população. O papel do especialista aí, sendo “salvar” o jovem que só tem como destino o tráfico, oferecendo nobremente a troca de tal previsão funesta por um emprego de auxiliador de serviços gerais.

Por esse pão pra comer, por esse chão pra dormir  
 A certidão pra nascer, e a concessão pra sorrir  
 Por me deixar respirar, por me deixar existir  
     Deus lhe pague  
 Pelo prazer de chorar e pelo "estamos aí"  
 Pela piada no bar e o futebol pra aplaudir  
 Um crime pra comentar e um samba pra distrair  
     Deus lhe pague  
 Por essa praia, essa saia, pelas mulheres daqui  
 O amor malfeito depressa, fazer a barba e partir  
 Pelo domingo que é lindo, novela, missa e gibi  
     Deus lhe pague  
 Pela cachaça de graça que a gente tem que engolir  
 Pela fumaça, desgraça, que a gente tem que tossir  
 Pelos andaimes, pingentes, que a gente tem  
     que cair  
     Deus lhe pague

Por mais um dia, agonia, pra suportar e assistir  
 Pelo rangido dos dentes, pela cidade a zunir  
 E pelo grito demente que nos ajuda a fugir  
     Deus lhe pague  
 Pela mulher carpideira pra nos louvar e cuspir  
 E pelas moscas-bicheiras a nos beijar e cobrir  
 E pela paz derradeira que enfim vai nos redimir  
     Deus lhe pague

(Deus lhe Pague, Chico Buarque, 1971)

Fora dos mundos interiores dotados de motivação e força de vontade, o que se passa? Na verdade, veremos mais adiante que não se trata de dentro x fora, tudo o que se dá no mundo e como se dá diz respeito a arranjos que contemplam essas interioridades, que as produzem e são modulados de acordo com elas. Tudo é um campo de forças que nós dividimos em nossas análises de apreensão do real em sujeito x mundo, exterior x interior, achando que em nosso íntimo estamos a salvo da selvageria de fora; nós tão humanos, tão individuais e preciosos. Mas então o que se passa no mundo, em termos de trabalho, emprego, condições materiais para viver?

**CRP-RJ repudia salário oferecido a psicólogos no concurso para a Secretaria Municipal de Saúde de São Gonçalo.** A Comissão de Orientação e Fiscalização do CRP-RJ, através do ofício nº 0382/2010, expressou seu descontentamento com o baixo salário descrito no edital do concurso para a Prefeitura Municipal de São Gonçalo, cujas inscrições se iniciaram no dia 31 de maio de 2010. No anexo 1 do edital, consta o salário-base no valor de R\$ 325,22, sobre o qual podem incidir gratificações e adicionais. Contudo, a Prefeitura não divulgou qualquer informação sobre tais acréscimos. Assim, não se pode ter noção do real valor da remuneração, informação crucial para os possíveis candidatos ao cargo. Segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), a garantia constitucional do salário mínimo se refere ao total da remuneração e não apenas em relação ao salário-base. Contudo, mesmo que a remuneração total supere o salário mínimo e, portanto, não seja configurada inconstitucionalidade neste concurso, o CRP-RJ considera que o Edital em questão não preza pela transparência e se contrapõe à dignidade do psicólogo. O CRP-RJ pretende continuar a acompanhar os concursos públicos, reivindicando

sempre a valorização da profissão. Neste sentido, no início deste ano, tentou estabelecer diálogo com a Prefeitura de Barra Mansa sobre a oferta de salário. Foi também enviado Ofício à Prefeitura de Cabo Frio manifestando o descontentamento com a ausência de vagas para psicólogos no último concurso realizado. ([www.crprj.org.br/noticias/2010](http://www.crprj.org.br/noticias/2010), acesso em Agosto/2011)

Sennett ficou impressionado pela personalidade, desempenho e pelo credo publicamente articulado de Bill Gates. Gates, diz Sennett, “parece livre da obsessão de agarrar-se às coisas. Seus produtos surgem furiosamente para desaparecer tão rápido como apareceram, enquanto Rockefeller queria possuir oleodutos, prédios, máquinas ou estradas-de-ferro por longo tempo” (...) O que mais chamou a atenção de Sennett parece ter sido o desejo explícito de Gates de “destruir o que fizera diante das demandas do momento imediato”. Gates parecia um jogador que “floresce em meio ao deslocamento”. Tinha cuidado em não desenvolver apego ou compromisso duradouro com nada, inclusive suas próprias criações. Não tinha medo de tomar o caminho errado, pois nenhum caminho o manteria na mesma direção por muito tempo (...) os trilhos continuavam a ser desmontados a medida que a locomotiva avançava alguns metros; as pegadas eram apagadas, as coisas eram descartadas tão rapidamente como tinham sido colhidas – e logo esquecidas. (BAUMAN, 2001, p. 144)

Embora exista grande convergência de opiniões sobre ser a economia solidária a forma por excelência para a superação do atual desemprego, derivado de certos aspectos da globalização, existem dificuldades para sua real implementação. (...) Não há dúvida de que as ilusões do pleno emprego e do Estado de bem-estar social contribuíram para reduzir o entusiasmo pelo cooperativismo, mas acredito que existe outro componente ainda mais forte, e que pode vir a ser o obstáculo maior para a implantação de projetos de economia solidária. Esse componente é a falta de capacidade empreendedora da maioria das pessoas e dos trabalhadores em particular (...) Para Scumpster, na realidade, sem os empreendedores a economia seguiria apenas num “fluxo circular”, apenas com crescimento vegetativo, mas sem desenvolvimento. É fundamental o aparecimento do empreendedor de modo a desencadear o processo de desenvolvimento econômico. Mas a imensa maioria das pessoas tende a se apegar aos modos arraigados de pensar (...) Isso explicaria a tendência de as empresas capitalistas sempre liderarem o processo de desenvolvimento econômico, sendo raro que grandes inovações surjam em cooperativas (...) As questões fundamentais que se colocam seriam então as seguintes: Uma cooperativa pode incentivar o aparecimento de empreendedores ou atrair pessoas com essas características para seus quadros de associados? (...) A força do hábito e o enorme peso das convenções sociais é o que de fato torna a maioria das pessoas avessas ao comportamento empreendedor. A razão primordial desse fato é que somos todos “educados para a obediência” e para a convenção, e não para a democracia ou para a inovação. Em especial, a classe trabalhadora é ensinada a não pensar por si própria. Mesmo aqueles que se pretendem seus defensores, os ensinam o tempo todo a “fechar com o sindicato”, “seguir a linha do partido”, etc. (...) A economia solidária pode e deve se basear na figura do empreendedor. Talvez a verdadeira revolução esteja justamente na capacidade das sociedades globalizadas de gerar o maior número possível de empreendedores dentro de uma visão solidária”. ([http://lauromonteclaro.sites.uol.com.br/Meus\\_Artigos](http://lauromonteclaro.sites.uol.com.br/Meus_Artigos), acesso em Agosto/2011)

Um homem negro, de uns trinta e poucos anos, vestindo uniforme policial, aponta uma arma para o grupo de comentaristas da TV, enquanto encosta a outra arma em sua orelha. Em prantos e desesperado, segurando nervosamente as armas, acusa as autoridades governamentais de não cumprimento do aumento salarial. Os comentaristas, perplexos, tentam acalmá-lo. Ameaçando disparar as armas, pede para falar. Seus olhos transmitem medo e ódio (...) O policial, com voz trêmula grita para os técnicos que não tirem a transmissão do ar. O revólver continua encostado à

orelha, e a ameaça de assassinato e suicídio mistura-se ao clima de pavor e perplexidade dentro do estúdio. Chorando convulsivamente, o homem fala dos filhos, da mulher e do salário que não dá para pagar as despesas. Depois de alguns longos minutos, os comentaristas conseguem acalmá-lo. Sentado em frente às câmeras, junto dos apresentadores de um programa esportivo, já mais calmo e sem as armas, ele consegue expor suas reivindicações. Mais eis que dois homens que estavam atrás do cenário entram em cena e o seguram violentamente. O homem negro sai de cena diretamente para a prisão. Aliviados, os comentaristas despedem-se. Entram os comerciais, e termina o episódio (...) No dia seguinte, os jornais noticiaram o seguinte: um policial, aparentemente bêbado e desequilibrado, invadiu um programa de esportes da TV. A cena, vista por milhões de telespectadores com a respiração presa, foi traduzida em um ato desesperado de um indivíduo enfermo”. (BAPTISTA, 1999, p. 14)

**Bombeiros se revoltam e Cabral pede prisão de manifestantes.** O governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral demonstrou mais uma vez truculência no trato com as manifestações populares. Cerca de dois mil manifestantes, entre bombeiros e familiares, ocuparam o Quartel Central da corporação na noite de ontem, depois de mais de dois meses de passeatas, greves e tentativas de negociação com o governo. Cabral decretou a prisão de todos os rebeldes (...) Os bombeiros e guarda-vidas hoje têm um piso salarial de 950 reais líquidos, o menor da categoria em todo o país. Os manifestantes reivindicam um aumento de mil reais e o recebimento de vale transporte. Pela manhã, Sérgio Cabral participou de uma reunião longa a portas fechadas com o vice-governador Luiz Fernando Pezão e o secretário de segurança pública José Mariano Beltrame, entre outras autoridades. Cabral negou a representatividade do movimento atribuiu a manifestação *“a um grupo de vândalos e irresponsáveis que não irão prejudicar a imagem de uma instituição tão respeitada”*. Disse ainda que todos responderão administrativa e criminalmente. O código militar proíbe qualquer tipo de levante (...) Até agora, quase 500 oficiais foram presos e levados à corregedoria da corporação, em Niterói. Os manifestantes tiveram que ser transportados em ônibus. Na saída do quartel, eram ovacionados por centenas de colegas, que acompanhavam a ação do lado de fora. Em uma página criada por manifestantes guarda-vidas, a mensagem é: *“Não somos bandidos, somos heróis, bombeiros, chefes de família.* ([www.consciencia.net/bombeiros-se-revoltam-e-cabral-pede-prisao-de-manifestantes](http://www.consciencia.net/bombeiros-se-revoltam-e-cabral-pede-prisao-de-manifestantes), acesso em Agosto/2011)

**Administração é o curso que mais formou profissionais com bolsas do ProUni.** Administração é o curso que mais formou bolsistas do Programa Universidade para Todos (ProUni) desde a sua criação em 2004: 23.429 graduados. Em seguida, na lista dos cursos que mais formaram profissionais pelo programa, aparecem pedagogia (13 mil), direito (11 mil), enfermagem (7,7 mil) e ciências contábeis (7,4 mil). Balanço divulgado pelo Ministério da Educação (MEC) aponta que no total 174,5 mil pessoas já se graduaram pelo programa. Há ainda 464 mil bolsistas ativos atualmente. Pode participar do ProUni o aluno que cursou todo o ensino médio em escola pública ou estabelecimento privado com bolsa. Também é necessário ter feito o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2010 e atender aos critérios de renda do programa. Para o primeiro semestre de 2011, 1 milhão de candidatos se inscreveram para disputar uma das 92 mil bolsas ofertadas. Ainda está prevista uma terceira chamada, que será divulgada pelo MEC na próxima segunda-feira (25). A maior disputa por bolsas do ProUni na última edição foi no Rio Grande do Norte. Cada uma das 718 vagas disponíveis foi disputada por 15 candidatos. Pernambuco, o Pará, Alagoas, o Piauí, o Maranhão e a Paraíba também registraram mais de dez candidatos por bolsa disponível. Em termos absolutos, o estado com o maior número de inscritos foi Minas Gerais (68 mil), seguido por São Paulo (67 mil), pela Bahia (32,1 mil), pelo Rio Grande do Sul (32 mil) e pelo Rio de Janeiro (29 mil). ([www.gazetadopovo.com.br/vestibular](http://www.gazetadopovo.com.br/vestibular), *website* consultado em Agosto/2011)

(...) Numa batida na Cidade de Deus, um bairro do Rio de Janeiro, a polícia prendeu, como suspeitos, 140 pessoas que não conseguiam provar, naquele momento, que

trabalhavam. A polícia não encontrou bandidos e todos afinal foram liberados. Mas o delegado deu uma entrevista à imprensa dizendo-se muito satisfeito: “pelo menos a gente fotografa e ficha eles”. Você fotografa e ficha, porque quando precisar de algum culpado, é fácil. Diz o delegado: “é claro que “eles” ficarão marcados definitivamente, na próxima batida (...), eles já serão considerados pessoas com antecedente, porque eles já estiveram numa batida anterior”. Enquanto não descobre, a polícia fabrica suspeitos e impunemente fornece aos jornais os nomes dos acusados, porteiros de prédios, bombeiros hidráulicos, pedreiros, empregadas domésticas. No dia seguinte a polícia se desdiz, admite estar errada, quando suas vítimas, em geral humildes trabalhadores estão estigmatizadas. (COIMBRA, 1998, p. 49)

No Brasil a partir dos anos 80, Coimbra e Nascimento (2005), com a gradativa implantação de medidas neoliberais – onde a nova ordem mundial começa a fortalecer seus projetos de globalização do mercado, Estado mínimo, flexibilização do trabalho, desestatização da economia, competitividade, livre comércio e privatização – vemos uma enorme produção de insegurança, medo, pânico, articulados ao crescimento do desemprego, da exclusão, da pobreza e da miséria. O modelo capitalista não é mais tanto de acumulação de mão-de-obra e riquezas, mas de circulação, desmontagem e inventividade (uma acumulação flexível segundo Harvey): “suas regras internalizadas de operação, são concebidas de maneira a garantir que ele seja um modo dinâmico e revolucionário de organização social que transforma incansável e incessantemente a sociedade em que está inserido” (HARVEY, 2000, p. 307). Aí a perplexidade de Sennett com Bil Gates rindo de qualquer segurança ou constância, é que Bil Gates não contempla a imagem da toupeira, ele é todo serpente.

A velha toupeira monetária é o animal dos meios de confinamento, mas a serpente é das sociedades de controle. Passamos de um animal a outro, da toupeira à serpente, no regime em que vivemos, mas também na nossa maneira de viver e nas nossas relações com outrem. O homem da disciplina era um produtor descontínuo de energia, mas o homem do controle é antes ondulatório, funcionando em órbita, num feixe contínuo (...) Os anéis de uma serpente são ainda mais complicados que os buracos de uma toupeira. (DELEUZE, 1990, p. 222-226)

A citação aponta que um sistema econômico é entrelaçado com os modos de viver, isto pressupõe uma indissociabilidade entre política, poder, economia, subjetividade. O sistema capitalista, tal como expõe Rauter (2003), ultrapassa a produção econômica e refere-se também a produção de modos de ser e estar no mundo, uma destas produções é a miséria. O capitalismo foi desde sempre um enorme empreendimento de acumulação e gestão de homens e não apenas de capital: produziu (e produz) subjetividades obedientes, hierarquias, lucros e pobreza. Não há uma instância econômica separada do campo das relações de produção – o empreendimento capitalista sempre foi de natureza política.



Ocorre que as palavras-chave do que experimentamos atualmente desse sistema econômico-político-social-cultural-subjetivo são: flexibilização, descartabilidade, exigências de qualificação, desacomodação, gosto por riscos, dinamismo, controle, insegurança, fragmentação, aceleração, excesso de imagens. Essas palavras gritam no texto do economista que acusa as lideranças comunitárias, os grupos de economia solidária de não serem empreendedores. O empreendedorismo virou a grande saída de colocar sobre as pessoas a responsabilidade de criarem a qualquer custo, independente das condições materiais em curso (inflação, desemprego, etc.), meios independentes de se sustentarem e terem sucesso. Em uma comunidade em São Francisco, Niterói, ouço de uma palestrante do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas): “Hoje em dia, passa fome quem quer, todo mundo pode aprender a fazer alguma coisa, abrir uma barraquinha de cachorro quente, aprender a assar um bolo, vender uma roupa. O SEBRAE ajuda você a saber gerir seu negócio, a desenvolver possibilidades de ser um empreendedor, mas não existe empreendedor acomodado”.

A economia solidária é definida no Ministério do Trabalho e Emprego como “um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem”:

(...) Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário (...) Considerando essas características, a economia solidária aponta para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas. Seus resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade e raça. Implica na reversão da lógica capitalista ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais, considerando o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica. (<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria>, acesso em Agosto/2011)

Um movimento singular de resistência, de enfrentamento a competitividade e disputa de lucros do sistema vigente é assediado e corre riscos de ser incorporado por discursos deste mesmo sistema, exteriores à comunidade e suas necessidades, que garantem lhes ensinar, orientar, sofisticar, otimizar, assujeitar.

O que rebate o tempo todo, nestas análises sobre as condições de vida em nossa atualidade, é a noção de individualismo. Sentimos a força do modo de ser indivíduo quando os salários estão inadmissíveis e cada classe luta pelo seu. Longe de desqualificar o

movimento de luta dos bombeiros, arma de combate e mobilização numa sociedade que vive tempos de paralisia e indiferença, surgiram algumas questões em conversas com um grupo de amigos: “Os bombeiros merecem salários dignos porque são heróis?”; “A sociedade apoiou o movimento pela conotação de heróis?”; “E as empregadas domésticas, os garis, os psicólogos, os trabalhadores de telemarketing, merecem salários dignos?”; “As autoridades vão ceder e aumentar os salários?”; “O que estão pedindo é possível?”; “De todo modo a mobilização vai colocar muita coisa em cena”; “Se existisse acesso a um bom sistema de saúde, creche, lazer, transporte público, educação, a questão não seria aumento de salários, porque as pessoas não gastariam tanto para sobreviverem”; “A luta maior é por melhores condições, não só de salários, mas de vida e não só para quem é herói, mas para todos”.

O homem que ameaça matar e morrer porque acha que falhou em sustentar sua família, os psicólogos que dizem que pagam CRP e o conselho não faz nada por eles, os moradores pobres das favelas que são abordados como bandidos na volta do trabalho: O que “pipoca aí”, em todas essas cenas, em última instância é uma individualização das misérias, das lutas, da existência.

Não é gratuito que atualmente qualquer problema ou questão são traduzidos em faltas, carências, méritos, sucessos individuais. Qual o argumento mais utilizado para criticar o uso de testes psicológicos na orientação vocacional/profissional, por exemplo? – que o teste não dá conta da complexidade dos indivíduos. É preciso técnicas que vasculhem mais à fundo, façam esse indivíduo falar de sua história de vida, familiar, seus desejos e anseios mais íntimos. Produz-se um indivíduo que é responsável (culpado?) por sua condição, a despeito de qualquer contexto social, político, econômico. Nesse sentido, o que pretendemos desnaturalizar, além da orientação vocacional/profissional, é uma certa *fetichização* do individualismo:

(...) As idéias de identidade e seus cognatos têm se colocado no centro de muitas das práticas nas quais os seres humanos se envolvem. Na vida política, no trabalho, nos arranjos domésticos e conjugais, no consumo, no mercado, na publicidade, na televisão e no cinema, no complexo jurídico e nas práticas da polícia, nos aparatos da medicina e da saúde, os seres humanos são interpelados, representados e influenciados como se fossem eus de um tipo particular: imbuídos de uma subjetividade individualizada, motivados por ansiedades e aspirações a respeito de sua auto-realização, comprometidos a encontrar suas verdadeiras identidades e a maximizar a autêntica expressão dessas identidades em seus estilos de vida (...) A julgar pela popularidade das problemáticas do psi na mídia, pelas demandas por toda espécie de terapia e pela enorme quantidade de todo tipo de conselheiros, parece que os seres humanos, ao menos em certos locais e entre certos setores, acabaram por se reconhecer nessas imagens e nesses pressupostos e por se relacionar consigo mesmos e com suas vidas em termos análogos – isto é, nos termos da problemática do “eu”. (ROSE, 2001, p. 140-141)

Essa tirania do indivíduo sempre foi a matéria bruta da orientação vocacional/profissional, e tem sido a partir desta noção que se opera hegemonicamente os processos de escolha profissional; tomaremos essa redução da escolha profissional à um procedimento de autoconhecimento, como um problema. Encaixar a existência na fôrma do indivíduo tem retirado da vida sua potência múltipla, aprisionado os sujeitos aos domínios de uma interioridade totalizadora, alquebrada de força política, possibilidades de criação e produção de diferença. Capturado nas perguntas “quem eu sou”, “o que quero verdadeiramente”, “de quem eu gosto”, dentre outras variações “mais do mesmo”, o modo-de-ser-indivíduo evita a produção de si fora dos padrões de legitimidade e previsibilidade dominantes.

Mas isto não é linear assim; essa fôrma vaza, transborda, produz outros tipos de mistura, cheiros, composições diversas de sua “intencionalidade nem sempre intencional”. Senão que teríamos nós a dizer ainda, se tudo se trata disso – um bando de zumbis que não pensam, criam ou se conectam as suas potências, dominados para sempre por uma máquina de fabricar indivíduos. Nesse sentido restaria tomar esta dissertação como uma denúncia (a mestrandia à salvo analisando os zumbis de fora, privilegiadamente não contaminada); ou então seria o caso de propor uma solução revolucionária para curar as pessoas de sua condição. É certamente um problema essa produção de modos de vida serializados, voltados para dentro em busca de conhecimento e apaziguamento de si, mas isto certamente não se dá ininterruptamente, e não é um destino.

É necessário enfatizar a sutileza desta produção aniquiladora da vida, no sentido de que não existe uma mente maquiavélica planejando que as pessoas se apropriem de certos funcionamentos. Por isso, usamos lá em cima a expressão “intencionalidade nem sempre intencional” ao empregar a metáfora de uma fôrma produtora de indivíduos: é intencional porque amparada por um projeto, um objetivo de controle de corpos e gestão de lucros; não é intencional na medida em que é um projeto sem rosto, não está localizado em um rei, um soberano, uma entidade. Ainda que enxerguemos neste rosto vazio os traços de uma classe média, de políticos, economistas, da mídia, de todos aqueles os quais sentimos que nos exploram, é ainda um rosto vazio.

Então, para falar desta sutileza do modo-indivíduo entranhado em nossas práticas profissionais cotidianas, remetendo-as ao nosso objeto de pesquisa, trazemos uma vivência no

projeto de extensão *Ou Isto ou Aquilo: Encomendas de Orientação Vocacional em Análise*<sup>7</sup>. Este projeto contou com extensionistas (psicólogos e estudantes de psicologia) de diferentes abordagens teóricas e experiências profissionais; objetivava fazer uma análise crítica da orientação vocacional/profissional enquanto campo de saber e intervenção, e pensar modos possíveis de trabalhar com essas práticas ou inventar outras. Nós, ministrantes, no primeiro dia (e em muitos outros) ficamos desconfortáveis em problematizar concepções que muitas pessoas ali deveriam fazer uso profissional, mas, afinal, era esse o objetivo do curso – **encomendas** de orientação vocacional **em análise**. Construímos, “nós” coordenadoras com “eles” extensionistas (ainda não éramos cúmplices), um campo de discussão sobre o que pensávamos de profissão, adolescência, orientação vocacional, psicologia, etc., e qual não foi nossa surpresa ao percebermos no grupo um consenso em problematizar o uso de testes psicológicos, delineamento de perfil profissional, uma busca por vocações. O tom das discussões era de crítica a intervenções que não levassem em conta as dificuldades do mundo do trabalho e ressaltassem apenas o indivíduo. Sentia ali um consenso apaziguador e pouco consistente, que tinha o seu valor.

Nossa tentativa ao longo de todo o projeto foi pela invenção/sustentação de espaços, ainda que mínimos, de exercício do pensamento e isso também implicava em dar alguma visibilidade a nossos embates teóricos. Sustentar que a orientação vocacional/profissional tem como foco o indivíduo e relega outros fatores para um segundo plano, não é necessariamente uma crítica ao individualismo, podendo inclusive reforçá-lo: o indivíduo é um ser relacional, é necessário tomá-lo como parte de um todo, colocar em cena sua família, sua realidade social. É preciso que esse orientador se informe sobre o que está acontecendo no mundo, é preciso criar feiras de profissões nas escolas, os orientandos devem visitar o campus das faculdades, etc.

Uma vez, evitando a crítica vazia de “não vi e não gostei” (que estamos criticando? Com relação a que estamos nos posicionando?), aproveitamos a sugestão de um extensionista do projeto que afirmou não saber como a orientação vocacional/profissional operava, querendo ver testes, materiais tradicionais e pedimos que o grupo trouxesse esse material no próximo encontro. Uma psicóloga levou o Quati e outro teste que media amadurecimento. O espírito crítico de outros dias de curso de falar mal de testes, logo foi silenciado quando a extensionista narrou corajosamente sua experiência com ambos os instrumentos. Sua narrativa foi interessante e dizia respeito a momentos na clínica nos quais aqueles testes serviram para

---

<sup>7</sup> Projeto de extensão desenvolvido no SPA/UFF entre Agosto e Dezembro de 2010, efeito de minha atividade orientada em docência no mestrado.

potencializar a paciente que não se sentia autorizada a escolher. Com o resultado do teste, esta e outras questões puderam ser analisadas mais de perto com a paciente.

Silêncio. Quebrado enfim por algumas falas: “Aí existe um contexto, tem uma diferença entre usar um teste como dispositivo num processo analítico, no qual você acompanha e conhece a pessoa, e usar indiscriminadamente fora de um processo”; “É por isso que acho impossível a orientação profissional acontecer de outra forma que não na clínica, é preciso conhecer a pessoa, estar ali com ela”; “Nós enquanto psicólogos já temos este olhar clínico, no sentido de cuidado”. A primeira coisa que ocorre apontar analisando estas falas é: clínica é um movimento de autoconhecimento entre cliente que expõe e analista que extrai? Cuidado é limitado a uma experiência psicologizante?

Mas, a questão é que este momento da extensão foi interessante para pensarmos no uso que fazemos de nossos “instrumentos” (conhecimentos, técnicas, estratégias), deslocando-o da avaliação do bom ou mau *em si*. Uso menos no sentido de variações (aqui uso teste, aqui uso dinâmica, ali relaxamento corporal) que no sentido do que sustenta e valida essa utilização (usar o que, para quem, embasado em qual paradigma e a serviço de quais interesses). Esse momento do curso apontou, sobretudo, para a dificuldade de desmontar (em nós?) o discurso de uma prática que orienta, desvela e canaliza. Criticamos em coro vários caminhos da orientação vocacional/profissional que entendemos como despotencializadores dos sujeitos. Exemplos: “A orientação vocacional/profissional ignora os jovens pobres”; “este modo de intervir reforça o individualismo”; “a orientação vocacional/profissional legitima o discurso neoliberal”; “o especialista não questiona seu lugar de saber e desqualifica o cliente”, etc. Mas percebam, neste episódio aqui contado, como é fácil usar os mesmos argumentos que criticamos para legitimar outros usos no auxílio aos processos de escolhas profissionais! Queremos dizer que a lógica da interiorização, do autoconhecimento, individualização, prevalece. Ou seja, aposentar os testes psicológicos ou quais técnicas forem, não é o mais difícil, e talvez não seja necessário. Mas, a lógica a que essas ferramentas servem tem a força de se atualizar em quaisquer intervenções.

Fica a questão: por que é tão difícil se desvincular da ideia de que o psicólogo é capaz, se com os aparatos corretos, de extrair respostas alojadas no interior das pessoas? Por que a dificuldade em pensar processos de escolha para além dos imperativos de autoconhecimento? A história pode nos fornecer algumas pistas no enfrentamento desses questionamentos que estamos tomando como problema.

### 1.2.2 Da História das Práticas:

Quais as condições de possibilidade para a validação de um discurso vocacional e psicológico, amalgamados na construção de um saber sobre indivíduo e trabalho? Desde quando a figura de um profissional para orientar como as pessoas devem fazer suas escolhas? Por que a incitação a uma necessidade de escolher? Que respostas a orientação vocacional/profissional tem dado historicamente as dificuldades e desafios de seu tempo? Fazer tais perguntas implica em tomar a orientação vocacional/profissional como um campo de saber datado, isto é, um saber construído que não existiu desde sempre; heterogêneo, não há uma orientação vocacional/profissional, mas uma multiplicidade de técnicas, instrumentos, teorias, discursos que respondem a produções locais e temporais; não cristalizado - sofre modulações por tensionamentos e insiste na atualidade aliado a outros saberes e estratégias. Campo de saber inventado, do qual fazemos uso em nossas práticas profissionais sem pensar nesse caráter de invenção, tomando-o como verdade.

Colocar em análise a emergência histórica da orientação vocacional/profissional e suas modulações na atualidade significa interrogar mais os seus efeitos que demonizar sua prática, adjetivar suas intervenções ou forjar um olhar de exterioridade. Isto é, não elegemos um objeto de pesquisa para dizer, a partir de um olhar de exterioridade, se o mesmo é bom ou ruim, se deve ser fortalecido ou superado. Evidentemente, nossas implicações com o campo de pesquisa aparecem nessas análises: minha indignação com as práticas de orientação são visíveis. Entretanto, elas devem funcionar mais como motor de uma proposta política que uma bandeira de “vamos abolir a orientação vocacional/profissional”. Política, utilizada aqui, no sentido de instauração de pequenas rupturas nas tendências totalizadoras e unificadoras, abrindo possibilidades para alteração das formas instituídas. Há uma diferença sutil entre julgamento e avaliação de efeitos. Do contrário, ficaremos atacando as práticas de orientação como coisas em si, perdendo a possibilidade de pensar no seu uso, que em última instância diz respeito também ao uso que fazemos de nós. A história de nossas práticas, tecnologias, tem a ver conosco, num viés que não é de interpretação ou correspondência, mas de co-produção.

Foucault (2011) nos desafia a usar a história para cortar a naturalização das práticas. Do modo tradicional de fazer história observa que há sempre uma busca por começos solenes, causas primeiras, uma identidade essencial dos objetos, que em última instância são um sonho do mito da origem, da idade do ouro de onde as coisas sairiam perfeitas, esplendorosas das

mãos de um “criador”, coisas estas situadas antes da queda, da morte e do corpo. Como, por exemplo, na narrativa do pecado original ou a memória da classe média do Rio de Janeiro: as pessoas mais idosas falam de um Rio de Janeiro paradisíaco, calmo, não violento, no qual ricos e pobres conviviam bem, no morro não existia tensão, só se fazia samba. *Rua Nascimento e Silva, 107* (Carta ao Tom, 1964). Foucault incita a pensar em acontecimentos, começos baixos, inconfessáveis, nas forças em luta na configuração de eventos contingenciais que depois de certo tempo ganham consistência e estatuto de legitimidade; a vasculhar na história as vozes que foram vencidas e apagadas para que os vencedores contassem sua história oficial linear e cristalizada. A história:

(...) não deixará nada abaixo de si que teria a tranqüilidade asseguradora da vida ou da natureza; ela não se deixará levar por nenhuma obstinação muda em direção a um fim milenar. Ela aprofundará aquilo sobre o que se gosta de fazê-la repousar e se obstinará contra sua pretensa continuidade (...) O saber não é feito para compreender, ele é feito para cortar. (FOUCAULT, 2011, p. 28)

Neste sentido, a indicação metodológica não é de contar a história da orientação vocacional/profissional para explicar sua evolução até os dias atuais. A indicação é utilizar algumas histórias atentando para seus pontos paradoxais, tensos, inacabados. Este é mesmo um desafio, acostumados que estamos em começar a falar de algo traçando um histórico (“Era uma vez, no ano de...”), num gesto familiar. Ignoramos a radicalidade política, paradigmática em afirmar que os objetos foram construídos historicamente – que eles nem mesmo existiam! A implicação política deste direcionamento é não tomar nunca o que se apresenta como possibilidade última de vida, como um estado de coisas, uma verdade. Para Nietzsche (1983), aliás, a verdade não passa de um batalhão móvel de metáforas e antropomorfismos, uma soma de relações humanas que foram enfatizadas poética e retoricamente, transpostas, enfeitadas e que, após uso contínuo, parecem sólidas, canônicas e obrigatórias: “Estou em dúvida sobre qual profissão escolher, vou procurar um orientador especializado no assunto, é lógico”.

### *Uma Invenção Moderna*

Marcamos como modernidade um contexto de mudanças radicais nos cenários político, econômico, social e cultural, que foram ganhando consistência no Ocidente desde o século XVI. Tais mudanças inauguraram modos inéditos de perceber e explicar a vida. Das ruínas de um mundo medieval onde Deus era verdade e existia uma ordem superior que constrangia, mas amparava, vai configurando-se um homem apartado do passado, das

heranças, da fixidez das relações; desamparado e “livre” para fazer escolhas. “Marcha o homem sobre o chão, leva no coração uma ferida acesa. Dono do *sim* e do *não* diante da visão da infinita beleza” (Veloso, 1980). A música serve para ilustrar uma nova condição do homem, que destitui do destino, de Deus, à função de dar respostas, certezas, ancoragem; passando a ser senhor de sua sina, fazer seu destino com as próprias mãos.

De acordo com Frotté (2001), nas sociedades pré-modernas havia formas seculares de organização de ofícios, nas quais a regulação dos fazeres era subordinada a certas exigências morais ou religiosas. A dinâmica do trabalho era ligada principalmente a subsistência e aprendida no convívio familiar – na loja, na oficina, os filhos aprendiam o ofício com os pais numa não separação entre vida e trabalho. A estes jovens não caberia perguntar se queriam escolher outro ofício, se estavam por demais influenciados pela família; nenhuma crise subjetiva para oferecer um genoprofissiograma – “técnica que leva o jovem a perceber e concretizar uma influência que muitas vezes é sutil e passa quase despercebida (...) e em outras é forte demais, atrapalhando o jovem à fazer sua real escolha em detrimento da dos pais” ([www.grupoorientando.blogspot.com](http://www.grupoorientando.blogspot.com), acesso em Maio/2010).

“O que você vai ser quando você crescer?”, essa pergunta simpática dirigida a crianças de forma ávida, como se nelas existisse um mundo de possibilidades e sentidos, pelo menos enquanto se é criança, uma sementinha carregada de potencialidades, nem sempre foi assim. O exercício de um trabalho não surgiu amalgamado a um projeto de ser. Mas, a partir da modernidade, todas as “invenções orbitam em torno de uma instituição, também moderna, e que por este caráter axial exige um destaque especial: o indivíduo” (RODRIGUES, 2006, p. 20). É com esse sujeito que as práticas de orientação irão operar, só com sua invenção elas têm condições de existir e se afirmar. Voltando a Rodrigues, ela descreve como a modernidade se constrói enquanto uma experiência da interioridade – a modernidade é uma experiência de delimitação entre a interioridade e a exterioridade, a partir da qual se estabelecem as dicotomias entre individual/coletivo; sujeito/ sociedade; privado/público, etc.

A delimitação precisa desta interioridade (...) garantirá a pureza necessária para que se possa falar de uma essência individual. Esta essência (...) deve ser conhecida, a fim de que a existência adquira seu pleno sentido, sua positividade, sua autenticidade, em suma, para que as atribulações decorrentes deste esfacelamento típico da modernidade sejam redimidas nos plácidos recônditos da interioridade do indivíduo. (2006, p.11)

Com o avanço da vida moderna, entrelaçada à expansão do capitalismo que se tornava cada vez mais mundializado, os pequenos camponeses e artesãos fecham seus negócios



impossibilitados de competir com a lógica que emergia de produção em massa, obtenção de mais lucros, novas organizações no tempo e no espaço, etc. Migram para as cidades juntando-se às massas assalariadas – impelidos a venderem sua força de trabalho ao mercado, transformando-se em mão-de-obra “livre”. Tornava-se necessário adequá-los à lógica do funcionamento industrial, radicalmente diferente das corporações de ofício, ajustando suas forças de forma a utilizá-las da maneira mais útil possível, evitando erros, desperdícios que atrapalhassem a obtenção de lucros. O corpo foi sendo disciplinado para o trabalho numa lógica de “lugares a serem ocupados, num processo de trabalho caracterizado pela produção em série, homogênea, cronometrada, com uma nítida separação de funções, enfatizando uma verticalização e hierarquização das ocupações, com contratos coletivos e, mais tarde, baseado no assalariamento” (FROTTÉ, 2001, p. 21).

É neste contexto da modernidade que, de acordo com Figueiredo (2006), a psicologia se afirmou como ciência independente, herdeira de um caldeirão efervescente de três modos de pensar e gerir a existência, são eles – o *Liberalismo*: afirma que o homem tem direitos naturais (principalmente à liberdade e propriedade) que devem ser regulados por um Estado firmado num contrato entre indivíduos autônomos, resultando na mínima interferência estatal, clara ênfase na separação entre público/privado, auto-regulação do mercado e no homem responsabilizado por seus sucessos ou fracassos. O *Romantismo*: traz a ideia de que o homem possui níveis de profundidade desconhecidos por ele mesmo, e uma exaltação das diferenças qualitativas entre os indivíduos. Frisa ideias de potencialidades individuais, enaltece conceitos de diversidade e singularidade, colocando sobre o homem o fardo de sua sina – cada um é de acordo com suas potencialidades. O *Regime Disciplinar*: em nome de um projeto social favorável a todos, controla os corpos dos indivíduos canalizando, de acordo com a lógica capitalista, suas forças produtivas para um utilitarismo, desprovendo-os de força política.

Podemos conjecturar então que fervilhava no caldeirão liberalismo-romantismo-regime disciplinar discursos que prometiam que as pessoas são livres e iguais perante os direitos e deveres de uma constituição, ao mesmo tempo, práticas que garantiam tais direitos somente para uma parcela da população (*liberdade, igualdade e fraternidade pra quem propriedade*). Um movimento cultural que reforçava diferenças qualitativas entre os sujeitos e, ao mesmo tempo, apontava para os níveis de perigos que cada um poderia trazer escondido até de si mesmo. Um projeto disciplinar que tentava conter, domesticar, estas forças e aproveitá-las em prol de um utilitarismo social. As contradições desses discursos, a produção de pobreza, miséria, ordenação, exploração, medo, vazavam, bagunçavam essa rede que queria manter

cada diversidade no seu lugar funcionando apaziguadas na manutenção do capital. Tais “resíduos” não bastavam ser contidos, precisavam ser previstos.

Foucault (2001) traz o escândalo da noção de periculosidade inventada no final século XIX, escândalo, pois, até então, os sujeitos eram considerados a partir de seus atos, e com a nova noção de periculosidade o olhar sobre o sujeito será a partir do que ele poderá vir a fazer, ou seja, deve ser considerado no nível de suas virtualidades. O controle dos indivíduos não é mais em relação ao que eles fazem, “mas controle de seu comportamento no momento mesmo em que ele se esboça” (2001, p. 67). Forma-se uma polícia da vigilância, constituída por psicólogos, psiquiatras, pedagogos, médicos, etc. Eles vão enquadrar os indivíduos, prevenir, medir, corrigir, suas virtualidades; Foucault chama essa rede de poder de ortopedia social e essas instituições que produzem discursos e verdades sobre os sujeitos de instituições de seqüestro. “Vigilância permanente sobre os indivíduos por alguém que exerce sobre eles um poder (...) e que, enquanto exerce esse poder, tem a possibilidade tanto de vigiar quanto de constituir, sobre aqueles que vigia, a respeito deles, um saber” (2001, p. 70). A questão não é mais quem fez o que; não um saber sobre o que se passou, mas sobre como um sujeito se encaminha para determinada direção, se segue ou não uma norma, se se conduz ou não para onde se deve, se progride ou não. Um saber de vigilância, um saber-poder que produz sujeitos, é o que o autor chama de exame. “O exame é a vigilância permanente, classificatória, que permite distribuir os indivíduos, julgá-los, medi-los, localizá-los e, por conseguinte, utilizá-los ao máximo. Através do exame, a individualidade torna-se um elemento pertinente para o exercício do poder” (FOUCAULT, 2011, p. 107). É aqui que se constituem e se afirmam as ciências humanas autorizadas a conhecer, controlar e cuidar desses sujeitos.

A orientação vocacional/profissional constitui-se imersa nesses paradigmas. Mais que as diferenças entre os indivíduos é o grau de tais diferenças que lhe importava quando começou a se afirmar como campo de saber sobre indivíduo e trabalho. Através do grau hierarquizava os “talentos” e “competências” para fins instituídos, fins estes que derivaram em muitos assujeitamentos. Este grau corresponde ao que se mede nos testes, traduzindo em quantidades numéricas tanto observações individuais (diagnóstico), quanto coletivas (estatísticas). Essa tradução de características individuais em números busca generalizar a “verdade” de cada um e a “verdade” das populações – senão absolutas, uma “tendência” que aponta para uma previsão, para um destino. Tudo isto está inscrito numa ordenação dos indivíduos e das populações, uma regulamentação que visa o futuro e supõe técnicas de prevenção dos males no presente antes que eles aconteçam. “É necessário levar educação e cultura para as crianças das comunidades dos subúrbios para diminuir a criminalidade”.

O projeto vocacional sustenta-se então nesta tríade delineada por Figueiredo: somos indivíduos e como tais dotados de liberdade (de escolha), logo, responsáveis por nossos infortúnios. Temos potencialidades por nós desconhecidas que devem ser trazidas à tona, analisadas, desenvolvidas e canalizadas para o trabalho, categoria universal que enobrece e distingue os homens. Essas teorias não afetam apenas os especialistas que delas fazem uso e os sujeitos que procuram tais especialistas. Elas estão no mundo inventando realidades, modos de existência; suas invenções, e elas próprias são efeito de uma lógica política totalizadora que vai sendo agenciada a tecnologias, saberes, à vida cotidiana dos sujeitos, transmitindo e extraindo discursos sobre eles, aprisionando-os em identidades (orientando, estudante, trabalhador, profissional, vagabundo, fracassado, etc.). É neste sentido que Dias (1994) afirma que a concepção de um lugar ocupacional a partir de uma aptidão ou vocação a ser desvelada só pode estar presente em subjetividades forjadas em determinada sociedade – estratificada e hierarquizada segundo a divisão social e técnica do trabalho. Capital, indivíduo, vocação e trabalho são uma composição de forças que colocadas em relação, historicamente, inventam regras e necessidades que os sujeitos acolhem como se fosse uma lei superior.

Assim, definimos a orientação vocacional/profissional como um projeto que teve entradas eficazes na história em parceria com determinados dispositivos de ordenação e controle dos indivíduos. Aliando-se a aparatos científicos e criando novos, produzindo demandas de tutela e solução de problemas, consolidando-se como um especialismo do qual todos deveriam, em algum momento, fazer uso, as práticas de orientação vocacional/profissional se instituíram de tal modo que atualmente parece natural procurar um profissional desta área para fazer escolhas. Contudo, a emergência de um profissional para dizer quem somos e o que devemos fazer de nossas vidas só teve condições de possibilidade com o avanço da modernidade e seu projeto de ordenação e categorização para que a vida pudesse funcionar de forma controlada e útil. Isso quer dizer que não é de modo algum natural a existência deste especialista. Que as pessoas não nascem com uma necessidade constitucional de escolher uma profissão. Que toda essa angústia e crise com relação a fazer escolhas é produzida – o que não quer dizer que não existam, mas existem porque incitadas, inventadas. E uma das forças que incitam essas crises e essas angústias somos nós ortopedistas sociais. Para dar visibilidade a essa produção selecionamos algumas falas atuais, outras mais próximas da orientação vocacional/profissional ainda se organizando como campo de saber:

O melhor do ser humano é a sua liberdade para escolher, ainda que ele não tenha consciência dessa escolha para torná-la prática. (propaganda retirada de um folder, acesso em Janeiro/2010)

A essência da orientação vocacional, ajustar um homem a uma ocupação, reside na avaliação acurada das pessoas e na descrição exata das ocupações. (KLINE apud FROTTÉ, 2001, p. 18)

Como qualquer outro homem você tem uma vocação básica para o trabalho. Para, por seu trabalho, adaptar quanto possível à natureza e suas necessidades. Você não compõe estaticamente a natureza. Você a integra dinamicamente recriando-a”. (ROSAS apud FROTTÉ, 2001, p. 23)

Todo adolescente é uma pessoa em crise, na medida que está desestruturando e reestruturando, tanto seu mundo interior como suas relações com o mundo exterior. (BOHOSLAYSKY apud FROTTÉ, 2001, p. 34)

Temos uma visão distorcida de que somente quem tem dúvidas sobre a profissão é que deve buscar auxílio. Enquanto na realidade a orientação profissional é uma medida preventiva, que visa auxiliar o jovem no processo de maturação em relação à escolha. Muitas vezes o jovem pensa que não tem dúvidas, por que não verificou todas as possibilidades e tem uma relação fantasiosa com àquela profissão desejada. (www.grupoorientando.blogspot.com, acesso em Janeiro/2010).

Mais do que a escolha de uma profissão a carreira pode significar a escolha de uma vida. Um médico e um artista plástico por exemplo levam vidas completamente diferentes, convivem diariamente com situações específicas de suas profissões em ambientes diversos e as estas situações e ambientes serão responsáveis pela formação do indivíduo. (www.mundovestibular.com.br, acesso em Janeiro/2010)

Ainda que as frases acima invistam e passem ideias de liberdade e escolha, elas enclausuram os sujeitos em faltas e necessidades, por exemplo, afirmando que o jovem engana-se quando pensa que não tem dúvidas, devendo procurar a orientação para garantir-se – elas reforçam a liberdade individual para instalar carências. Os discursos de orientação são determinantes e ordenadores de modos de existência: todo ser humano teria uma vocação para o trabalho e é necessário, em determinado ciclo da vida fazer uma escolha. Como escolher é complexo, a orientação vocacional/profissional toma o trabalho para si, desvelando vocações e descrevendo as profissões para o encaixe perfeito. Na grande massa da população, para a qual “escolher” significa “luxo”, as práticas de orientação servem para legitimar seus lugares ocupacionais e sua condição de miséria. Afinal, cada qual tem suas limitações, habilidades, capacidade de esforço, etc. Atendendo a quem supostamente “pode” escolher (discutiremos posteriormente se existe escolha de fato em nossa sociedade), a orientação vocacional/profissional acaba por produzir discurso sobre a parcela que não “pode”. Mesmo tendo surgido pesquisas sobre como promover orientação nas classes pobres e um movimento de aproximar a orientação do sistema público, o discurso se mantém o mesmo: a orientação é

de esforço, talento, projeto, vontade, luta pelos sonhos, aptidões, habilidades, talvez mais ainda, porque quanto mais pobre mais força de vontade é necessária para vencer na vida. Insistimos que os discursos que a orientação vocacional/profissional engendra, atravessa a todos e independente da condição existencial, material, social – porque todos são iguais, todos devem responder pela condição de indivíduo.

Ser humano. Liberdade. Consciência. Essência. Avaliação. Vocação. Trabalho. Natureza. Criação. Interior. Exterior. Ciclo. Potencialidades. Necessidade. Indivíduo. Prevenção. Maturação. Escolha... Todas essas palavras usadas e abusadas em nossos discursos de especialista, combinadas entre si com ares de saber e ciência, dizem de um projeto de homem e de mundo, um projeto que institui maneiras de ser, sentir e agir. Com a orientação vocacional/profissional, a realidade instituída é que somos indivíduos e como tais responsáveis (ou culpados) por nosso destino, senhores de nossas escolhas. Devemos nos haver com um mundo-mercado de trabalho, externo a nós, que apresenta possibilidades de profissões pedindo por pessoas capazes de ocupá-las. Um auxílio nesse movimento, de uma escolha bem sucedida, é encontrado numa orientação eficaz. Essa é a “verdade” na qual acreditam os clientes da orientação vocacional/profissional e os especialistas imersos neste campo de saber. Ontem e hoje.

Cada qual faz alguma coisa com essa verdade: testes vocacionais, entrevistas, delineamento de perfil, workshops, orientação individual, orientação coletiva, teatro, grupo, dinâmica de grupo, relaxamento, oficina, roda. Mas continua tratando-se de uma verdade: existe um indivíduo, uma necessidade, uma escolha, uma resposta a ser dada, direta ou indireta. O fio primário da orientação vocacional/profissional é (ainda hoje com toda a sofisticação de seu discurso) colocar o homem certo na profissão/direção certa, ou seja, torná-lo dócil à sociedade. Para Foucault (2009), é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado. Uma disciplina constante sobre o corpo e o tempo para o trabalho, canalizando as forças necessárias à valorização do capital.

A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. (2009, pp. 133-134)

Durante a época clássica o corpo foi investido como objeto e alvo de poder – corpo que pode ser manipulado, modelado, treinado, que obedece, responde, se torna hábil, cujas forças se multiplicam. Segundo Foucault (2009), em qualquer sociedade o corpo é objeto de

investimentos imperiosos e urgentes, está preso no interior de poderes muito apertados que lhe impõe limitações, proibições ou obrigações. Processos disciplinares existem há muito tempo, mas no decorrer dos séculos XVII e XVIII tornaram-se fórmulas gerais de dominação, trazendo funcionamentos novos: o corpo não é controlado em massa, como unidade indissociável, é preciso chegar aos detalhes, “nenhum detalhe é indiferente, mas menos pelo sentido que nele se esconde que pela entrada que aí encontra o poder que quer apanhá-lo” (2009, p.135); nada escapará ao controle. A captura não se dá só em elementos significativos do comportamento, mas na economia, na eficácia dos movimentos, sua organização interna, isto é, a captura não se dá pelos resultados, vai direto nas forças, nos processos. Coerção ininterrupta, constante, invisível, que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos. As disciplinas exercem o controle minucioso das operações do corpo, realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõe uma relação de docilidade-utilidade. Foucault (2011) as define como:

o conjunto de técnicas pelas quais os sistemas de poder vão ter por alvo e resultado os indivíduos em sua singularidade. E o poder de individualização que tem o exame como instrumento fundamental. Fala-se, freqüentemente, das invenções técnicas do século XVIII – as tecnologias químicas, metalúrgicas, etc. mas, erroneamente, nada se diz da invenção técnica dessa nova maneira de gerir os homens, controlar suas multiplicidades, utilizá-las ao máximo e majorar o efeito útil de seu trabalho e sua atividade, graças a um sistema de poder suscetível de controlá-los. Nas grandes oficinas que começam a se formar, no exército, na escola, quando se observa na Europa um grande progresso da alfabetização, aparecem essas novas técnicas de poder que são uma das grandes invenções do século XVIII. (2011, p. 105)

### *Sobre Aptos e Inaptos*

Entendendo a microdinâmica dos dispositivos desse poder – emergente na prática moderna – que não é coercitivo, visível, localizável, algo que alguém detenha, mas sim positivo, capilarizado, e em exercício, trazemos algumas considerações sobre a aptidão, através de Dias (1994). A aptidão é uma das produções das práticas de orientação, é bem semelhante à ideia de vocação. A partir destas construções que as práticas de orientação se constituíram enquanto saber legitimado científica e socialmente. A autora define aptidão como fragmento de um tipo de poder que se exerce sobre o corpo, um mecanismo que agenciado a outros dispositivos compõe as técnicas de individualização e subjetivação nas formações sociais. Em suas formas e funções diferenciadas são engendradas a partir de

práticas sociais preocupadas em forjar subjetividades individualizadas e dotadas de uma certa natureza:

É num viés cientificista que se constrói o discurso da aptidão, o discurso da adolescência, o discurso da orientação vocacional e suas correlatas utilidades práticas; sobretudo nas sociedades urbano-industriais-modernas que tanto necessitam fixar o indivíduo e sequestrá-lo para um determinado projeto ocupacional (...) Só a partir de uma crítica radical às naturalizações da individualidade e ao fetiche do intimismo é que se poderão produzir rupturas nas enunciações discursivas e nas práticas cristalizadoras da orientação vocacional e uma intervenção nas subjetividades aí produzidas. (1994, p. 30)

Nas sociedades pré-capitalistas, aquilo que as pessoas eram capazes de exercer tinha a natureza de um legado, algo concedido de fora, de Deus ou de um senhor feudal. *Vocare*, do latim, significa chamar; no século XV o termo aptidão é sinônimo de habilitação para exercer uma ocupação. Os sentidos que essas noções carregam é de uma certa natureza, que na sociedade do antigo regime, é dada segundo uma vontade divina. Quando o mundo é desencantado e o homem inicia um domínio progressivo sobre a natureza, segunda metade do século XVIII, integrando-se a um universo físico e natural, acontece a laicização dessas noções de “dom”:

O direito natural nasce de uma certa filosofia, daquele que nega o sobrenatural, o divino, e substitui a ação e a vontade pessoal de Deus pela ordem imanente da natureza. Procede ainda de uma tendência racional que se afirma na ordem social: a cada ser humano estão ligadas certas faculdades inerentes à sua definição e, com elas, o dever de exercê-las segundo a sua essência. (1994, p. 15)

Neste contexto, as questões econômicas, políticas, as desigualdades sociais são justificadas de acordo com a heterogeneidade das disposições naturais. Essa concepção naturalista da aptidão, vocação, dissimulam problemas da sociedade. “Nessa mesma época, De Tracy afirma que o sistema de instrução para ‘a classe sábia e o outro para ‘a classe trabalhadora’ deriva da ‘própria natureza dos homens e da sociedade’” (TRACY apud DIAS, 1994, p. 17).

Os movimentos que possibilitam um questionamento da noção de natureza, e começa a inventar uma noção de mérito individual, vêm da burguesia e do povo na luta que tencionava arrancar os privilégios da nobreza, na busca de uma sociedade igualitária, sem privilégios de nascimento, sem naturezas dadas. Esse outro paradigma reflete-se na noção de aptidão que vai adquirindo junto da definição tradicional, novos sentidos: perde aos poucos seu caráter de tendência natural e se agencia a correntes que vão privilegiar a educação e sua supremacia – “A educação tem mais força sobre nós do que a própria natureza” (1994, p. 17).

Nessas novas produções de sentido o que ocorreu foi que nem Deus, nem a natureza ou a nobreza eram mais os responsáveis pela organização social, mas sim os homens plenos de “direitos” (direitos que nunca foram para todos) e suas leis. Reconhecemos aqui o contexto das ideias de Rousseau e seu bom selvagem, ideias que vigoram no presente, de que o homem é produto do meio; se por um lado esse pensamento tem uma imensa força de liberdade – destitui nascimento, posição social, preconceitos genéticos, ninguém vai medir o cérebro do outro e afirmá-lo marginal – por outro, tem aspectos extremamente determinantes. “Inato” versus “Adquirido” são faces diferentes de uma mesma moeda de determinação de destinos.

É somente na segunda metade do século XVIII que a aptidão encontrará com as concepções substancializadas das características psicológicas. Tal crença na aptidão como sinônimo de diversidade das disposições naturais consolidará uma “substância inequivocadamente humana, única e pessoal – substância esta que será também considerada como resultado sempre susceptível de mudanças, em decorrência do meio e da educação” (1994, p. 19). Os ideais de liberdade vão se traduzindo em ideias de mérito, aptidão, competência, responsabilidade individual. A liberdade não está fora do mundo, depende das capacidades individuais; o poder político e econômico é subtraído da equação e a burguesia é favorecida, pois respeita a liberdade individual e não tem nada com a pobreza, sua antiga aliada na luta contra os privilégios da nobreza.

E somente no século XX, segundo Dias (1994), que a psicologia tomará a dianteira no conjunto das ciências que falarão de modo inequívoco sobre cada individualidade vocacional.

Na segunda metade do séc. XIX o conceito de aptidão toma um sentido operacional apoiado num solo fértil, coerente e com grande sustentação científica: uma teoria naturalista (Darwin e Mendel), um quadro metodológico (a psicologia diferencial), uma prática social (orientação escolar, orientação vocacional e seleção profissional). (1994, p. 23)

A psicologia é chamada a desvelar as verdadeiras aptidões escondidas atribuindo e garantindo o lugar de cada indivíduo na hierarquia social. “Esse era o sonho de Binet, pois pretendia, com seus estudos de inteligência, melhorar as relações entre patrões e operários: “onde cada um trabalharia de acordo com as suas aptidões” (1994, p. 24). Binet não devia se perguntar por que uns tinham aptidão para patrões enquanto a outros restava o lugar de empregados, afinal essa lógica já estava muito bem explicada cientificamente de acordo com diferenças e tendências individuais.

Na segunda metade do século XX a aptidão aparece em diversos discursos e práticas sociais, mas é nas situações escolares e profissionais que este conceito é frequentemente



utilizado para explicar comportamentos ou acontecimentos de êxito ou fracasso na vida dos indivíduos. O uso da aptidão continua apoiado numa perspectiva naturalista do homem e da sociedade; o homem é pensado a partir de características naturais capazes de determinar o curso de sua existência, e a sociedade é vista como resultante de uma ordem inevitável “onde não se evidenciam marcas de contradições e conflitos na sua formação histórica” (1994, p. 25). As aptidões precisavam ser previstas para serem mais bem aproveitadas e no contexto dos testes eram a medida mais acertada para explicar a diferença e a hierarquia dos indivíduos e dos grupos sociais. Isto não quer dizer que quando se utiliza testes ou quando se fala em aptidão objetiva-se maquiavelicamente hierarquizar e colaborar com a ordem social vigente. Isto quer dizer que o uso, de quaisquer instrumentos, teorias, pesquisas, está implicado com determinados paradigmas, e quando tais usos são naturalizados, ou seja, quando não se indagam os desdobramentos que eles põem a funcionar, o especialista/pesquisador/psicólogo/orientador está sim atualizando os parâmetros da ordem social vigente.

### *Sobre Fitas Métricas e Divãs*

Frotté (2001) analisa os dois principais paradigmas que orientam a consolidação da orientação vocacional/profissional no Brasil: estatístico e clínico. Com influências do modelo norte-americano, foi criado na década de trinta o primeiro serviço público de orientação profissional em São Paulo. Era o auge da industrialização brasileira e a implantação de trabalhos nesta área respondia as demandas do desenvolvimento industrial. A orientação vocacional/profissional se legitimou teórica e instrumentalmente através dos estudos biológicos e de hereditariedade da psicologia científica da época. Esta psicologia criou poderosos instrumentos estatísticos, por exemplo, os testes de inteligência, que podiam classificar as aptidões (estas que cada indivíduo já trazia desde o nascimento). As práticas de orientação lançaram mão de testes que tivessem alta fidedignidade e validade para medir além das aptidões, inteligência e aspectos de personalidade, seguindo o ideal da existência *a priori* de um determinado homem para uma determinada ocupação. Numa escala métrica determinavam aptos e inaptos para certas funções, minimizando futuros desgastes individuais e sociais (erros representam prejuízo para as indústrias). O serviço também contava com informações das profissões existentes. Este paradigma, que a autora nomeia estatístico, atualizou separações entre esferas profissionais e sócio-políticas, esvaziando possibilidades de

questionar a organização social e legitimando desigualdades sociais com justificativas psicológicas.

O Brasil após a Segunda Guerra Mundial, influenciado mais intensamente pelos EUA, mais tarde pela Europa e Ásia, incorporou de forma mais intensa o modelo norte-americano *fordista* e *taylorista*, racionalizando o processo de trabalho. Produziu-se uma classe operária com salários e postos de trabalho regulados pelo Estado. Mudanças iam acontecendo atravessando o mercado de trabalho e a estrutura social. Atraiam/capturavam homens do campo para as cidades, homens constrangidos pelas péssimas condições de vida, impossibilidade de competição com as novas forças, atraídos pelos empregos e pelo consumo que o *fordismo* ia colocando em cena. Uma estrutura que era dividida entre operários e patrões é modulada com outras classes de trabalhadores com salários e funções diferenciadas. Ao mesmo tempo multiplicavam-se empregos no setor terciário e no âmbito público. Neste contexto, ainda que o crescimento econômico fosse desordenado, era possível planejar carreiras, programar o futuro. Este campo de acontecimentos e mudanças vai favorecendo a figura do orientador de profissões e de vidas; as famílias planejavam o futuro dos filhos e das gerações vindouras, a ideia de ascensão por méritos individuais alimentava os sonhos dos sujeitos.

O impulso do crescimento industrial, a partir da década de cinquenta, e as proteções sociais mediadas pelo Estado resultaram em um período de empregos estáveis com contratos indeterminados. Tornava-se cada vez mais necessário qualificar os jovens para este mercado e a orientação estendeu seu campo de atuação. Outras necessidades apareciam e as práticas de orientação criavam outros aparatos além dos testes e do fornecimento de informações profissionais: questionários sobre história de vida, entrevistas, avaliação de condutas, instrumentos menos diretivos, somam-se a orientação, que agora tratava-se menos de uma resposta definitiva imposta e cada vez mais de uma resposta aceita pelo orientando como um planejamento de sua vida profissional, da qual ele era o personagem (quase) principal.

Na década de setenta, e essas histórias só aparentam uma linearidade causal, pois, estão organizadas esquematicamente em um capítulo, outro olhar sobre o indivíduo entra em cena com o paradigma clínico divulgado no Brasil por Rodolfo Bohoslavsky. Uma subversão que colocou para falar esse homem assujeitado e testado pelo outro. Um movimento de incluir na orientação o sujeito que escolhe, para que pudesse expressar seus sentimentos, sua história de vida, seus desejos e implicá-lo no processo. Essa vertente foi influenciada por uma concepção em voga da psicologia como prevenção e não só como terapia. Assim, os adolescentes passaram a ser o público por excelência dessa prática – era necessário intervir

nesse momento de desenvolvimento, de crise, para levá-los a uma vida mais sadia futuramente. Tais concepções, a despeito de seu teor de subversão e questionamento de uma vertente que media e classificava automaticamente, estavam sustentadas em uma abordagem psicanalítica e, nesse sentido, contribuíram para a individualização psicológica das escolhas profissionais.

Vivia-se nesta época a ditadura militar e nas margens uma luta desigual contra o regime ditatorial. A ditadura produziu morte, medo, violência, apatia, resistência, luta, modos de vida voltados para espaços privados e questões intimistas, desvinculados das realidades social, econômica e política - que destas o Estado cuidasse porque naqueles tempos era risco de morte<sup>8</sup>. A perspectiva clínica sustentada na psicanálise foi bem acolhida neste contexto que prezava a individualização das problemáticas:

O conhecimento de si mesmo torna-se uma finalidade, em vez de um meio para conhecer o mundo. Esta visão intimista é extremamente valorizada nos anos 70, quando a realidade social, o domínio público são esvaziados e desprovidos de sentido. O único sentido está no privado. (COIMBRA apud FROTTÉ, 2001, p. 32)

Encontrou um solo propício de condições para suas estratégias: colocou em foco o sujeito que escolhe, com sua história pessoal e familiar, considerando que o paradigma estatístico não daria conta da complexidade dessa escolha. Noções como amadurecimento, potencialidades do ser humano, orientação preventiva, dinâmicas de grupo, crescimento pessoal, identidade vocacional, são viabilizadas na orientação vocacional/profissional através e a partir deste paradigma clínico. Liberto do assujeitamento da psicologia científica que lhe atribuía uma natureza e uma medida, este sujeito ainda estava *a priori* configurado no modo-indivíduo, ainda recortado de seu contexto histórico. Há aqui uma produção que ao legitimar separações entre vida e trabalho, desejo e política, indivíduo e sociedade, público e privado, afirma-se com uma suposta neutralidade em relação ao campo social. E como sustentar uma ligação com um campo social linha dura, que produzia desaparecimento, repressão e morte?

Bohoslavsky, dizem as pessoas que o conheciam, era uma figura altamente encantadora, subversiva e preocupado com as questões sociais. De acordo com Frotté (2001) em seu segundo livro sua preocupação era em como o ego podia se fortalecer para enfrentar as representações do sentido do trabalho dado pelo mundo capitalista. Repensou sua teoria de liberdade de escolha e começou a dar mais ênfase ao sistema social como fator de forte influência. Este autor também ampliou a questão da escolha profissional para além dos

---

<sup>8</sup> Sobre a ditadura militar no Brasil ver Coimbra, C. 1995. Guardiões da Ordem – Uma viagem pelas práticas psi no país do “milagre”. Rio de Janeiro: Oficina do Autor.

adolescentes, colocando-a a serviço de qualquer pessoa que em algum momento da vida não soubesse escolher. Tencionava expandir a atuação dos psicólogos para fora dos consultórios para um maior envolvimento com os problemas cotidianos e políticos, questionando o lugar de neutralidade da psicologia. Nesta época, a ditadura afrouxava um pouco suas amarras de ferro e movimentos sociais, de trabalhadores, que tentavam uma democratização política e econômica da sociedade forçavam estas amarras, tendo maior visibilidade. “Essa possibilidade de maior participação política e social, pode ter permitido a Bohoslavsky se colocar mais atento a esse aspecto” (2001, p. 36).

E atualmente, a quais aspectos estamos surdos? Quais forças produzem em nossas práticas imobilidade e cumplicidade com o regime político e social em jogo? Não é raro nos dias atuais as práticas de orientação, com diferentes abordagens teóricas, continuarem não colocando em análise aquilo que produzem. Ao inserir a prática de orientar vocações na história, não é mais possível pensar que as intervenções são neutras. O contexto histórico, que vivemos hoje, demanda práticas de controle e manutenção de uma determinada ordem engendrada pela modernidade, mas num jogo diferente de forças que o capital foi produzindo aliado ao avanço das novas tecnologias. Desaparecem gradativamente as fronteiras entre público-privado, o poder descentraliza-se, configuram-se novas esferas espaço-tempo, estabelecem-se relações inéditas no mundo do trabalho. Tais transformações vão empreendendo outra lógica de operar no mundo, constituindo modos de existência que se adaptem as novas exigências de como ser um trabalhador. Diante destas novas exigências, é um desafio experimentar a construção de um campo de escolha profissional que não capture os sujeitos em “projetos de ser”, e ser exclusivamente “para o trabalho”.

### **1.3. Processos de Subjetivação: “Vai trabalhar vagabundo, vai trabalhar criatura”**

Vai trabalhar, vagabundo  
 Vai trabalhar, criatura  
 Deus permite a todo mundo  
 Uma loucura  
 Passa o domingo em família  
 Segunda-feira beleza  
 Embarca com alegria  
 Na correnteza  
 Prepara o teu documento  
 Carimba o teu coração  
 Não perde nem um momento  
 Perde a razão  
 Pode esquecer a mulata

Pode esquecer o bilhar  
 Pode apertar a gravata  
 Vai te enforcar  
 Vai te entregar  
 Vai te estragar  
 Vai trabalhar  
 Vê se não dorme no ponto  
 Reúne as economias  
 Perde os três contos no conto  
 Da loteria  
 Passa o domingo no manguê  
 Segunda-feira vazia

Ganha no banco de sangue  
 Pra mais um dia  
 Cuidado com o viaduto  
 Cuidado com o avião  
 Não perde mais um minuto  
 Perde a questão

Tenta pensar no futuro  
 No escuro tenta pensar  
 Vai renovar teu seguro  
 Vai caducar  
 Vai te entregar  
 Vai te estragar  
 Vai trabalhar  
 Passa o domingo sozinho  
 Segunda-feira a desgraça  
 Sem pai nem mãe, sem vizinho  
 Em plena praça  
 Vai terminar moribundo  
 Com um pouco de paciência

No fim da fila do fundo  
 Da previdência  
 Parte tranquilo, ó irmão  
 Descansa na paz de Deus  
 Deixaste casa e pensão  
 Só para os teus  
 A criançada chorando  
 Tua mulher vai suar  
 Pra botar outro malandro  
 No teu lugar  
 Vai te entregar  
 Vai te estragar  
 Vai te enforcar  
 Vai caducar  
 Vai trabalhar  
 Vai trabalhar  
 Vai trabalhar

(Vai trabalhar vagabundo, Chico Buarque, 1973)

### 1.3.1 Malandragem: “Trabalhar só obrigado, por gosto ninguém vai lá”

Matos (1982) em sua tese sobre malandragem e samba no tempo de Getúlio Vargas analisa uma das forças de resistência, fissura, na produção capitalista. Sabemos que tal produção sempre teve como um de seus pontos de sustentação e legitimação o louvor do esforço individual para vencer na vida através de um labor perseverante e lícito (*atualmente, perseverante e empreendedor*). Nesta sociedade que anuncia mobilidade social e oportunidade para todos, o samba – que surgiu das comunidades negras que se estabeleciam no Rio de Janeiro após a abolição e no início do século XX, considerado música de gentinha sem o menor valor antes de ser incorporado as “classes dominantes” –, denunciava a falácia dessas promessas liberais. Sambas como “Nasci cansado<sup>9</sup>” (Wilson Batista e Henrique Alves), “O pedreiro Waldemar<sup>10</sup>” (Wilson Batista e Roberto Martis), “O que será de mim<sup>11</sup>” (Ismael Silva, Nilton Bastos e Francisco Alves) com simplicidade e escárnio falavam de temas como uma pobreza herdada do pai trabalhador, que quanto mais se trabalha mais se anda para traz, sobre pedreiros que construía casas e não podiam entrar ou sequer tinham onde morar, do orgulho da vadiagem, etc. A figura do malandro (década de 30/40), antes de

<sup>9</sup> “Meu pai trabalhou tanto que eu já nasci cansado/ Ai patrão sou um homem liquidado/ No meu barraco chove/ Meu terreno está furado/ Ai patrão trabalhar não quero mais/ Eu não sou carangueijo que só sabe andar pra trás”.

<sup>10</sup> “Você não conhece o pedreiro Waldemar? Não conhece? Mas eu vou lhe apresentar/ De madrugada toma o trem da circular/ Faz tanta casa e não tem casa pra morar/ Leva a marmita embrulhada no jornal/ Se tem almoço nem sempre tem jantar/ O Waldemar que é mestre no ofício constrói o edifício/ E depois não pode entrar”.

<sup>11</sup> “Se eu precisar algum dia / De ir pro batente / Não sei o que será / Pois vivo na malandragem / E vida melhor não há... / O trabalho não é bom / Ninguém pode duvidar / Oi, trabalhar só obrigado / Por gosto ninguém vai lá”.

ser capturada e incorporada ao discurso dominante no governo de Getúlio Vargas, carregava os sentidos de frustração com as classes sociais, uma recusa ao trabalho, a ser “otário”, a escassez da vida, a desilusão e descrença com o sistema econômico.

De acordo com Novaes (2001) a música popular brasileira em seu período de formação esteve à margem do trabalho considerado ocupação pejorativa. *Fora da escravidão, o músico escapava às fronteiras do trabalho braçal...* (2001, p. 41). O fenômeno da MPB já nasce sob o signo da malandragem, episódio que a marcará profundamente até os nossos dias (“Quem é rico mora na praia, mas quem trabalha não tem onde morar. Quem não chora morre com fome, mas quem tem nome joga a prata no ar”, Fagner, 1991).

A malandragem, nas primeiras décadas do século XX no Brasil, é entendida então por Novaes (2001, p. 41) como rejeição ao trabalho e também como modo de sobrevivência. Numa sociedade injusta, que comporta séculos de escravidão (centenas de milhares de ex-escravos “libertos” para um mercado de trabalho “livre”, sem ter formação para competir com os trabalhadores brancos brasileiros e os numerosos imigrantes que aqui chegavam), a malandragem era uma das estratégias que poderia acolher e garantir minimamente a vida. Como esperar que o trabalho fosse considerado, por esta população, como uma atividade digna, como meio de enriquecer? O trabalho era investido de valor moral, não compensava materialmente, e só a mínima parte dos que o procuravam como ocupação conseguiam alcançá-lo. A figura do malandro permeia as frechas do sistema instituído. Isso não significa que os malandros constituíam um movimento consciente, organizado, de protesto contra o governo. A malandragem traz esse sentido mesmo de forças de resistência à margem, intensidades com menos ou mais expressão, heterogeneidades sem nome:

Pequenos – e às vezes grandes – golpes e expedientes, o jogo, o rufianismo, a estia – a venda de ‘proteção’ a comerciantes – eram seus meios de vida. A rejeição ao trabalho era um dos princípios básicos: os ‘otários’ eram aqueles que se entregavam à escravidão dos horários impostos, o tratamento humilhante por parte dos chefes, as condições miseráveis, insalubres, injustas e desumanas em que labutava a imensa maioria dos trabalhadores. (NOVAES, 2001, p. 41)

Contra este discurso popular, contra essas forças que contradiziam o sistema instituído, que o Estado Novo, encarnado na figura de Getúlio Vargas teve que lutar. E lutou não só no sentido de oprimir ou proibir, mas incorporando e gestando o que aquele povo gostava (de samba) adequando-o ao discurso dominante. Com o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda, criado em 1940) mesclando repressão e paternalismo (“Gegê pai dos pobres e do samba”), substituía-se a imagem do malandro pela do trabalhador (o malandro buscando redenção), operação imprescindível ao projeto de construção da nação brasileira. “Ocupou-se em cooptar os sambistas, compositores,

críticos, colunistas; “organizou” e regulamentou o carnaval, instituindo as regras de desfile das escolas de samba, os prêmios às melhores músicas, os concursos etc...” (2001, p. 42); o caráter repressivo comparecia, mas agia predominantemente nas sombras.

Surge o samba-exaltação, falando das maravilhas do país, “essas fontes murmurantes onde eu mato a minha sede”, do “Brasil lindo e trigueiro”, como dizia Ary Barroso em “Aquarela do Brasil” (1939). O samba exaltação cantava a natureza do Brasil; os problemas sociais eram jogados para baixo do tapete, para não incomodar e turvar o retrato límpido e glorioso de “praias tão claras” e “flores tão raras”, de “nossas fontes, nossas ilhas e matas, nossos montes, nossas lindas cascatas” – “Deus foi quem criou”, afirmava outro samba, do mesmo Ary Barroso (“Rio de Janeiro – Isto é meu Brasil”, de 1951...). (2001, p. 42)

Inspirados em Novaes queremos mostrar como a questão de ser um trabalhador não é natural e é fabricada numa produção subjetiva. Durante o Estado Novo, no Brasil, essa fabricação, que é antiga na história do mundo embora inventada<sup>12</sup>, é modulada através da desqualificação e distorção de outra subjetividade: aquela que recusa o trabalho como modo de vida. Outros valores são imputados a população na crítica desta subjetividade marginal: a honestidade, o esforço, a integridade.

O malandro é apresentado de modo negativo, apenas como tendo ‘boa vida’, flinando alegre e despreocupado pela Lapa, o bairro da malandragem. Na verdade, o malandro nunca teve boa-vida, nunca foi aceito pelos poderosos, sempre foi perseguido, e sempre que possível era mostrado apenas num dos seus tipos: o marginal, perigoso, violento, assassino, o que justificava a repressão que sobre ele se exercia. (2001, p. 43)

A questão era adequar a população aos ditames das forças políticas hegemônicas da ocasião. Hoje, a questão também é essa. Não produzir subjetividades honestas, laboriosas e íntegras. Mas adequar a população – já contando com a margem, os desvios, as contestações – aos ditames hegemônicos. E quais são eles?

### 1.3.2 Trabalho: “Vocês que fazem parte dessa massa”

Dividimos historicamente a produção social e técnica do trabalho através dos regimes taylorista, fordista e toyotista. Taylorismo e fordismo, Antunes (2000), são a expressão dominante do sistema produtivo que vigoraram na grande indústria ao longo do século XX, especialmente a partir da segunda década. Baseavam-se na produção em massa de mercadorias, estruturados numa produção homogeneizada e verticalizada. Eram racionalizadas ao máximo as operações realizadas pelos trabalhadores combatendo desperdícios e aumentando o ritmo de trabalho, visando a

<sup>12</sup> Sobre o assunto pesquisar Gondar, J. 1989. O Trabalho como Objeto Histórico. Cadernos do NUPSO 2: Rio de Janeiro, n. 3, p. 20-32.

intensificação das formas de exploração. Outras características fundamentais: trabalho parcelar e fragmentado, atividades repetitivas, *desantropomorfização* do trabalho e sua conversão em apêndice da indústria, extração de sobretrabalho, supressão da dimensão intelectual do trabalho. O fordismo acrescentou ao “cronômetro” (disciplina do tempo) e a “esteira” (disciplina do espaço) tayloristas o componente do consumo. Além de engrenagem na produção, através da mediação estatal de aumento/regulação de salários, o trabalhador estava inserido não só na produção, mas no consumo dos bens, que de certo modo, o “escravizavam”. “O homem seduzido pelo consumo transformou sua vida em projetos de ter” (FROTTÉ, 2001, p. 25). Esse desenvolvimento gerou algumas ilusões:

Junto com os processos de trabalho taylorista/fordista erigiu-se, particularmente durante o pós-guerra, um sistema de “compromisso” e de “regulação” que (...) ofereceu a ilusão de que o sistema de metabolismo social do capital pudesse ser efetiva, duradoura e definitivamente controlado, regulado e fundado num compromisso entre capital e trabalho regulado pelo Estado. (ANTUNES, 2000, p. 38)

Ocorre que as crises do capitalismo, a crise estrutural da década de setenta, as exigências impostas pelo mercado global e competitivo, forjou outros registros de dominação, “flexíveis”. Aqui localizamos o Toyotismo, modelo de produção japonês utilizado no ocidente mantendo nossas características.

Num processo gradativo, a força de trabalho industrial, assalariada, verticalizada e estável, herdeira da produção em série, ritmada e cronometrada pelo sistema fordista/taylorista, foi sendo substituída por um outro tipo de trabalhador. Um trabalhador parcial, temporário, desregulamentado e adaptado às variações da demanda. Uma intensa precarização da força de trabalho, voltada para um mercado de contratações temporárias. Com o intensivo processo de desindustrialização, intensificou-se o setor terciário e de serviços. (FROTTÉ, 2001, p. 53)

Se visitarmos empresas de telemarketing, lojas da praça de alimentação dos shoppings, fábricas, secretarias de escolas, podemos pensar que um regime de trabalho nunca é homogêneo ou corresponde as etapas nas quais os separamos por nomes e respectivas características. No Brasil atualmente convivem a lógica taylorista/fordista, a toyotista, o discurso de flexibilidade total, deriva, empreendedorismo e o trabalho escravo.

A mão-de-obra só pode se tornar “flexível” se os empregados, efetivos ou em perspectiva, perderem os hábitos adquiridos do trabalho cotidiano, dos turnos diários, de um local permanente de trabalho e de uma empresa com colegas fixos; só se não se habituarem a qualquer tipo de emprego e, sobretudo, se evitarem (ou forem impelidos a) desenvolverem atitudes vocacionais em relação a qualquer trabalho realizado no momento e abandonarem a tendência mórbida de fantasiar direitos à manutenção do emprego e responsabilidades inerente. (BAUMAN apud FROTTÉ, 2001, p. 53-54)



As principais conseqüências dessas mudanças: competição por posto de trabalhos temporários, enfraquecimento dos sindicatos, sub-remuneração para postos que exigem ampla qualificação, preconceito com trabalhadores mais velhos considerados pouco flexíveis, exploração dos trabalhadores novos que pulam de emprego em emprego buscando oportunidades melhores, pressa em terminar os estudos, ânsia em um por vir em detrimento do tempo presente, etc. Aqui invocamos Foucault nas análises de diferentes funcionamentos de sociedade que se desdobram em diferentes percepções sobre a vida. Não que um tipo de sociedade fabrique certo modo de vida, trata-se sempre de uma co-emergência em vez de determinações causais.

Encontramo-nos desde o século XIX, de acordo com Deleuze (1990), numa crise generalizada do que Foucault chama de “meios de confinamento”: escola, família, prisão, fábrica, etc.; o apelo a reformas é recorrente - reformar a educação, salvar a família, modernizar a igreja, etc. As antigas *sociedades de soberania*<sup>13</sup>, representadas pelo poder centralizado no soberano e exercido em formas de suplício, tratavam da apreensão dos corpos, do tempo, e do direito da vida. Elas foram substituídas pelas *sociedades disciplinares*, que tratavam de ordenar no tempo, distribuir no espaço, controlar, compor no espaço-tempo uma força coletiva cujo efeito deve ser superior à soma das forças elementares; nestas sociedades o indivíduo não cessa de passar de um lugar fechado ao outro, cada um ordenado de acordo com suas leis. Elas conheceram sua crise enquanto novas composições, mudanças, foram se instalando lentamente depois da Segunda Guerra Mundial.

Deleuze chama de crise das instituições a implantação progressiva e dispersa de um novo regime de dominação: formas ultra rápidas de controle ao ar livre substituem as antigas disciplinas que operavam nos espaços fechados, num jogo diferente de forças que o capital foi produzindo aliado ao avanço das novas tecnologias. Desaparecem gradativamente as fronteiras entre público/privado, o poder descentraliza-se, configuram-se novas esferas espaço/tempo, estabelecem-se relações inéditas no mundo do trabalho. As sociedades de controle apontam para esta outra organização do saber/poder que antes se dava por sistemas fechados e agora trata de gerir a vida através de regimes de controle sem barreiras. Tais transformações vão empreendendo outra lógica de operar no mundo, constituindo modos de existência que se adaptem as novas exigências.

Nas sociedades disciplinares nunca se parava de recomeçar (agora você está na escola, não está mais na sua família), nas sociedades de controle nunca se termina nada (se a jornada de trabalho é menor, o serviço é levado para casa e durante 24 horas o corpo fica aprisionado pela

---

<sup>13</sup> O *poder soberano* é aquele do direito de vida e de morte, direito de causar a morte ou deixar viver; o poder se dá como direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos, e em última instância, da vida. A partir da época clássica o Ocidente conhece uma transformação desses mecanismos de poder, o direito de morte se desloca para um poder que agora gere a vida e apresenta-se como um exercício positivo sobre a vida, empreendendo sua gestão, sua multiplicação e um controle preciso sobre ela, o que Foucault chama de *biopoder*.

produção), a formação permanente substitui a escola (nenhum nível de qualificação é suficiente. Especializações, capacitações, reciclagem, atualização, pós-doutorado, “doutorado sanduíche”), o controle contínuo substitui o exame (um teste vocacional não basta para auxiliar na orientação profissional; dois meses de sessões intensas para fazer esse sujeito falar de si e do que realmente quer). O controle é de curto prazo e de rotação rápida, mas também contínuo e ilimitado, quando a disciplina era de longa duração, infinita e descontínua. O homem não é mais o homem confinado, mas o homem endividado. Deleuze, neste mesmo texto, diz que não devemos perguntar qual é o regime mais duro ou o mais tolerável, pois, é em cada um deles que se enfrentam as liberações e as sujeições, que não cabe temer ou esperar, mas buscar novas armas. Aliás, nada se passa assim coerente, coeso, mas sempre por tensões, tal como no diálogo de Foucault e Perrot (2011):

Eles (os pensadores) ignoram que haverá sempre formas de escapar às malhas da rede e que as resistências desempenharão seu papel. No domínio das prisões, os detentos não foram pessoas passivas; é Bentham que nos deixa supor o contrário. O próprio discurso penitenciário se desenrola como se não houvesse ninguém frente a ele, a não ser uma tábula rasa, a não ser pessoas a reformar e a devolver em seguida ao circuito da produção. Na realidade, existe um material – os detentos – que resiste incrivelmente. O mesmo poderia ser dito em relação ao taylorismo. Este sistema é uma extraordinária invenção de um engenheiro que quer lutar contra a vagabundagem, contra tudo que diminui o ritmo da produção. Mas pode-se colocar a questão: o taylorismo algum dia realmente funcionou? (2011, p. 224-225)

Seguindo essa linha de desnaturalização de um *estado de coisas*, observamos que os pensadores, os especialistas, ou seja, nós, sabemos explicar o funcionamento do sistema capitalista, podemos explicar convincentemente porque as pessoas são exploradas, porque é necessário trabalhar, receber salário, aplicar o dinheiro no banco; sobre a economia, a inflação, o desemprego, existem vários estudos sempre atualizados. Mas como seria o olhar de quem não está inserido nesta cultura? Trabalho, profissão, dinheiro, consumo, seriam ideias universais?

### 1.3.3 Profissão: “Se tivéssemos o direito de fazer apenas uma coisa teríamos só metade da alegria”<sup>14</sup>

Trazemos as falas de um índio chamado Tuiávii para confrontá-lo a nossas convicções sobre porque a realidade funciona como funciona. Este índio é um personagem real, de quem Scheurmann colheu falas e editou em um livro chamado *O Papalagui*, nome que o índio dá aos homens brancos (europeus). O livro trata das percepções de Tuiávii sobre o continente Europeu, depois que o visitou.

<sup>14</sup> SCHEURMANN, Erich. *O Papalagui*, 4ª. ed.

Jamais Tuiávii pretendeu editar para a Europa estas falas ou discursos; nem mandar imprimir-los de forma alguma, porque se destinavam, exclusivamente, aos seus compatriotas polinésios. Se, contudo, sem que ele o saiba e, decerto, contra a sua vontade, comunicaremos ao mundo europeu que lê as falas deste nativo, é porque estamos convencidos de que para nós, brancos instruídos, pode ser útil conhecer a forma como nos vê, a nós e a nossa cultura, um indivíduo estreitamente ligado à natureza. Com os olhos dele ficamos sabendo como nós mesmos somos, de um ponto de vista que nos é impossível assumir (...) Estas falas representam, por si, nada mais nada menos do que um apelo a todos os povos primitivos dos mares do Sul para que se libertem dos povos civilizados da Europa. Tuiávii, que despreza esta última, viveu na mais profunda certeza de que os seus antepassados indígenas haviam cometido o maior dos erros quando acolheram amavelmente as luzes da Europa. (SCHEURMANN, 4. ed., s/ano, p. 9)

Dos diversos aspectos que esse índio se espanta em nossa cultura, sublinhamos três como fundamentais neste trabalho: o que é dinheiro, o que são as coisas que consumimos através do dinheiro e como se consegue dinheiro licitamente, ou seja, o sentido de trabalhar.

No capítulo intitulado “Do Metal Redondo e do Papel Pesado” Tuiávii começa assim: “Irmãos sensatos, escutai com fé o que vou dizer e sabeis como somos felizes por não conhecer a angústia e o pavor dos Brancos” (s/ano, p. 32). Essa angústia e pavor que ele nos atribui trata-se daquilo que consideramos de mais trivial em nosso cotidiano – lidar com dinheiro, desejar mais dinheiro, pagar por transporte, alimentação, lazer, saúde; pensar em uma profissão que dê algum retorno financeiro, se preocupar quando o dinheiro está acabando, etc.

Tens de dar dinheiro pelo chão em que andas, pelo lugar em que ergues tua cabana, pela esteira em que passas a noite, pela luz que aclara tua cabana. Tens de pagar se quiseres atirar num pombo, se quiseres banhar teu corpo no rio. Se quiseres ir aos lugares em que as pessoas se alegram, em que cantam ou dançam, se quiseres pedir conselho ao teu irmão, tens de dar muito metal redondo, muito papel pesado. Tens de pagar por tudo (...) Só vi uma coisa pela qual, na Europa, ainda não se exige dinheiro, da qual todos podem participar quanto queiram: a respiração do ar. Mas acho que apenas se esqueceram disso; e não hesito em declarar que, se ouvissem o que digo na Europa, imediatamente também exigiriam pelo ar que se respira o metal redondo e o papel pesado. Pois todos os europeus estão sempre à procura de novos motivos para exigir dinheiro. (s/ano, p. 32)

Explica de onde vem o papel redondo e o metal pesado: fazendo o que chamamos de trabalhar, uma regra moral que promete dinheiro a quem a executa. Mas, observa o índio que nem todos que têm muito dinheiro trabalham muito, e todos gostariam de ter muito dinheiro trabalhando pouco.

É assim: quando um Branco ganha tanto dinheiro que dá para comer, para ter sua cabana e sua esteira e mais algumas coisas, imediatamente, com o dinheiro que tem a mais, faz seu irmão trabalhar para ele. Dá-lhe, primeiro, o trabalho que lhe sujou e endureceu as mãos; faz que limpe os excrementos que ele próprio expeliu (...) quem assim procede fica com tempo para o trabalho mais importante, mais divertido, que não suja as mãos, não cansa e dá mais dinheiro (...) Alegram-se porque têm os dedos bonitos, dedos limpos, que nunca se sujam. Não os atormenta, não lhes tira o sono saber que estão roubando, a todo momento, a força dos outros, força que tornam sua. (s/ano, p. 33-35)

Na divisão social e técnica do trabalho atualizou-se a separação mente-corpo herdada pela formulação de Descartes, formulação que hierarquizou a mente, as idéias, a racionalidade em detrimento da matéria sensível. A crença de que quem pensa não trabalha (“estudante é vagabundo”) e quem trabalha não pensa (“operário é burro”) tem a força das ideias que atravessam os séculos engordando discursos e esculpindo corpos. Naturaliza-se a promessa de que estudar muito é o caminho para enriquecer, a escolarização e posterior qualificação é uma das justificativas das diferenças de salário.

Abramowicz (1996) em sua análise da produção do fracasso escolar, tomada através do corpo da menina repetente, relata falas das meninas repetentes e suas mães sobre estudar e sobre a escola. Elas dizem que estudam “para ser gente”, “poder trabalhar”, “porque precisam”. Para as mães dessas crianças ir à escola significa não repetir a história delas próprias, conseguir ascensão social, escapar da baixa remuneração que atribuem a falta de escolarização, uma exploração justificada. As meninas sonham com uma profissão depois que passarem de ano, enfermeira, manequim, professora e “policia fêmea”, são as que mais aparecem. E o sonho não chega à retidão que estão na escola, na condição de fracassadas repetentes; retidão justificada por uma culpa que lhes é atribuída – a elas, a sua família desestruturada, a pobreza do lugar onde vivem, genes ruins, má alimentação, etc.

Não são só essas meninas, suas mães e professoras que justificam a exploração por falta de escolarização (ou qualquer outra falta, visto que a lógica é sempre de instaurar faltas e carências no indivíduo). Elas portam esse discurso que é veiculado/produzido também entre especialistas ditos politizados e críticos. Trazemos uma conversa (de bar) de um grupo de psicólogos iniciada com uma discussão sobre a diferença absurda entre o salário deles e dos médicos, e do preconceito que os médicos tinham com relação a eles, um absurdo, pois seu trabalho e esforço eram tão complexos quanto o do saber médico:

“\_ É um equívoco que na faculdade de medicina estudam mais, esse preconceito é um absurdo.

\_ E também é absurdo que nas profissões que não exigem faculdade, estudo, e que são vistas como subalternas, as pessoas pensem que não tem o mesmo valor. Vocês sabem quanto recebe uma pessoa pra fazer uma faxina que dura o dia inteiro? Inclusive limpar nossa privada?

\_ Mas você não vai querer comparar, vai?

\_ Você reclama de receber R\$ 40,00 por uma hora de trabalho na clínica, e é barato mesmo. Mas uma faxina de um dia inteiro custa R\$ 70,00. E você sabe quanto ganha um gari?

\_ Você acha que um gari devia ganhar o mesmo que um médico?

\_ Você acha o gari menos importante que o psicólogo?

\_ “Nossa, vai querer comparar a complexidade do trabalho?”

\_ “Você dá conta de fazer uma faxina todos os dias, direito? E de pular e sair daquele caminhão de lixo sem ser atropelado? E recolher o lixo sem se machucar e suportar aquele cheiro?”.

Essa discussão ilustra a briga das profissões sobre qual “merece” mais valor. Triste lógica de merecimento, corporativismos e comparações negativas, desqualificadoras. Entre os médicos, que os psicólogos enxergam com ressentimento e revolta como a elite da saúde, também existem graus de *status*: obstetras, neurocirurgiões; enquanto o clínico geral é aquele acomodado que não quis estudar mais, o ortopedista é o trabalhador manual, burro, etc. (comentário de uma estudante de medicina). A lógica que mede a importância da profissão é o nível de estudo e “qualificação”. Assim, nossa discussão de intelectuais bem intencionados, sobre justiça e injustiças sociais, continuou madrugada afora, enquanto os lixeiros varriam a rua e começavam a preparar o caminhão. Antonio Prata (2007) tem um termo interessante para os intelectuais que se dizem críticos e atualizam o paradigma hegemônico de exploração – “meio intelectual, meio de esquerda”:

Eu sou meio intelectual, meio de esquerda, por isso freqüento bares meio ruins. Não sei se você sabe, mas nós, meio intelectuais, meio de esquerda, nos julgamos a vanguarda do proletariado, há mais de cento e cinquenta anos. (Deve ter alguma coisa de errado com uma vanguarda de mais de cento e cinquenta anos, mas tudo bem). No bar ruim que ando freqüentando ultimamente o proletariado atende por Betão – é o garçom, que cumprimento com um tapinha nas costas, acreditando resolver aí quinhentos anos de história. Nós, meio intelectuais, meio de esquerda, adoramos ficar “amigos” do garçom, com quem falamos sobre futebol enquanto nossos amigos não chegam para falarmos de literatura. – Ô Betão, traz mais uma pra a gente – eu digo, com os cotovelos apoiados na mesa bamba de lata, e me sinto parte dessa coisa linda que é o Brasil. Nós, meio intelectuais, meio de esquerda, adoramos fazer parte dessa coisa linda que é o Brasil, por isso vamos a bares ruins, que têm mais a cara do Brasil que os bares bons, onde se serve petit gâteau e não tem frango à passarinho ou carne-de-sol com macaxeira, que são os pratos tradicionais da nossa cozinha. Se bem que nós, meio intelectuais, meio de esquerda, quando convidamos uma moça para sair pela primeira vez, atacamos mais de petit gâteau do que de frango à passarinho, porque a gente gosta do Brasil e tal, mas na hora do vamos ver uma europazinha bem que ajuda. Nós, meio intelectuais, meio de esquerda, gostamos do Brasil, mas muito bem diagramado. Não é qualquer Brasil. Assim como não é qualquer bar ruim. Tem que ser um bar ruim autêntico, um boteco, com mesa de lata, copo americano (...) Nós, meio intelectuais, meio de esquerda, adoramos dizer que freqüentávamos o bar antes de ele ficar famoso, íamos a tal praia antes de ela encher de gente (...) Nós gostamos dos pobres que estavam na praia antes, uns pobres que sabem subir em coqueiro e usam sandália de couro, isso a gente acha lindo, mas a gente detesta os pobres que chegam depois, de Chevette e chinelo Rider. Esse pobre não, a gente gosta do pobre autêntico, do Brasil autêntico (...) Não pense que é fácil ser meio intelectual, meio de esquerda em nosso país. A cada dia está mais difícil encontrar bares ruins do jeito que a gente gosta, os pobres estão todos de chinelos Rider e a Vejinha sempre alerta, pronta para encher nossos bares ruins de gente jovem e bonita e a difundir o petit gâteau pelos quatro cantos do globo. Para desespero dos meio intelectuais, meio de esquerda que, como eu, por questões ideológicas, preferem frango à passarinho e carne-de-sol com macaxeira (que é a mesma coisa que mandioca, mas é como se diz lá no Nordeste, e nós, meio intelectuais, meio de esquerda, achamos que o Nordeste é muito mais autêntico que o Sudeste e preferimos esse termo, macaxeira...). – Ô Betão, vê uma cachaça aqui pra mim. De Salinas quais que tem? ([www.digestivocultural.com/ensaios](http://www.digestivocultural.com/ensaios), acesso em Julho/2011)

Voltando ao estranhamento indígena, no capítulo “As Coisas em Quantidade Entristecem o Papalagui”, Tuiávii tenta explicar para seu povo nossa relação com o consumo. Supõe que entendeu nosso pensamento espreitando por detrás dele, que no fundo ao destruímos todas as coisas que o Grande Espírito criou, destruindo tudo aonde vamos, queremos com nossa própria força dar vida novamente aquilo que matamos, nos convencendo, assim, de que somos o Grande Espírito porque sabemos fazer muitas coisas. “Quando do dorso da tartaruga faz uma ferramenta com que alisa os cabelos, depois de neles passar óleo, o Papalagui ainda faz uma pele para a ferramenta e para esta pele faz um pequeno baú e para o pequeno baú faz outro grande; tudo ele coloca em peles e baús” (Scheurmann, s/ano, 4ª. ed., p. 42).

(...) Os homens brancos gostariam de trazer para nós os seus tesouros, suas coisas, para que nós também fôssemos ricos. Estas coisas, no entanto, não são mais do que flechas envenenadas que matam aqueles em cujo peito se penduram. **"Precisamos obrigá-los a ter necessidades", ouvi da boca de certo homem que conhece a nossa terra. Necessidades, quer dizer, coisas. "Pois só assim eles terão verdadeiro gosto pelo trabalho", disse então o homem inteligente. Queria dizer que nós também devemos pôr as nossas mãos a trabalhar, fazendo coisas; coisas para nós, sim, mas em primeiro lugar coisas para o Papalagui. Nós também devemos ficar cansados, cinzentos, curvados.** (s/ano, p. 45, grifos nossos)

Algum tempo atrás, na década de 90, não era raro alguns professores ensinarem no primeiro grau da escola que o português escravizou os negros porque os índios eram muito preguiçosos e não se adequavam ao trabalho! Muito mais que a escravidão e subjugação de um povo, nos causava estranhamento um certo povo que não se adequava ao trabalho.

As observações agudas do índio continuam quando tenta explicar que separamos os tipos de trabalho – que dão dinheiro para comprar coisas – em profissões. No capítulo “Da profissão do Papalagui e da confusão que ela provoca” não sabe explicar direito o que é profissão, mas começa constatando que todo Papalagui tem uma. Supõem que é algo que se deva dedicar e fazer com alegria, mas que isso raramente acontece porque ter uma profissão significa fazer sempre a mesma coisa, uma só coisa, e tantas vezes que se consegue fazê-la de olhos fechados. “Se com minhas mãos outra coisa não faço além de construir cabanas, ou tecer esteiras, construir cabanas ou tecer esteiras é minha profissão” (s/ano, p. 71).

Todo homem branco deve decidir quando jovem que trabalho fará a vida inteira, e se mais tarde perceber que prefere fazer outra coisa, dirão que errou de profissão. “O Papalagui decente corre o risco de perder sua honra se disser: ‘Não posso fazer isto, não tenho nenhum prazer’; ou ‘Minhas mãos não obedecem quando faço esse trabalho!’ ” (s/ano, p. 71). Existem tantas profissões quanto pedras na lagoa, porque qualquer coisa que o Papalagui faz recebe o nome de profissão. Se alguém junta o lixo, lava os pratos em que come, tem ideias ou olha para as estrelas, é uma

profissão. “Não há, a bem dizer, coisa alguma que um homem seja capaz de fazer que o Papalagui não transforme em profissão” (s/ano, p. 71). Por isso, segundo o índio, não sabemos fazer nada que fuja da nossa profissão; comemos as frutas, mas não sabemos colhê-las, comemos o peixe e não sabemos pescar ou cozinhar. Nem o chefe mais importante, aquele que tem mais sabedoria e força é capaz de arrumar sua cama, lavar seus pratos, cozinhar sua comida. Ter profissão quer dizer saber fazer uma coisa ou outra, o que o índio acha uma grande fraqueza nossa porque em momentos de necessidade ou de perigo somos inúteis.

Diz também, que as profissões tornam os homens curvados e cinzentos, que os adultos não saltam, brincam ou pulam; arrastam o corpo como se alguma coisa perturbasse seu movimento. O Papalagui nega sua dificuldade dizendo que essas coisas bobas, não são decentes para um homem importante. “Hipocrisia: é que seus ossos estão duros, sem movimento e seus músculos não têm mais animação porque a profissão os fez sonolentos e mortos. E a profissão é também um aitu que destrói a vida; um aitu que ao homem insinua bonitas coisas, mas lhe chupa o sangue” (s/ano, p.73).

A profissão ainda prejudica o Papalagui de outros jeitos. É uma alegria todo o processo de construir cabanas – derrubar as árvores esculpi-las, erguê-las, arqueá-las para fazer o teto, amarrar as estacas e tudo mais com fios de coqueiro, cobri-las com as folhas secas de cana-de-açúcar. É com alegria que o povo de Tuiávii constrói juntos, homens, mulheres e crianças, a casa do chefe. Mas e se, ele pergunta ao seu povo, só alguns poucos homens da aldeia pudessem ir à floresta abater as árvores e talhá-las em estacas? E estes não poderiam ajudar a erguer as estacas porque a profissão deles seria apenas a de derrubar árvores? E os que erguessem as estacas não poderiam trançar os caibros do teto, porque, como profissão, teriam apenas a de erguer as estacas; e os que tecessem os caibros não poderiam ajudar a cobrir a cabana com cana porque só teriam que trançar caibros? E se só pudessem festejar a construção, inaugurar a cabana aqueles que nela morassem e não aqueles que a tivessem construído?

Estais rindo! E estou certo de que dirão como eu: "Se tivéssemos o direito de fazer apenas uma coisa e não pudéssemos participar de todos os trabalhos que precisam da força humana, teríamos só metade da alegria, ou talvez nenhuma!" E por certo chamaríeis louco todo aquele que pedisse das vossas mãos apenas um só trabalho, como se todos os outros membros e sentidos do vosso corpo fossem aleijados e mortos. É daí que vem a miséria maior do Papalagui. É agradável ir buscar água no riacho uma vez, até várias vezes por dia; mas quem tiver de ir buscá-la da manhã à noite, todos os dias, em todos os momentos, enquanto tiver forças, e isso sem cessar, afinal há de enfurecer-se, há de querer romper as correntes que o prendem, pois não há coisa que pese tanto ao homem quanto fazer sempre a mesma coisa. (s/ano, p.74)

Assim Tuiávii justifica o ódio, as comparações, as desqualificações entre os homens que têm profissões diferentes. As falas sobre profissões elevadas e baixas, não são compreendidas pelo índio que entende todas elas como atividades parciais.

O homem, na verdade, não é apenas mão, ou apenas pé, cabeça; é todo um só. Mão, pé, cabeça são feitos para formarem um todo. Se todos os membros e sentidos trabalham juntos, o coração se alegrará, sadio; não acontecerá isso quando só uma parte tem vida e todas as outras estão mortas. Daí vem a confusão, o desespero, a doença. (s/ano, p.74-75)

Conclui assim seu pensamento sobre nossas profissões:

Por causa da profissão, o Papalagui vive confuso. É claro que não quer pensar nisso. E decerto, se me ouvisse falar, diria que sou louco; que quero julgar sem poder porque nunca tive profissão e nunca trabalhei como os europeus. Mas o Papalagui nunca conseguiu nos fazer compreender por que havemos de trabalhar mais do que Deus exige para que possamos comer à vontade, cobrir a cabeça com um teto, nos divertirmos com as festas da aldeia. Talvez este trabalho lhe pareça pouco, e pobre a nossa existência sem profissões. Mas o homem justo, o irmão das nossas muitas ilhas faz o seu trabalho com alegria, jamais com desgosto. Para ele, se não for assim é melhor nada fazer. E aí é que somos diferentes dos Brancos. O Papalagui suspira quando fala no seu trabalho, como se uma carga o sufocasse; mas é cantando que os jovens samoanos vão para os campos de taro; cantando, as moças lavam as tangas nas correntezas do riacho. (s/ano, p. 75)

#### **1.4. Escolhas Capitais: que está em jogo na orientação vocacional?**

“Quero escolher uma profissão que me dê estabilidade a vida toda”, diz a estudante para o grupo *Análítica do Vocacional*<sup>15</sup>. A frase aparentemente não provoca estranhamento nos outros componentes do grupo. Não é raro o tema da escolha de uma profissão estar relacionado à escolha de um estilo de vida futuro centrado nos moldes do consumo. Estabilidade a vida toda é uma afirmação muito comum num universo em que paradoxalmente nada tem garantias, em que se exigem cada vez mais flexibilidades, dinamismo, desapego. Os pedidos de orientação profissional/vocacional vindos de muitas idades e composições de vida diferentes em geral têm algo de homogêneo: “Escolha para mim”, é o sentido que capto nas falas dos jovens no trabalho com o grupo *Análítica do Vocacional*, nos eventos relacionados ao tema, na mídia. E mais além: “Escolha para mim porque é difícil demais e é para a vida toda”.

O que se espera do psicólogo que trabalha com orientação profissional é a responsabilidade de auxiliar numa direção ideal. Solicita-se uma resposta que seja pronta (o perfil adequado ou as alternativas mais prováveis) e rápida (não se pode perder tempo). Também nos é delegada a função de saber quais profissões propiciam mais dinheiro e adivinhar como estará o mercado de trabalho

<sup>15</sup> Projeto de extensão realizado no SPA da UFF entre 1995 e 2008 coordenado por Mônica Drêux Frotté.



para elas futuramente. Tais pedidos e seus desdobramentos geralmente passam pelo desejo de controlar o futuro e dificuldade de habitar o presente, ou seja, dificuldade de vivenciar processos; sentimentos de fracasso e culpabilização frente a um “não saber”; crença no saber de um especialista; medo de não conseguir traçar e cumprir uma meta (“vencer na vida”); aderência a estereótipos profissionais (“médico sem vida pessoal”, “professor pobre”, “engenheiro rico”, etc.).

Mas por que é difícil se autorizar a fazer escolhas, traçar trajetórias? Podemos pensar em algumas pistas: será porque historicamente escolher restringe ao em vez de abrir possibilidades para o sujeito? Conforme o dito popular “cada escolha, uma renúncia”? E ainda, as escolhas carregariam o peso do eterno, do imutável? Sabemos que estas questões não são efeito apenas de uma vontade individual interiorizada, mas dizem respeito a configuração de mundo em que vivemos atualmente, ou seja, de um cruzamento de elementos os mais diversos envolvidos na *produção de nossa subjetividade*.

Nas sociedades contemporâneas vivemos, cada vez mais, certa impossibilidade de fazer escolhas, experimentar, esperar; ao mesmo tempo, há um *boom* de especialistas qualificados para orientar e dar conta destas dificuldades. Esta afirmativa sobre impossibilidades de escolher soa incoerente quando pensamos nas inúmeras decisões que tomamos no dia-a-dia e ao longo da vida: escolher a operadora do celular, a lanchonete para comer, qual faculdade, qual curso no vestibular, o caminho menos engarrafado, crédito ou débito, parcelas de cinco ou dez vezes sem juros, o edital do concurso público, com ou sem gelo e limão... Parecem abertas para nós uma infinidade de alternativas e que escolher torna-se difícil ou/e cansativo em vista de tantas opções disponíveis. Mas, entenderemos escolher como processo, processo que envolve alguma possibilidade de criação, singularidade e liberdade. Tais tarefas a que nos entregamos no dia-a-dia são em geral movimentos esquadrihados, desgastados, que em última instância foram colocados por “outrem” como necessários. Ao contrário de incitar um movimento de introspecção para a criação de escolhas mais autênticas e livres – “você decide” –, propomos analisar que produção é essa que nos impele a fazer cada vez mais escolhas, numerosas e imediatas.

Momento crítico, estresse de todos os lados, pressão absoluta. É muita coisa para alguém tão jovem. É por isso que o número de abandonos e transferências de cursos em universidades no Brasil continua crescendo. Cada vez mais jovens e imaturos, os estudantes ingressam em cursos que não conhecem direito, desistem e ficam “pulando de galho em galho” até descobrirem o que querem realmente. O processo acaba acontecendo na ordem inversa da natural, onde primeiro eles “praticam” o curso para depois conhecê-lo e saber se é isso ou não o que querem. (<http://vestibular.brasilecola.com/orientacao-vocacional>, acesso em Maio/2011)

Este trecho, dirigido aos jovens que têm dúvidas sobre profissão, nomeia de imaturidade a impossibilidade de cunhar escolhas definitivas, pois “natural” é saber o que se quer, antes mesmo de experimentar. Além da supressão da experiência nos processos de escolha em prol de uma tomada de decisão consciente e categórica, encontramos outros problemas: é possível escolher entre cursos diferentes, e são muitas as opções, mas sem desvios no meio do caminho. Os abandonos e transferências de cursos em universidades no Brasil são tomados como negativo – para quem? Provavelmente para quem ganha dinheiro com as universidades. Então alunos, escolham direito para evitarem prejuízos aos distintos dirigentes de nossa sociedade. O trecho atribui as mudanças de objetivos (que insinua desistência, abandono e erro) à juventude; aos jovens ainda é permitido ter dúvidas, é cedo demais para tomar decisões tão importantes (afinal de contas são imaturos), mas um adulto não pode jamais mudar sua rota? Por fim, como a discussão já parte dos cursos, não está colocada a questão de profissão ser reduzida ao vestibular, como uma linha reta da escola a empresa. Pensando nestes elementos, perguntamos que escolhas são essas; há algum espaço de criação, liberdade, singularidade?

Acreditamos que escolher é sempre um embate com as máquinas capitalísticas<sup>16</sup> que homogeneizam as formas de viver suprimindo possibilidades de respostas singulares as questões por elas colocadas. Isto é, as máquinas capitalísticas inventam perguntas (ex.: como escolher uma profissão? Como ter sucesso? Como ser realizado e feliz?) e orientam respostas (ex.: orientação vocacional, manual de auto-ajuda, terapia), elas produzem subjetividade. Produção de subjetividade é um conceito que se contrapõe a uma tradição da filosofia e das ciências humanas que definem subjetividade como interioridade, essência, como algo do domínio de uma natureza humana. Guattari (2007) traz com este conceito uma subjetividade maquínica, modelada, fabricada, consumida, e por isso falará dela no domínio de sua produção. Tal produção, não se reduz ao nível de superestruturas (Estado, Ideologia, Lei, etc.), nem é garantida por um poder repressor, ao contrário, é produzida no coração dos indivíduos, lá onde eles experimentam e sentem o mundo. Modelização que diz respeito aos comportamentos, sensibilidades, percepções, memórias, relações sociais, relações sexuais, fantasmas imaginários (2007, p. 36), tudo que nos chega pela linguagem, pela família, pelos equipamentos que nos rodeiam – trata-se de sistemas de conexão direta entre as máquinas produtivas, as grandes máquinas de controle social e as instâncias psíquicas.

---

<sup>16</sup> Máquinas entendidas com ajuda de Guattari (2007) como um plano de fluxos contínuos, sem fechamentos e sempre acopladas a outras máquinas. “Há tão somente máquinas em toda parte, e sem qualquer metáfora: máquinas de máquinas, com seus acoplamentos, suas conexões. Uma máquina se define como um sistema de cortes, toda máquina é corte de fluxo em relação àquela com que está conectada, mas ela própria é fluxo ou produção de fluxos em relação àquela que lhe é conectada. É esta a lei da produção de produção” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 54-55).

Então, quando dizemos subjetividade, nunca se refere a uma unidade ou natureza, mas a modos de perceber, pensar, sentir, estar no mundo, produzidos por dispositivos sociais, políticos e econômicos existentes nas sociedades. Guattari cita como exemplo as experiências feitas por antropólogos em sociedades “primitivas”, eles apresentaram vídeos para algumas tribos e constataram que o vídeo era acolhido como um objeto até divertido, mas como qualquer outro. “Essa reação nos mostra que o tipo de comportamento que consiste em ficar inteiramente focalizado no aparelho, numa relação de comunicação direta, só existe em nossa sociedade. É ela que o produz” (2007, p. 41).

Toda uma economia subjetiva na produção de um homem que outrora aprendia o ofício no quintal de casa para sua subsistência, e que passa a vender sua força de trabalho a um mercado:

Para fabricar um operário especializado não há apenas a intervenção das escolas profissionais. Há tudo o que se passou antes, na escola primária, na vida doméstica, toda uma espécie de aprendizado que consiste em ele deslocar-se na cidade desde a infância, ver televisão, em suma, estar em todo um ambiente maquínico. (2007, p. 35)

Assim como atualmente há uma produção voltada para ensinar as pessoas desde cedo a serem empreendedoras de si mesmas, que fazer carreira nos empregos é sinal de comodismo, poucos desafios, paralisia. Parece-nos natural que precisamos ser dinâmicos, flexíveis, adaptáveis, competitivos para conseguir uma boa colocação profissional (ou qualquer emprego disponível). E tal naturalidade é experienciada porque a produção subjetiva não trata de imposição ou manipulação, não vem de fora para ser assimilada, somos atravessados por ela, constituídos em sua trama, somos agentes de sua operação. “É na emergência de certas modalidades de devires humanos que se cria, em cada contexto espaço-temporal, um campo de forças no qual se originam modos singulares de universalizar ideais e normatizar práticas” (FUGANTI, 2008, p. 11).

No sistema capitalista a produção de subjetividade se dá em escala internacional, no mundo todo podemos ver modos de se relacionar com o corpo, com o outro, com a vida, etc., extremamente homogeneizados. Essa produção tem características massacrantes: é serializada, normalizada, centralizada em torno de certas imagens de referência, de um consenso subjetivo referido e sobrecodificado por uma lei transcendental. “Quem está no ‘centro’ do poder é homem, branco, heterossexual e fala uma língua maior” (Eduardo Passos, disciplina Clínica Transdisciplinar, 2009).

Baptista (1999) faz uma crítica feroz para as produções de subjetividade nas cidades do contemporâneo. Cidades compostas pelo capitalismo, psicólogos, psicanalistas, padres, mídia, artistas, profissionais liberais, donas de casa, que produzem uma classe média condominizada aspirante por segurança, sauna, piscina, amigos iguais, proteção para as crianças, vizinhos iguais, corpos iguais, computador, necessidades iguais, protegidas em confortáveis identidades que fazem

da diferença um incômodo forasteiro. O autor chama de *apartheid* essa vida condominizada asséptica sem ruas ou esquinas, habitada por moradores fragilizados pelo risco da violência e do outro, pelas exigências de consumo e necessidade de conhecimento de si. Privacidades paranóicas que temem trabalhadores braçais, negros, a rua e a diferença, solicitando limites e barreiras que solidificam e afirmam sua identidade. Essas interioridades-identidades (que a psicologia ajuda a produzir) têm relação direta com a produção da falta pelo sistema capitalista, sistema que segundo Baptista desarruma e arruma, tira do lugar e retorna ao mesmo ponto, cria questões e as responde, produz falta, medo, preenche e depois esvazia, desmancha, congela, petrifica.

Com esta imagem dos moradores protegidos de qualquer diferença através de grades e interioridades inferimos que escolher é percebido como sinônimo de consumir. Nessa amálgama de escolha-consumo a necessidade de escolher se transforma em falta, porque um “estilo de vida” implica em sua constante manutenção. O que se escolhe definirá quem o indivíduo é e se ele está ou não de acordo com seus iguais. Onde aí a liberdade que tomamos como condição dos processos de escolha? Onde aí a autonomia, a possibilidade de surpresas, mudanças, experimentação? Invocamos o grupo *Rappa* para fazer um apelo de quebra dessas grades, estas tão presentes ao redor dos condomínios quanto no interior dos indivíduos, preservando a identidade de cada um:

A minha alma tá armada e apontada  
 Para cara do sossego!  
 (Sêgo! Sêgo! Sêgo! Sêgo!)  
 Pois paz sem voz, paz sem voz  
 Não é paz, é medo!  
 (Medo! Medo! Medo! Medo!)  
 As vezes eu falo com a vida,  
 As vezes é ela quem diz:  
 "Qual a paz que eu não quero conservar,  
 Pra tentar ser feliz?"  
 As grades do condomínio  
 São prá trazer proteção  
 Mas também trazem a dúvida  
 Se é você que tá nessa prisão

Me abrace e me dê um beijo,  
 Faça um filho comigo!  
 Mas não me deixe sentar na poltrona  
 No dia de domingo, domingo!  
 Procurando novas drogas de aluguel  
 Neste vídeo coagido...  
 É pela paz que eu não quero seguir admitindo  
 É pela paz que eu não quero seguir  
 É pela paz que eu não quero seguir  
 É pela paz que eu não quero seguir admitindo  
 (A Paz Que Eu Não Quero, Yuka, 1999)

Qual o tipo de escolhas as práticas de orientação sustentam para prometer “felicidade” aos orientandos? Aquelas que garantem coerência, paz, certezas, aquelas que comungam com o que o mercado de trabalho exige; escolhas que possam traduzir quem é o orientando e o que ele projeta para sua vida agora e futuramente.

Futuro. Quem pode imaginar o que se passará nele? Aos 17, 18 anos então, é que se imagina milhões de possibilidades de futuro pessoal. É aí que está uma das grandes dúvidas da grande maioria dos jovens (e talvez a questão mais difícil do vestibular): “Que curso fazer?”. Esta é uma escolha decisiva, que vai determinar o que você fará nos próximos anos

de sua vida e mais, irá dizer qual a sua função no mundo. (<http://vestibular.brasilecola.com/orientacao-vocacional>, acesso em Maio/2011)

Mas escolher não é tão simples. Responder quem somos – etapa fundamental dos trabalhos de orientação antes da delimitação de um projeto profissional – não é trivial. *O que você vale na escala de valores reconhecidos enquanto tais na sociedade?* (Guattari, 2007, p. 49). Qual o seu lugar na produção, quanto você estudou, quanto poderá consumir e ser útil à sociedade? O curso que escolher, determinará sua função no mundo. E quem não fez curso algum? Escória. Essa escória, entretanto, não fica fora desta engrenagem, as chamadas “margens da sociedade” nunca estiveram fora do sistema capitalista. De acordo com Guattari (2007), imensas máquinas estatais controlam desde seus próprios agentes até as pessoas que ganham salário mínimo, ou as pessoas perdidas em lugares como o agreste nordestino. Os indivíduos são reduzidos a engrenagens concentradas sobre o valor de seus atos, valor que responde ao mercado capitalista e seus equivalentes. “São espécies de robôs, solitários e angustiados, absorvendo cada vez mais as drogas que o poder lhe proporciona, deixando-se fascinar cada vez mais pela promoção. E cada degrau de promoção lhes proporciona um certo tipo de moradia, um certo tipo de relação social e de prestígio” (2007, p. 48).

Rubem Alves (2001) em um conto sobre dois tipos de relação entre pai e filho, “A inutilidade da Infância”, desafia esse tipo de valor transcendental expresso na orientação do site Brasil Escola – escolhas decisivas, determinantes, abolição da dúvida, função social:

O pai orgulhoso e sólido olha para o filho saudável e imagina o futuro. - Que é que você vai ser quando crescer? Pergunta inevitável, necessária, providente, que ninguém questiona. - Ah! Quando eu crescer, acho que vou ser médico! A profissão não importa muito, desde que ela pertença ao rol dos rótulos respeitáveis que um pai gostaria de ver colados ao nome do seu filho (e ao seu, obviamente)... Engenheiro, Diplomata, Advogado, Cientista... Imagino um outro pai, diferente, que não pode fazer perguntas sobre o futuro. Pai para quem o filho não é uma entidade que “vai ser quando crescer”, mas que simplesmente é, por enquanto... É que ele está muito doente, provavelmente não chegará a crescer e, por isso mesmo, não vai ser médico, nem mecânico e nem ascensorista. Que é que seu pai lhe diz? Penso que o pai, esquecido de todos “os futuros possíveis e gloriosos” e dolorosamente consciente da presença física, corporal, da criança, aproxima-se dela com toda a ternura e lhe diz: “Se tudo correr bem, iremos ao jardim zoológico no próximo domingo...”. É, são duas maneiras de se pensar a vida de uma criança. São duas maneiras de se pensar aquilo que fazemos com uma criança. Eu me lembro daquelas propagandas curtinhas que se fizeram na televisão, por ocasião do ano da criança deficiente, para provar que ainda havia alguma esperança, para dizer que alguma coisa estava sendo feita. E apareciam lá, na tela, as crianças e adolescentes, cada uma excepcional a seu modo, desde Síndrome de Down até cegueira, e aquilo que nós estávamos fazendo com eles... Ensinando, com muito amor, muita paciência. E tudo ia bem até que aparecia o ideólogo da educação dos excepcionais para explicar que, daquela forma, esperava-se que as crianças viessem a ser úteis, socialmente... E fiquei a me perguntar se não havia uma pessoa sequer que dissesse coisa diferente, que aquelas escolas não eram para transformar cegos em fazedores de vassouras, nem para automatizar os mongolóides para que aprendessem a pregar botões sem fazer confusão... Será que é isto? Sou o que faço? Ali estavam crianças excepcionais, não-seres que virariam seres sociais e receberiam o reconhecimento público se, e somente se, fossem

transformados em meios de produção. (...). O primeiro pai fazia ao filho a pergunta da utilidade: “Qual o nome do meio de produção em que você deseja ser transformado?” O segundo, impossibilitado de fazer tal pergunta, descobriu um filho que nunca descobriria, de outra forma: “Vamos brincar juntos, no domingo?” E as nossas escolas? Para quê? Conheço um mundo de artifícios de psicologia e de didática para tomar a aprendizagem mais eficiente. Aprendizagem mais eficiente: mais sucesso na transformação do corpo infantil brincante no corpo adulto produtor. Mas para saber se vale a pena seria necessário que comparássemos os risos das crianças com os risos dos adultos, e comparássemos o sono das crianças com o sono dos adultos. (...). Redescobrir a vida como brinquedo. Já pensaram no que isso implicaria? É difícil. Afinal de contas as escolas são instituições dedicadas à destruição das crianças. Algumas, de forma brutal. Outras, de forma delicada. Mas em todas elas se encontra o mote: “A criança que brinca é nada mais que um meio para o adulto que produz”. ([www.rubemalves.com.br/ainutilidadedainfancia.htm](http://www.rubemalves.com.br/ainutilidadedainfancia.htm), acesso em Maio/2010)

Questionando nossos modos de se relacionar com as escolhas, os filhos, o futuro, os imperativos de produção e utilidade social, Rubem Alves questiona de certo modo o sistema capitalista. O capitalismo é um sistema de contínua inovação em busca incessante de meios tecnológicos e organizacionais que aumentem sua lucratividade. Explora inúmeras possibilidades de ação que levam os homens a novos desejos e necessidades, aprisionando-os em uma lógica da falta. Decreta a obsolência instantânea de formas de vida, valores, percepções, produzindo subjetividades serializadas ao mesmo tempo em que o imperativo ditado é “seja você mesmo” - desde que seja dentro dos limites do mercado do consumo, mas isto não é problema porque este mercado não tem limites. Nele cabem jeitos revoltados, subversivos, apáticos, criativos, etc. Regras são destruídas e criadas de maneira estratégica para que se submetam aos interesses do capital produzindo novos modos de vida que se acomodem a seu dinamismo lucrativo. Embora o cenário descrito seja apocalíptico, os interesses do capital não são planos malignos de uma força exterior que nos oprime, são nossos interesses, nossos desejos, que compomos desde a entrada no sistema de significação dominante, tornando-nos cúmplices do que se passa; o capitalismo somos nós também. Afinal, quem não quer o condomínio e proteção para suas crianças? Mas é justamente nesse sentido que existem enfrentamento e subversão deste controle, por não se tratar de uma relação estrita entre dominadores e dominados.

Este cenário de um capitalismo sem limites, organizado numa sociedade de controle, tal como a definimos com ajuda de Deleuze (1990), tem efeitos claros nas práticas de orientação vocacional/profissional:

Antigamente, no Brasil, as escolas realizavam durante os anos pré-vestibulares, testes vocacionais com os seus alunos. Aquele era o momento da análise, das opções, para depois fazer uma escolha. Hoje em dia, os testes vocacionais são realizados em poucas escolas particulares ou acabam sendo muito caros, o que limita o acesso de estudantes de baixa renda. Testes não determinam o que você deve fazer, mas ajudam a delimitar a área de atuação mais favorável do indivíduo. Assim, a gama de opções de profissões se restringe àquela área, tornando mais objetivo o trabalho de orientação. Mas é claro que estas áreas de

atuação são muito relativas. É preciso levar em conta que as profissões podem se combinar de várias maneiras, misturando várias ciências. A orientação vocacional é um processo de auto-descoberta do jovem, que se sente perdido e sem norte. Para casos mais sérios, aconselha-se não só o teste em si, mas o acompanhamento com um psicólogo, pois os testes são padronizados, mas, as pessoas são diferentes. (<http://vestibular.brasilecola.com/orientacao-vocacional>, acesso em Maio/2011)

A questão da problemática das escolhas profissionais não é mais apreender as aptidões e a vocação do indivíduo para encaixá-lo em um lugar ocupacional. A orientação vocacional/profissional torna-se mais complexa: da aplicação de testes a um acompanhamento; da identificação de características a um olhar mais aprofundado sobre o indivíduo com suas diferenças e particularidades; quatro, cinco, dez encontros para conhecê-lo melhor, ajudá-lo na descoberta de si mesmo, sua relação com o mundo, nem precisa escolher a profissão, mas tornar-se maduro para responsabilizar-se por suas escolhas:

Através do trabalho realizado em grupo de orientação, o adolescente pode expor suas dúvidas, medos, idealizações acerca do mundo adulto e da escolha propriamente dita; criam-se condições para possíveis identificações, uma vez que todos estão experimentando a mesma angústia em relação ao escolher. A partir dos vínculos estabelecidos, promovem-se melhores condições para que se conheçam e organizem seu projeto de vida, de maneira mais adequada (...) O processo de orientação é permeado pela idéia de ser humano em constante movimento, que vai se construindo a partir de suas escolhas e vivências na interação com o outro. Dessa forma, são oferecidas, ao adolescente, condições para que ele escolha, não definitivamente, mas neste momento, o caminho que é possível ser trilhado. Mais importante que a escolha é aprender a fazer escolhas, em cada momento de nossas vidas. (<http://www.espacocuidar.com.br/psicologia-orientacao-vocacional-na-abordagem-fenomenologico-existencial>, acesso em Maio/2011)

Não entendemos essas mudanças como uma evolução, um aperfeiçoamento científico, conceitual, de técnicas agora mais modernas e eficazes. A constituição das práticas como campo de saber-poder e intervenção estão intrinsecamente implicadas aos modos de produção da vida em nossas sociedades. Fuganti disse isso muito bem: “É porque a vontade do neurótico existe (por incrível que possa parecer um nada de vontade existir) que nasce a demanda do psicanalista e da psicanálise” (2008, p. 52). É o que queremos dizer quando provocamos, nos cursos de extensão e congressos de psicologia, os estudantes da orientação vocacional/profissional dizendo que nas sociedades pré-industriais a figura de um orientador profissional seria uma piada. Ou quando provocamos os jovens perguntando se eles precisam de orientação pra arrumar uma namorada, então porque orientação para escolher uma profissão. Embora, não seja improvável a consolidação da figura de um “orientador amoroso”, e no próximo século isto se tornar inquestionável e natural – “Ainda não terminei a orientação amorosa, estamos na parte das dinâmicas de grupo, mas logo estarei com o namorado certo”.

Se a produção de conhecimento está implicada no contexto da produção de modos de viver, sentir, experimentar o mundo, se ela é forjada respondendo a problemas de sua atualidade e criando outras necessidades e desafios, cabe dizer que não há objetividade científica ou neutralidade possível. Isto é, o saber não é pelo saber, não há invenção ou “descoberta” científica que caminhe independente de um campo social. Assim, nos advertiu Guattari (2007), de que todos aqueles que trabalham com subjetividades (quem não trabalha?) encontram-se em uma encruzilhada política e micropolítica fundamental – fazer o jogo dessa reprodução de modelos, legitimação de lugares, perpetuação de miséria, ou trabalhar para o funcionamento dos processos que buscam saídas desse controle. Envolvidos que somos nessa trama possivelmente fazemos as duas coisas ao mesmo tempo, cabe avaliar o efeito de nossas ações, para não cristalizar ou moralizar nossas práticas.

Estes sistemas filosóficos são já sintomas de acontecimentos e transformações atuais no conjunto das forças de um corpo social. No momento oportuno, surgirão forças para se apropriar dessas idéias e crenças que, se bem-sucedidas manifestarão sua utilidade ao traçarem limites, ao prescreverem códigos, recortarem domínios com o objetivo de reformar, aperfeiçoar e conservar um regime social que interessa a tais forças. (FUGANTI, 2008, p. 52)

Baptista (1999) narra um acontecimento que utilizaremos como analisador de nossas práticas de intervenção ditas neutras e objetivas: a estagiária inicia o relato de uma entrevista diagnóstica, diz que a paciente parece ser *x*, sente isso ou aquilo, pode ser caracterizada por *y* e, finalizado o relato, solicita uma opinião. Meio desconcertado o supervisor não acha nada e murmura algumas perguntas para ganhar tempo. Faz a clássica pergunta de supervisor “o que foi sentido na relação com a paciente?” e a estagiária disserta sobre as vivências relacionais com grande calor, mas o vazio persiste. O indivíduo-paciente relatado no caso remete o supervisor ao jornal que leu de manhã no café, no qual se noticia que o indivíduo fulano, de tal idade, é procurado pela polícia. A polícia - constata atônito - também estava na sala de supervisão, mas ambos não a viam. Pergunta então, surpreendendo a ele mesmo, a cor dos olhos da paciente e a estudante não se lembra.

A entrevista diagnóstica não se lembrava do rosto da paciente. Começa a pensar que o indivíduo procurado no jornal com sua descrição detalhada não passava de uma invenção. Na notícia Baptista percebia negros, desempregados, brasileiros, a história do Brasil narrada por vagabundos, loucos e desclassificados. A entrevista diagnóstica fabricou o indivíduo. Voltou-se para a estagiária e de repente alguma coisa tensa e viva se instalara. Diz a ela que os instrumentos que utilizamos e que são vendidos no mercado para captar, compreender, observar, também produzem algo. Nossas técnicas são fábricas. A entrevista diagnóstica não se lembrava do rosto porque fabricava corpos sem materialidade e sem memória. “A estagiária confessou que sentia



medo da paciente, agora começávamos a falar” (1999, p. 28). O que estamos produzindo quando fazemos orientação vocacional/profissional? Quando nos apropriamos de um saber que diz como o outro deve fazer suas escolhas? É possível operacionalizar as práticas de orientação de modo a incitar as batalhas cotidianas, *micro*, com o modelo dominante?

#### 1.4.1 Viva sua Liberdade de Forma Adequada!

Foucault (2011) analisa uma mudança nos tratados que desde a Antiguidade greco-romana apresentavam conselhos ao príncipe sobre como se comportar, exercer o poder, ser aceito e respeitado pelos súditos, obedecer a Deus, etc. A partir do século XVI até o final do século XVIII desenvolvem-se uma série de tratados que inauguram uma *arte de governar*.

No século XVI aparece o problema do governo: governo de si mesmo, governo das almas e das condutas, governo das crianças, enfim, o governo como um problema – como se governar, como ser governado, como fazer para ser o melhor governante possível. O cenário para emergir este tipo de preocupação inédita, situa-se no cruzamento entre dois importantes acontecimentos: os processos de superação da estrutura feudal, e os movimentos da Reforma e da Contra-Reforma. O primeiro processo desdobra-se na instauração dos grandes Estados territoriais, administrativos, coloniais (movimento de concentração estatal); o segundo na dispersão e dissidência religiosa. No encontro destes dois movimentos é colocado, afirma Foucault (2011), o problema de como ser governado, por quem, até que ponto, com qual objetivo, com que método.

Para definir o que se entende como governo de Estado, que o autor chama de governo em sua forma política, pesquisa a literatura que faz oposição a um texto que do século XVI ao XVIII é referência para a literatura de governo, “O Príncipe” de Maquiavel. Este texto é um tratado de habilidade do príncipe em conservar seu principado, isto que essa literatura de oposição quer substituir por uma arte de governar. As diferenças principais entre uma coisa e outra são:

O príncipe maquiavélico é único em seu principado e está em posição de exterioridade, transcendência em relação ao mesmo. Os laços que o unem ao principado são de violência e tradição, “na medida em que é uma relação de exterioridade, ela é frágil e estará sempre ameaçada, exteriormente pelos inimigos do príncipe que querem conquistar ou reconquistar seu principado” (2011, p. 279). Na arte de governar trata-se de práticas de governo em detrimento de um governante soberano. Embora dentro de um Estado ou da sociedade, o governante é uma modalidade, pois as práticas são múltiplas e muita gente pode governar (o pai a família, o pedagogo as crianças, o padre as almas, etc.).

A doutrina do príncipe marca incessantemente uma descontinuidade entre o poder do príncipe e outras formas de poder. A arte de governar postula uma continuidade entre diferentes tipos de governo (da família, de si mesmo, do Estado). Aquele que quer poder governar o Estado deve primeiro saber governar sua família e seus bens. Já o príncipe de Maquiavel não deve essas explicações, pois seu poder é soberano.

No Príncipe, é sobre o território e seus habitantes que se exerce o poder. O território pode ser fértil ou estéril, a população densa ou escassa, os habitantes ricos ou pobres, ativos ou preguiçosos, etc. O território é o fundamento do principado ou da soberania. Na arte de governar, sustenta-se a ideia de que se governam coisas – aquilo a que o governo se refere é não um território, mas um conjunto de homens e coisas. Foucault entende essas coisas como as relações dos homens com as riquezas, os recursos, os meios de subsistência, o território e suas fronteiras, clima, seca, fertilidade; hábitos, costumes, formas de agir e pensar, o que é radicalmente diferente de exercer o poder apenas numa extensão espacial.

A finalidade da soberania é circular, ela remete sempre ao próprio exercício da soberania: o bem é a obediência da lei, seja do soberano terreno ou do soberano absoluto, Deus. Enquanto governar trata de uma certa disposição das coisas para conduzi-las não a um bem comum, mas a um objetivo adequado a cada um das coisas a governar – pluralidade de fins específicos, uma série de finalidades específicas que são o próprio objetivo do governo. “Na perspectiva do governo, a lei não é certamente o instrumento principal” (2011, p. 284), ou seja, a questão não é impor uma lei aos homens, mas utilizar mais táticas do que leis para que determinados fins possam ser atingidos.

A arte de governar, Foucault (2011), deve responder essencialmente a questão de como introduzir a economia – maneira de gerir corretamente os indivíduos, os bens, as riquezas no interior da família (era esse o sentido de economia entre os séculos XVI e XVIII) – ao nível da gestão de um Estado. Governar um Estado significará, portanto, estabelecer a economia ao nível geral do Estado, isto é, ter em relação aos habitantes, às riquezas, aos comportamentos individuais e coletivos, uma forma de vigilância, de controle tão atenta quanto ao pai de uma família.

O problema apontado por Foucault: a arte de governar fundou-se na forma geral da soberania (quadro vasto, abstrato, rígido), e apoiou-se no modelo da família (modelo estreito, débil, inconsistente). Com o Estado e o soberano de um lado, com o pai de família e sua casa de outro, a arte do governo não encontrou sua dimensão própria. “A arte de governar só podia se desenvolver, se pensar, multiplicar suas dimensões em períodos de expansão, e não em momentos de grandes urgências militares, políticas e econômicas, que não cessaram de assediar o século XVII” (2011, p. 286).

Na segunda metade do século XVIII, a família como modelo de governo vai desaparecer face a emergência do problema da população, e se constituir como elemento no interior da população e como seu instrumento fundamental. A população aparecerá como objetivo final do governo, o objetivo do governo será melhorá-la – aumentar sua riqueza, duração de vida, saúde, etc. Para alcançar tais fins lançará mão de instrumentos. Características da população: inteligível, específica, calculável. “Uma população ingovernável adquiriria uma forma que podia ser utilizada em argumentos políticos e em decisões administrativas” (Rose, 1998, p. 37).

A população aparece, portanto, mais como fim e instrumento do governo que como força do soberano; a população aparece como um sujeito de necessidades, de aspirações, mas também como objeto nas mãos do governo (...) O interesse individual – como consciência de cada indivíduo constituinte da população – e o interesse geral – como consciência da população, quaisquer que sejam os interesses e as aspirações individuais daqueles que a compõe – constituem o alvo e o instrumento fundamental do governo da população. Nascimento portanto de uma arte ou, em todo caso, de táticas e técnicas absolutamente novas. (FOUCAULT, 2011, p. 289)

Segundo Foucault (2011), nunca a disciplina foi tão importante, tão valorizada, quanto a partir do momento em que se procurou gerir a população. Gerir não simplesmente a massa coletiva dos fenômenos em nível de seus resultados globais:

Gerir a população significa gerí-la em profundidade, minuciosamente, no detalhe. A idéia de um novo governo da população torna ainda mais agudo o problema do fundamento da soberania e ainda mais aguda a necessidade de desenvolver a disciplina. Devemos compreender as coisas não em termos de substituição de uma sociedade de soberania por uma sociedade disciplinar e desta por uma sociedade de governo. Trata-se de um triângulo: soberania – disciplina – gestão governamental, que tem na população seu alvo principal e nos seus dispositivos de segurança seus mecanismos essenciais. (2011, p. 291)

Da perda de sentido de um poder soberano, das modulações de uma arte de governar, no século XVII se configurou o que o autor chamou de *governamentalidade*. Este conceito significa, em resumo, “o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população” (2011, p. 291). De acordo com Rose (1998) as questões inauguradas pela governamentalidade delimitam o território sobre o qual as ciências psicológicas e seus sistemas conceituais, invenções técnicas, especialismos, passam a exercer um papel chave.

É nesse sentido que fizemos esta inserção histórica sobre modos de governo, para localizar as forças que nos convocam a exercer nossos encargos de profissionais das subjetividades. Para explicitar que nossas teorias mais caras em orientação vocacional/profissional, nossos artefatos *psi*, advém de um território que foi se compondo com o objetivo de incidir positivamente sobre os

sujeitos para conhecê-los, ordená-los, produzi-los de certo modo, controlá-los. As práticas mais específicas, realizadas entre quatro paredes de um consultório, em uma oficina de arte, ou num retiro na praia, são questões de governo. O desejo de escolher uma profissão, o sonho e a luta para se tornar médico e vencer na vida, são projetos que passam por uma vontade individual, mas nem por isso deixam de fazer parte desta produção – de como a gente se produz como a gente em determinados contextos que são à nossa revelia.

Rose (1998) expõe que a administração do “eu” no contemporâneo passa por alguns pontos fundamentais: 1) a “alma” do cidadão entrou de forma direta no discurso político e na prática do governo: capacidades pessoais e subjetivas dos cidadãos são incorporadas aos objetivos e aspirações dos poderes públicos. Toda uma maquinaria para regular a conduta dos cidadãos através de ações sobre suas capacidades e propensões mentais. 2) administração da subjetividade – tarefa central da organização moderna. Por exemplo, quando empresários “buscam aumentar a produtividade e a harmonia, ao adaptar práticas de trabalho à luz de considerações sobre dinâmica de grupo, é porque a intersubjetividade se tornou central para a autoridade gerencial. Isto é, a vida organizacional adquiriu um matiz psicológico” (1998, p. 32). 3) uma nova expertise, a da subjetividade, tem surgido e multiplicado os engenheiros da alma humana, cada um afirmando sua especialidade no que diz respeito ao “eu”, ao diagnosticar as causas de seu problema e prescrever soluções. Conselheiros e terapeutas de diferentes escolas e orientações têm baseado sua reivindicação à legitimidade na sua capacidade de compreender os aspectos psicológicos da pessoa e de agir sobre eles, ou aconselhar sobre o que fazer. Os poderes multiplicadores desses engenheiros da alma humana expressam algo profundamente novo nas relações de autoridade sobre o eu. Estas novas formas de pensar e agir ultrapassam a autoridade, afetam cada um de nós, nossas crenças pessoais, desejos, aspirações - nossa ética. Nós nos tornamos seres intensamente subjetivos.

Minha preocupação é com os novos regimes de verdade instalados pelo conhecimento da subjetividade, as novas formas de dizer coisas plausíveis sobre outros seres humanos e sobre nós mesmos, o novo licenciamento daqueles que podem falar a verdade e daqueles que estão sujeitos a ela, as novas formas de pensar o que pode ser feito a eles e a nós. (1998, p. 34)

As relações entre poder e subjetividade não estão confinadas às relações de constrangimento ou de repressão da liberdade do indivíduo. Pelo contrário, a expertise da psique tem o papel de intensa estimulação da subjetividade, promovendo a auto-inspeção e a autoconsciência, moldando desejos, buscando maximizar as capacidades intelectuais. São fundamentais para a produção de indivíduos que estejam “livres para escolher”. Indivíduos que devem viver sua liberdade de forma apropriada, cunhar suas escolhas em espaços esquadrihados. “O campo estratégico geral de todos

aqueles programas de governo que se veem como liberais tem sido definido pelo problema de como indivíduos livres podem ser governados de maneira tal que eles vivam sua liberdade de forma apropriada” (Rose, 1976, p. 40-41). Sentimos que a maneira como vivemos na atualidade é mais no sentido de seguir nossos desejos e vontades pessoais que em obediência a alguma lei superior. Por isso, somos obedientes sem protestar, porque estamos em geral obedecendo a nós mesmos. Mas “nós mesmos” é também efeito de um jogo de forças, incitações, cálculos, avaliações, experimentações; “mim” é uma ficção na qual nos agarramos por entendê-la como uma realidade que escolhemos.

A expertise da subjetividade, Rose (1998), é fundamental para nossas formas contemporâneas de sermos governados e de governarmos a nós próprios; o governo da subjetividade implica que as autoridades ajam sobre as escolhas, os desejos e a conduta dos indivíduos de uma forma indireta. Coerção, ordens claras e violência perdem espaço para a estimulação da psique: “Os cidadãos de uma democracia liberal devem se regular a si próprios” (1998, p.43). Isso significa, por exemplo, que queremos discutir nossa relação (exaustivamente) com nossos parceiros, queremos comprar qualidade de vida, queremos saber o que nossa imagem passa para os outros, mas essas ideias não são de todo “nossas”. “O governo contemporâneo opera infiltrando, sutil e minuciosamente, as ambições do processo de regulação no interior mesmo de nossa existência e experiências como sujeitos” (1998, p. 43). Podemos mesmo dizer que roubar, matar, enlouquecer, não trabalhar, virar hippie, mendigo, professor, ladrão, não são opções que estão fora dessa máquina ordenadora da vida. Tudo está *a priori* incluído nos cálculos do governo das subjetividades – estarão esperando por nós o sistema penal, o hospital, o cemitério, o psicólogo para explicar as atitudes, as clínicas de recuperação, etc.

O governo da alma depende de nos reconhecermos como, ideal e potencialmente, certo tipo de pessoa, do desconforto gerado por um julgamento normativo sobre a distância entre aquilo que somos e aquilo que podemos nos tornar e do incitamento oferecido para superar essa discrepância, desde que sigamos o conselho dos experts na administração do eu. (1998, p. 44)

Estes conselhos dos experts da administração do eu se sobrepõe aos saberes não-científicos, aos enunciados populares, saberes que as comunidades têm sobre si e suas necessidades acumulados durante anos a partir de suas experimentações. Cada formação social tem seus próprios regimes de verdade e a partir do século XIX, pela hegemonia da concepção positivista, tais verdades são dadas pela ciência. Ela acolhe determinados discursos como verdadeiros, fazendo distinção entre seus enunciados e outros considerados falsos. A afirmação é de Coimbra (1998) que compõe com Foucault na constatação de que não existem relações entre os saberes científicos e os demais:

desqualifica-se todo o resto como incompetentes, e o científico é considerado superior, objetivo e neutro. Foucault chama de “saberes dominados” aqueles que são considerados abaixo do nível requerido pelos postulados da cientificidade positivista. “Que tipo de saber vocês querem desqualificar no momento em que vocês dizem ‘é uma ciência’? Que sujeito falante, que sujeito de experiência ou de saber vocês querem ‘menorizar’ quando dizem ‘eu que formulo este discurso, enuncio um discurso científico e sou um cientista’?” (FOUCAULT apud COIMBRA, 1998, p. 31-32)

Nesta perspectiva, questionamos as formulações generalistas de que os jovens são imaturos para escolher, que todos deveriam fazer orientação profissional (*ou terapia*), que escolher é necessariamente doloroso, que a família é parte fundamental deste processo de tomada de decisão, enfim, questionamos todas as orientações que ditam parâmetros sobre como viver. Tais formulações, infinitas, sustentam-se sempre na mesma lógica: do indivíduo, do especialismo, da desqualificação das experimentações que os sujeitos podem ter da vida.

“Quem é você?”, “você que ousa ter uma opinião, você fala em nome de quê?” (...) “a que corresponde a sua fala?”, “que etiqueta poderia classificar você?” (...) À menor vacilação diante dessa exigência de referência, acaba-se caindo automaticamente numa espécie de buraco, que faz com que a gente comece a se indagar: “afinal de contas quem sou eu? Será que sou um merda?”. É como se nosso próprio direito de existência desabasse”. (GUATTARI, 2007, p. 49)

Quem é que diz isso, pergunta Guattari, além do professor, dos mestres, do exterior? Quem diz e reproduz essas validações e desqualificações somos nós mesmos. O desmonte da produção de falas autorizadas passa, e talvez comece, por nós. Não enquanto indivíduos interiorizados e psicologizados, mas nós enquanto composições de forças coletivas.

Há que se jogar com esses regimes de dominação, esboçar alguns possíveis, há que se viver a liberdade de formas não adequadas pelos discursos dominantes. A isso serve a escrita, não para descrever todas essas “desgraças”, mas em descrevendo-as poder enxergar em suas composições artifícios diferentes de uma natureza e de um destino, forças que transbordam pedindo outras passagens. Não estamos falando de um além mundo ou de uma nova cartilha de prescrições de como viver melhor, apostamos ao contrário que neste mundo, agora, as pessoas já estão jogando com esses regimes de dominação, já estão sendo travadas batalhas, cotidianas, já estão sendo feitas (pequenas, provisórias, necessárias) escolhas.

### 1.4.2 “Cada escolha uma renúncia, isso é a vida?”

Fuganti (2008) mostra como as sociedades gregas abriram as portas para o que se convencionou chamar de pensamento ocidental. Modo humano de existir que inventou um tipo de vida moral e racional que conduziu muitas vezes o pensamento e o desejo a refrearem a si mesmos e investirem sua própria servidão ou repressão como se tratassem de sua salvação ou liberdade. O pensamento em determinados momentos e lugares se dobrou fabricando para si a “gaiola da interioridade”. Encerrou-se na muralha da representação com seus modos de contemplar, refletir e comunicar, perdendo a expressão imediata de si como acontecimento e singularidade. Tal modo de pensar e desejar, que sobrevoa e julga o mundo, os corpos, as experiências, retirando-se para uma representação, para uma transcendência, foi o modo que triunfou no ocidente.

Para Fuganti alguns aspectos da obra platônica colaboraram decisivamente para a solidificação de um modo de viver e de pensar calcado na moral, na lei, na razão e no Estado. Platão cria um mundo superior ao nosso, o divino mundo das Ideias, onde estão as essências, coisas inteligíveis, imutáveis e idênticas a si mesmas: formas puras de Amor, Verdade, Beleza, etc. O que existe em nosso mundo sensível e terreno, são apenas sombras dessas formas ideais, cópias imperfeitas. Segundo o autor é uma separação entre pensamento e vida que Platão está operando, isso não gratuitamente, mas porque desconfiou da força do fluxo da vida, do devir, dos acasos, do caos, que tudo arrastam, tudo decompõe, dissolvendo as verdades absolutas. “Platão é um paranóico perseguido por fluxos”, diz Fuganti (2008). Seu contexto é o nascimento da *pólis* e a grande questão desse momento é como se vive e se relaciona em sociedade, mantendo a ordem, ao que Platão e posteriormente Aristóteles resolverão que é pela contenção do fluxo da vida.

Com Aristóteles a perseguição ao corpo e à vida fundada antes em uma moral, ganha justificação racional e metafísica. O discípulo de Platão abaixa as ideias, deslocando a invenção de um outro mundo (supra-celeste) para a alma. “Aristóteles funda a psicologia e inventa outro mecanismo no qual as ideias não são mais conhecidas pela contemplação da origem ou ascensão dialética como em Platão, mas concebidas por abstração da razão sobre a matéria sensível” (2008, p. 47). Mantém a divisão original socrático-platônica, a separação da mente e do corpo, do desejo e do pensamento, mas o sobrevoa agora tem o tamanho da alma do homem. Este que contrai o hábito de sobrevoar e julgar o corpo, ao invés de habitá-lo e de vivê-lo. O corpo, o desejo corpóreo ou os afetos são julgados por essas ideias, modelos universais, tomados como valores superiores à vida.

Nesse sentido, o processo de conhecimento platônico é um sistema que se orienta para o alto e opera pelo reconhecimento ou reconhecimento de uma Idéia imutável, eterna (...) para Platão pensar jamais significa produzir ou inventar uma realidade nova, pois o valor só

pode ser atribuído a um conhecimento que imite ou reproduza – por semelhança as relações internas do modelo inteligível e imutável (2008, p. 32).

Pensamento reduzido a contemplação, reconhecimento, representação. Onde a possibilidade de criação? Fuganti estranha como é possível não se assombrar diante de um pensamento que se volta contra a própria vida, subjugando-a a uma moral em nome de valores universais, divinos ou humanos, que em última análise são ficções, foram inventados. Se não existisse essa vontade de um além mundo, a teoria platônica seria apenas uma fábula para crianças. Entretanto, é concreta essa vontade e desta concretude o triunfo no ocidente, comandando imperceptivelmente nossa subjetividade. *Platão ainda é demasiado nosso*. Analisando como se dão as escolhas na atualidade encontramos-nos com a força desta herança.

Tomemos a maneira que nos relacionamos com as escolhas. Escolher é definido tradicionalmente como uma ação que se refere a tomar uma direção ou outra. Tentamos fazer nossas escolhas a partir de alternativas que nos são apresentadas, fazendo um balanço de prós e contras, investigando a qual opção mais nos adequaríamos. Nesse movimento uma escolha exclui a outra e traz uma carga definitiva, determinante (ou isto ou aquilo). Como se as escolhas realizadas se colassem a nós e determinassem a partir daí nossa vida, subjetividade e outras escolhas futuras em caráter permanente. Percebemos, ainda, sobre as escolhas, que o pensamento é voltado mais para as opções, os objetos (o que escolho), que para a ação de escolher (por que e como escolho).

Escolher pode ser definido então a partir de algumas operações: Optar entre alternativas que se excluem (“cada escolha uma renúncia”). Entender essas alternativas como configuradas no exterior para depois virem a ser interiorizadas (vontade de além mundo, dificilmente um plano de imanência). Sabê-las definitivas, e por isso escolher com cuidado (vontade de eternidade, imutabilidade). O problema é o que se escolhe, em detrimento do verbo escolher, isto é, o fim e a meta em detrimento dos meios e dos processos.

Maciel Júnior (2005) afirma que o direito a escolha é produzido e gerido pelo *biopoder* – conceito de Foucault para definir esse poder diferente do poder soberano de apreensão dos corpos, de “fazer morrer” ou “deixar viver”; uma configuração diferente que agora trata de gerir a vida positivamente, tendo em vista o desenvolvimento de tecnologias de controle e dominação do ser vivente. Nessa perspectiva, de um poder positivo exercido sobre a vida, escolhemos entre alternativas determinadas culturalmente, resultantes de um conjunto de práticas que constituem nos meios sociais, funções políticas que ordenam, normatizam e produzem subjetividades. Desta forma pensamos que escolhemos quando consumimos escolhas predeterminadas. Além disso, nessa sociedade de controle e consumo, abole-se o tempo entre o momento de olhar e o momento de agir (o próprio pensamento?) impondo aos sujeitos a regra de agirem a qualquer preço, sem hesitação. O



autor vai ao ponto nevrálgico da questão, quando diz que se aparentemente estão abertas todas as possibilidades de escolha, é a escolha de um novo modo de existência que nos é impossibilitada.

Em minha calça está grudado um nome  
 Que não é meu de batismo ou de cartório  
 Um nome... estranho  
 Meu blusão traz lembrete de bebida  
 Que jamais pus na boca, nessa vida,  
 Em minha camiseta, a marca de cigarro  
 Que não fumo, até hoje não fumei.  
 Minhas meias falam de produtos  
 Que nunca experimentei  
 Mas são comunicados a meus pés.  
 Meu tênis é proclama colorido  
 De alguma coisa não provada  
 Por este provador de longa idade.  
 Meu lenço, meu relógio, meu chaveiro,  
 Minha gravata e cinto e escova e pente,  
 Meu copo, minha xícara,  
 Minha toalha de banho e sabonete,  
 Meu isso, meu aquilo.  
 Desde a cabeça ao bico dos sapatos,  
 São mensagens,  
 Letras falantes,  
 Gritos visuais,  
 Ordens de uso, abuso, reincidências.  
 Costume, hábito, premência,  
 Indispensabilidade,  
 E fazem de mim homem-anúncio itinerante,  
 Escravo da matéria anunciada.  
 Estou, estou na moda.  
 É duro andar na moda, ainda que a moda  
 Seja negar minha identidade,  
 Trocá-lo por mil, açambarcando  
 Todas as marcas registradas,  
 Todos os logotipos do mercado.  
 Com que inocência demito-me de ser  
 Eu que antes era e me sabia  
 Tão diverso de outros, tão mim mesmo,  
 Ser pensante sentinte e solitário  
 Com outros seres diversos e conscientes  
 De sua humana, invencível condição.  
 Agora sou anúncio  
 Ora vulgar ora bizarro.  
 Em língua nacional ou em qualquer língua  
 (Qualquer, principalmente.)  
 E nisto me comprazo, tiro glória  
 De minha anulação.  
 Não sou - vê lá - anúncio contratado.  
 Eu é que mimosamente pago  
 Para anunciar, para vender  
 Em bares festas praias, pérgulas, piscinas,  
 E bem à vista exibo esta etiqueta  
 Global no corpo que desiste  
 De ser veste e sandália de uma essência  
 Tão viva, independente,  
 Que moda ou suborno algum a compromete.  
 Onde terei jogado fora

meu gosto e capacidade de escolher,  
 Minhas idiosincrasias tão pessoais,  
 Tão minhas que no rosto se espelhavam  
 E cada gesto, cada olhar,  
 Cada vinco da roupa  
 Sou gravado de forma universal,  
 Saio da estamperia, não de casa,  
 Da vitrine me tiram, recolocam,  
 Objeto pulsante, mas objeto  
 Que se oferece como signo de outros  
 Objetos estáticos, tarifados.  
 Por me ostentar assim, tão orgulhoso  
 De ser não eu, mas artigo industrial,  
 Peço que meu nome retifiquem.  
 Já não me convém o título de homem.  
 Meu nome novo é Coisa.  
 Eu sou a Coisa, coisamente.

(Eu, Etiqueta, Drummond, 1984)

Afirmamos, junto com Maciel Júnior, que as escolhas precisam ser implicadas em um modo de pensar que crie diferença, e que as “verdadeiras” escolhas são aquelas que criam possibilidades de vida para os sujeitos. Possibilidades de deslocar essa subjetivação modo-coisa tão explícita nas linhas de Drummond. Consumir e optar entre alternativas postas no mundo é aderir a modelos, e isso é necessário para viver. Mas escolher, de acordo com os autores que pensam uma filosofia da diferença, pressupõe uma experimentação – não de um além-mundo, mas um além-modelo dominante; poder operar com outras sensibilidades fora deste modelo, acolher o indiscernível dos encontros, arriscar misturas, entrar em contato com desmedidas. “Perdemos a capacidade de experimentar, de produzir realidades (...) Por isso, precisamos depositar nossas esperanças numa realidade superior já pronta. Mas já nem sabemos por onde passa tal realidade, nem como joga seu jogo em nós, através de nós” (FUGANTI, 2008, p. 15).

Os conceitos de idade e singularização em Guattari (2007) ajudam a pensar este deslocamento de acatar “escolhas prontas” para produzir saídas. Identidade é aquilo que faz passar a singularidade de diferentes maneiras de existir por um só e mesmo quadro de referência identificável, é a circunscrição da realidade a quadros de referência. É uma domesticação dos vários elementos, instituições, que compõe um corpo. Processos de singularização dizem respeito a complexidade de afetos, de forças que compõe nossa vida e aos arranjos que fazemos com elas:

Quando vivemos nossa própria existência, nós a vivemos com palavras de uma língua que pertence a cem milhões de pessoas, nós a vivemos com um sistema de trocas econômicas que pertence a todo um campo social; nós a vivemos com representações de modos de produção totalmente serializados. No entanto, viveremos e morreremos numa relação totalmente singular com esse cruzamento. (2007, p. 80)

Um músico ou pintor está mergulhado em tudo o que foi a história da pintura, em tudo o que a pintura é em torno dele, mas a retoma de um modo singular. Depois esse processo criativo é capturado, é identificado em coordenadas sócio-históricas – “pintava assim porque fazia parte deste ou daquele período da pintura que vai do séc. *x*, ao século *y*”. O que interessa as sociedades capitalísticas não são os processos de singularização, mas os resultados destes processos, para fixá-los em identidades, modelos. Escolher – enquanto criação de outros modos de existência – tem a ver com ultrapassar os quadros de referência que nos aprisionam. Isso não quer dizer necessariamente sair pelado pela rua, abandonar o dinheiro que precisamos para comer, abandonar a universidade que escolhemos para estudar, mas ultrapassar esses clichês e dar passagem a outros afetos que nos rondam. Essa “criação” não é submissa ao “Penso, logo existo”, que é para Guattari o veneno cartesiano que a filosofia bebe desde então: Descartes postula um sujeito racional, dotado de

interioridade, que pensa logo existe, domestica as paixões e é condição de todo conhecimento objetivo do mundo. Uma invenção que instituiu o indivíduo como a medida da vida. Então “Vou criar um novo modo de existência” não funciona porque não se trata de uma decisão consciente e racional. Escolher e criar têm, em certa medida, relação com situações limite, é na própria experiência que as escolhas se dão.

O que um corpo pode quando não há saídas? Quando os modelos de referência a que está acostumado não dão conta da sua vida? Escolher é o que se faz com a realidade que se apresenta como única e inevitável. No lugar de uma aderência ao instituído, uma sustentação (sustentações provisórias) de posturas singulares frente a homogeneizações sufocantes; afirmação da vida frente a discursos mortos e derrotistas. Nesse sentido, apesar da crescente miséria produzida pelo capitalismo, apostamos na possibilidade de compor escolhas profissionais e de vida. E entendemos a escolha profissional, ainda que enquanto uma demanda produzida historicamente, como uma situação limite na medida em que possibilita uma pausa para os sujeitos pensarem e questionarem o que a vida comporta escolher, como farão para escolher, com quais dados de realidade e desejo estão lidando, etc.

Os conceitos apolínicos e dionisíacos conciliados no nascimento da tragédia grega, em Nietzsche, podem funcionar como pistas de uma experimentação potente das escolhas. Nietzsche interpreta o âmago da tragédia grega em dois princípios: a harmonia da beleza, da moderação e do autoconhecimento – “nada em excesso” e “conhece-te a ti mesmo” – que sintetizam a visão de mundo apolínea. Por sua vez, há a visão dionisíaca associada à desmedida, ao caos e ao informe. O desenvolvimento da tragédia grega viabilizou-se a partir da interação desses dois impulsos estéticos, dessas duas expressões vitais, originalmente antagônicas, conciliados (milagrosamente) numa relação que não se tratava mais de oposição.

A partir desse acordo divino, cada princípio receberia uma mútua influência, para que seus caracteres mais radicais fossem modelados: o dionisíaco, naturalmente desmedido, enquadrou-se na forma de expressão do apolíneo; este, por sua vez, adquiriu a mobilidade dionisíaca, posto que a sua rigidez poderia conduzir também a vida ao completo declínio. (BITTENCOURT, 2008, p. 47)

Segundo Bittencourt (2008), se alguns autores desenvolveram uma visão da tragédia como purificação das paixões humanas (Arsitóteles), ou um entorpecimento do ânimo como passo para a negação da vontade (Schopenhauer), Nietzsche pensa uma visão ética da tragédia. Considera que a encenação trágica ao demonstrar o inexorável caráter de transformação existente no mundo e a fugacidade inerente a todas as coisas, não proporia ao homem a resignação moral e a renúncia ao

agir (tal como entendia Schopenhauer), mas incentivaria o espectador a afirmar a vida incondicionalmente mesmo nas condições mais adversas. “Tal possibilidade de interpretação decorre da compreensão do fluxo do devir do mundo como desprovido de qualquer valoração moral” (2008, p. 48-49). A vida mesmo efêmera, caótica, é absolutamente digna de ser vivida; a tragédia despertaria no espectador um apreço pela existência, em lugar do desgosto decorrente da temporalidade da mesma. Na visão trágica da vida quando um corpo morre, ele volta a terra, morre o herói afirma-se o mundo. Ao contrário da visão dramática – nossa visão moderna, advento do nascimento do romance – na qual, o mundo acaba quando o “eu” está ameaçado, as coisas existem somente a partir de uma “identidade”. A tragédia (em Nietzsche) viabiliza, ao contrário, a alegria diante do jogo de forças da vida.

Dessa maneira, aquilo que morre é apenas o fenômeno individual, e não a pujança natural constituinte de todas as coisas. De acordo com Nietzsche, essa compreensão trágica retiraria das disposições de ânimo do espectador o “pessimismo prático” diante da existência, pois a Tragédia revelaria a presença da vida nos mais diversos modos de expressão. (2008, p. 49)

Em nossa concepção, compor escolhas diz exatamente desse jogo de forças da vida, no qual o sujeito é mais uma força componente de um território existencial. Escolher pressupõe o deslocamento do modo-indivíduo – que escolhe atrelado a concepções universais que se pretendem eternas e imutáveis – para afirmar uma composição de escolhas provisórias, se fazendo num processo de experimentação com sentidos sendo criados e recriados nos diferentes encontros. Nesta perspectiva podemos deslocar também o caráter determinista presente nas discussões sobre escolhas; diz-se que só alguns podem escolher, porque isto depende de determinadas condições materiais e subjetivas. Mas que concepção de escolhas está aí em jogo? A melhor universidade, a profissão mais bem paga, o sucesso reconhecido? Se considerarmos a realidade para além da valoração moral, é possível afirmar a possibilidade de composição de escolhas mesmo em condições adversas.

É um risco confundir escolha com um movimento filosófico ou uma busca por um transcendental, mas o que queremos afirmar é que escolher é luta, embate, corpo. Passamos a vida optando por uma coisa ou outra, mas em algumas situações outras exigências vão se fazer. É o que se passa no encontro com os demandantes da orientação vocacional/profissional – estão presentes neste encontro o desemprego, o fantasma do mercado de trabalho, a vontade de estabilidade a vida toda, de verdade, de identificação do que se pode ou não fazer, de pressa, etc. Acolhemos e provocamos estes imperativos para outras conexões surgirem. Isso é uma escolha frente a um

movimento que cada vez mais quer encaixar esses sujeitos em quadros de referência identificáveis: adolescente em crise, perfil de empreendedor, competências, vocação, líder, etc.

É necessário criar espaços nos quais se desatem/afrouxem as amarras que impedem as pessoas de dizerem coisas imprevistas; espaços que viabilizem quebrar, por exemplo, a previsibilidade dos discursos *teenagers* que rotulam os jovens como setor da sociedade que não pensa ou se responsabiliza por seus atos, ou os adultos como imaturos quando não sabem que direção tomar; espaços que comportem embates, incômodos, que quebrem a apatia apaziguadora dos consensos. Uma orientação vocacional/profissional rompe com seu histórico encargo de especialismo quando viabiliza tramar outros modos de experimentar a vida a despeito de um mundo com poucas “oportunidades”; desacelerar e tomar a escolha de uma profissão como uma aposta em possibilidades de vida. Definimos então as escolhas como embate para abrir muitos caminhos, no lugar de aderir a uma direção ou a outra. E tem que ser *na vera*, tem que ser para todos, não só nas escolas da zona sul do Rio de Janeiro. Ainda que o cenário contemporâneo aparente que tudo está capturado e nada mais há para criar, que não se pode mais escapar, ficamos com uma orientação de Foucault (2004, p. 5): “mesmo que a coisa que se combata seja abominável. É a ligação do desejo com a realidade (e não sua fuga, nas formas da representação) que possui uma força revolucionária”.

## **2. SINGULARIZAR: APOSTAS NA COMPOSIÇÃO DE PRÁTICAS OUTRAS EM ORIENTAÇÃO VOCACIONAL/PROFISSIONAL**

*Que a palavra parede não seja símbolo de obstáculos à liberdade, nem de desejos reprimidos, nem de proibições na infância, etc. (essas coisas que acham os reveladores de arcanos mentais). Não. Parede que me seduz é de tijolo, adobe preposto ao abdomen de uma casa. Eu tenho um gosto rasteiro de ir por reentrâncias, baixar em rachaduras de paredes por frinchas, por gretas - com lascívia de hera. (MANOEL DE BARROS)*

No primeiro capítulo a apresentação e enfrentamento de um problema: como uma prática contingente, heterogênea, política, ganha estatuto de necessidade, especialidade e legitimidade, engendrando dentre diversos efeitos, controle e contenção dos sujeitos. Controle no sentido de produção de determinada clientela, pactuação com um certo “mercado de trabalho”, gestão de modos específicos de experienciar tempo e espaço, de relação consigo, com o trabalho e com a vida. Contenção no sentido de canalizar crises, dúvidas, cortando dos processos as vias de entrar em contato com os problemas, de tomá-los como questão.

Que fazemos nós dessas práticas de orientação e que fazem elas de nós, perguntamos, e nomeamos isso de problematização: desmontar o que aparece como natural, como um *être lá* (“há um profissional especializado para resolver suas dúvidas”) e mostrar suas engrenagens, remendos, sua multiplicidade. Mas o que diferencia uma problematização de uma denúncia ou investigação é seu caráter propositivo – o que queremos quando estranhamos um sistema teórico, um modelo de funcionamento? Sobretudo, afirmar que este é um modo, dentre outros, que podem vir a se fazer, não porque estejam lá escondidos a fim de serem descobertos, mas porque podem ser conspirados.

Justifica-se o segundo capítulo a fim de dar visibilidade ao que pudemos compor nesse movimento de problematização. Primeiro e segundo capítulos como movimentos simultâneos de estranhamento (é assim que funciona?) e de proposição (que estamos querendo operar?). É ao mesmo tempo que se passam tais movimentos na pesquisa. É na mesma cena, não apostamos em um “problematizar” para depois “encontrar uma luz” e inventar um novo modo de fazer. Fazendo se produz teoria, *transformando se conhece*, e não é questão de inverter os termos, mas habitar sua concomitância. Aguiar e Rocha (2007, p.6) a partir da indagação: “Quando afirmamos que realizamos pesquisa e intervenção na realidade em constante movimento, do que estamos falando?” apresentam este paradigma que pretende acessar as virtualidades, o caráter molar e molecular<sup>17</sup> dos

<sup>17</sup> Quando eu era jovem, fiz o curso de Farmácia até a metade. Foi certamente isso que me deixou esta mania de usar expressões como “molar” e molecular”. A questão micropolítica – *ou seja, a questão de uma analítica das formações do desejo no campo social* – diz respeito ao modo como o nível das diferenças sociais mais amplas (que chamei de “molar”) se cruza com aquele que chamei de “molecular”. Entre esses dois níveis, não há uma oposição distintiva, que

campos de intervenção: “A idéia de transformar para conhecer nos religa à sabedoria trágica, instalando o tensionamento entre os saberes, suas exigências de aquisição, de transmissão e de respostas, e o permanente movimento de interpelação de um pensamento-acontecimento, carregado de inquietações e de incertezas” (AGUIAR; ROCHA, 2007, p.12).

O que operacionalizamos enquanto proposta de intervenção com demandas de orientação vocacional/profissional faz ressonância com a lascívia de hera enunciada por Manoel de Barros. *Eu tenho um gosto rasteiro de ir por reentrâncias, baixar em rachaduras de paredes por frinchas, por gretas - com lascívia de hera*. Enxergando paredes por muitos lados, às vezes paredes por todos os lados, nos intimidamos por sua estrutura, nos lançamos a descrever seu funcionamento, e emerge junto o desejo de penetrar por suas frinchas, sabotar sua construção, delirar outras construções pra além ou a partir daquelas. Foucault (1993, p. 92) desloca o conceito usual de poder (como negatividade, censura, interdição) para uma multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização. Afirma que onde há poder há necessariamente resistência, e que esta não é exterior a ele. “Da mesma forma que a rede das relações de poder acaba formando um tecido espesso que atravessa os aparelhos e as instituições, sem se localizar exatamente neles, também a pulverização dos pontos de resistência atravessa as estratificações sociais e as unidades individuais”.

É como resistência que propomos intervir no território de produção das escolhas profissionais. Para além de entendê-las como demandas construídas em determinado contexto sociopolítico, há uma posição, também política, de fazer alguma coisa com essa construção, tal coisa começa justamente em encarnar com os demandantes de orientação esse caráter de processualidade da “realidade”; tomar as dúvidas e os pedidos por orientação e encaixe como questões, tomar o pensamento enquanto acontecimento, batalhas que dizem respeito não só a escolha profissional, mas a vida cotidiana tal como está se dando.

Guattari (2007) chamou de *Revolução Molecular* os processos de singularização que se chocam com a produção da subjetividade capitalística, funcionando como resistência. Uma resistência que ultrapassa um posicionamento *contra* os processos gerais de serialização da subjetividade, ela trata de produzir uma reapropriação da subjetividade, isto é, a invenção de *outros* modos de subjetivação. Para o autor o que caracteriza tais processos de singularização é a construção de modos próprios de referência, a capacidade de um grupo ler sua própria situação,

---

dependa de um princípio lógico de contradição. Parece difícil, mas é preciso simplesmente mudar de lógica. Na física quântica, por exemplo, foi necessário que um dia os físicos admitissem que a matéria é corpuscular e ondulatória, ao mesmo tempo. Da mesma forma, *as lutas sociais são, ao mesmo tempo, molares e moleculares*. (GUATTARI, 2007, p. 149)

uma autonomização frente às referências as quais estamos habituados e aprisionados - dependência constante em relação a um poder global, em nível econômico, de saber, técnico, de segregações, etc.

Notamos que Guattari não está culpabilizando as pessoas por seu aprisionamento ou convidando a um certo engajamento aqueles que seriam alienados. O conceito de produção de subjetividade rompe com o discurso neoliberal de superação e esforço individual, discurso que exclui a complexidade dos modos de organização social e culpabiliza as pessoas por sua condição; rompe também com os discursos da “esquerda” de tomada de consciência e engajamento, opera assim em contrapartida, por exemplo, ao “mito racionalista (que) se atualiza tanto na conscientização quanto no consenso regulador de múltiplas racionalidades, como estratégias dialógicas (político-pedagógicas) que, em lugar da emancipação ratificam o controle e a tutela” (AGUIAR; ROCHA, 2007, p. 652). Por outro lado, ainda, o autor não toma as pessoas como vítimas derradeiras de um sistema econômico. “Querem nos convencer de que estamos mergulhados numa espécie de fatalidade” (GUATTARI, 2007, p.58), mas quando tomamos a “realidade” em sua composição de virtualidade, saindo do terreno das formas do que se apresenta como inevitável, vemos processos de singularização por toda parte. Acontece que, não raramente, eles não conseguem fazer durar esta intensidade, são capturados e incorporados aos modelos dominantes, cristalizam-se em guetos; segundo o autor há sempre algo de precário e frágil nestes processos.

Mas, apesar da precariedade e dos fracassos dessas tentativas, apesar de estarmos todos dispersos, perdidos, invadidos pela angústia, pela loucura e pela miséria, elas se encontram em ruptura com a produção de subjetividade industrial do CMI. Elas desencadeiam processos de reapropriação dos territórios subjetivos (...) É verdade que estamos levando porrada há já bastante tempo. No entanto, não é menos verdade que continua existindo uma imensa potencialidade de resistência, e até de ofensiva. (GUATTARI, 2007, p. 56-57)

Guattari (2007) também traz a imagem do muro: os devires singulares – e isso é diferente de mecanismos de interiorização dos valores capitalísticos – se chocam contra o muro das subjetividades dominantes, mas geralmente são absorvidos por tal muro. Somos muito familiarizados com o *contra*, e é necessário para sair dessa absorção-captura operar uma outra lógica, que faça “coexistir esse muro com a imagem de um alvo que uma força seria capaz de perfurar” (2007, p. 59). Afinal, aquilo com o que lutamos e nos aliamos não está só no nível do muro – dos imperialismos dominantes – está em nós que reencarnamos tais modelos. A massa que compõe o muro – seja pedra, cimento, areia, água – encontramos também entre nossos aliados, e em nossas próprias atitudes. “Nós acreditamos durante muito tempo que a história era feita pelos



partidos, pelos líderes, pelos grandes movimentos sociais e econômicos. Hoje, percebemos que ela também é feita por esse tipo de onda molecular. Se não levarmos isso em consideração, ficamos à margem dos acontecimentos” (2007, p. 66).

É nesta perspectiva que deslocamos o entendimento convencional da orientação vocacional/profissional como um conjunto de teorias, *desta* ou *aquela* abordagem, que devem ser aplicadas em busca de determinados resultados, para tomá-la como um campo de saber histórico em constante modulação, uma multiplicidade de práticas, instrumentos, teorias, discursos que respondem a produções locais e temporais. Deslocando nosso olhar da reprodução/aplicabilidade de técnicas para o caráter de constituição das práticas, indagamos se podemos pensar dissonâncias – tal como propõe Aguiar e Rocha (2010) se podemos incitar a traição de nosso encargo de especialistas. Assim, a questão que se coloca é pensar se intervenções no campo da orientação vocacional/profissional estão fadadas a funcionarem como práticas de constrangimento, controle, massacre das singulares, ou podem supor alguma liberdade.

No embate de nossos campos de atuação experimentamos que uma prática de orientação pode ser restritiva, violenta, empobrecedora (seja usando testes, dinâmicas não-diretivas, bate-papo, lápis-de-cor, não importa a técnica). Mas, essa mesma prática pode apontar também para saídas dela própria. Longe de propor uma “meia liberdade”, um apaziguamento dos paradoxos, um controle sutil, o que propomos é esgarçar essas práticas, retirar-lhes toda natureza, todo caráter de necessidade, analisar os efeitos do que colocamos em cena quando as disparamos. Um dos pontos tensos dessa configuração é exercer uma especialidade (somos psicólogos!) sem apaixonar-se pela fôrma do especialista. Um caminho interessante para evitar esta armadilha é não nos furtar de colocar em análise os lugares que ocupamos em nosso trabalho.

Neste momento, falo do lugar de psicólogos, mestrandos em psicologia, jovens que enfrentam as dificuldades de sustentar suas escolhas na conjuntura atual de precarização das relações de trabalho, desemprego, cinismo do discurso de gestão e humanização das pessoas, concursos públicos transformados em promessas de felicidade, exigências desenfreadas de qualificação, sucateamento das universidades, incitação a concorrência e competição com nossos parceiros. Cenário que insinua cada vez mais que não temos escolhas para além daquelas prontas que nos apresentam e querem que compremos como se nos fossem caras. Sai de cena o especialista dotado de neutralidade e objetividade, para entrar as implicações do processo de trabalho.

É nesse atravessamento de forças que apresentamos neste capítulo um modo de intervenção no campo de produção das escolhas profissionais. Modo em contraposição a modelo, pois

corresponde a um jeito, uma atitude, um estilo, entre muitos outros que existem ou possam vir a se fazer. Construímos um campo de intersecção entre o que oferecemos com nosso trabalho e o que os usuários buscam e trazem com eles a fim de forjar uma escuta das diferenças, um acompanhamento do que nossos encontros atualizam desses sujeitos atravessados por questões que são deles, nossas, e do tempo atual. O objetivo não é buscar um consenso, estacionar no plano do pessoal; o objetivo é criar um coletivo potente que coloque em análise algumas certezas, impossibilidades, amarras.

Tencionamos trazer outras vozes e contribuições para nossas intervenções, ao invés de garantir uma delimitação fixadora e tomar conta das fronteiras – orientador x orientando, psicologia x política, sujeito x mercado. As pessoas perguntam durante nossas apresentações de trabalhos em congressos de psicologia: “Mas o que é que vocês fazem? O que é que vocês usam? Não entendo essa proposta que critica a reprodução de técnicas”. A resposta é no tom de quem já foi cheio de parafernália mudar o mundo, e lida com a sutil humildade de saber que não mudamos ninguém, que é preciso se desvincular do pensamento moral referenciado no bem e no mal, de querer levar uma verdade para o outro (profissão, educação, redenção, etc.). A resposta é simples de dizer e difícil de operacionalizar: “Temos um arsenal teórico que nos dá corpo, estamos atentos a vários recursos que a arte pode nos possibilitar, mas antes de qualquer coisa, vamos ao encontro das pessoas e vemos o que acontece”.

O que essa zona de perturbação, que não fornece respostas, que não está pronta *a priori*, produz naqueles que contam com nossa orientação e em nosso corpo que transita nestes espaços? Nossos corpos sustentam modos de saber-fazer diferentes do hegemônico? Atentando para essas questões, que ora paralisam, ora potencializam o trabalho, lutamos por processos de autonomia – questionando práticas institucionalizadas, quebrando ideias de vocação e naturezas humanas, problematizando a violência da sensação de não existir escolha. Afirmamos, apesar da crescente miséria produzida pelo capitalismo no contemporâneo, possibilidades de compor escolhas profissionais e de vida. Produzir diferença é o objetivo de nossas práticas quando ocupamos o lugar da orientação vocacional/profissional e subvertemos seu uso.

## **2.1. Proposição: Intervenção como invenção/profanação de dispositivos**

Nossa proposta trata da montagem de práticas *interventivas* - retiramos este híbrido de Aguiar e Rocha (2007) que expõe uma intervenção no sentido de atitude crítica (inventiva) e

implicativa (desnaturalizadora), se afastando de posturas e posições reativas (de negação e julgamento). Referenciamos tais práticas interventivas em alguns pontos: acolhimento da demanda, problematização da demanda, acompanhamento de processos, análise e conclusão do trabalho. Tais direcionamentos nos permitem tratar a questão da orientação vocacional/profissional enquanto uma demanda que não é natural, mas que atravessa os sujeitos de modos singulares. Nossa aposta é na produção de dispositivos coletivos de intervenção, neles importa menos os nomes (oficinas, rodas de conversa, atendimento em consultório, grupos em escolas, entrevistas individuais) que a possibilidade de acionar processos, deslocando a questão profissional de uma busca por autoconhecimento (“o que quero?”; “O que gosto?”; “O que minha família deseja?”), ou mesmo de um suposto conhecimento do mercado (“o que ele pede”, “o que dá mais retorno financeiro”, “o que o futuro “lá fora” promete”). A escolha de uma profissão é uma dentre muitas outras escolhas possíveis de se fazer na vida, e o que nos interessa disso é o próprio escolher – como, dadas as condições econômicas, sociais, existenciais de nosso tempo, é possível compor escolhas que nos potencialize? Isso é possível para todos?

Espera-se, em geral, entrar em um trabalho de orientação vocacional/profissional e sair com um horizonte de caminhos mais ou menos planejados – “Na área de humanas, você se sairia bem transitando por aqui, ali e mais adiante, você escolhe”. Espera-se ainda sair maduro, seguro, no sentido de que quem se autoriza a escolher (autorizado por um especialista, mas autorizado) teria alcançado um crescimento pessoal, um estado de autonomia. Nós acreditamos no uso/construção de dispositivos que possam abrir vias de questionamento e invenção do presente, fissuras no tempo para olhar o que nos acontece. E o mundo nos acontece, não apenas um eu interior e um “mercado de trabalho”. Sendo assim, o que se faz a partir daí, o que não dá para fazer, quais os efeitos desses encontros, o que acionam de novo, de mesmo, de sempre? Que outras composições a partir destas, que ferramentas de combate, que batalhas escolher.

A autonomia considerada como um estado a ser alcançado através de programas determinados de ação está referida à conquista de um reino futuro onde habita a liberdade. A liberdade está sempre situada fora das circunstâncias. Desse modo, a transformação passa a ser previsível no percurso estruturado como condição a priori. No entanto, a autonomia não é uma condição que, uma vez conquistada, nos leve ao estado de equilíbrio e bem-estar permanente. Se a entendermos como função de autonomia, como afirmam F. Guattari & S. Rolnik (1986), ela é exercício, movimento, práticas de transformação, estando referida ao presente, à realidade, às circunstâncias nas quais produzimos o cotidiano. (AGUIAR; ROCHA apud AGUIAR; ROCHA, 2003, p. 69)

Chamamos a tomada da autonomia como processo/função, em contrapartida a busca por um estado apaziguador definitivo, de uma certa atitude frente a vida. Atitude que não depende de idade, classe social, momento de optar uma faculdade, etc. Atitude para criação de um corpo que não responda, incessantemente, aos imperativos de imediatismo, consumo, qualificação. Um corpo que possa conectar-se com suas potências – essa potência que, sabemos bem, no regime disciplinar foi separada, controlada e canalizada a serviço do trabalho, da ordem, da produção. *O que pode um corpo?*<sup>18</sup>, a pergunta de Deleuze inspirada em Espinosa, aponta para um não saber (não determinação) – nunca se trata, por exemplo, de para quê ou onde cada um nasce. Um corpo tem sempre potência de vir a ser, e este não saber pode ser a garantia mesma de sua liberdade.

Tomamos outra pergunta de Deleuze, desta vez inspirada em Foucault, *O que é um dispositivo?* Quando apresentamos nossa proposta de trabalho como um uso/invenção de dispositivos existe o risco de uma adjetivação do conceito, como se dispositivo fosse algo de bom em si mesmo, uma garantia de uma intervenção ética. Agamben (2009), usando os estudos de Foucault, define dispositivo como qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, condutas, opiniões e discursos dos seres vivos. Então, não se tratam somente de construções que tenham conexão evidente com o poder, como as prisões, as escolas, as disciplinas, mas também construções menos evidentes, como a caneta, a escritura, o cigarro, a navegação, os telefones celulares, a agricultura. O autor fala que do encontro, do corpo a corpo dos seres vivos com os dispositivos, resultam os sujeitos. Entendemos, então, esse encontro do ser vivo com os dispositivos como os processos de subjetivação de que nos fala Guattari.

De fato, todo dispositivo implica um processo de subjetivação, sem o qual o dispositivo não pode funcionar como dispositivo de governo, mas se reduz a um mero exercício de violência. Foucault assim mostrou como, numa sociedade disciplinar, os dispositivos visam, através de uma série de práticas e de discursos, de saberes e de exercícios, à criação de corpos dóceis, mas livres, que assumem a sua identidade e a sua “liberdade” de sujeitos no próprio processo do seu assujeitamento. Isto é, o dispositivo é, antes de tudo, uma máquina que produz subjetivações e somente enquanto tal é também uma máquina de governo. (AGAMBEN, 2009, p. 46)

Para Agamben, a fase extrema do desenvolvimento capitalista que estamos vivendo pode ser definida pela máxima acumulação e proliferação de dispositivos. Ele sabe que desde o *homo sapiens* havia dispositivos, mas a questão é que atualmente não há um só instante na vida dos

---

<sup>18</sup> Voltaremos a essa questão no terceiro capítulo. Sobre o assunto ver: Deleuze, G. 2002. Espinosa Filosofia Prática. São Paulo: Escuta.

indivíduos que não seja modelado, contaminado ou controlado por dispositivos. O ponto chave na discussão do autor é que os mesmos não tratam de um acidente em que os homens caíram por acaso, mas têm suas raízes no processo de “hominização” que tornou “humanos” o animal *homo sapiens*. O evento que produziu o humano constitui uma cisão que separa o vivente da relação imediata com o seu ambiente; nesta cisão emergem os dispositivos como desejo de construir um mundo que faça girar (em vão) os comportamentos animais, e numa esfera separada, como captura e subjetivação desse desejo – aí se constitui a especificidade dos dispositivos, aquilo que nos subjetiva, nos produz enquanto humano, e ao mesmo tempo nos captura.

De que modo então habitar os processos de singularização? Onde as saídas para não ser sempre resto do choque com esse poder? Os dispositivos que inventamos nas intervenções vocacionais/profissionais não seriam também modos de controle e captura, subjetivando os demandantes de orientação ao nosso modo de pensar? Por exemplo: “Hoje trouxemos uma estratégia para que vocês experimentem o tempo como processualidade e não como pressa” – por que alguém deveria experimentar alguma coisa que nós achamos necessária? Agamben formula deste modo tal problema: como fazer frente a esta situação, qual a estratégia que devemos seguir no nosso cotidiano corpo a corpo com os dispositivos? Ele sublinha que não se trata de destruir os dispositivos nem de usá-los de modo correto. “A estratégia que devemos adotar no nosso corpo a corpo com os dispositivos não pode ser simples, já que se trata de liberar o que foi capturado e separado por meio dos dispositivos e restituí-los a um possível uso comum” (2009, p. 44).

É com o conceito de profanação que o autor dá uma visada singular a tal impasse. No direito romano, sagrado era tudo aquilo que pertencia aos deuses, portanto, subtraído do uso comum, do livre comércio dos homens. Sacrilégio era todo ato que transgredisse esta indisponibilidade que era reservada exclusivamente ao celeste. Consagração era o termo que designava a saída das coisas da esfera do direito humano através do dispositivo do sacrifício: o sacrifício sanciona com uma série de rituais minuciosos, de acordo com cada cultura, a passagem de alguma coisa da esfera humana à divina. Profanação diz-se daquilo que é restituído ao uso e a propriedade dos homens. “A profanação é o contradispositivo que restitui ao uso comum aquilo que o sacrifício tinha separado e dividido (...). O capitalismo e as figuras modernas do poder parecem, nessa perspectiva, generalizar e levar ao extremo os processos separativos que definem a religião” (2009, p. 45). Agamben define religião como aquilo que subtrai coisas, lugares, animais ou pessoas do uso comum e as transfere a uma esfera separada. Nesse sentido, não há para o autor religião sem separação e toda separação contém ou conserva em si um núcleo “religioso”.

Profanar os dispositivos? Profanar a separação do corpo de suas potências? A maior dificuldade de profanação na fase atual do capitalismo é que os dispositivos com os quais temos que lidar não agem mais tanto pela produção de um sujeito (sociedades disciplinares em Foucault), quanto por meio de processos que Agamben chama de dessubjetivação.

Aquele que se deixa capturar no dispositivo “telefone celular”, qualquer que seja a intensidade do desejo que o impulsionou, não adquire, por isso, uma nova subjetividade, mas somente um número pelo qual pode ser, eventualmente, controlado; o espectador que passa as suas noites diante da televisão recebe em troca da sua dessubjetivação apenas (...) a inclusão no cálculo de um índice de audiência. (2009, p.48)

Aqui o autor desmonta imediatamente os discursos de que a questão é fazer um bom uso dos dispositivos, pois, se a todo dispositivo corresponde um processo de subjetivação ou dessubjetivação é impossível que o sujeito do dispositivo o utilize de um modo correto, que modo correto?

O problema da profanação dos dispositivos – isto é, da restituição ao uso comum daquilo que foi capturado e separado nesses – é, por isso, tanto mais urgente. Ele não se deixará colocar corretamente se aqueles que dele se encarregam não estiverem em condições de intervir sobre os processos de subjetivação, assim como sobre os dispositivos, para levar à luz aquele Ingovernável, que é o início e, ao mesmo tempo, o ponto de fuga de toda política. (2009, p. 50-51)

Nesse sentido quando tencionamos a invenção de dispositivos no trabalho com orientação é por esta via de profanação, buscando nesses processos de subjetivação as passagens de fuga, de processos de autonomia. É aqui que entra a ideia de zona de intersecção, essa zona que nunca contém em si uma meta (“queremos que ao final deste trabalho os orientandos escolham uma profissão”; “queremos que ao final desta oficina todos entendam que dinheiro não é o principal”; “queremos que depois deste encontro, esses jovens parem de desejar respostas”). O que queremos é diferente de uma meta – caminho que leva a determinado resultado previsto de antemão –, queremos acolher, desmontar e propor algo em cima de uma demanda histórica, atual e encarnada nos corpos que buscam auxílio profissional, intensificando, assim, processos de singularização.

Se as pessoas escolherem uma profissão pelo dinheiro, pelo prazer, se não escolherem nenhuma profissão, se abandonarem o trabalho antes do seu término, se entenderem que querem outro tipo de “orientação”, não teremos fugido a nosso objetivo. Não se entendemos nosso trabalho como intervenção nas subjetividades hegemônicas, como invenção de outras possibilidades de vida. Inventar possibilidades de vida não é copiar o propositor da intervenção em suas atitudes, não é seguir uma cartilha de proposições ditas éticas, válidas. Abandonar um trabalho porque ele não

atende a um certo funcionamento, é uma possibilidade de vida que contém autonomia. Em geral, enquanto interventores, olhamos com maus olhos aqueles que abandonam o trabalho de intervenção. É que a via pessoal é muito forte em nós e tal recusa é entendida como algo contra nosso modo de falar, nosso corte de cabelo, como algo que diz respeito a uma incompetência pessoal constitucional (“onde foi que eu errei? onde foi que ele errou que não ficou até o final?”). A profanação dos dispositivos – usar a literatura, a poesia, o cinema, a clínica, os testes, etc., de modos diferentes, disruptores, paradoxais, daquilo a que eles se propõem – precisa ser a valer, precisa se dar coletivamente, despessoalizada, pois se um trabalho depende de outros para acontecer, ele não é do pesquisador/interventor/analista, ele já está se dando no entre. Existe, sim, uma dimensão que o pesquisador deve desempenhar independente dos outros, que é acionar os processos, mas os efeitos do que vai acionar são *a priori* desconhecidos. Então, pesquisador/interventor/analista são atores que objetivam colocar dispositivos a funcionar e avaliadores dos efeitos em cena, intensificando alguns efeitos, problematizando outros, transformando o campo de intervenção em campo problemático.

Nesta profanação, nesta restituição ao uso comum, encontramos eco com o que Guattari chama de paradigma ético-estético-político. Pensamos nosso trabalho de intervenção em orientação vocacional/profissional em suas dimensões ética (no que se refere à análise dos efeitos que nossas intervenções produzem no mundo), estética (no sentido de afirmar a singularidade de modos de viver) e política (porque trabalha a favor de um “devir minoritário” em nós, que resiste às formas hegemônicas de aprisionamento das subjetividades). Assim, nosso trabalho é acompanhar processos entendendo que a luta entre singularização e assujeitamento passa por combates num jogo de forças múltiplas (econômicas, amorosas, sociais, culturais, etc.), que atravessam o sujeito. A intervenção pode potencializar rearranjos que mesmo forjados em contextos de dominação, homogeneização, controle, podem inventar outras possibilidades de afirmar a vida.

## **2.2. Modo de fazer: Dispositivo como Caixa de Ferramentas**

A imagem de uma caixa de ferramentas já supõe um conjunto de instrumentos, que funcionam de acordo com a necessidade e em composição com o que precisa ser mexido. O que nos

interessa das ferramentas é seu movimento: não um “martelo” em si (essência-martelo), mas um certo “martelar” que modula batidas, intensidades, acaba martelando dedos, pregos, madeira. Tomando a caixa de ferramentas como indicação metodológica consideramos que não se trata de uma ou outra ferramenta, mas do modo caixa (multiplicidade) e que é preciso se desfazer do caráter de complementariedade das peças, organização por tamanhos, coleção, para pensar em composições estranhas, invenção de funções (deslocamento). Manoel de Barros (2001, s/p) nos convida a desinventar os objetos: “O pente, por exemplo. Dar ao pente funções de não pentear. Até que ele fique à disposição de ser uma begônia. Ou uma gravanha. Usar algumas palavras que ainda não tenham idioma”.

Usando a imagem da caixa, Deleuze e Foucault (1979) explicaram o que é uma teoria:

Uma teoria é como uma caixa de ferramentas, é preciso que sirva, é preciso que funcione. E não para si mesma. Proust recomendou: “Tratem meus livros como óculos dirigidos para fora e se eles não lhes servem, consigam outros, encontrem vocês mesmos seu instrumento, que é forçosamente um instrumento de combate”. (DELEUZE e FOUCAULT 1979, p. 71)

O sentido que esses autores dão ao termo sublinha a operacionalização dos conceitos, sua bricolagem, a não separação entre teoria e prática, um certo saber-fazer que diz de uma experimentação e de um cuidado teórico. Antes que caiamos em um ecletismo de que tudo é válido, é preciso dizer que não se trata de qualquer ferramenta, trata-se daquelas que fazemos valer em nossos trabalhos, e quem dita esse uso é a própria conexão e acompanhamento do campo – os efeitos, as pessoas envolvidas, a atitude do pesquisador, etc.

A respeito da diferença entre “tudo é válido” e “como faço valer as ferramentas”, Barros e Passos (2000) podem nos ajudar:

Como nortear nossas escolhas teóricas? Como distinguir os conceitos? (...) quando abandonamos as garantias do fundamento, o pensamento corre o risco de se perder na indiferença e no relativismo, como se tudo ou nada valesse (...) Não há indiferença no trabalho com os conceitos quando sabemos que são operadores de realidade. Neste sentido, eles nos chegam como ferramentas. Um conceito-ferramenta é aquele que está cheio de força crítica. Ele está, portanto, cheio de força para produzir crise, desestabilizar. (BARROS e PASSOS, 2000, p. 77)

O que saiu dessa caixa de ferramentas a partir do plano de intervenções que viemos compondo? A caixa é inesgotável, ao longo da dissertação trouxemos alguns operadores que já foram elucidados: encomenda, demanda, análise de implicações, sobreimplicação, diário de campo, instituição, genealogia, etc. Traremos agora outros conceitos-ferramenta que serão apresentados



partir de sua operacionalização junto de algumas experiências que elegemos narrar. A escolha por escrever sobre várias e não uma experiência, não se justifica no sentido de poder assim falar de vários conceitos-ferramenta. Uma experiência já comporta infinitos conceitos. Tal escolha, se pauta na direção de deixar evidente a multiplicidade de sentidos que damos à intervenção com escolhas profissionais, evidenciar que o que está em jogo é a construção/intensificação de uma certa política da existência, não uma forma-grupo, forma-escola, forma-consultório. Ainda que uma experiência contenha heterogeneidades mil, queríamos trazer isso de modo mais palpável, tecer um mosaico de experiências que foram durante estes dois anos constituindo um campo de intervenção, análise e escrita.

### 2.2.1 Não Fomos a Escola em Santa Bárbara: Cuidado de Si

Recebo da orientadora da dissertação um pedido de auxílio com o grupo de estágio *Psicologia nas Instituições Escolares*, do qual havia participado durante a graduação. O estágio acolhe de uma escola pública em Santa Bárbara, bairro de Niterói, um pedido de orientação profissional encaminhado ao SPA da UFF. A orientadora aponta que pode ser uma via potente para compor a dissertação, solicitando assim que eu cuide da montagem do trabalho junto dos estagiários interessados e mais alguns alunos fora do estágio que manifestaram interesse em realizar o trabalho.

Após vários desencontros, dificuldades de juntar todos, decidimos nos reunir mesmo faltando algumas pessoas. Na reunião falo um pouco sobre minha experiência com o trabalho *Analítica do Vocacional* e noto estar narrando estratégias que já utilizei. Combinamos a leitura de um material sobre o tema, para nos encontrarmos novamente com o grupo todo e escolhermos um caminho. “Não sei se o encontro foi proveitoso para vocês, acho que falamos muito de estratégias e pouco de qual nosso lugar nesse modo de abordar um trabalho em grupo, heterogêneo, que pega uma demanda de "orientação", mas não se propõe a orientar, etc. Acho que o material pode nos ajudar um pouco a pegar uma direção”. Peço que encaminhem o e-mail que encomendava esse trabalho na escola. O e-mail-encomenda da escola que me encaminharam no mesmo dia, mais tarde, estava assim:

Olá, muitíssimo obrigada pelo interesse e empenho em nos ajudar! O trabalho realizado pela UFF ano passado foi mesmo de dinâmica, conversa e um pouco sobre profissões a seguir. Gostaria de algo nesse sentido mesmo, pois o trabalho será voltado para os alunos do 9º ano de escolaridade e, sendo assim, gostaria que fossem apresentadas alternativas, um outro universo para eles, pois a maioria não têm perspectivas, não conhece muito de mundo. Se possível, seria legal que acontecesse na primeira semana de outubro, numa 3ª ou 5ª feira pela manhã, pois é o horário em que estudam. Numa 4ª feira, seria bem legal às

10h. Fale-me da sua disponibilidade. Temos na escola 7 turmas de 9º ano de escolaridade com idades entre 14 e 19 anos. Na ocasião do grupo ano passado, fizemos uma turma de uns 35 alunos, se não me engano, e abrimos inscrições para os interessados. Nosso total de alunos desse ano de escolaridade é em torno de 180 alunos. Há uma turma específica, de alunos retidos, onde alguns já trabalham e muitos querem passar para o noturno ao chegarem no ensino médio para ingressar no mercado de trabalho. Com esses o trabalho seria interessante e ainda sobriam algumas vagas para alguns alunos das demais turmas. Aguardo sua resposta! Obrigada.

Havia trocas de e-mail, mas não havia agenda que reunisse nosso grupo na mesma hora e lugar. A pressa e o imediatismo tão fabricado atualmente na academia – apressando/atravessando graduandos, professores, mestrados, aulas, pesquisas – estava ganhando mais força que nossa possibilidade de criar consistência. Combinamos de ir à escola conversar com a diretora e levar um material de divulgação do trabalho para os alunos. Conseguimos marcar a reunião com a diretora e elaborar um pequeno cartaz para expor nos murais da escola. (ANEXO 9).

*... O que é um profissional se não um corpo que sonhava e que foi transformado em ferramenta? As ferramentas são úteis. Necessárias. Mas, que pena, não sabem sonhar... (Rubem Alves, A alegria de ensinar).*

(desenho um boneco atravessado pelas palavras: vestibular, sexualidade, família, lazer, violência, amizade, trabalho, escola, drogas, etc).

### **ESCOLA... PROFISSÃO... TRABALHO... ESCOLHAS... FUTURO...**

Para quem tem vontade de compartilhar dúvidas e dividir pensamentos:

Dia \_\_\_\_\_ de Outubro de 2009, às \_\_\_\_\_ aqui na escola.

A caminho da reunião, no ônibus, recebo uma ligação esclarecendo que duas das três pessoas que tinham combinado não iriam e que a outra estava no Rio ainda. Chegando na escola a diretora também não estava e a pedagoga me recebeu, agradável, simpática, cheia de boas intenções. Queria que fizéssemos o trabalho com todas as turmas do nono ano da escola, que eram ao todo sete turmas. Falou sobre como foi a atividade no ano anterior, realizada pela UFF. Que esse tipo de trabalho era bom porque os jovens ali tinham a universidade como um horizonte inatingível: “Não é nem porque se achem incapazes de passar no vestibular, mas porque é algo totalmente fora do pensamento deles, uma outra realidade”. Uma fala que ela repetiu de uma conversa com alguns alunos é ilustrativa dessa afirmação: “Vestibular é pra faculdade pública? Nossa, público? Igual escola pública então?”. Conta que eles pensam em trabalhar e lava jato, *lan houses*, que queria muito ampliar essas possibilidades deles. No ano anterior, levou nas turmas de 9º ano, universitários

que desenvolviam pesquisa em diversas áreas e o material que levaram para mostrar aos alunos deixou as turmas encantadas. Em resumo, o pedido é de um trabalho de conversa sobre vestibular, segundo grau, projetos de vida; porque terminar o primeiro grau ali naquela escola não significava necessariamente continuar os estudos em outra. Os “formandos” já pensavam (ou deveriam estar pensando) no futuro profissional. Pelo dito, nossa função ali deveria ser a de abrir possibilidades. Ela pergunta se podemos fazer o encontro em todas as turmas do 9º ano – “Não pode ser uma pessoa em cada turma? Vocês não têm sete pessoas nesse grupo de estágio?”.

Uma aliança se fez com a pedagoga, naquela conversa pude entender que o que ela quer é potente, é abrir um leque de possibilidades para os jovens. Se ela quer isso porque vê neles impossibilidades, fatalidades, pobreza, ou se acha que prestar vestibular é melhor que trabalhar num lava jato, é um ponto. Mas outro ponto é que ela estava disposta a mexer ali, e conspirar outros destinos. Coloca-se como parceira para a divulgação nas turmas, mostra os materiais que a escola dispunha, e quando vê o cartaz que fizemos para atrair os alunos diz que pensou na escola particular na qual trabalha como professora – “Isso se encaixa lá também, porque lá parece que eles só pensam em dinheiro quando falam em futuro”.

Conseguimos nos reunir neste mesmo dia na UFF, só faltou uma pessoa. Sublinho, utilizando diários de campo, três pontos importantes que emergiram na discussão: - Sobre a demanda de fazer as oficinas com as sete turmas: será que temos que dar conta de uma totalidade e corresponder ao pedido da escola? - Devemos ir esperando um pouco menos? (*esperar menos não é descuido, mas cuidado conosco e com o campo ao qual iremos nos lançar e misturar?*). - Antes de pensar no dispositivo devemos pensar o que a gente quer ir conversar com eles. O que é? É sobre vestibular? (*Ou é escutar o que eles têm a dizer, acessar a processualidade que já estava em curso antes de chegarmos? E fazer algo com isso claro, ou então para que iríamos? Mas como vamos e a que vamos? Perguntas que desasossegam*).

Outras anotações que apareceram no diário de campo: porque o grupo não consegue se encontrar? O que vamos fazer na escola se não conseguimos minimamente dialogar entre nós? Uma das integrantes sugere recorrer às pessoas que mostraram interesse no trabalho e não se manifestaram mais, pessoas fora do estágio já que o e-mail da diretora foi encaminhado para a rede SPA/UFF. Mais pernas, mais ideias, movimento. Mas é questão de quantidade? Apesar do jeito descontente de uma das meninas, ela tem uma delicadeza de manejo em como pensa o trabalho: uma discussão, um partir com, partilhar com, uma abertura de sentidos. Um cuidado em não levar muitos elementos fechados. Nesse momento há um atrito com outras meninas do grupo: “Mas não

estamos indo fazer orientação vocacional”? Ela: “É o que a escola pediu, mas não necessariamente”. Perfeito. Fico de passar por e-mail os encaminhamentos da reunião e as estratégias que a ‘duras penas’ conseguimos pensar:

Meninas, passo à limpo os encaminhamentos da nossa reunião hoje: A pedagoga da escola vem com uma demanda de que façamos o trabalho com as sete turmas da escola, em vários dias. Ponderamos que não podemos dar conta dessa totalidade e estaremos oferecendo dois grupos na parte da manhã, 25 vagas cada grupo; e dois grupos depois do recreio, também com 25 vagas cada um. Combinamos de nos dividir entre esses grupos. Pensamos em contar com as pessoas de fora do estágio que mostraram interesse em participar e não puderam vir nas reuniões, B., M. e alguém que esqueci. X vai garimpar os contatos. Ficou muito a pergunta “O que queremos ir conversar com eles no dia do trabalho?”, pensamos que não é sobre mercado de trabalho, profissão, essas idéias que a escola passou já fechadas. Mas seria ouvir deles quais são as questões, e partir um pouco de como é estar saindo da escola, abrindo para um período de mudanças, para um “futuro”, o que é “futuro” pra eles? Pensamos em fazer dois tipos de oficina:

**Grupo1 (início da manhã)** - 1) Apresentação: cada um fala seu nome e tira um papel que deve responder o que pergunta. Por exemplo: O que você prefere, sorvete ou batata-frita? Seria pra quebrar o gelo, divertir. Temos que fazer várias perguntinhas curtas para levar no dia.

2) "Verdade ou Consequência": montar um dispositivo com perguntas prontas (perguntas o mais abertas possível) e espaços em branco para improvisar perguntas na hora; a garrafa gira e onde cair o grupo responde. OU então, separar figuras e jogar "Para que serve". Por exemplo: Para que serve um gato? Indo na direção de dar muitos sentidos para um "objeto" aparentemente reduzido a um sentido só. O objetivo é ir ampliando essa questão pra vida, seja profissional, seja qual esfera for.

**Grupo2 (depois do recreio)** - 1) Apresentação: providenciar 34 crachás; pedir que enfeitem, criem, desenhem, pintem ou escrevam como podem se apresentar no lugar de escrever o nome deles, ou seja, inventar outro jeito de se apresentar. Separá-los em grupos com objetivo de montar painéis sobre temas urgentes pra eleso. Pensamos em cada grupo ficar com um material diferente, e depois expor seu trabalho e abrimos para conversa.

Pactuamos que os objetivos vão muito nessa direção de chegar com flexibilidade e abertura para ouvir as questões deles e ir na direção de disparar discussões coletivas. Também conversamos que é importante estarmos afinados num certo pensamento micropolítico, numa certa postura de intervenção, pra não chegar lá cada qual com uma idéia na cabeça e fazer uma miscelânea. Não sei gente, acho que é um trabalho difícil, sutil, que não vai dar créditos, contar horas, mas se topamos temos que fazer o melhor possível. Já que será segunda-feira a divulgação tem que ser essa semana né? Abraço.

Nunca mais nos encontramos pessoalmente. Não fomos à escola. Escrever na dissertação um trabalho que “não deu certo” é certamente delicado, mas nos ajuda a pensar em algo essencial das intervenções: a serviço de que e como vamos para os campos. O cuidado com as intervenções devem passar por nós. É nesse sentido que invoco uma das ferramentas mais poderosas da caixa: o cuidado de si. Pensando nessa dimensão de cuidado desmontamos a culpa que fica circulando nos trabalhos quando não conseguimos dar conta do que achamos que temos que dar conta. Nesse cuidado um “eu totalizador” é deslocado para colocar em cena as forças que perpassam o trabalho –

este trabalho que começa antes do dia planejado, que precisa ser gestado, tramado, pactuado. Sem a culpa, abrem-se caminhos para pensar outras estratégias, buscar saídas dos entraves enquanto eles estão se dando.

As análises de implicações, a prática dos diários de campo, a supervisão, as reuniões oficiais e não-oficiais dos grupos de trabalho, funcionam como um modo de cuidar de si. Gross (1996) lê este conceito em Foucault e explica que o autor vai aos gregos buscar uma estética da existência não para propor um retorno a antiguidade ou um ideal de comportamento, mas na busca de um modo de existência diferente das práticas cristãs do ocidente, que tanto definiram nossa relação com o mundo e conosco. O que importa neste cuidado é a maneira como ele se integra num tecido social e constitui um motor da ação política. Precisamos desdobrar alguns pontos para não confundir esse modo com uma prática de interiorização ensimesmada:

1) Não se trata de renunciar ao mundo ou aos outros, mas modular de outro modo a relação com os outros pelo cuidado de si. 2) Cuidar de si não é uma atividade espontânea e natural alienada pelas relações com o mundo, ao contrário, *este “si”* é uma conquista difícil e constantemente confundida com egoísmo. 3) Intensifica a ação política pois introduz entre o sujeito e o mundo uma distância que permite não fascinar pelo objetivo imediato, impede a precipitação desesperada e urgente, mas é uma distância constitutiva de ação. “Não se cuida de si para escapar do mundo, mas para agir como se deve” (GROSS, 1996, p. 132). 4) Estabelece uma correspondência entre os atos e palavras, busca da melhor maneira possível a correspondência entre o que diz que se precisa fazer e o que se faz efetivamente. 5) Não se trata de narcisismo, o cuidado de si não é da ordem do prazer, mas de uma colocação permanente de si mesmo à prova, uma tensão permanente ao contrário de uma plenitude. 6) Opõe-se ao conhecimento de si, prática na qual a questão é corresponder o que *se é* aquilo que *se crê ser*; no cuidado de si a proposição é corresponder o que *se diz* com o que *se faz*. Gross encontra nessa diferenciação uma distinção entre sujeito da moral e sujeito da ética. O primeiro atormentado pela questão “Quem sou eu?”, apartado de si mesmo por uma busca de conhecimento-verdade. Em contrapartida, o sujeito ético está às voltas com a questão “O que estou fazendo da minha vida?” instaurando entre si e si mesmo em vez de um segredo (quem sou?), uma obra de vida a ser realizada.

Resumimos este conceito, apontando sua relevância ético-política como ferramenta para intervir, com a frase de Sócrates para Alcebiades: “Agora que atingiu a idade adulta, você quer governar os outros, tornar-se um dos primeiros homens da cidade, mas será que você cuida corretamente de si mesmo” (FOUCAULT apud GROSS, 1996, p. 130). Não se pode querer cuidar

do outro sem pensar na pergunta ética do que estamos fazendo de nossas vidas (nossas intervenções).

Nossa pressa e dificuldade em consolidar um grupo de trabalho dizem de um momento que estamos vivendo atualmente na universidade e noutras tantas esferas que transitamos. Uma produção de imediatismo, acúmulo de atividades, uma certa onipotência. Estratégias nós tínhamos de sobra, mas o acontecimento aqui narrado mostra o quanto uma intervenção não trata só da elaboração de estratégias. Mesmo em nossa fragilidade de dar consistência ao trabalho sabíamos que não adiantava ir à escola do jeito que estávamos e fazer as atividades que planejamos. Era preciso cuidar do grupo e dos objetivos, era necessário criar corpo para não sucumbir a oferta das cem (!) vagas nas oficinas. Não há como descrever ou adivinhar porque esta experiência se passou deste modo e não de outro; dela é válido retirar algumas indicações através de seus efeitos, no lugar de lamentar que não “deu certo”.

Outro ponto importante de enfatizar é que na composição dessa entrada *micropolítica* nos campos há planejamento e improviso. O planejamento diz respeito a ouvir os pedidos, as encomendas, e em cima deles pensar dispositivos para a futura intervenção; tais dispositivos devem conter em si a possibilidade de **não** serem utilizados ou de serem **transformados** enquanto utilizados (aqui diz respeito ao improviso). Isso significa que são um **meio** e não um **fim em si mesmos**, um meio para disparar processos. Nesse sentido, planejar um trabalho é ter em vista alguns objetivos e ter ferramentas para operacionalizá-los, ter material que dispare discussões, vozes, acontecimentos. A composição desse material-disparador (seja corpo, caneta, argila, papel, música, imagem) é sempre plástica, porosa, suave e elástica. Difícil imaginar um material com essa consistência bizarra, é que ele não existe *a priori*, não está pronto. Depende de um **entre** que se faz durante a intervenção, no cruzamento de propositores e usuários, é ali que ele pode funcionar como dispositivo; funcionar é diferente de dar certo, dar errado, de atingir metas.

Então, nessa abordagem há planejamento, há horas de trabalho para criar estratégias, pesquisar objetos os mais diversos que interessem a diferentes públicos. E na utilização deste planejamento ele é encarado como um plano de composição, pois aberto para acolher o que surge nos campos. Levamos para os campos tentativas de disparar processos, e retiramos material para outros “disparos” a partir dos acontecimentos do grupo. Então, se sabíamos o que fazer no primeiro encontro com os alunos de Santa Bárbara, não sabíamos o que iria acontecer a partir dali, não tínhamos ideia do que faríamos num segundo encontro, porque não planejaríamos todos os encontros de uma intervenção sem conhecer os alunos, sem escutar o que queriam de nós, sem

entrar em contato com suas tensões. Mas tínhamos um objetivo: acolher as tensões, deslocar cristalizações, potencializar invenções de modos de existir. Mas, como mostrou a experiência, esse tipo de trabalho (todo tipo de trabalho) exige cuidado de si, do outro, tempo para pensar, tempo para planejar, e, como disse Deleuze no *Abecedário*, estar a espreita dos acontecimentos.

### 2.2.2 “Acho que não sei quem sou, só sei do que não gosto”<sup>19</sup> A Estudante de Medicina: Cartografia

A moça ruiva chega ao consultório dizendo que fez três anos e meio de medicina, decepcionou-se: com a faculdade, as pessoas, com o curso, até com o estágio, o qual todos prometiam que era o momento em que tudo melhorava. Sente um pouco de medo de não escolher certo desta vez e, por isso, decidiu buscar orientação profissional. Ela topa o tipo de orientação proposta, acha bom não se tratar de testagem, pois imagina que isso não resolveria a questão. Diz pesquisar bastante sobre as profissões, são tantas que fica mais perdida ainda, gosta de muitas coisas, tem facilidade com idiomas, já sonhou em ser diplomata, adora viajar, gosta de computadores, de desenhar, de escrever, quer ajudar as pessoas, se diz comunicativa e centrada.

A Cartografia formulada por Deleuze e Guattari é uma das ferramentas eleitas como indicação metodológica e atitude na intervenção. A prática de um “cartógrafo”, de acordo com os estudos contidos em *Pista do Método da Cartografia* (2009), é acompanhar às estratégias das formações do desejo no campo social, dos vários vetores que compõe a paisagem subjetiva. É praticável e construída caso a caso, em domínios específicos e não em regras gerais a serem replicadas. Enquanto método requer para funcionar procedimentos concretos encarnados em dispositivos, acompanha, assim, suas linhas – linhas de visibilidade, enunciação, força e de subjetivação. Assim, Barros e Kastrup (2009) que estão entre os autores destes estudos, explicam que se trata de um método processual criado em sintonia com o domínio igualmente processual que ele abarca. Não fornece um modelo de investigação, se faz através de pistas, estratégias e procedimentos concretos.

A concepção do método cartográfico remonta a Deleuze e Guattari em *Mil Platôs* (1995), sendo em seguida desenvolvido por Rolnik (2006) e outros como Kastrup (2007, 2008a). Recentemente foi sistematizado e apresentado como um método de pesquisa intervenção (PASSOS, KASTRUP, ESCÓCIA, 2009) (...) Se faz na ação, no encontro entre pesquisador e campo. O que está em jogo é uma forma diferente de se relacionar com aquilo que está sendo pesquisado. É com ou na relação que a cartografia se constrói. A criação substitui o modelo da representação. Deleuze e Guattari (1995) propõem que a

<sup>19</sup> Teatro dos Vampiros, Legião Urbana, 1991

cartografia seja uma experimentação ancorada no real (p.22). A substituição da representação pela criação tem como pano de fundo a distinção ontológica entre o plano das formas e o das forças (DELEUZE e GUATTARI, 1997a). O importante neste método não é detectar as formas constituídas, mas principalmente as forças que estão em movimento e, que apontam tanto para novas formas em vias de surgir, quanto para o desmanchamento de formas antigas. Cartografar é, assim, acompanhar processos. (SANCOVSCHI, 2010, p. 232).

Feita a entrevista inicial, o primeiro movimento foi de começar o trabalho pela vivência que a cliente possuía, entendendo como pista interessante haver uma experiência com profissão da qual partir. Encontros parecia a palavra-chave: com uma faculdade, com uma condição de universitária, com colegas de turma, com estágio, com um hospital. O que me compõe e decompõe, que uso faço das minhas dores? Como invento um corpo que faz escolhas que me fortalecem? Esse medo de escolher errado desta vez tinha a ver com uma pré-concepção do que se encontrará na universidade? Antes existia uma idealização do que seria encontrado?

“– Partindo do que você me disse na entrevista penso que pode ser interessante para pensar nessa escolha profissional utilizar o que você já viveu na medicina. Geralmente quando a pessoa muda de curso o curso anterior toma um papel de erro, perda de tempo, negatividade. Mas acho muito potente usar essa experiência para pensar outras, não pra comparar, ver o que você fez de certo ou de errado, mas ver como você consome seus encontros, como lida com a vida, etc. Você topa?

– Topo sim, acho que pode dar certo. Como faremos isso?”.

O dispositivo é um painel. Há quatro colunas com alguns elementos dispostos e espaços para disposição de outros elementos. A orientação é preencher os espaços com escrita e/ou colagem de imagens e frases de revistas:

1)



2)



FACULDADE DE MEDICINA

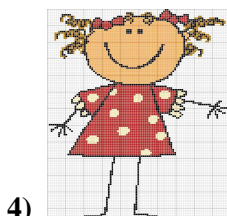
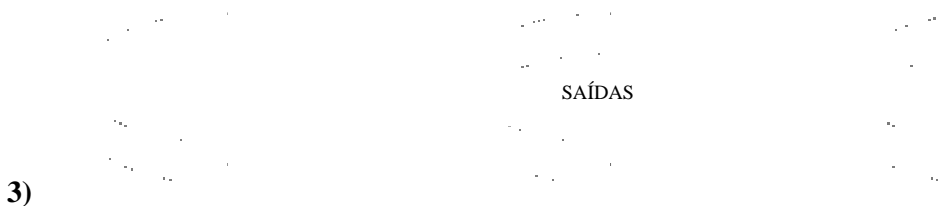


ENCONTROS

COTIDIANO

AMBIENTE

VIVÊNCIAS



**O QUE ISSO FAZ NO SEU CORPO? QUE OUTRAS HISTÓRIAS A PARTIR DESTA?**

Depois de preenchido o painel ela explica a disposição das figuras. Na primeira coluna o alívio de ter passado no vestibular depois de anos enfiada nos livros, achou que tudo seria uma festa, outra fase da vida. Esperava fazer outras amizades, ter como ajudar as pessoas, encontrar um equilíbrio. Na segunda coluna, um peso sobre os ombros, a figura de uma arma apontada na cabeça, pressão por todos os lados, competição, individualismo, os cartazes que ofereciam cursos de aprimoramento eram arrancados por outros alunos para eliminar concorrência. As matérias não a convenciam. No estágio, tratava-se os pacientes dos hospitais com siglas desrespeitosas. Havia um sofá no primeiro ano em que sentavam para descansar e conversar, que não se sabe por que sumiu. Na terceira coluna, imagens de alívio e de loucura. Cortou os cabelos e pintou de vermelho quando saiu da faculdade, as pessoas acharam que estava completamente louca. Tinha alguma preocupação

com o que faria a partir dali, não sabia o que era, mas tinha certeza que não seria aquela faculdade, nem medicina. Na quarta coluna, a figura de um bebê recém-nascido, não sabia o que estava por vir e isso não a preocupava tanto, mas estava pela primeira vez com a cabeça fresca para pensar, despida igual ao bebê.

Com esta cliente ficou visível a coletividade de um trabalho considerado *a priori* como totalmente individual. A questão dos encontros, conexões, atravessamentos, são colocados em cena e topados pela cliente. A moça de cabelos vermelhos, que lembrava Clarice Lispector (1998) falando de uma revolta involuntária na “ruivez”, ecoava também Renato Russo (1991): “Acho que não sei quem sou, só sei do que não gosto”.

Em grupos de estudo na UFF debatemos a questão dos trabalhos individuais e em grupo. Se em outros espaços é regra geral trabalhos individuais, na UFF, pelo menos nos espaços pelos quais circulei (clínica trans, estágio em escola, etc.), é comum a configuração grupal. “Quando tem um grupo você não precisa responder diretamente, outras pessoas vão falando, deslocando, dando opinião; agora com um cliente ali na sua frente é muito embaraçoso, ele vai sim querer uma resposta da profissão a todo custo, e vamos dizer o quê?”; “Tudo bem que coletivo não quer dizer um monte de gente, mas existe uma questão física, é uma pessoa, é um corpo ali na sua frente, é individual” (falas em um grupo de estudos que coordenei sobre orientação vocacional/profissional na UFF). Acredito que no consultório o risco de individualização, busca por autoconhecimento, psicologização das questões é tão comum quanto em grupos com três ou trinta pessoas, num parque ou numa praia. Somos produzidos deste modo individualizado e a orientação de viver, sentir, intervir, experimentar dessa maneira individualizada é uma tendência, embora não seja um destino. Deleuze e Guattari disseram em Mil Platôs que escreveram o livro a dois, mas como cada um deles já era vários, já era muita gente. “Não chegar ao ponto em que não se diz mais EU, mas ao ponto em que já não tem qualquer importância dizer ou não dizer EU. Não somos mais nós mesmos. Cada um reconhecerá os seus. Fomos ajudados, aspirados, multiplicados” (1995, p.11).

Assim, a história de X é acolhida: a história da estudante dedicada que passa no vestibular e se decepciona com o que encontra na faculdade, mas insiste por três anos e meio para saber se vale a pena ou não. E esse é o motor para acompanhar a partir daí que outras paisagens somam-se, opõe-se a essa, que forças pedem passagem, que movimentos estão congelados, emperrados, que aliados buscar para intensificar suas batalhas cotidianas. Outras estratégias são utilizadas durante os encontros seguintes, para fortalecer e legitimar um corpo que já anuncia autonomia para escolher.

De acordo com Rolnik (2007) o cartógrafo absorve matérias de qualquer procedência, não tem preconceito com nenhum estilo, linguagem.

Tudo o que der língua para os movimentos do desejo, tudo o que servir para cunhar matéria de expressão e criar sentido, para ele é bem-vindo (...) Por isso o cartógrafo serve-se de fontes as mais variadas, incluindo fontes não só escritas e nem só teóricas. Seus operadores conceituais podem surgir tanto de um filme quanto de uma conversa ou de um tratado de filosofia. (2007, p. 65-66)

Entendemos com a autora que o critério na cartografia é descobrir que matérias de expressão, que misturas, que linguagens, favorecem a passagem das intensidades que percorrem o corpo a corpo das intervenções. Assim, os encontros no consultório iam se compondo através do desenrolar de uma história que a cliente trazia, outras que ela desejava, sendo acolhidas e problematizadas através de conversa, de Clarice Lispector (*Uma Aprendizagem ou o Livro dos Prazeres*), filme (*Bee Moovie, A História de uma Abelha*), pesquisa de profissões, músicas (*Tempo Perdido, Agora só Falta Você, Best of You*, etc.).

No último encontro, que eu não sabia que era o último, ela chega dizendo que escolheu; lê a carta que pedi que escrevesse e trouxesse, dando conselhos a alguém que fosse escolher uma profissão pela primeira vez:

A primeira coisa que você deve estar pensando é “Legal! Achei alguém que vai acabar com minhas dúvidas e me dizer para o que fui feita para fazer!”. Lamento acabar com sua felicidade, assim logo na segunda frase, mas não é isso que vai acontecer. Ninguém nasceu para fazer uma determinada coisa, assim como nem todo mundo tem um “dom” específico. Desfeita a ilusão, vamos começar nossa jornada (...) Pense no que você gosta. *Hobbies*, interesses, paixões, enfim tudo o que você goste. Com essas informações na cabeça use a internet e procure profissões que existem (acredite, não pule esse passo porque existem profissões que você nem imagina). Uma dica é fazer duas listas: uma com as que te interessam (qualquer grau de interesse é válido) e outra com as que você tem CERTEZA que não quer (...). O mais importante de se ter em mente é que nada é definitivo. A qualquer momento você pode voltar atrás e refazer sua escolha (...) Espero que essa folha em branco chamado futuro fique repleta de boas memórias de uma pessoa com uma profissão e não de uma profissão-pessoa.

Enquanto estudava para um novo vestibular, estava ajudando na empresa dos pais, na parte administrativa. Cuidava do financeiro, organizava o estoque, tirava foto dos produtos, atualizava e estilizava o site da empresa. Foi percebendo que Administração poderia ser um caminho. X atualiza no consultório nossa ideia de experimentação das escolhas – após uma experiência vivida inicialmente como perda de tempo e fracasso, ela pode operar mais com a experiência do que com abstrações. Frotté (2001) utiliza um conceito de Deleuze do livro *Proust e os Signos*: o signo é algo

que apareceria no encontro, singular e sem significações anteriores e que sempre traria questões, que não suscitariam sentidos ou respostas imediatas, mas um exercício de problematização. O sentido seria produzido após o encontro. A profissão seria, nesta perspectiva, um processo de experimentações, de aprendizados, diante de alguns signos que afetariam os homens, tornando-os sensíveis e produzindo sentidos. Como nos tornamos advogados? Tornando-nos sensíveis aos signos das leis. Mas o sentido advogado só é construído na relação, numa atitude muito mais de paciência, de espera e não de procura imediata de um significado já existente.

De acordo com Frotté, os signos são plurais e únicos, sendo os sentidos adquiridos nos encontros. Não teriam um sentido universal já construído no mundo para serem representados, eles ganhariam sentidos a partir dos encontros, construídos na própria relação, que se faz como momento único e singular. O “aprendiz” se inclinaria sobre aquilo que o afeta, construindo percepções e produzindo contornos profissionais. Portanto, não haveria uma profissão que caberia num determinado sujeito, mas um campo de experimentações vivido no cotidiano, problematizando os signos que o afetam e produzindo sentidos singulares.

Ela escreveu o trecho de uma música logo abaixo da carta, no caderno que havia lhe dado uma vez para registrar coisas importantes (ou não) que remetessem a escolhas e a profissões: “É só você se deixar sentir/ não temer, só sorrir/ dizer que só quer ser feliz/ poder ver o pôr do sol como beija-flor/ não mais como girassol” (Circunlandô de Fulô – Flor de Liz). Explicou que escolhendo administração era como se fosse um beija-flor bem pequeno, no lugar do girassol que pra ela lembrava a medicina, a profissão de *status*, imponente, que todos desejam. Mas como beija-flor provava de outras flores, e se movimentava melhor.

Tudo que é narrado em forma de escrita corre o risco de cair num certo conto de fadas, mas arrisco mesmo assim escrever essa experiência no consultório, tentando transmitir minimamente os processos longos, doloridos, as dúvidas, os atalhos de uma trajetória. Ainda que, por se tratar do recorte de uma intervenção que teve começo, meio e fim, possa ficar uma ideia de coisa organizada e bem sucedida, que não desapareça seu caráter de construção (isso nunca esteve dado) e de inacabamento. Se administração deixará X satisfeita não nos interessa, importa que ela tenha ferramentas para lidar/forjar/tramar suas escolhas e as sustente vez ou outra.

### 2.2.3 “Eu acredito é na rapaziada”<sup>20</sup> - Pré-Universitário Práxis UFF: Grupo

---

<sup>20</sup> E vamos à luta, Gonzaguinha, 1980.

O Pré-universitário Popular Práxis é um projeto de extensão que nasceu em 2006 na Faculdade de Educação da UFF. Atualmente, funciona no Instituto de Biologia, e é marcada em sua história uma luta por um espaço legitimado. Já foram realocados sem gentileza de um lado para o outro (ora por sala ocupada por outra demanda, ora por não terem prioridade, ora porque o diretor decidia). Certa vez, iniciou-se uma obra, sem aviso, que retirou o teto da sala onde estavam e com a chuva destruiu-se boa parte do material que tinham. Atualmente, não há sala para a coordenação e reuniões, apenas a sala de aula. Recentemente, os diretores da biologia e da química fecharam o prédio devido as férias, sem aviso, deixando o curso sem a sala. Com a mudança da Biologia e a futura entrada da Biomedicina, desdobramento do *Reuni*, estão convocando a reitoria para garantirem seu espaço no prédio, temendo uma possível hostilidade dos novos vizinhos.<sup>21</sup>

O Práxis tem como objetivos: 1) Atender a alunos de baixa renda, que não possuem capacidade de pagar cursos preparatórios, preparando-os para o exame vestibular e para cursarem uma universidade com qualidade; 2) Ser efetivamente um Curso Pré-universitário e não um Curso Pré-vestibular. Deve diferenciar-se dos cursinhos pré-vestibulares, não apenas no nome, mas na essência dos princípios e propósitos educacionais de relevância a que se propõe; 3) Ser uma opção para a Prática Pedagógica dos alunos-mestres das diferentes licenciaturas da UFF e de diversas universidades, que poderão atuar em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso, seus princípios e finalidades; 4) Servir de base experimental para novos recursos educacionais, metodologias e projetos de ensino criativos, cumprindo um dos papéis da universidade de experimentar sob controle em pequena escala, avaliar, reformular e disponibilizar para toda a sociedade os benefícios do saber organizado; 5) Contribuir para o enriquecimento cultural e enriquecimento da formação geral do aluno, fatores estes que são significativos para uma melhor colocação nos ambientes de trabalho, qualquer que venha a ser a sua trajetória profissional futura; 6) Continuar o seu efeito multiplicador de ações similares, dentro ou fora da UFF, visando atingir um universo muito maior de alunos, em situações semelhantes, dentro ou fora do Estado do Rio de Janeiro.<sup>22</sup>

Anualmente são abertas 40 vagas para estudantes que terminaram o ensino médio, tenham renda familiar igual ou menor a um salário mínimo e disponibilidade de freqüentar as aulas nos horários correspondentes. Há avaliação de documentação e entrevista. Há também, muitas linhas

---

<sup>21</sup> Ao perguntar a uma das fundadoras do Práxis se a observação sobre a falta de legitimidade e espaço estava muito agressiva, ou estilo denúncia de jornal demais para uma nota de rodapé em uma dissertação, ela responde: “Acho importante colocar, não como nota de rodapé, mas no corpo do texto, são fatos que compõe a história do pré, mesmo sendo desfavoráveis. O fato do pré continuar é resistência. Só o pré daria uma dissertação”.

<sup>22</sup> Projeto Pré-Universitário Popular Práxis, 2009.

que escapam o contorno previsto: “Existem muitas questões que compõem a instituição pré popular. Recebemos alunos analfabetos funcionais, tentamos resgatar oito anos em um. Recebemos contra-cheques de cinco mil reais, de pais que acham que entrar no Práxis/UFF é garantia de passar no vestibular da UFF. Percebemos ali o quanto a educação pública está sucateada...” (falas de coordenadores, misturadas).

Aceito o pedido de fazer alguns encontros para falar de profissão com os alunos. O convite vem de uma antiga colega de estágio que participou da fundação do pré e participou até 2009 da coordenação. Ela recebeu dos alunos esse pedido de orientação profissional. Em contato com um dos coordenadores atuais combinamos quatro encontros, um por semana, outros se houvesse necessidade, a serem realizados nos primeiros dois tempos das aulas de sexta-feira. Tento acordar com ele que o trabalho funciona se as pessoas quiserem participar e se deste modo é possível pactuar com os alunos um caráter não obrigatório, uma escolha de estar lá nos dois primeiros tempos da sexta-feira ou não. Ele explica que freqüentar as aulas e outras atividades do curso é a condição da matrícula, isso sendo posto no momento da inscrição, e que assim todos devem estar presentes. Vou preparada para lidar com um grupo de quarenta pessoas, embora avisada de possíveis faltas, atrasos, e que depois do vestibular da UERJ no meio do ano, a turma se reduz a metade por “desmotivação”.

Os doze alunos que me recebem contam que as pessoas trabalham, ficam cansadas e muitas vezes não vão à aula sexta-feira. Fazer o trabalho no Práxis, acionou imediatamente a ferramenta grupo, não porque se tratava de muitas pessoas (isso também, obviamente), mas pelo forte caráter de imprevistos, heterogeneidade e descontinuidade que intuí no primeiro encontro. Não me refiro a configuração do Práxis, mas a configuração de um trabalho a ser realizado às sextas-feiras com uma turma de alunos e uma psicóloga ocupando dois tempos de aula. Quando escrevo que a intuição de imprevistos, heterogeneidade e descontinuidade acionaram a ferramenta grupo, não é no sentido de desorganização, impossibilidade e entraves acionando um modo-grupo idealizado que venha homogeneizar e socorrer de um possível caos. Tais elementos devem ser operacionalizados em favor do trabalho, é necessário destituir a essência de negatividade que usualmente damos a essas configurações. Assim, escrevo fazendo eco as considerações de Pélbart em *Elementos para uma Cartografia da Grupalidade* ([www.itaucultural.org.br/proximoato/pdf/textos/textopeterpelbart](http://www.itaucultural.org.br/proximoato/pdf/textos/textopeterpelbart), acesso em Maio/2010):

Num plano de composição, trata-se de acompanhar as conexões variáveis, as relações de velocidade e lentidão, a matéria anônima e impalpável dissolvendo formas e pessoas,

estratos e sujeitos, liberando movimentos, extraindo partículas e afectos. É um plano de proliferação, de povoamento e de contágio. Num plano de composição o que está em jogo é a consistência com a qual ele reúne elementos heterogêneos, disparatados. (PELBART, s/ano, p. 2)

Poderíamos pensar que os alunos do pré formam um grupo que contém certa constância: todos vieram de escola pública, já terminaram o ensino médio, querem passar no vestibular, vivem de baixos salários ou de atividades de complementação de renda. Mas nos respaldamos em Barros (1994), no seu estudo cartográfico sobre grupos. Tal estudo se apóia no que denominamos referencial institucionalista, e coloca em questão o sentido hegemônico encontrado nas práticas grupais que toma grupo como estrutura, como modelo através do qual indivíduos se organizam. Barros (1994, p.148) expõe que a noção de grupo tradicionalmente se define, e continua sendo definida atualmente, a partir de alguns elementos: 1) na noção de indivíduo (“o grupo é um conjunto de indivíduos que se juntam em busca de um objetivo comum”); 2) na dupla dicotomia indivíduo/grupo, grupo/sociedade, definindo-se como intermediário a garantir de um lado a “subjetividade” e de outro as relações “sociais”; 3) na equivalência com estrutura, cujo funcionamento tende a busca por equilíbrio; 4) no tempo em sua expressão espacializada, no sentido cronológico. A autora subverte tal entendimento de grupo apostando em grupo como dispositivo, catalisador existencial que pode produzir focos de mutação - possibilidade de abrir outras conexões, outros agenciamentos, produzir estranhamentos, conflitos, decomposições.

Com o passar dos encontros no pré-universitário a cada semana encontrávamos um grupo diferente. No último encontro, dia de fazer um apanhado, avaliação, para dar um acabamento ao trabalho, só havia uma pessoa que participou das vezes anteriores, e uma que participou de um ou outro encontro. No lugar do incômodo e da exigência de reconhecimento (“Poxa, pedi para eles virem, combinamos uma confraternização”), que também compareceram, emergiu uma vontade de operar com o que se apresentava. Apesar da fala do coordenador de que era necessária a presença de todos e que não tinha como o trabalho psi ser uma escolha já que acontecia em horário-aula, ficou uma simpatia de trabalhar com um grupo assim, disperso, heterogêneo, não frequente (já havia experienciado coisas assim no estágio em escola...). Algumas teorias chamam de grupo aberto essa possibilidade de entrada e saída (combinadas) de integrantes durante os processos. Mas, em nossa perspectiva de grupo como conceito-ferramenta, e isto não é um apelo para ser imprudente e jogar fora pactuação e contratação do trabalho (análise de demanda, faltas, horário de começo, fim, intervalo, etc.), grupo em última instância deve referir-se mesmo a descontinuidade, desunidade e abertura.

Havia planejado para o último encontro a indicação de que todos escrevessem uma dificuldade com relação à profissão, escolha profissional, pré-vestibular ou algo relacionado ao assunto, resumidamente em um papel. Recolheria e embaralharia os papéis, separaria as pessoas em três subgrupos e dividiria os papéis entre eles. A indicação seria eleger, em conjunto, alguma questão (ou juntar todas em uma só) e elaborar uma cena teatral. Montada a cena, encenariam; pediria que outro grupo entrasse para intervir e modificar a cena. Quando chego à sala com um bolo (*de comer*), copos, guardanapos e doida pra ver as cenas que viriam a surgir, encontro seis pessoas, quatro delas nunca participaram dos trabalhos.

Tomar o próprio grupo como instituição a ser posta em análise. Colocar o grupo em análise (...) é dessubstancializá-lo, destituindo-o de qualquer pretensão a encontrar em si mesmo alguma natureza, é por-se numa posição contrária aos reducionismos psicologistas e tecnicistas a que muito comumente as práticas grupais ficam aprisionadas. (BARROS, 2001, p. 10)

Assim, inicio uma conversa sobre profissão, pergunto o que cada pessoa planeja, se já sabe o que vai tentar, se trabalha, etc. As pessoas estão “meio” caladas, parecem não se conhecer e começo a pensar que teatro pode não ser exatamente uma boa ideia, mas *naquele momento* apenas um tecnicismo psicologista. Precisava de uma estratégia que pelo menos não constrangesse as pessoas. Peço que escrevam num papel uma possível dificuldade que tenham ou possam vir a ter com relação a profissão, trabalho, escolhas; pode ser grande ou pequeno, e deve ser desidentificado. Depois de um tempo oriento que troquem os papéis, passem adiante, para outra pessoa ler e complementar com o que quiser, na mesma folha. Também participo. Fazemos três rodadas. A quarta rodada em vez da escrita complementar, deve ser de ler a composição em voz alta e dizer o que pensou daquilo, o que achou da montagem, se fez sentido, se ficou estranho, se acrescentaria algo, etc.

A partir da leitura, as pessoas começam a falar mais, expressar suas opiniões; em geral ficamos no plano mais previsível, dos clichês: “o mercado de trabalho é muito difícil”, “com esforço pessoal e ajuda de Deus tudo é possível”, “é necessário amar o que se faz que aí o dinheiro vem”. Mas durante a discussão, com algumas intervenções (não digo só minhas, mas de todos ali), o movimento saiu do previsto (dos depoimentos estilo novelas globais de Manoel Carlos) e apontava para diferenças, embates. É violento tomar o que as pessoas dizem como previsível e clichê, mas afirmo previsível no sentido de que inicialmente o que fica marcado é uma opinião própria que geralmente a pessoa já tem; no trabalho de mexer no que o outro diz, ler o que o outro diz, ouvi-lo, outras configurações podem se fazer. Quando digo diferenças e embates é mais no sentido de



composição, estranhamento e partilha, que no sentido de achar que as pessoas devam mudar de “opinião”.

Como é mexer no que o outro escreveu? Como é ter suas ideias mexidas por outra pessoa? “Engraçado que quando a gente lê o do outro dá vários conselhos com esperança, e pra gente mesmo não temos esse pensamento tão positivo (risos)”.

Quando se concebe o comum como um fundo virtual, como vitalidade social pré-individual, como pura heterogeneidade não totalizável, ele nada tem a ver com unidade, medida, soberania (...) Daí porque a resistência hoje passa (...) pela experimentação imanente desse comum, pelas composições e recomposições que o perfazem, pelas redistribuições de afeto que essas composições e recomposições propiciam, pelos novos possíveis que a partir daí se abrem e se inventam. (PÉLBART, s/ano, p. 4)

Abaixo as folhas, passadas à limpo do jeito que foram escritas. Cada traço (-) é a frase de uma pessoa diferente.

1) - Salário injusto. Desvalorização como profissional (Professor). Carga horária exaustiva. Estresse com alunos, pais, superiores.

- Alegria de ensinar, fazer diferença na vida de alguém. Salário injusto, como lutar com isso?

- Acredito que a felicidade de fazer o que gostamos traz realizações que o dinheiro jamais trará. Apesar de não ser isso o que a gente espera. Agora não é momento de pensar em cifras e sim escolher uma profissão, preparar-se, conseguir uma vaga em universidade, dedicar-se, absorver aprendizagem, conhecimentos e então, buscar emprego e um salário, muitas vezes nem sempre justo. Lute porque é constante no país de terceiro mundo. Seja o melhor, faça com amor, ainda em meio às dificuldades, os bons sempre vencem. Deus te capacite.

2) - Tenho medo de começar o curso e descobrir que aquilo não era nada que eu imaginava. Também penso que depois de formada possa encontrar dificuldade para conseguir trabalho na área, me preocupa o investimento, todo esse longo processo de dedicação e depois o retorno financeiro não recompensar.

- Creia que sempre haverá trabalho para aqueles bem preparados e dedicados. Quando uma porta fecha outra abre com certeza.

- Também acredito que quando trabalhamos com excelência as portas se abrem, porém temos que ser realistas e corrermos atrás dos nossos direitos.

- Às vezes temos que arriscar para descobrir se aquilo o que realmente queremos é bom para nós, e que futuramente se não gostarmos, não serão tempos perdidos e sim ganhos.

- Concorde, temos que arriscar, o ensino é a escola, mas a vida também.

3) - A meu ver uma das maiores dificuldades é a desvalorização do profissional no mercado de trabalho. Uma outra coisa é a falta de pessoas qualificadas para o trabalho.

- Qualificadas tanto profissionalmente quanto com amor ao que se faz. Não basta querer ser, sem ter amor ou carinho pelo próximo. Sempre na vida encontramos dificuldades, a palavra já diz “profissional” e “qualificadas”, quando temos realmente amor com aquilo que fazemos essas duas qualidades não faltam. E o mercado de trabalho é encarado com sucesso.

- É possível escolher um jeito de viver, uma profissão, sem ser para SERVIR ao padrão MERCADO DE TRABALHO? Quem é esse mercado? Quem cria o mercado? Que ele quer de mim?

4) - Querer modos de trabalhar que não passem por concurso público: é instável, não garante um emprego pra vida toda. Mesmo assim não quero fazer concurso, e também acho muito difícil passar. E gosto de trabalhar inventando. Problemas com a família e com a profissão que tem pouco mercado.

- Estabilidade e um mercado de trabalho mais amplo. Apoio familiar nas escolhas.

- Trabalhar com o que gosta é bom, principalmente se é do seu jeitinho, e sem críticas.

- Se tem problemas com concurso, realmente não encara. Se prepara, quem sabe futuramente. Se gosta de trabalhar inventando, use sua criatividade e invista naquilo que melhor sabe fazer. As grandes empresas começaram com pequenos negócios. Boa sorte!

5) – Fiz curso técnico na área de beleza, com estágio, mas não consegui conciliar trabalho e filho, em fase de escola. Tenho um pouco de receio com relação ao mercado de trabalho futuro, com 47 anos recomeçando das cinzas, que Deus encha-me de sabedoria e capacidade para enfrentar este mundão difícil.

- Primeiro nunca é tarde para começar. Tendo um curso técnico na área de beleza já é algo grande, visando o mercado de trabalho é o mais procurado e bem remunerado.

- Vá pessoalmente a esses locais.
- Converse com o proprietário.
- Faça propaganda da sua pessoa.
- Passe o seu currículo com firmeza.
- Filhos sempre tem um jeitinho.

- Os jovens param a vida para alcançar os projetos que idealizam: param de viver agora em nome de um futuro que não lhes pertence. Os acasos da vida mostram que não existe caminho reto. Vêm filhos, vem desemprego, vem amor, viagens. É a vida se dando, sem prazos.

- Quando se tem coragem de recomeçar e um objetivo traçado, a idade não conta. Pois a vontade vai muito além das possibilidades. O resto, a gente vai dando um jeitinho, tudo vai se organizando, e de repente chegamos onde tanto temíamos.

6) - Bom, como pedagoga (futura), penso sim em algumas dificuldades que possa vir a enfrentar. Penso na minha área em trabalhar em escolas ou em algum projeto social com crianças carentes. Na escola imagino que as dificuldades podem ser por exemplo: a didática educacional, convivendo com crianças que têm dificuldade de raciocínio rápidos percebo que muitas das vezes é a maneira como o ensino é executado ou resumidamente passado principalmente em escolas públicas. Isso me incomoda. No projeto social acredito que as dificuldades seriam os espaços adequados e ajuda de algumas entidades.

- Mas quando se quer e se gosta daquilo que faz as dificuldades são obstáculos superados.

- Magistério, pedagogia, é uma área que necessita de profissionais bem preparados, tenho certeza que haverá espaço para os bons pedagogos. Creia, dedique-se, busque conhecimento, capacite-se com amor. Com certeza o nosso Deus acrescentará os lucros, portas irão se abrir.

- Olhando pelo lado social acredito que o maior problema está no governo que não dá todo apoio que é fundamental para a educação.

A sensação foi de incitar a conversar um grupo que não tinha tempo pra se falar. Chegavam correndo para as aulas, saíam correndo. Por se tratar de um fechamento com pessoas que não participaram de um começo, ou mesmo meio, arrumei um rolo de barbante para pensar/marcar uma possível rede provisória que se configurava ali naquele momento. Pedi que escolhessem alguém da roda para dizer alguma coisa a essa pessoa sobre o vestibular, ou sobre estar ali com ela no pré. O objetivo não era um imperativo de que todos devem ser amigos, se darem as mãos, e que isso garante uma experiência comum. Era mais de parar para experimentar possíveis aliados, espaços compartilhados. A relação com o vestibular, com trabalho, perspectivas futuras, também é atravessada pela relação com o Pré-universitário popular, com as aulas, com as pessoas que compõem aquele espaço. Sublinho algumas falas: “Eu quero dizer pra Y, que lembro que ela estava aqui ano passado e desistiu. Quero falar pra ela continuar tentando, e não sair dessa vez, seja bem vinda”; “Eu não falo muito com B, mas quero dizer pra ela se esforçar, é difícil mesmo, mas ela é estudiosa, vai dar tudo certo”; “É o terceiro, terceiro ano que estou aqui! Meus pais são analfabetos, eu tenho que vencer essa história!”; “Você já venceu, você já está aqui”.

Uma constatação trivial é evocada com insistência por vários autores contemporâneos, entre eles Toni Negri, Giorgio Agamben, Paolo Virno, Jean-Luc Nancy, ou mesmo Maurice Blanchot. A saber, a de que vivemos hoje uma crise do “comum”. As formas que antes

pareciam garantir aos homens um contorno comum, e asseguravam alguma consistência ao laço social, perderam sua pregnância e entraram definitivamente em colapso, desde a esfera dita pública, até os modos de associação consagrados, comunitários, nacionais, ideológicos, partidários, sindicais. Perambulamos em meio a espectros do comum: a mídia, a encenação política, os consensos econômicos consagrados, mas igualmente as recaídas étnicas ou religiosas, a invocação civilizatória calcada no pânico, a militarização da existência para defender a “vida” supostamente “comum”, ou, mais precisamente, para defender uma forma de vida dita “comum”. No entanto, sabemos bem que essa “vida” ou “forma de vida” não é realmente “comum”, que quando compartilhamos esses consensos, essas guerras, esses pânicos, esses circos políticos, esses modos caducos de agremiação, ou mesmo esta linguagem que fala em nosso nome, somos vítimas ou cúmplices de um seqüestro. Se de fato há hoje um seqüestro do comum, uma expropriação do comum, ou uma manipulação do comum, sob formas consensuais, unitárias, espetacularizadas, totalizadas, transcendentalizadas, é preciso reconhecer que, ao mesmo tempo e paradoxalmente, tais figurações do “comum” começam a aparecer finalmente naquilo que são, puro espectro. (PÉLBART, s/ano, p. 2-3)

Durante os encontros já havia puxado um pouco com eles sobre a relação com o pré-universitário e com o cotidiano da turma. Apareceram falas sobre pessoas que saíam para fazer um pré-vestibular pago, pessoas que desistiam pelo excesso de trabalho, falas de que pensavam “pequeno” antes de ter coragem de pensar em faculdade, um orgulho de uma formação em escola pública, depoimentos sobre desemprego por desqualificação. Enfim, uma trama de falas que colocam em análise várias instâncias que comparecem na feitura de um curso para tentar uma universidade, que não se resume a qual curso escolher. A questão nesta intervenção, e em todas, não seria criar um plano comum? Não no sentido de igual, de semelhança, de equilíbrio, mas no sentido estrito de coletivo, um coletivo de *qualquer um*. O dispositivo grupo apontava para esta dimensão no desenrolar do processo de intervenção no Práxis, pensar um comum que independe de serem as mesmas pessoas a frequentarem os encontros. Um comum no qual comparecem singularidades, um cenário econômico, político, capitalístico, um projeto de extensão operacionalizado em forma de pré-vestibular funcionando como resistência dentro de uma universidade pública que não lhe dá espaço.

Seria o caso de postular o comum mais como premissa do que como promessa, mais como um reservatório compartilhado, feito de multiplicidade e singularidade, do que como uma unidade atual compartilhada, mais como uma virtualidade já real do que como uma unidade ideal perdida ou futura. Diríamos que o comum é um reservatório de singularidades em variação contínua. (PÉLBART, s/ano, p. 4)

Talvez o desafio no trabalho com grupos esteja em encontrar modos de fazer operar o coletivo ao menos em sua dupla acepção: a quantitativa, que indica a presença de muitos (campo das formas) e a qualitativa que traz à luz a diversidade (plano dos processos). Seria então a abertura da experiência à dimensão trágica – aquela que “revela a presença da vida nos mais diversos modos

de expressão” – que, sem garantias, sustenta o movimento e, porque não, a criação de coletivos outros. Entretanto, quando estamos imersos no campo sentimos o quanto é impregnado, também em nós, os clichês, as privatizações; essa criação de coletivos outros, de comum, se encarada como uma abstração, um transcendental, como uma busca de um estado a ser atingido, conquistado, nunca será habitada. Criação trata-se de micro acontecimentos, pequenas falas, gestos, atitudes, que podem mudar o rumo de uma discussão centrada naquela pessoa que sempre fala demais, ou naquela opinião certa demais de si mesma, ou na postura do coordenador do trabalho, que propõe algo que não faz sentido ali. Clarice Lispector (1978), em *Mineirinho*, ao propor uma justiça mais doida, que leve em conta que a nossa grande luta é a do medo, diz: “Não, não é que eu queira o sublime, nem as coisas que foram se tornando as palavras que me fazem dormir tranquila, mistura de perdão, de caridade vaga, nós que nos refugiamos no abstrato. O que eu quero é muito mais áspero e mais difícil: quero o terreno”.

Nesse sentido, nos artigos acadêmicos, nas dissertações e falas em congressos utilizamos as palavras singularização, processualidade, caosmose, transversalidade, coletivização, etc. E devemos usá-las, e elas devem ser a valer. Mas na hora de ler os textos produzidos por um grupo no qual intervimos encontraremos sim: Deus, lutar, querer, eu, excelência, qualidade, vontade, medo, perseverança, etc. E é disso que vamos conversar com as pessoas, é nesse plano também que a intervenção se faz, senão vira pedagogia, vira conscientização (“deixa eu te explicar uma coisa sobre essa história de que se lutar você vai conseguir, não é bem assim, sabe?”). No cruzamento dessas palavras surge sim diferença e singularização.

Quando toda a linguagem é seqüestrada por um regime democrático-espetacular, e a linguagem se autonomiza numa esfera separada, de modo tal que ela já não revela nada e ninguém se enraíza nela, quando a comunicatividade, aquilo que garantia o comum, fica exposta ao máximo e entrava a própria comunicação, atingimos um ponto extremo do nihilismo. Como desligar-se dessa comunicatividade totalitária e vacuizada? Como desafiar aquelas instâncias que expropriaram o comum, e que o transcendentalizaram? É onde Agamben evoca uma resistência vinda, não como antes, de uma classe, um partido, um sindicato, um grupo, uma minoria, mas de uma singularidade qualquer, do qualquer um, como aquele que desafia um tanque na praça Tienanmen, que já não se define por sua pertinência a uma identidade específica, seja de um grupo político, seja de um movimento social. É o que o Estado não pode tolerar, a singularidade qualquer que o recusa sem constituir uma réplica espelhada do próprio Estado na figura de uma formação identitária reconhecível. A singularidade qualquer, que não reivindica uma identidade, que não faz valer um liame social, que constitui uma multiplicidade inconstante, como diria Cantor. Singularidades que declinam toda identidade e toda condição de pertinência, mas manifestam seu ser comum – é a condição, dizia Agamben vários anos atrás, de toda política futura. (PÉLBART, s/ano, p. 9)

### 2.2.4 Projeto de Extensão Ou isto ou Aquilo SPA/UFF: Transversalidade, Restituição

A atividade orientada em docência do mestrado foi planejada visando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Inicialmente a idéia era atualizar o projeto Analítica do Vocacional que havia interrompido a abertura de turmas novas em 2009. No projeto do mestrado esta era a metodologia da pesquisa, acolher demandas de orientação vocacional/profissional do Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) da UFF através da montagem de um curso de extensão para estudantes de psicologia. A orientadora sugere uma parceria com o estágio Psicologia nas Instituições Escolares.

O projeto de docência vira projeto de extensão ligado a PROEX/UFF (Pró-Reitoria de Extensão) com os seguintes objetivos: 1) Aproximar os estagiários do projeto Psicologia nas Instituições Escolares do conteúdo específico da questão vocacional/profissional: condições de possibilidade, emergência histórica, principais paradigmas, conceitos que coloca em cena, maneira hegemônica de operar no contemporâneo. Diálogo deste conteúdo específico com leituras que os estagiários possuem – Filosofia da Diferença, Análise Institucional. 2) Construir a partir desses diálogos um curso de extensão teórico-prático, para estudantes de psicologia quaisquer, sobre a análise de práticas em orientação vocacional/profissional e a problematização das escolhas no contemporâneo. O objetivo principal sendo desconstruir conceitos prontos para pensar outras práticas possíveis. 3) Objetivamos ainda que os estagiários após o contato com esse tema possam articulá-lo com suas experimentações no estágio, compondo mais uma ferramenta e multiplicando a experiência nos espaços: seja permanecendo na segunda etapa do projeto, seja criando pontes com a escola, levando a discussão adiante, abrindo novos campos de debate.

No grupo de estudos (parte I da docência) e no curso de extensão (parte II) utilizamos as ferramentas transversalidade e restituição para analisar as experiências. Dentre várias ferramentas colocadas em cena, estas sintetizavam os problemas e desafios que tivemos retirando-os de um plano pessoal para uma análise ampliada das forças instituintes e instituídas<sup>23</sup> tensionadas ali.

#### *Grupo de Estudos: Transversalidade*

Junto com uma colega do mestrado, que pesquisa processos de exclusão social e juventudes, organizamos o grupo de estudos. Inicialmente, as mestrandas temiam perguntas difíceis que

---

<sup>23</sup> Junto com instituição são um dos principais operadores da socioanálise, neste capítulo mais adiante discorreremos sobre eles.

pudessem superestimar seu saber, os estagiários discutiam apaixonadamente questões do cotidiano (desemprego, consumo, universidade, aceleração do tempo), mas os textos teóricos os silenciavam um pouco. Precisávamos ter menos cortesia com as leituras, forjar o grupo de estudos como espaço de troca, não de constrangimento. Alguns estagiários já realizavam trabalhos na escola há algum tempo, outros vinham de estágios na saúde mental, conselho tutelar, clínica. Eles “sabiam”, talvez não exatamente conceitualizações e terminologias, mas eles tinham uma bagagem potente de conhecimento. Ocorria-nos vez por outra a pergunta: “que silêncio é esse produzido na academia?”. Interessava-nos partir do conhecimento que eles tinham, mais que repetir conceitos ensinados na sala de aula. O modo de funcionamento do grupo de estudos apontava pistas para pensar o curso de extensão por vir: como propor um curso que em sua construção colocasse o silêncio em análise e pensasse modos de ensino-aprendizagem, trocas, com menos constrangimento e caráter avaliativo?

Foi sentindo essa necessidade de viver os conceitos que inventamos dispositivos para utilizar os autores no lugar de reverenciá-los, estabelecendo com o conhecimento relações que não de transmissão e aquisição. Assim, durante o grupo de estudos lemos textos, exploramos conceitos, mas de muitas maneiras. Exponho um dos dispositivos, semelhante aquele que queremos fazer operar neste capítulo da dissertação: em uma caixa de papelão escrevemos o diálogo de Deleuze e Foucault no qual afirmam que uma teoria é uma caixa de ferramentas; dentro da caixa colocamos as palavras *cartografia, transversalidade, análise de implicações, clínica, biopoder, micropolítica, ética, oficina, sobreimplicação, grupo, intervenção, coletivo, sociedades de controle, experimentação*. Cada pessoa deveria retirar ao acaso uma palavra e escrever sobre ela um significado que ultrapassasse a memorização dos livros, o certo e o errado. A orientação foi de criar conceitualizações de acordo com experiências, a escrita fazendo sentido para aquele que escreve. Cada um colocou sua palavra no chão, as espalhamos e pedimos que lessem, complementassem os conceitos dos outros, ou escrevessem nas palavras que ninguém pegou, etc.; finalmente, lemos juntos a polifonia do arranjo.

Abaixo as palavras que estavam dentro da caixa, e os sentidos que os estagiários, e nós mestrandas, pudemos dar a elas. Cada traço (-) é a frase de uma pessoa:

C T  
A R F  
O G A A  
R

- Mapear, acompanhar, mergulhar num campo e entender processos. Trabalho de cão e cheio de perigos. Ex: “Pra que escolher profissão se não tem emprego?”- Cartografar saídas de destinos enclausurantes?

## FILOSOFIA DA DIFERENÇA

- Pensamentos heterogêneos, não podem virar MORAL, RELIGIÃO, FASCISMO. Pensamentos - NÔMADES. Armas de combate.
- Valorização do que nos faz heterogêneos.
- Diferença do que?

## ANÁLISE DE: IMPLICAÇÕES - O nome já diz?

- (desenho de um boneco segurando uma lupa): O que ando fazendo e por quê? Para onde quero ir? Tenho um objetivo? Por que este objetivo? Onde quero chegar? Enxergo o caminho?
- É implicância com o Eu? É rir do EU e fazer NÓS?

## MICROPOLÍTICA - É grande!!!

- Ampliação
- Macro – Marx?! / Micro – Foucault?!

## OFICINA

- Espaço de criação, de pensamento, de movimento, de fala, de riso, de choro, de silêncio.
- Para disparar e também trabalhar com o que vem.

**CLÍNICA** - Pode ser entre quatro paredes, pode ser quando você “andarilha” com um paciente pela rua, pode ser numa oficina.

## EXPERIMENTAÇÃO

- Penso experimentação como uma maneira de agir meio que no escuro, de olhos fechados, não atentando para o que poderia atrapalhar por estar visível. Se movimentar para perceber o novo e o que ele traz de efeitos. Complicado isso de se movimentar no escuro. “Sem controle das práticas”.
- Adorei o movimentar-se no escuro! TATEANDO... Permitir-se! Deslocar-se!



- É fazer que nem o Chaves: beber suco de limão, com sabor de tangerina e cor de tamarindo.

## CoLeTiVo CoLeTiVo

- Não depende da quantidade de pessoas presentes ali, ou seja, um grupo de mais de duas pessoas não garante o coletivo. Um coletivo depende do modo de operar diferente do individualizado. Quando coletivizamos questões despessoalizamo-las, fazemos delas questões sem rosto.

- Coletivo é uma máquina abstrata. Não é um conjunto que reúne diversos elementos: grupos, instituições, estabelecimentos, pessoas, etc.

- Adjetivado demais. Hitler também queria um coletivo. Todos o querem: a esquerda, a direita, a igreja.

## SOBRE implicação

- É a hora na pesquisa em que temos que parar de olhar pra própria pesquisa e que devemos começar a olhar pra gente.

- Olhar pra nossa forma de agir perante o trabalho, sobre o que nos toca, sobre o que nos movimenta.

- É levar Foucault e Eduardo Passos pra cama.

- Não tenho tempo de falar sobre isso!!!

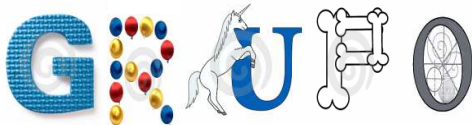
## BIO P DER

- Bastante discutido na semana anterior. A princípio pensei: já discutimos na semana passada! Mas logo em seguida pensei: que difícil escrever! Percebi com isso a importância de atualizarmos o que parece esclarecido. Neste sentido, problematizar o que já nos é passado como dado – como cuidar do seu corpo; como cuidar do seu filho; como fazer da sua vida algo quase que eterno em termos de durabilidade; o que é ter uma boa vida; o que é prejudicial ou não. Tudo isso, essas prescrições diárias que surgem nos jornais, televisão, revistas, e tomamos como se fossem remédios, dificilmente questionamos de onde vêm, que interesses podem estar sustentando. Fala-se tanto de vida e ao mesmo tempo o que se pede para ser feito quase não deixa tempo para viver.

T  
R  
A  
N  
S  
V  
E  
R  
S  
A  
L  
I  
D  
A  
D  
E

- Fazer convergir movimentos que até então não eram esperados. Fazer passar uma linha que corta os discursos lineares, que tem início, meio e fim. Tento fazer isso na minha pesquisa de mestrado quando, para além do discurso que afirma que jovens pobres nas ruas são perigosos, tento fazer passar outras coisas, dar visibilidade a outros movimentos.

- É pegar aquilo que costuma sair pela tangente e colocar pra dentro!



- Acredito que este dispositivo é muito forte e versátil. Lembro-me de um trabalho que fizemos com uma turma na escola. Turma de alfabetização composta por crianças de seis a oito anos ditas normais e uma menina com autismo. Ficamos muito preocupados, ao longo do trabalho, com a participação dela nas atividades. Um dia sem intervenção nossa, a turma começa a brincar de correr atrás da menina, instigando-a na atividade “brincadeira”.

- Grupo pode ser ruim?

- Agrupar e fazer operar.

- Desavença, sabor, dar-se, partilhar COM, COMpartilhar, dar passagem a afetos sem NOME.

# Sociedades de

## C<sup>😊</sup>NTRO e

– Propaganda; dinheiro; formação; trabalho; globalização; moda; beleza; shopping; carro; celular; família; educação; MÃE; novela; música; cinema; emprego...Tudo o que normatiza, o que enclausura pelo ideal do que “deveria ser”. O que não é, o que fica fora do padrão, é relegado à própria sorte.

- “SORRIA, você está sendo filmado”; “Não use o nome de Deus em vão irmão, não use remédio sem orientação. Não dê esmola aos mendigos, não dê comida aos animais, não fale da vida alheia, não julgue sem ter certeza”.

- “Beba dois litros de água, alimente-se bem, vá ao médico regularmente, se esforce por uma vida melhor”.

**DISPOSITIVO**

Intervenção

ÉTICA

Estas três últimas palavras ficaram em branco, e durante a discussão ficou claro que era delas que estávamos falando o tempo todo ao conceitualizar as outras palavras.

Podendo rir um pouco de nossa relação com os conceitos, com os campos, e da relação ali entre nós, criamos possibilidade de digerir os conteúdos teóricos referindo-os ao nosso fazer, fosse na escola, fosse na construção do curso de orientação vocacional/profissional, ou em outros espaços. Vieram outros dispositivos ao longo das reuniões de estudo, inclusive leituras formais dos textos. Um texto também é um dispositivo na medida em que faz algo funcionar, que dispara processos. Importante ressaltar isto para não ficar a ideia de que só invenções mirabolantes referem-se a dispositivos. Análise desta primeira etapa da atividade em docência, que posteriormente levamos à extensão, que entramos em contato com outros modos de compartilhar conhecimento.

Embora habituados a conhecer da forma tradicional – decorando, interiorizando, copiando – não estudamos nossos autores como manuais, já que eles propõem pensar o pensamento cortando com tal tradição representativa. Seria o mesmo que ler Clarice Lispector tentando decorar e decifrar a história – esta nunca ficaria gravada no corpo.

Podemos ler a relação dos estagiários e mestrandos com os conceitos, ou mesmo a relação entre estagiários e mestrandos, num plano vertical, no sentido de hierarquização: quem sabe mais, quem pertence ao grupo, quem é estrangeiro, quem está legitimado a falar e em nome de que, porque estas pessoas estão no lugar da supervisora, etc. Ou num plano horizontal, no sentido de nivelar as diferenças e afirmar que todos são iguais. Guattari propõe um embaralhamento de códigos, traça uma linha transversal que atravessa esses eixos (ele não diz que os eixos vertical e horizontal não existem) e fala em um coeficiente, um grau de transversalidade. Está pensando em um plano comum, plano que comporta diferenças, mas sem hierarquização. Como não se trata de estados, “estou transversal, estou vertical”, o coeficiente lê a situação: o que aumenta ou diminui o grau de transversalidade?

O conceito de Transversalidade é utilizado por Guattari na elaboração teórica da psicoterapia institucional, durante a década de 60. Comentando os desafios da intervenção nas instituições e fazendo uso da imagem das viseiras de cavalos, o autor define a transversalidade como a superação de uma pura verticalidade (estrutura piramidal) e de uma simples horizontalidade (um certo ajeitar-se na situação); constituindo-se como um terceiro vetor. A transversalidade implica a ativação da circulação, da comunicação e dos agenciamentos enquanto produção de outros modos de ser, de sentir e atuar, "ela tende a se realizar quando uma comunicação máxima se efetua entre os diferentes níveis e sobretudo nos diferentes sentidos" (Guattari, 1981, p. 96). O conceito de transversalidade foi modificado pelos socioanalistas, adquirindo um outro sentido, o de atravessamento: de funções (econômicas, ideológicas, políticas) que atravessam variadas organizações ou, em outros momentos, de instituições (casamento, escola, trabalho, Estado) que nos atravessam. Comentando essa dupla designação, Rodrigues (1993) ressalta que o conceito de transversalidade foi "proposto como contraponto ao 'centralismo democrático' e que "... em Guattari o prefixo trans conduz a uma nova forma de pensar a existência, liberada dos constrangimentos disciplinares (...) mapas já estabelecidos do conhecimento". (p. 437). (AGUIAR; ROCHA, 2007, p. 658)

Pensar em termos de coeficientes de transversalidade auxiliou a tomar o silêncio no grupo de estudos como algo diferente de um não saber, um não querer, um fechamento para estar ali. Apostamos em dispositivos que pudessem abrir o grau comunicacional entre Programa de Pós-graduação, estágio da graduação, academia, montagem de curso, supervisão, etc.

*Curso de Extensão: Restituição*

Assim nasceu o projeto de extensão “*Ou Isto ou Aquilo*”: *Encomendas de Orientação Vocacional em Análise*, articulando o Mestrado de Psicologia/UFF e o Estágio Psicologia nas Instituições Escolares/UFF, funcionando entre Agosto e Dezembro de 2010. Experiência cara, fundamental, visceral e que rendeu aqui poucas linhas. Nem sempre é fato que conseguimos dar língua para nossas experimentações.

O projeto contou com seis ministrantes, dezesseis extensionistas (entre psicólogos, alunos da UFF e de outras faculdades de psicologia), e cinco grupos divididos em dias e horários diferentes abertos para inscrição em oficinas grupais de orientação profissional no SPA/UFF. Acolhemos vinte pessoas, em sua maioria jovens pensando na escolha profissional pela primeira vez, também havia adultos repensando suas trajetórias profissionais.

Os primeiros meses do projeto foram utilizados para abordar a temática da escolha profissional e dos dispositivos de intervenção. Entre exposição de aulas teóricas, debates, discussões, palestras de convidados de fora da universidade, oficinas corporais, exposição de textos pelos extensionistas, mostra de filmes, poesia, testes da revista *Capricho*, montagem de cenas, etc., o projeto foi ganhando corpo. Um corpo composto por aprendizado, tensionamentos entre os ministrantes, entre as diversas faculdades presentes ali, por relações com o tema das escolhas, da vocação, da formação em psicologia.

Durante todo o curso algumas questões insistiram nos levando a recorrer à restituição para não tomá-las como pessoais:

Existia um incômodo declarado entre os extensionistas de que éramos muitos ministrantes, e às vezes falávamos coisas contraditórias. Isso gerava tensões entre os ministrantes durante as reuniões para discutir e planejar o curso. “Precisamos nos apoiar”, “Tem que estudar galera, ficar falando coisa senso comum é demais”, “Fulana sempre me corta, é um desrespeito”.

Havia uma cobrança de que nos comportássemos como um professor mais tradicional, que ocupássemos com mais firmeza o lugar da docência. Havia uma cobrança contraditória de que nos misturássemos mais com eles na roda, para deslocar esse lugar de saber. “O que vocês querem afinal?” - era uma frase que escapava às vezes em tom de ironia em resposta a tais demandas.

Uma insatisfação com as discussões sobre alguns temas propostos: mercado de trabalho, juventude, tempo e espaço no contemporâneo, empreendedorismo. Afirmavam que não chegávamos à solução alguma, que estacionávamos na lamentação. E que os temas sempre voltavam em outros assuntos. O que fazer com isso?

Urgente era o desespero do que fariam na parte prática do curso. Que estratégias usar com os grupos, não era perigoso desconstruir e não colocar nada sólido no lugar?

Havia alguma coisa se passando, rodando e ficando dura, empedrada no meio das rodas de discussão. Tinha a ver com pessoas que estudaram na UFF falando sempre com intimidade (e às vezes desdenhando) dos conhecimentos. Enquanto pessoas de outras faculdades (UFRJ, UERJ, Faculdade Maria Thereza, Estácio de Sá) ficavam de fora da discussão.

Pedidos para estudar as teorias tradicionais da orientação vocacional, ver os testes, o que se utilizava na abordagem tradicional. Tudo que demandavam, entendíamos que era necessário atendermos, e quando vinham sempre mais pedidos ficávamos ressentidos e reativos, sentindo uma desvalorização.

Quando iam convidados dar palestras ou oficinas os extensionistas ficavam deslumbrados, amáveis e sorridentes. Nós ministrantes nos entreolhávamos invejosos porque a mesma coisa que os convidados diziam, era o mesmo que dizíamos e eram rebatidas no grupo.

Falta é a palavra chave para resumir as tensões do curso. Este curso foi uma experiência desafiadora e potente, com tudo o que experiências assim comportam de simpatias, reatividade, aprendizado, pesquisa, amizade, desconforto, diferença, surpresa, caos. Trazemos a parte que não é bonita, porque em geral isso que serve para análise, aquilo que foge do protocolo, do planejamento que deu certo, das conclusões estatísticas. Quando algo emperra traz questões. E é disso que vale a pena falar, pelo menos nesse momento de explicar a ferramenta-conceito restituição. Então, era a falta que, nesses momentos aqui descritos, estava nos movendo, faltava tudo: os alunos queriam tal conteúdo, dado de tal forma, tal resposta, tal configuração e nós respondendo sem questionar as demandas, porque queríamos ser o curso de extensão perfeito (havia muito afeto colocado no planejamento daquele projeto). Entrávamos nesse apelo sem cuidado, nosso e do outro. Havia falta de pessoas – atrasos e faltas sem aviso. Havia falta de material para elaborar as oficinas – “Não consigo imaginar como fazer essa intervenção”, isso enquanto nós fazíamos com eles várias oficinas. A polarização ministrantes/extensionistas está óbvia.

Restituição é um conceito-ferramenta desenvolvido por Lourau (1993), supõe que devemos falar de algumas coisas que são deixadas à sombra. É um movimento para retomar acontecimentos em geral excluídos. Não se trata de simples informação, mas para causar efeitos nos grupos a ação de restituir independe do que achamos importante em termos de conteúdo; um bom modo de dispará-la é fazer uso de acontecimentos aparentemente banais, isso evita o risco sempre presente de cair em denúncias recriminatórias, indiscrição, acusações revanchistas. Por isso, Lourau

recomenda que deve-se começar a restituição aplicando-a a si mesmo, enunciando coisas, acontecimentos e não outrem. Um exemplo bastante comum é quando discutimos horário, tempo de duração, atrasos. É um assunto objetivo que produz muitas considerações sobre um trabalho. “A restituição também não significa confissão privada ou pública, como em seitas religiosas, mas consiste em se centrar numa tarefa – a de análise coletiva da situação presente, no presente em função das diversas implicações de cada um com e na situação” (LOURAU, 1993, p. 64).

Foi começando a pensar esse conceito entre nós nas reuniões que os narcisismos começaram a se diluir e se transformar em matéria de análise, rebatendo no cotidiano do curso. Combinar de levar um lanche, quem leva o que, quem não pode ir; de recepcionar um convidado, gravar um filme e passar adiante, pensar um material para divulgar as oficinas que seriam realizadas, pensar onde divulgá-las, várias coisas simples, e aparentemente neutras, acionavam uma discussão que não era contra ninguém, mas a favor do trabalho. Exemplos: “O que quer dizer ‘na UFF sempre se diz isso’, se diz o quê? É cansativo ouvir sempre a mesma coisa? E o que essa coisa aciona em nós? Quem vem de outros lugares, ouvia sempre o que por lá?”; “Então a gente vai comer salsicha pura? Não deu tempo de comprar o pão... O que essa falta de tempo, o que isso que discutiremos com os jovens tem a ver com os atrasos aqui, com a dificuldade de vir?”; “Gente, estamos discutindo os efeitos desastrosos do especialismo, da separação em idades por estágios de desenvolvimento, e só divulgamos as inscrições nas oficinas em escolas e universidades? Pra onde mais podemos levar a oferta das oficinas? Alguém frequenta salão de beleza, alguém tem vizinhos, conhecem alguma empresa, alguém atende em consultório?”; “Eu fiquei pensando, focamos tanto no medo de não saber o que fazer, e não percebemos que podemos usar várias coisas que usamos aqui, tem tanto material pras oficinas, estamos vivendo o trabalho em nós”; “Aí quando chegar lá e os jovens exigirem respostas de nós, que nós digamos o que devam fazer, aí vamos ver o que é bom”; “A gente quer evitar esse subgrupo que se formou na oficina, todos de alunas do mesmo colégio, que só falam entre elas, ficam isoladas” – “É, vocês também se isolaram aqui, em algum momento pararam de falar na supervisão, falam entre vocês que são da mesma faculdade, quando passaram a se calar?”; “Será que esses assuntos que incomodam voltam porque inventamos saídas provisórias pra apaziguar e depois vemos que no fundo não acreditamos que tenham solução? Desemprego, desigualdade, vestibular, formatura. É caso de solução?”.

Isto não quer dizer que no começo do curso reinava o caos e a discórdia e então alguém descobriu a restituição e nos demos às mãos felizes para sempre. Habitar esse pensamento que se propõe a mergulhar em processualidades, que sai de uma via moral, que despersonaliza, tem como

matéria de composição heterogeneidades, encontros, acasos, é algo como uma carne viva. Não que seja caso de dor, de masoquismo, mas é caso de não estar a salvo, não estar neutro e limpo do mergulho nos processos. Existe uma organização bem planejada: leitura de textos, presença nos horários combinados, horário de intervalo, silêncio para escutar, supervisão das oficinas oferecidas à comunidade, entrega de trabalho final, entrega de certificado. Mas entre tudo isso existe um campo de batalhas que são do mundo, de forças que se atualizam ali. Buscar uma coletivização de experiências e construção de ferramentas de intervenção, nunca é buscar concordância, comungar, é buscar aliados de luta e escolher com o que iremos lutar. “Trazendo à cena o que comumente é desconsiderado ou tido como mera curiosidade nos procedimentos de pesquisa, ou o que tem seu lugar limitado à informalidade, as diferentes formas de restituição podem permitir um aumento no coeficiente de transversalidade nos grupos” (Aguiar e Rocha, 2007, p. 658).

### **2.3. Práticas Marginais: “Água que corre entre pedras, liberdade caça jeito!”<sup>24</sup>**

Apresentamos nossa aposta na intervenção enquanto invenção de dispositivos que acionem processos de análise e singularização – resistência frente às homogeneizações encarceradoras dos processos de produção dos modos de sentir, pensar, viver. Análise no sentido de transformar problemas em campos problemáticos, de tomar os acontecimentos como questões. Singularização, sendo diferente de estereótipos, guetos, intimização – mas como a experimentação de ir além do que se “é”, pensar diferente do que se pensa, borrar esquemas sócio-político-culturais predeterminados.

Esta aposta, este modo de intervir, foi se compondo a partir de vários encontros tecidos ao longo da graduação e do mestrado em psicologia – Projeto Analítica do Vocacional, Estágio Psicologia nas Instituições Escolares, Estágio Clínica Transdisciplinar, Projeto Ou Isto ou Aquilo, intervenções dentro e fora da academia, congressos, etc. É importante marcar que a problematização da questão vocacional e a ousadia de trabalhar com as escolhas profissionais utilizando filosofia, inaugurando uma abordagem transdisciplinar, têm uma história que se desenrola no SPA da UFF a partir da década de 80.

Apresentando trabalhos científicos e mostras profissionais em eventos de psicologia, principalmente naqueles fora do Rio de Janeiro, percebo a curiosidade, simpatia ou afronta que este modo de intervir provoca nas pessoas. Parece uma grande novidade abordar a orientação

---

<sup>24</sup> Matéria de poesia, Manoel de Barros, 2001



vocacional/profissional com outras ferramentas que não a clínica, os testes, o autoconhecimento, o desenvolvimento de habilidades, etc. E de fato esta outra perspectiva é forjada nas tramas de uma singularidade que marca a história do SPA/UFF nos anos 80: em tempos de abordagens endurecidas e hegemônicas, que recusavam num serviço de psicologia aplicada intervenções que não fossem clínicas, grupos teimosos desenvolviam trabalhos, inventavam ferramentas e encontravam alianças na composição de projetos transversais.

Entendendo a memória como arma política de fortalecimento e multiplicação dos fazeres, escolhemos trazer para este capítulo, que propõe práticas outras, pistas de onde começa essa problematização do vocacional. Tal inserção histórica pretende não suprimir a emergência coletiva de um projeto (“como se deu?”), ao mesmo tempo em que tenta fugir do sentido de remonte de origens (“quando se deu? quem inventou?”). Trazemos, ainda, um panorama mais organizado dos referenciais teóricos dos quais viemos fazendo uso.

### 2.3.1 Caleidoscópio: desdobramentos de histórias descontínuas

Particpei da turma de 2008 do projeto de extensão Analítica do Vocacional, coordenado por Mônica Drêux Frotté no SPA/UFF. Entre 2008 e 2011 não houve novas turmas devido à licença da coordenadora. O projeto foi iniciado em 1993 com Frotté e Valéria do Carmo Ramos, ambas psicólogas e técnicas do SPA; é inspirado em outro projeto que se encerrava em 1991, em função da aposentadoria da coordenadora Margarida Ferreira da Silva – *Análise Vocacional*.

O SPA é o local onde alunos vinculados ao departamento de psicologia da universidade fazem sua formação prática: estágios curriculares e extracurriculares, pesquisas, extensão, cursos de longa e curta duração. Os serviços que oferece a comunidade são realizados por estudantes, professores e técnicos; serviços estes prestados tanto dentro quanto fora da universidade. Historicamente esse “dentro-fora” causa certa confusão entre os alunos: os atendimentos clínicos, por exemplo, a recepção de pacientes, nos plantões, são feitos nas salas do SPA e outros estágios como saúde mental, conselho tutelar, saúde do trabalhador, por exemplo, são realizados em outras instituições. Isso colabora para o mito de que SPA é igual a atendimento clínico e durante alguns anos a clínica era reduzida a abordagem psicanalítica (“serviço de clínica aplicada”). Há discussões de que os outros projetos de estágio, que são efetivamente desdobramentos do SPA, ocupem mais espaço. Atualmente, em 2011, podemos dizer que o serviço aumentou seu grau de transversalidade,

mas isso é efeito de pequenas batalhas cotidianas de técnicos, professores e alunos, ao longo dos anos.

O projeto Analítica do Vocacional tem como objetivo um exercício teórico-prático através da problematização e acolhimento das demandas de orientação vocacional do SPA. Demanda que, durante esses anos, o projeto ajudou a produzir, já que a UFF virou em certa medida uma referência neste trabalho de “análise vocacional”. É direcionado a estudantes de psicologia dos últimos períodos da formação e a psicólogos quaisquer. Nos primeiros meses, há maior contato com leituras, os extensionistas apresentam a cada semana um texto e há sempre discussões sobre a prática que estamos propondo. Num segundo momento, abrimos inscrições para formação de grupos a serem coordenados por duplas do projeto; o andamento dos grupos e planejamento das estratégias a serem utilizadas são elaboradas e discutidas coletivamente na supervisão. Após um período de divulgação, as duplas do projeto devem fazer plantão no SPA para acolher os interessados na inscrição e falar da proposta do trabalho – número de encontros, configuração em grupos heterogêneos, não utilização de testagem, caráter público, etc.

Este primeiro encontro tem como proposta explicar o processo de intervenção, muito mais por aquilo a que não se destina do que pelo que vai ser experimentado. Percebemos que o entendimento da intervenção que não se preocupa em dar respostas, ou direções através de testes, ou de qualquer outro dispositivo, mas de criar espaços de problematizações, só se efetiva via a experimentação de todos os envolvidos, jovens e interventores. (FROTTÉ, 2010, p. 174)

Fazemos em média entre oito e dez encontros, com grupos de até quinze pessoas (abrimos inscrição para vinte vagas por grupo, tomando cinco delas como uma pequena lista de espera em caso de desistências). Ao longo do projeto forja-se uma abordagem que pretende problematizar demandas naturalizadas e desmontar o lugar de especialista que testa vocações/aptidões e produz verdades absolutas sobre o sujeito. Há evasão tanto de alunos extensionistas quanto de usuários dos grupos, visto que o nome “Vocacional” atrai expectativas as mais diversas. O projeto é uma convocação para desmontar em nós – na teoria, na supervisão, no e com os grupos – quaisquer práticas cristalizadas em verdade. Com muita calma e disponibilidade, a supervisora sempre disse não a nossa convocação de respostas e estratégias prontas, nos provocando a exercitar o pensamento, um pensamento que era totalmente encarnado no corpo.

Durante estes anos, um número significativo, que não temos como estimar, de formandos e psicólogos entraram em contato com esta proposta. Devem estar a desdobrá-la por aí, compondo outros estilos, outros autores, muitas vozes. Um projeto do qual tomamos conhecimento e

estabelecemos diálogo está em funcionamento na UFRJ, *Análise do Vocacional: Construindo um processo de escolhas, mesmo quando "escolher" não é um verbo disponível*, e é supervisionado pelo professor Pedro Paulo Bicalho que foi extensionista de Frotté. Organiza-se como estágio curricular e extensão, seu campo de intervenção é na DPA/UFRJ (Divisão de Psicologia Aplicada) e em pré-vestibulares comunitários. Atua desde 2006 em um pré-vestibular no bairro Caju e atualmente deriva em uma extensão que está inserida no Complexo da Maré. O trabalho, em geral, tanto na DPA quanto nos pré-comunitários, inicia-se com uma entrevista, seguida da realização de encontros em grupos que objetivam o entrecruzamento de diversas formas de viver, favorecendo a emergência de estranhamentos sobre referenciais naturalizados e uma análise coletiva das demandas. Os grupos comportam até quinze participantes, são dez encontros acompanhados por uma dupla de estagiários. Ao final dos encontros é entregue um documento devolutivo, contendo uma análise dos processos, desde a entrevista individual até o fechamento do trabalho. Este documento é discutido com o participante, funcionando como mais um dispositivo de análise do processo. A aposta é que os grupos possibilitem a invenção de outros modos de existir num contexto sócio-político-cultural que afirma cotidianamente, direta ou sutilmente, que nem todos têm direito a existência, que a criação e a experimentação afirmativa da vida só está disponível para alguns.

Deixamos o início para o final. *Análise Vocacional*, de certo modo matriz destes projetos – inclusive do projeto Ou Isto ou Aquilo: Encomendas de Orientação Vocacional em Análise (2010) – aparece aqui como memória no sentido da frase: *descobri que a minha arma é o que a memória guarda*<sup>25</sup>, na voz de Elis Regina. Consegui marcar uma entrevista com a autora do *Análise Vocacional*, Margarida, aposentada há muitos anos da UFF e da vida acadêmica no geral. Vou com um esquema de entrevista que pretende perguntar como se deu a configuração deste campo para ela, de onde teria vindo essa ideia de trabalhar com vocação, quais os desafios que vivenciou nesta prática, os autores que mais utilizou; vou ponderando durante o caminho como faria pra escrever a entrevista sem cair na tendência geral de um esquema de origem, de busca por precursores.

Ela mora em um bairro chamado Sapê, que parece totalmente fora de Niterói pelo tipo de clima e de ar que se respira lá. Chegando à entrada do condomínio das Orquídeas sorriu com a placa “Você já chegou. Agora não precisa mais ter pressa”. Vou subindo a ladeira curiosa para conhecer a autora da dissertação “*Pegue seu Papel e Cale a Boca*” – *Da emergência da prática da Orientação*

---

<sup>25</sup> Conversando no bar, Milton Nascimento e Fernando Brant, 1975.

*Vocacional* (1989). Fui ao encontro de Margarida no condomínio das Orquídeas buscando uma entrevista e ela me floresceu toda em outros ritmos, gostos, cheiros e gestos.

Em cima da mesa sua dissertação e um livro do Manoel de Barros com ilustrações de ponto e cruz. Embarcamos numa conversa pouco linear, na qual minhas perguntas prestabelecidas já não eram importantes, ela me despertava novas curiosidades e vontade de ouvi-la. Estava florida e atenta. Disse que via as coisas deste modo: há um modelo dominante e práticas a margem, a questão não é querer que as margens substituam o dominante, e mesmo se assim acontecesse, haveria sempre outras margens. Não há risco de tudo se cristalizar porque as forças são diferença pura. Conta que quando chegou no SPA, como psicóloga-técnica, Cecília Coimbra fazia grupos de orientação vocacional, e fazia um combate ao uso de testes: por que dar a um outro essa condição de decisão? Como entregar a vida a um terceiro que então a decidirá? Cecília trabalhava com Foucault e Bohoslavsky. Participando dessas questões, compartilhando com os autores que nada é natural, “foi atrás da história”. Foi fazer mestrado em educação na Fundação Getúlio Vargas, tomando o vocacional como questão. Quando passa no concurso para professora da UFF deixa o cargo de técnica do SPA e permanece no espaço fazendo de sua prática um projeto de estágio. No estágio dava supervisão e participava de alguns grupos de orientação. O que sempre lhe chamou atenção na prática era o corpo dos jovens, um corpo aquietado, “pareciam soldadinhos”.

Queria com esse estágio “colocar essas vozes na roda”. Colocar este corpo pra falar. “Você pode até colocar essa chamada “vocacional”, se o que está posto no mundo é a Orientação Vocacional, mas daí apresenta a sua proposta depois”. Com o nome Análise Vocacional diz ter pego carona com o forte poder da clínica para atrair os jovens. “*Ser analisado é legal*”. E assim funcionava sua intervenção: o que desmontava no pensamento, desmontava na prática com os grupos. “Hoje usaria cada vez mais arte e menos psicologia. Traria o mundo para quebrar a seriedade e o sagrado da academia”.

No encontro com os jovens sentia suas perguntas muito instituídas, e se toda a questão tratasse sempre do problema que colocamos no mundo, era preciso desobstruir com eles essas instituições naturalizadas. Assim, o trabalho apontava na direção de ir abrindo canais para colocar outros problemas, para que outras histórias começassem a surgir. “A fala deles vem com um monte de pensamentos, Heliana Conde sugeriu que eu contasse histórias pra eles, dos pensadores que eu estudava até, para eles contarem outras histórias também, ver o que surgia de acontecimento”. Um dispositivo que disparava muitas questões e dava visibilidade ao que estava se passando nos grupos era a roda de conversa (estilo *Roda Viva* do programa de TV). Faziam uma roda e perguntavam

“quem quer ir pro meio”? Quem se colocasse no meio respondia perguntas inventadas pelo grupo; depois iam trocando de lugares.

As questões que surgiam nos grupos tornavam necessárias as discussões sobre escola, avaliação, erros, fracassos; e discutir, desnaturalizar já era inventar outras histórias. “A orientação vocacional carrega alguns conceitos que dão muita matéria pra trabalhar: escolha certa, não errar, noção de verdade, de “isso” (é isso ou aquilo), noção de coerência, de sujeito. A matéria pra trabalhar está colocada nas práticas”. Suas falas demonstram com clareza sua proposição de que desmontar pensamento é desmontar prática, é desmontar corpo: “Se o fracasso me compõe e decompõe, que ele me componha”.

“Essas práticas não são pra encaixar, é desencaixe! Como disse o poeta ‘Andei minha vida me buscando, que bom que não achei’. Fala do trabalho como provocação para ver que outras alianças, pensamentos, podem surgir”. E que é sempre compor como aliança, não impor seu pensamento aos jovens. Enquanto desenvolvia o estágio pensava sobre as aulas: “Eu não quero mais saber o texto, eu quero que esses textos me atravessem. Se são ferramentas, são ferramentas!”. Quando se aposentou foi viver outras coisas fora da academia, com música, teatro. “A academia me endurecia, me deixava muito cabeça”. Durante dez anos trabalhou com uma comunidade do Sapê através da música e teatro, com Marisa, quem lhe apresentou o teatro. “Esse trabalho me colocou muito mais perto do Brasil”. “Você continuou trabalhando na resistência”. (Risos). “Sabe a gente aprende que tudo são embates”.

### 2.3.2 Oxigênio: referenciais teóricos, éticos, políticos – da funcionalidade do pesquisador

Explicitamos que nosso modo de fazer não se detém na essência das técnicas, não se sustenta em bases científicas tradicionais e tem um caráter *transdisciplinar* – bebe na filosofia, na arte, problematiza produções individualizantes de algumas psicologias, entende-se político e implicado com os efeitos que engendra.

A transdisciplinariedade vem se constituindo como aposta ético-estético-política de alguns autores que propõem pensar as intervenções (seja na clínica, na saúde, nos processos de formação, etc.), ultrapassando territórios identitários, buscando um aumento do grau de transversalidade – Barros e Passos (2000). Não raramente, o termo “trans” é entendido como um novo modismo ou ecletismo: no lugar de definir um direcionamento teórico ou outro, se trabalharia com várias teorias

juntas. “Eu adoro psicanálise, mas estou conhecendo psicodrama e gestalt- terapia, a *trans* me permite usar todas essas abordagens?” (estudante de psicologia durante uma seleção de estágio em *clínica trans*). A lógica deste equívoco remete à própria emergência dos saberes científicos, momento histórico no qual cada saber/disciplina cunhou para si um objeto/campo de intervenção, resultando em marcações de fronteiras muitas vezes rígidas. Nesse sentido não se questiona tais objetos/campos de intervenção, pois são encarados como naturais, questiona-se apenas quais são as ferramentas teóricas do pesquisador para “aplicar” nos campos.

O limite entre as disciplinas é perturbado com a noção de transdisciplinaridade, subvertendo o eixo de sustentação dos campos epistemológicos: sujeito/objeto, disciplina, especialismo.

A Psicologia, tal como qualquer outro campo de saber/poder não explica nada. É ela mesma que deve ser explicada e isto só se dá numa relação de intercessão com outros saberes/poderes/disciplinas. É no entre os saberes que a invenção acontece, é no limite de seus poderes que os saberes têm o que contribuir para um outro mundo possível. (BARROS, 2005, p.23)

Importante deixar claro, que tais direcionamentos teórico-prático-políticos apresentados e utilizados ao longo dessa dissertação são efeitos de um certo modo de conceber a realidade e a atitude de pesquisar; práticas heterogêneas que abrigamos sob a denominação Institucionalista (da qual puxamos a perspectiva da uma linha que nomeamos ao longo do trabalho de Pesquisa-Intervenção) – em suas tendências socioanalíticas (Análise Institucional) e esquizoanalíticas (Filosofia da Diferença).

Tais tendências ganham força no Brasil a partir dos anos 60 e 70, Aguiar e Rocha (2007), num cenário marcado tanto pelos referenciais cientificistas clássicos, quanto pelos críticos/politizados. Eles se afirmaram no caldeirão da repressão política, tensionados *contra-cultura*, resistência popular e diferentes lutas pela democracia, para dar conta de pesquisas comunitárias e educacionais nas ciências humanas e sociais, a fim de disputar um outro projeto de sociedade. Alguns exemplos são a educação popular de Paulo Freire, psicologia comunitária e marxismos. Tais referenciais críticos/politizados combateram um pensamento hegemônico de neutralidade, objetividade e desimplicação das ciências tradicionais para com a sociedade. Em Aguiar e Rocha (2003) vemos que a Pesquisa-ação, desenvolvida nos EUA pós-guerra por Kurt Lewin, rompeu com tal paradigma positivista das ciências clássicas, cisão importante, essencial à participação social nas pesquisas. Entretanto, a Pesquisa-ação americana deslocou-se para um paradigma funcionalista de adequação e ordenação dos corpos, que investe o equilíbrio e a estabilidade. Tal busca por regulação e adaptação do que servia à manutenção da ordem social, se

constituindo em aprimoramento do sistema capitalista. Na América Latina, marcada por uma história de repressão e ditaduras, a Pesquisa-ação teve um uso mais revolucionário, estando ligada a projetos emancipatórios e autogestionários, daí a ideia de uma Pesquisa-ação crítica:

Entendida como uma ação que visa a mudanças na realidade concreta com uma participação social efetiva, a pesquisa-ação crítica está centrada no agir, através de uma metodologia exploratória, tendo seus objetivos definidos no campo de atuação pelo pesquisador e pelos participantes. Seus resultados estão vinculados à tomada de consciência dos fatores envolvidos nas situações de vida imediata e na participação coletiva para a mudança da ordem social. A identificação de problemas e possíveis soluções e o estabelecimento de programas de ação constituem procedimentos que podem ser utilizados com a ajuda de técnicas tradicionais como as da pesquisa documental, dinâmicas de grupo, informações vivas e opinativas dos participantes (Brandão, 1987). Os dados são sempre provisórios e se aplicam a grupos de pequena e média dimensão. Tais experiências caminham no sentido da articulação entre teoria/prática e sujeito/objeto, na medida em que o conhecimento e a ação sobre a realidade se fará na investigação das necessidades e interesses locais, na produção de formas organizativas e de uma atuação efetiva sobre essa realidade, podendo levar a transformações sociais e políticas, dando às populações excluídas uma presença ativa na História. (AGUIAR; ROCHA, 2003, p. 65)

Tais referenciais, armas de combate a modos de pesquisar e produzir conhecimento apartados do funcionamento social, foram forjados num pensamento racionalista, centrados na conscientização e numa perspectiva da realidade como dada *a priori* – O Social, A Autonomia, A Luta de Classes, A Democracia, O Indivíduo, dentre outras concepções universais. Estas armas têm a força de transformação e combate de *uma* dimensão das problemáticas sociais, aquela que denominamos *macropolítica*<sup>26</sup>. Tal dimensão, necessária, importante, não dá conta das contradições do capitalismo, da complexidade, tensionamentos e descontinuidades que compõe as existências, da multiplicidade dos problemas sociais.

Noutra perspectiva temos o Institucionalismo, que é mais um movimento que tomamos como referencial que um referencial em si mesmo, constituindo um *exercício* de interferência *coletiva* na produção de *micropolíticas* de transformação social (Aguilar e Rocha, 2007). *Exercício*: implica que nunca se trata de uma fórmula prescritiva que contenha em si determinado resultado esperado; exercício como análise dos movimentos de construção do cotidiano, não na posição de observador, mas enquanto analista imerso no campo, ocupando lugares que também precisam ser postos em análise. *Coletiva*: refere-se a uma trama composta por analistas, práticas sociais, acontecimentos disruptivos, contradições, contextos múltiplos de exploração, invenção. *Micropolíticas*: “constatamos que a realidade social resiste aos quadros formulados a priori, às categorias gerais bem delimitadas, aos modelos já circunscritos que não conseguem mais explicar as

---

<sup>26</sup> Ver conceito na introdução.

condições da mulher, da família, da infância, dos excluídos, instaurando-se o desafio de uma teorização permanente” (AGUIAR; ROCHA, 2003, p. 72).

E sendo assim, no que é que nós intervimos enquanto Institucionalistas? Em instituições. A Análise Institucional, “acompanhando o ponto de vista da tendência – insistir mais na luta anti-institucional do que na construção de um novo sistema filosófico” (LOURAU, 1977, s/p.), inventou outro conceito para instituição que não o sinônimo de estabelecimento a definindo enquanto dinâmica sócio-histórica de produção e reprodução das práticas sociais. Podemos acompanhar nesta dinâmica duas linhas principais em constante tensionamento: instituinte e instituído; a primeira diz respeito às forças que já ganharam consistência e tendem a constante manutenção para ficarem no mesmo lugar. Intimidam por darem a impressão de que “as coisas sempre foram assim”. A segunda linha são forças que entram em contradição com as estruturas já existentes. Lourau (1993) cita o Exército e a Igreja como exemplos de instituições aparentemente imóveis devido sua rigidez. Mas, qual jogo de forças extremamente violento, e em movimento, não está em ação para produzir tal imobilidade?

Não raramente se adjetivam as linhas, tomando o instituído como negativo, resíduo morto, e o instituinte como mudança, oxigenação. Tal reducionismo subtrai a complexidade de tais movimentos em relação, uma força instituinte pode dar passagem a *qualquer coisa*. Aqui podemos chamar Deleuze e Parnet (1998) quando afirmam que a política é uma experimentação ativa porque não se sabe de antemão o que vai acontecer com uma linha (eles referem-se às linhas de flexibilidade, segmentariedade e de fuga, conceito que veremos no terceiro capítulo). “Não podemos nos contentar em ver apenas as grandes contradições. Há que se observar a contradição no interior do instituído e, inclusive, a contradição no interior do instituinte” (LOURAU, 1993, p. 12).

No campo da orientação vocacional quando Bohoslavsky questiona o modelo tradicional estatístico e coloca o sujeito no centro da cena, como autônomo frente suas escolhas, não mais efeito de uma bateria de testes, institucionaliza-se um modelo clínico desdobrado em diversos efeitos que não estavam previstos: subversão, autonomia, psicanálise, família, adolescência, outras amarras, individualização, interiorização, etc.

A institucionalização é o devir, a história, o produto contraditório do instituinte e do instituído, em luta permanente, em constante contradição com as forças de autodissolução (...) O movimento, ou força de autodissolução, está sempre presente na instituição, embora esta possa ter a aparência de permanente e sólida. (LOURAU, 1993, p. 12-13)



Lourau (1977) diz que em primeiro lugar, as instituições são normas, mas elas incluem também a maneira como os indivíduos concordam, ou não, em participar dessas normas. Seu conteúdo é formado pela articulação entre a ação histórica de indivíduos, grupos, coletividades, por um lado, e as normas sociais por outro. Isto não significa que haveria um nível da organização social exterior aos sujeitos que os regularia de fora, pois tal construção/manutenção de normas atravessam e são atravessadas por eles. Isto quer dizer que embora a instituição se apresente como um fato exterior ao homem, necessita de seu poder instituinte.

Se o homem sofre as instituições, também as cria e as mantém por meio de um consenso que não é somente passividade frente ao instituído, mas igualmente atividade instituinte, a qual, além disso, pode servir para pôr em questão as instituições. **O fato de que uma instituição seja contestada também faz parte dela.** (1977, s/p., grifos nossos)

Nesta dissertação colocamos em análise várias instituições: vocação, profissão, juventude, trabalho, especialismo, dispositivo, conhecimento, intervenção, etc. Isto coloca em análise também nossa função enquanto pesquisador. Lourau (1977) radicaliza a ideia de que fazer pesquisa é fazer intervenção quando afirma que os grupos confrontados diretamente com a exploração são os únicos que tratam da análise de fato. A teoria da análise social, o papel do pesquisador, se fora desse campo (ainda que tal teoria seja produto de práticas sociais de intervenção) é somente uma atividade de intelectual, uma tarefa “fria”. Isso retira a centralização no pesquisador, ele é efeito de um campo, não é um sujeito que inventa uma pesquisa, que escolhe a bel prazer recortar um pedaço da realidade e extrair análises.

Fica claro, assim, que tais proposições não são produtos de seu espírito mais, ou menos brilhante, tampouco puros “reflexos” de lutas levadas a cabo pelos outros. Mais precisamente, trata-se do resultante teórico, ou debilmente prático-teórico, dos efeitos da prática social dos outros sobre a do intelectual, a qual compreende principalmente, e às vezes unicamente, a prática da escritura e da fala. O intelectual não é o analisador e sim o analista, com possibilidade de tomar consciência dos efeitos dos analisadores que desencadeiam sua intervenção (analista tanto no sentido mais amplo do termo quanto no sentido técnico da palavra em certas ciências sociais). Não tem apenas de reconhecer e legitimar, ou inclusive exaltar, a existência dos analisadores; **deve compreender que somente os analisadores o constituem como analista.** (1977, s/p., grifos nossos)

O deslocamento da busca por neutralidade e objetividade para entrada em cena das implicações no processo de trabalho, isto é, o uso dos lugares que se ocupa, busca ocupar ou lhe são designados, enquanto pesquisador, podem ser confundidos com descrição de afetos libidinais, narrativas pessoais, uma centralização no eu. Mas a análise de implicações busca dar visibilidade aos analisadores presentes nos processos. Analisadores que para a Análise Institucional devem

substituir o analista, pois são eles que viabilizam determinados efeitos, e não uma vontade do pesquisador ou de qualquer outro componente da intervenção.

Queremos indicar, como regra fundamental, que o analista não deve procurar subtrair-se aos efeitos analisadores do dispositivo de intervenção (...) O importante para o investigador não é, essencialmente, o objeto que “ele mesmo se dá” (segundo a fórmula do idealismo matemático), mas sim tudo aquilo que lhe é dado por sua posição nas relações sociais, na rede institucional. (1977, s/p.)

A Análise Institucional situa-se na perspectiva socioanalítica do Institucionalismo. Em Rodrigues (1999) temos as perspectivas do Institucionalismo melhor exploradas<sup>27</sup>. A autora chama de socioanálise ações mais modelizadas de um intelectual implicado (atravessado por relações com as instituições); o objetivo da socioanálise é trazer à luz a tensão instituinte-instituído presente nas instituições que atravessam analistas e clientes numa situação coletiva. Chama de esquizoanálise ações mais fragmentárias e nômades de intelectuais conectores (atravessam grupos e instituições visando o incremento do coeficiente de transversalidade). Aqui o conceito de implicação inexistente, pois trabalham com um desejo-produção sempre agenciado, sendo desnecessária a fala sobre eventuais relações entre analista e instituição. Instituição, aliás, é um conceito que é desconstruído na esquizo por entenderem-no como totalizador – já se partiria de uma instituição, ainda que definida como campo de forças em movimento, quando se deveria partir “pelo meio”, pois “para Deleuze e Guattari, só há exercícios – múltiplos, não-totalizados em princípios e sem localização definida. Institucional, portanto, é a totalização que reifica, sob a forma de dialéticas superfícies cinzentas de registro/consumo, a plural policromia heterogenética do sócius” (RODRIGUES, 1999, p. 177). Contrapõem a dialética instituinte-instituído ao conceito de inconsciente maquínico: “fluxos e cortes passíveis de ilimitadas conexões produtivo-desejantes – e seus modos de agenciamento – códigos e territórios mais, ou menos transversalizáveis; mais, ou menos limitadores e fixadores” (1999, p. 177). Seu objetivo é mais a abertura de mínimas consistências capazes de acolher níveis crescentes de planos de expressão para os devires, que instaurar situações coletivas para um “tudo dizer”, como na socioanálise.

Rodrigues enfatiza que não devemos subestimar nossa tradição de antropofagia no Rio de Janeiro: acabamos desenvolvendo trabalhos mais “sócio” ou mais “esquizo” de acordo com nossa formação. Na formação da UFF, de certo utilizamos as duas perspectivas. Então, podemos considerar os paradigmas cientificistas clássicos como superados? A Pesquisa-ação criticada e

<sup>27</sup> Sobre o assunto pesquisar Rodrigues, H. B. C. As subjetividades em revolta: institucionalismo francês e novas análises, Dissertação de Mestrado, IMS/UERJ, 1993.

descartada em seus pontos fracos? Encontramos a salvação com um estilo Pesquisa-intervenção? As experiências descritas neste texto apresentando conceitos-ferramentas são modelos de como atuar utilizando um referencial Institucionalista?

Michel Foucault (1983, p.p 231-232) observou: “Minha idéia não é que tudo seja mau, e sim que tudo é perigoso, o que não é exatamente a mesma coisa. Se tudo é perigoso, então temos sempre algo a fazer...” Compartilhamos desta posição. Nossa aliança com o Institucionalismo decorre do fato de tanto socioanálise quanto esquizoanálise apreenderem o lugar do intelectual como aposta ética [...] Cada uma, entretanto, comporta seus perigos particulares. (1999, p. 183)

Não ignorando esses perigos particulares e mesmo inspirada neles é que se elabora o terceiro capítulo, como desacomodação/prudência com os modos de fazer intervenção.

### 3. PRUDÊNCIA: DO CUIDADO COM OS ESPECIALISMOS

*Renova-te. Renasce em ti mesmo. Multiplica os teus olhos, para verem mais. Multiplica os teus braços para semeares tudo. Destrói os olhos que tiverem visto. Cria outros, para as visões novas. Destrói os braços que tiverem semeado, para se esquecerem de colher. Sê sempre o mesmo. Sempre outro. Mas sempre alto. Sempre longe. E dentro de tudo.*<sup>28</sup>

No segundo capítulo atualizamos um plano de experiências e conceitos através dos quais demos consistência a um modo de intervir com demandas de orientação vocacional/profissional. Modo cujo funcionamento acolhe e problematiza tais demandas, apontando para a construção de processos de autonomia. Arriscamos assim, outros contornos e referenciais para incidir no campo das escolhas profissionais – desviamos de modelos teóricos prescritivos, naturezas humanas e escolhas automáticas; acolhemos o “não saber” como matéria de composição; construímos os dispositivos de intervenção na medida em que o campo os exigia, passo a passo, caso a caso.

<sup>28</sup> MEIRELES, Cecília. Cântico XIII, 1983. Disponível em: <[www.tanto.com.br/ceciliameireles-13.htm](http://www.tanto.com.br/ceciliameireles-13.htm)>. Acesso em: jan. 2008.

Forjamos, a muitas mãos, um campo de experimentação atravessado pela problematização do modelo hegemônico de orientação que propõe contenção e encaixe de intensidades (dúvidas, erros, crises) e que se esquiva das contradições do mundo contemporâneo do trabalho. Campo de experimentação forjado pela intersecção de nossas proposições com as questões daqueles que queriam de nós respostas, orientação. Inventando estratégias, esgarçando conceitos, ousando novos arranjos, manejando nossas implicações, forçando abertura para construir uma escuta das diferenças, afirmamos que pudemos compor um território.

Deleuze (1989) conta como ele e Guattari utilizaram a ideia de território para forjar um conceito filosófico que explicasse que o mesmo só vale em relação a um movimento através do qual se sai dele. Tomar nosso campo de problematização e invenção de práticas outras como a afirmação de um território implica em dizer que tudo isso só vale na medida em que possa apontar saídas dessa circunscrição, isto é, na medida em que seus contornos sejam provisórios. Zourabichvili (2004) aponta que o conceito implica em espaço, mas não consiste na delimitação objetiva de um lugar geográfico, ele marca distâncias em relação a outrem e protege do caos. Não há território sem um vetor de saída e não há saída, o que os autores chamam de *desterritorialização*, sem em contrapartida um esforço para se *reterritorializar* em outra parte. “O traçado territorial distribui um fora e um dentro, ora passivamente percebido como o contorno intocável da experiência ora perseguido ativamente como sua linha de fuga, portanto como zona de experiência” (2004, p. 23). Isto quer dizer que o território compõe um duplo movimento de territorialização (fabrica contornos provisoriamente “intocáveis” para delinear um “dentro”) e de desterritorialização (os contornos são perseguidos e dobrados por uma zona de experiência que torna os contornos porosos ao “fora”, derivando em reterritorializações noutras partes).

A questão fundamental que Zourabichvili traz, com este conceito, são as perguntas: que relação com o estranho, que proximidade do caos, suporta o território? Qual é seu grau de fechamento ou de permeabilidade ao fora, quais suas pontas de desterritorialização? Este conceito viabiliza pensar movimentos de deriva e ruptura que nos provocam a não tomar a presente pesquisa como a proposição de um novo modelo de orientação vocacional/profissional. A recusar a essencialização das ferramentas inventadas no corpo a corpo com os campos, em novos tecnicismos. A afirmar que a matéria de composição do trabalho é sempre essa zona de experiência. Qual o grau de permeabilidade ao fora depois que se compõe com tanto cuidado um território de intervenção? Ficamos agarrados a seus limites evitando os limiares?

Por um compromisso político de ruptura com homogeneizações que impedem a produção de diferença, caos e contestação, trazemos alguns riscos intrínsecos a composição de práticas de intervenção, das mais tradicionais as mais inventivas: as práticas se enamoram de si mesmas e as análises são tomadas num único nível, impossibilitando que outras dimensões se façam presentes (*sobreimplicação*), há obstrução da produção de diferença para fora do instituído (*fascismo*). A formulação desses riscos é efeito de análises de implicações, implicâncias, fragmentos de diários, embates em supervisões, conversas formais e informais com parceiros que trabalham com práticas de intervenção que aqui nomeamos marginais em orientação vocacional/profissional.

Entendemos esses riscos num sentido diferente de erros a serem corrigidos, de uma busca por culpados ou da incitação a uma lapidação teórica que garanta o aniquilamento dos mesmos. Não se trata de bani-los, visto que são efeitos do próprio trabalho e indicam que *qualquer* intervenção comporta movimentos de cristalização. É preciso insistir: qual o grau de permeabilidade ao fora depois de compor um território? Em linhas gerais, pensar riscos é diferente de uma paranóia ou da busca por soluções apaziguadoras, trata-se de estar atento ao grau de abertura das práticas à análise.

Riscos sendo tomado então como potência, como um arriscar-se a... Não raro queremos banir das nossas intervenções estes tensionamentos, acreditando que eles contaminam seu desenvolvimento. Mas a contaminação é a possibilidade mesma de quebrar os especialismos, a pureza do discurso científico que sentou no trono da verdade. É abrir nossas práticas às diferenças e às singularidades que ambicionamos compor. Lembramos de Guattari:

[...] uma micropolítica processual só pode - e deve - ser encontrada a cada passo, a partir dos agenciamentos que a constituem, na invenção de modos de referência, de modos de práxis. Invenção que permita elucidar um campo de subjetivação e, ao mesmo tempo, intervir efetivamente nesse campo, tanto em seu interior como em suas relações com o exterior. (GUATTARI, 2007, p. 38)

Nessa direção, trazemos alguns analisadores – acontecimentos que produzem análise – para colocar em cena nossos embates, mais que com práticas de orientação vocacional/profissional, com o instituído em nós.

### *Criar Outros Olhos*

No *IX Congreso Internacional de Salud Mental e Derechos Humanos*, apresento uma comunicação que em resumo traz experiências com oficinas de orientação vocacional/profissional e uma problematização de práticas prescritivas. O foco é na composição das escolhas e no psicólogo

como intercessor nas oficinas. Após a apresentação, uma das pessoas relata sua dificuldade em fazer orientação vocacional/profissional com os alunos do colégio onde atua como psicóloga e que começou a fazer um trabalho individual a duras penas. Fala da ausência de um material que esteja de acordo com as teorias as quais utiliza (filosofia da diferença) – material que não seja um manual de testes e dinâmicas prescritivas.

Ela também havia apresentado uma comunicação sobre sua dissertação nesta sala, então, sabíamos da história do colégio o qual atua. A história é assim: havia naquela cidade pequena do Espírito Santo, anos atrás, um colégio militar em regime de internato onde as crianças pobres estudavam e suas famílias recebiam auxílio financeiro para que continuassem estudando. Passam os anos e acaba o caráter de internato e bolsa auxílio, mas atualmente a cidade não faz uso deste espaço. Embora os professores da instituição sejam muito bem qualificados só estuda lá quem não tem como pagar outro lugar. Quando essa psicóloga diz da dificuldade de fazer orientação profissional com aqueles alunos e expõe com certa vergonha, como quem se desculpa, “que não dá pra dizer aqueles alunos que eles podem ser médicos, então o que fazer, o que dizer a eles, o que usar com eles”, penso na compartimentação da vida que se atualiza com a criação do especialismo orientação vocacional/profissional, e que esse desmonte precisa ser mais radical.

É condição de possibilidade para discutir profissão estudar ou entender de orientação vocacional/profissional? Poderia passar para ela com mais detalhes como trabalhava no Rio de Janeiro, falar dos grupos no SPA da UFF, nas escolas, as principais problematizações, indicar materiais. Mas o primeiro pensamento que se fez presente foi se estava envolvida noutro especialismo – mais flexível, com um discurso de diferença. Então sugeri que a própria história daquele colégio, a dicotomia cidade-internato, o cotidiano daqueles jovens, como se relacionavam naquele espaço, o que desejavam dali, já seria um material potente para discutir futuro, presente, profissão. E que não precisava ter medo do que dizer a eles, as vozes sobre ser isto e aquilo, sobre limitações e escapes iriam emergir em polifonias. O material de que precisava estava no próprio campo de intervenção.

O material de que precisamos para disparar processos de singularização sempre está no próprio campo de intervenção, mas ainda insistimos em atualizar a lógica de fazer oficinas de profissão, para que depois, outro profissional faça oficinas de sexualidade, noutro momento de prevenção de drogas, depois de violência, etc. Compartimentamos a vida, fragmentamos as experiências das pessoas, enquanto esperamos discretos, sedentos e envergonhados um novo manual de orientação vocacional/profissional nos vieses de uma filosofia da diferença, de uma

análise institucional. Este é o pedido que ouço no encontro com alunos de psicologia, nos espaços que tomam a problemática vocacional numa análise crítica: “abolimos os testes psicológicos, agora precisamos colocar algo no lugar”. Necessário e fundamental o cuidado com nossas ferramentas conceituais, com nossos dispositivos, mas somos sempre nós que colocaremos “alguma coisa no lugar”, que “anunciaremos a ordem do dia”?

Faz-se uma inquietação: propomos uma intervenção que aposta em processos de autonomia e está sustentada em uma discussão cuidadosa e desnaturalizadora de modos hegemônicos de intervir no campo das escolhas profissionais. Nesse sentido, estamos qualificados para receber demandas de orientação vocacional/profissional ou quaisquer pedidos de respostas sobre profissão, futuro, etc. Problematizamos um campo de saber para rachá-lo e apropriar-nos dele de um modo menos violento, menos a favor do controle e da contenção, modo que aposta nas suas dimensões de implicação política, de afirmação da vida. Mas quem busca essa problematização e cria práticas outras se tornará, a sua revelia, guardião dessas fronteiras? Seria possível agenciar essa possibilidade-força de invenção de práticas entre quem não é especialista? Seria possível que as comunidades, as pessoas comuns, outros profissionais que não psicólogos, pudessem fazer essa discussão, pudessem tomar de outro jeito a relação com as escolhas?

Estamos sugerindo que as discussões construídas entre os nossos pares e com os demandantes que nos procuram (ou aqueles que procuramos) podem ser fortalecidas na aposta que já fazemos de potencialização de um certo plano comum. Subverter um especialismo implica em mais deslocamento que apenas trabalhar com ele de outros modos. “Qual vanguarda teórico-política vocês querem entronizar, para destacá-la de todas as formas maciças, circulantes e descontinuas de saber?” (FOUCAULT, 2005, p. 15). (Entronizar - elevar ao trono; assentar; fundar). Foucault está questionando uma “vanguarda” que se separa das outras formas de saber, neste texto refere-se ao “saber das pessoas” que define como os demais saberes que não pertencem ao domínio científico e são consequentemente desqualificados.

Utilizamos o trecho abaixo como imagem-deslocamento da nossa função nas intervenções, do uso dos lugares os quais ocupamos, confundimos, desmontamos:

Mostrou-lhe toda a região  
E apontando-a ao operário  
Fez-lhe esta declaração:  
- Dar-te-ei todo esse poder  
E a sua satisfação  
Porque a mim me foi entregue  
E dou-o a quem bem quiser.

[...]

Disse, e fitou o operário  
Que olhava e que refletia  
Mas o que via o operário  
O patrão nunca veria.

[...]

E em cada coisa que via  
Misteriosamente havia  
A marca de sua mão.  
E o operário disse: Não!

- Mentira! - disse o operário  
Não podes dar-me o que é meu.

(O operário em construção, Vinicius de Moraes)

- Loucura! - gritou o patrão  
Não vês o que te dou eu?

A imagem do patrão remete não só ao grau máximo de especialismo, que acredita possuir de fato o poder, mas também aos micro especialismos que atravessam nossas práticas quando elas se afirmam em cima de carências: do que o outro desconhece, do que o outro não tem, não é capaz de questionar ou produzir. Sentados em cima dos muros da universidade sorrimos para os que chegam buscando respostas, um sorriso que acolhe e desqualifica – “será que ele vai aguentar essa proposta de trabalho subversiva, que não dá respostas? Nem todo mundo está preparado para isso”. Mas esse operário-orientando sabia que o patrão-especialista não podia lhe dar nada, que os jogos de saber-poder não estavam em suas mãos. Entre padrões-especialistas e operários-demandantes há a multiplicidade da vida se fazendo e borrando seus contornos. Nesse sentido, subverter um especialismo significa retirar de nossas mãos a condução dos processos (de luta, singularização, enfrentamento, etc.). De fato eles nunca estiveram em nossas mãos, mas há muito tempo nos designaram essa função de condutores, orientadores, salvadores, e acreditamos nela. Mas as diferentes lutas de enfrentamento às misérias produzidas na atualidade se passam “entre-mãos”. Outra imagem-deslocamento de uma música nomeada “a terceira lâmina”:

É aquela que fere  
Que virá mais tranqüila  
Com a fome do povo  
Com pedaços da vida  
Como a dura semente  
Que se prende no fogo  
De toda multidão  
Acho bem mais  
Do que pedras na mão...

Dos que vivem calados  
Pendurados no tempo  
Esquecendo os momentos  
Na fundura do poço  
Na garganta do fosso  
Na voz de um cantador...

E virá como guerra  
A terceira mensagem  
Na cabeça do homem  
Aflição e coragem  
Afastado da terra  
Ele pensa na fera  
Que o começa a devorar...

Acho que os anos  
Irão se passar  
Com aquela certeza  
Que teremos no olho  
Novamente a idéia  
De sairmos do poço  
Da garganta do fosso  
Na voz de um cantador...

(A terceira lâmina, Zé Ramalho)



De que matéria é feita essa terceira lâmina? Deleuze e Parnet (1998) falam em três linhas imanentes e de natureza diversa que compõe indivíduos/grupos/sociedades: linhas de segmentaridade dura, linhas de segmentaridade flexíveis (ou moleculares) e linhas de declive (ou de fuga).

As linhas de segmentaridade dura são segmentos bem determinados que nos recortam em todos os sentidos. Por exemplo: homem e mulher (ou travesti), pobre e rico (ou classe média), branco e negro (ou mestiço) – os acontecimentos são sempre capturados em segmentos bem delimitados. Essa linha nos concerne a todos porque estão referidas a grandes acontecimentos sociais e a segmentos prestabelecidos. Assim, frente aos acontecimentos sociais (ex: crise econômica) somos recortados em grandes segmentos (ex: sucesso-fracasso, pobreza-riqueza, criatividade-esterelidade), cada segmento marcando um corte delimitado. Mas, “que ela ande para a degradação ou para a promoção, não muda grande coisa (uma vida bem-sucedida sobre este modo não é melhor, o sonho americano é tanto começar varredor para se tornar milionário quanto o inverso, os mesmos segmentos)” (1998, p. 147).

As linhas de segmentaridade flexíveis traçam pequenas modificações, fazem desvios, delineiam quedas ou impulsos, não quer dizer que sejam “fracas” – elas podem traçar processos irreversíveis. Mais, porém, do que segmentos funcionam como fluxos moleculares, traçam limiares. Muitas coisas se passam sobre essa segunda linha: devires, micro-devires, que não coincide com o mesmo ritmo das outras, instauram fissuras. “Uma profissão é um segmento duro, mas o que é que se passe lá embaixo, que conexões, que atrações e repulsões que não coincidem com os segmentos, que loucuras secretas e, no entanto, em relação com as potências públicas: por exemplo, ser professor, ou então juiz, advogado, contador, faxineira?” (1998, p. 146).

Há uma terceira espécie de linha, “como se alguma coisa nos levasse, através dos segmentos, mas também através de nossos limiares, em direção de uma destinação desconhecida, não previsível, não preexistente [...] é a linha de fuga e de maior declive” (1998, p. 146) Os autores a comparam com a “o caminho da alma do dançarino”. Carrega, conforme velocidades e lentidões variáveis, movimentos de fuga. Não é paralela as outras linhas, é como um traçado bem no meio dos segmentos, abrindo descontinuidades: “um riacho, embora pouco profundo, se abre e põe novamente tudo em jogo, derrota o plano de organização” (1998, p. 152).

As máquinas binárias já não têm poder algum sobre o real, não porque o segmento dominante (determinada classe social, determinado sexo...) mudasse, tampouco porque mistos do tipo bissexualidade, mistura de classes se impusessem: ao contrário, porque as linhas moleculares fazem correr, entre os segmentos, fluxos de desterritorialização que já

não pertencem nem a um nem a outro, mas constituem o devir assimétrico de ambos, sexualidade molecular que já não é a de um homem ou de uma mulher, massas moleculares que já não têm o contorno de uma classe, raças moleculares como pequenas linhagens que já não respondem às grandes oposições molares. Não se trata, é claro, de uma síntese dos dois, de uma síntese de 1 e de 2, e sim de um terceiro que vem sempre de outra parte, e atrapalha a binaridade de ambos, não se inscrevendo nem em sua oposição nem em sua complementaridade. (1998, p. 153)

Nesse sentido, aproximamos a terceira lâmina, enquanto imagem-deslocamento, da linha de fuga. Ela não é da natureza de padrões nem de operários, ao contrário, aponta para cortes com segmentos dominantes. Como cortar segmentos dominantes se somos convocados incessantemente a ocupar lugares, responder expectativas, apresentar resultados, comprovar que nosso trabalho funciona? A intuição é de que a saída para tais cristalizações se dá por agenciamento de forças. Agenciar é conectar, misturar, encontrar.

O que chamamos de agenciamento é precisamente uma multiplicidade. Ora, um agenciamento qualquer comporta, necessariamente, tanto linhas de segmentaridade dura e binária, quanto linhas moleculares, ou linhas de borda, de fuga ou de declive. Os dispositivos de poder não nos parece exatamente constitutivos dos agenciamentos, e sim que fazem parte deles em uma dimensão sobre a qual todo agenciamento pode cair ou se curvar. (1998, p. 153)

A lógica proposta não é do abandono de nossas frentes de trabalho. Queremos indicar com esta discussão que as práticas que cavaram à duras penas embates com o instituído, podem continuar abrindo caminhos não-modelares, descontínuos. Chegamos num espaço clínico psicanalítico nos anos 80 e abrimos campos de discussão, compomos teorias que sequer estavam organizadas tal como hoje (Deleuze, Guattari, Foucault, ainda não estavam tão à mão, não estavam instituídos), abrimos discussões com psicólogos, com estudantes em vias de se formar que levaram (ou não) tais questionamentos adiante acrescentando seu próprio estilo de funcionamento, fomos para as comunidades, para os lugares onde a vida vale pouco ou nada. No plural, porque éramos muitos. Do mesmo modo, podemos nos misturar por aí nos abrigos, comunidades, saúde mental, asilos, na rua. Não para permanecer, fazer um trabalho de orientação (diferenciado, flexível) e concluí-lo. Porque isto as práticas a favor do controle e da ordem já fazem, é assim que ampliam seu mercado de consumo, tornando as pessoas cada vez mais necessitadas e invadidas por suas prescrições. Pensar a radicalização das escolhas profissionais como escolhas de vida implica em estar em lugares provisórios e de passagem. Quem sabe passar e aprender com as pessoas outros modos de discutir, de pensar, de colocar os problemas; mostrar o nosso, criar conexões, tencionando que elas desenvolvam trabalhos com seus pares.

Provavelmente já estamos misturados, já efetuamos essas trocas, isso não é nenhum manifesto revolucionário. Na verdade, os especialismos se fundam assim: colhendo saberes das comunidades, acumulados durante anos, ao mesmo tempo em que os desqualificam e instalam carências, para que elas acreditem que precisam do saber da ciência, ao ponto de esquecerem sua própria força. A proposta é então mais complicada, implica em trabalhar com um saber que as pessoas nem acreditam que possuam. “Trata-se, na verdade, de fazer que intervenham saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia filtrá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro” (FOUCAULT, 2005, p. 13). Aqui pegamos emprestada uma fala de Foucault, falando da genealogia como tática, para colocar uma questão: desmontar o lugar do especialista para ocupá-lo de outros modos funciona e tem efeitos extremamente potentes. Mas trata-se da condenação a um encargo eterno? Tudo partirá deste ponto ou é possível pautar nossa discussão a partir de outros lugares, de outras sensibilidades? Já estaríamos fazendo isso?

As genealogias são, muito exatamente, anti-ciências. Não que elas reivindiquem o direito lírico a ignorância e ao não-saber, não que se tratasse da recusa de saber ou do por em jogo, do por em destaque os prestígios de uma experiência imediata, ainda não captada pelo saber. Não é disso que se trata. Trata-se da insurreição dos saberes. Não tanto contra os conteúdos, os métodos ou os conceitos de uma ciência, mas de uma insurreição sobretudo e acima de tudo contra os efeitos centralizadores de poder que são vinculados a instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior de uma sociedade como a nossa [...] Projeto de uma inserção dos saberes na hierarquia do poder próprio da ciência, uma espécie de empreendimento para dessujeitar os saberes históricos e torná-los livres, isto é, capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico unitário, formal e científico. A reativação dos saberes locais - "menores", talvez dissesse Deleuze - contra a hierarquização científica do conhecimento e seus efeitos de poder intrínsecos. (FOUCAULT, 2005, p. 14-16)

Levantar essas questões sendo psicólogo e buscando um título de Mestre, é desconfortável. Mas não é de modo algum solitário. Isso está sendo disparado aqui e ali, lembramos uma frase-disparo ouvida em uma aula do mestrado por um pesquisador da saúde mental: “temos que ter coragem de falar das nossas práticas a serviço da ordem, as nossas práticas cronificadas que nos garantem espaço para existir”.

*Público Alvo Juventudes: que alvo, que tramas, que desvios são possíveis?*

Historicamente a juventude é o principal público alvo das práticas de orientação, embora com a ampliação do mercado da orientação vocacional/profissional qualquer pessoa seja acolhida

de bom grado para trabalhar seus impasses profissionais. Nossa perspectiva apresentada na dissertação também amplia esse recorte público-alvo, mas num sentido estritamente diferente – deslocamos a concepção de estágios de desenvolvimento os quais delimitam o que é possível fazer ou não a cada fase da vida, ampliamos as escolhas profissionais para qualquer um que queira discuti-las. Entretanto esse ainda é o público que mais procura orientação, e a cada vez mais cedo devido às exigências que se colocam sobre eles, esse é o principal alvo sobre o qual o *biopoder* age.

Algo chama atenção quando conversamos, extra-oficialmente na hora do cafezinho, com especialistas (orientadores profissionais, educadores, psicólogos) que trabalham com jovens: “Os jovens de hoje em dia não querem nada”. “Fale com eles e em dez minutos já terão esquecido tudo”; “Não se preocupam com futuro, não querem nada da vida”. Com os profissionais da esfera pública, mais especificamente: “Eles não têm perspectiva, não vão terminar os estudos”; “Não acreditam que podem chegar à universidade”. “Eles quem, cara pálida?”, “o que estamos podendo escutar ‘deles’?” O conceito de juventude com o qual essas falas estão operando acordam com uma concepção desenvolvimentista da juventude/adolescência: fase intermediária, caótica, caracterizada por uma busca por amadurecimento, equilíbrio, isto é, a transformação em adulto. Caberia aos especialistas gerir esse momento de transição. Mas, se chegarmos mais perto, no plano das intensidades, plano que requer outro olhar que não o paradigma científico tradicional, enxergamos corpos que sonham, brincam, consomem, tramam linguagens, são capturados e escapam (ao mesmo tempo) da educação, dos especialistas, da família, da dureza do dia, da falta e do excesso de dinheiro, tempo, etc. São malabaristas andando na corda bamba, que especialistas querem conduzir corretamente para um caminho reto bem sucedido com uma escolha, um emprego, uma vida sadia. Mesmo não existindo esses empregos! Prepara-se esses jovens para um grande engodo – esforço individual, dedicação total, desenvolvimento de habilidades, empreendedorismo – e desqualifica-se o que eles pensam porque se instituiu enquanto imaturidade e falta de experiência (e ainda perguntamos entre nossos pares porque esses jovens ficam sempre mudos, conversando entre si, ou fazendo piadinhas atrapalhando o andamento do trabalho/oficina/palestra/aula).

Apostamos que conseguimos explodir pelos ares o que esses profissionais da educação nos pedem (pedido encarnado neles, mas que está diluído em todo o campo político-social-econômico que vivemos): 1) fazer com que se conscientizem da importância de pensar um futuro profissional. 2) e então se responsabilizem em fazer uma escolha. 3) para assim receberem ajuda do psicólogo, orientador vocacional, mágico, que lhes oferecerão oficinas dinâmicas que ajudem nessa escolha. Conseguimos fazer isso em nossas práticas de problematização de demanda, e o modo de

problematizar será diferente a cada vez. Essa diferença, esta construção processual que permitirá o grau de abertura para o *como fazer*. Às vezes nossas perguntas se cristalizam e os disparos que objetivamos perdem força, talvez porque repetimos as mesmas apostas, não incluímos o campo na problematização – a levamos pronta. Nessa perspectiva, utilizamos o tema da juventude como uma indicação para pensarmos as nossas práticas: o que a juventude pode nos dizer das possibilidades de composição de escolhas na atualidade? As práticas que temos estudado e inventado para tratar a escolha profissional estão em ressonância com as “reais” demandas da juventude?

Na última oficina que realizei em uma escola de Niterói, em vez de iniciar o contato fazendo as perguntas de costume (o que eles pensam do futuro, o que pensam da escola, se sabem pra que serve orientação profissional, pra que serve psicólogo, etc.) perguntei se alguém ali trabalhava. Tinha em mente a encomenda da escola de falar sobre preparação para vestibular e futuro, e os rostos mudos ao redor esperando a palestra da psicóloga. A intenção da pergunta, além de quebrar o silêncio da espera, era desmontar um pouco essa ideia globalizante de *terminar a escola – prestar vestibular – começar a universidade – trabalhar*. A intuição era pegar trabalho de outro modo, acolher as experiências de vida que as pessoas têm, no lugar de já entender que eles não têm coisa nenhuma porque não escolheram ainda “A Profissão”. Várias pessoas já trabalhavam, mas responderam a pergunta num tom de que aquilo não era importante. E numa certa lógica não poderia ser, afinal, era o cotidiano, a vida acontecendo, não essa constante promessa de que “você vão acabar a escola e enfrentar o mundo real, sejam alguém na vida quando chegarem lá”. Isso fez pensar que perguntas estamos fazendo para “eles” e por onde estão passando as discussões sobre profissão, escolha, vestibular, experiência de tempo e espaço. Partindo da perspectiva de que tencionamos um campo de intersecção entre o que os demandantes trazem e o que levamos para eles, visando um aumento do grau de transversalidade da intervenção, cabem as perguntas: estamos ouvindo o que eles trazem? E o que estamos levando para discutir? Subemprego, violência, corpo, saúde, arte, sexualidade, escolha, ensino superior, camelô, consumo, dinheiro, falta, escola. Tais questão precisam estar contidas na discussão que precisa ser feita não *sobre*, mas *com* a juventude e *com* os especialistas psi.

Intervir com a produção de escolhas profissionais e de vida, deste ou de qualquer “público-alvo”, implica em escutar suas vozes, sempre heterogêneas, tomar o cotidiano desses sujeitos como matéria de composição, é daí que virão os desvios e as bifurcações do previsto. Isso é diferente da colonização e conscientização que não raro se dão em palestras, rodas de conversa, debates “abertos”, espaços de “dar voz” feitos “para” a juventude – abrem a roda, mas as questões já estão

colocadas, institui-se o debate e as discussões são qualificadas como coisa de jovem, dão voz para ouvir o previsto.

A maior parte do tempo, quando me colocam uma questão, mesmo que ela me interesse, percebo que não tenho estritamente nada a dizer. As questões são fabricadas, como outra coisa qualquer. Se não deixam que você fabrique suas questões, com elementos vindos de toda parte, de qualquer lugar, se as colocam a você, não tem muito o que dizer. A arte de construir um problema é muito importante: inventa-se um problema, uma posição de problema, antes de se encontrar a solução. Nada disso acontece em uma entrevista, em uma conversa, em uma discussão. Nem mesmo a reflexão de uma, duas ou mais pessoas basta. E muito menos a reflexão. Com as objeções é ainda pior. Cada vez que me fazem uma objeção, tenho vontade de dizer: "Está certo, está certo, passemos a outra coisa." As objeções nunca levaram a nada. O mesmo acontece quando me colocam uma questão geral. O objetivo não é responder a questões, é sair delas. (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 9)

### *Análise de Encomendas em Análise*

Demos a este trabalho o título *Ou isto ou Aquilo: dos falsos problemas à criação de um campo problemático – Encomendas de Orientação Vocacional em Análise*, insinuando que tais encomendas vocacionais, de escolher uma coisa ou outra, de encomendá-la a um especialista, são um falso problema, e convocando a construção de um campo de problematização. E de que tipo de análise se trata?

Rodrigues (1999) problematiza a relação entre os especialistas e o par encomenda-demanda social. Observa que na análise institucional essa discussão toma como ponto de partida que a distância entre o estado das relações sociais e o estado da produção (contradições sociais) resultam em um movimento de controle, de tomada dessas relações sociais como objeto de constantes modificações para manter tudo no mesmo lugar e garantir a reprodução dessa estrutura social. Nesse sentido, a demanda social estaria separada das práticas técnicas que incidem sobre ela (ideologias teóricas, como a psicologia, que produzem respostas técnicas traduzindo a demanda em seus próprios termos). A demanda social é recalcada porque transformada em encomenda social: outra face da demanda “verdadeira”, recalque do caráter político desta última (as contradições sociais) tornando-a traduzível em termos técnicos – “disfunções” que exigem a intervenção “racional” de especialistas, legitimando assim suas produções teóricas.

Esta discussão é interessante na medida em que desnaturaliza a encomenda, definindo-a como socialmente produzida para contenção das contradições sociais e manutenção da ordem. Entretanto, a discussão caminha para a noção de um social *être lá* que produz uma encomenda numa equação de alienação, ou seja, existe nessa abordagem a crença em uma demanda primeira,

crença em uma origem. O social é entendido como causa da demanda, sendo reproduzido (na forma de encomenda) pelas ações de especialistas. Nosso papel enquanto intelectual implicado seria restituir o caráter político da demandada. Nessa direção, Rodrigues cita uma formulação comum da Análise Institucional nos anos 70:

A análise da demanda compreende a encomenda oficial do “staff cliente” (responsável pela organização) ou escondida por trás dela, e a demanda do “grupo cliente” composto pelos membros e usuários da organização a análise da demanda compreende a encomenda oficial do “staff cliente” (responsável pela organização), a demanda implícita defasada em relação à encomenda ou escondida por trás dela, e a demanda do “grupo cliente” composto pelos membros e usuários da organização. (LAPASSADE; LOURAU apud RODRIGUES, 1999, p. 185).

Em tais formulações socioanalíticas liga-se a demanda aquilo que estaria “latente”, “implícito”, “profundo” ou “oculto”. Entendemos que tais concepções reforçam o papel disciplinador do especialista visto que ele detém a visão, a possibilidade de levar os clientes, os grupos, a encararem esse “sócios inconsciente”. É como se ele já soubesse o que virá a tona quando coloca as encomendas em análise.

Não é raro as práticas de intervenção que aqui nomeamos de marginais em orientação vocacional/profissional, levarem a análise de encomenda nesses termos. Os interventores já partem do princípio de que as falas dos usuários são cristalizadas, carregadas de ideias inadequadas e que tudo precisa ser problematizado. Ora, não percebem que as suas ideias também estão cristalizadas e que essa problematização deve passar por eles. Como é possível emergir alguma diferença daí, se tudo que o outro diz é “acolhido” no sentido de um dizer referido a condição de encomendador de uma orientação vocacional/profissional eficaz. Orientação, diga-se de passagem, que está sendo oferecida. Os trabalhos nos serviços de psicologia, nas escolas, comunidades, pré-vestibulares fazem uma oferta de orientação vocacional/profissional e depois avaliam aqueles que a procuram como “encomendadores a-críticos”.

Nesses trabalhos os quais tenho participado com diversos parceiros tomo como problema a tendência das intervenções conduzirem a discussões que são nossas nas pesquisas e estudos sobre o tema. Discussões sobre desnaturalização da adolescência, da aceleração do tempo, da ideia de vocação, da separação da mente e do corpo, etc. Nesse sentido, se um usuário diz que tem pressa, por exemplo, o interventor associa imediatamente tal pressa a sua condição de adolescente inscrito num mundo acelerado. É como se os usuários pudessem nos surpreender muito pouco. Entendemos isso como a fixação de um modelo das práticas marginais, quando elas acabam por se apaixonar por

determinados dispositivos, determinados modos de discutir, isto é, quando se apaixonam por si mesmas. Recordamos aqui Deleuze e Parnet dialogando sobre o perigo daqueles que se dizem “marginais”, “vanguarda”, “revolucionários”:

Guattari fala dos microfascismos que existem em um campo social sem serem necessariamente centralizados em um aparelho de Estado particular. Deixou-se o campo da segmentaridade dura, mas se entrou em um regime não menos regulado, onde cada um se afunda em seu buraco negro e torna-se perigoso nesse buraco, dispondo de um seguro sobre seu caso, seu papel e sua missão (...) Não são os marginais que criam as linhas; eles se instalam sobre essas linhas, fazem dela sua propriedade, e é perfeito quando eles têm a curiosa modéstia do experimentador, mas é a catástrofe quando deslizam para um buraco negro, de onde não sai mais do que a palavra microfascista de sua dependência e de seu atordoamento: “Nós somos a vanguarda”, “nós somos os marginais...”. (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 162)

**Cena 1:** Há um espaço de supervisão nos quais duplas de psicólogos descrevem seus encontros com grupos de orientação vocacional/profissional os quais conduzem. Orientação e supervisão sustentam-se numa prática não prescritiva, que constrói os dispositivos de análise no desenrolar do trabalho, de acordo com aquilo que vai surgindo como questão a cada encontro com os grupos de intervenção. Então as duplas caminham de modo heterogêneo, lançando mão cada qual de um dispositivo. Ocorre que vai aparecendo um padrão curioso: os grupos são extremamente semelhantes aos seus coordenadores. A dupla que gosta de discussões longas, problematizações intensas, que aposta na fala como principal modo de expressão relata que seu grupo funciona somente pelo registro dos debates, que quando levaram uma música para problematizar a questão do tempo embarcaram em uma discussão sobre o sentido daquela música, que em sendo triste fez com que a maioria das pessoas saíssem deprimidas naquele dia. Questão: como construir uma intervenção que carrega nossa singularidade, nosso estilo de trabalho, mas que não impeça a composição com estilos outros, que apontem para outros caminhos a partir de um “entre”. A grosso modo: como não imprimir minha “cara” nos trabalhos que faço, para que eles tenham um “rosto” híbrido, de traços irreconhecíveis?

**Cena 2:** Há outro grupo de supervisão que segue o paradigma descrito anteriormente, é composto por psicólogos que dão aula e supervisão para interventores de trabalhos em orientação vocacional/profissional. Uma das supervisoras se queixa da turma não estar acolhendo problematizações essenciais no campo da problemática vocacional. Como é possível que não seja questão para eles a redução dos sujeitos num modo-indivíduo? Como eles têm coragem de inventar um dispositivo que pede aos usuários para criarem uma identidade através de expressões artísticas, identidade? Por que eles inventam estratégias que encenam situações familiaristas? Outra



supervisora acrescenta que é questão de formação, aquela mistura de psicólogos de abordagens diferentes causa resistência. Ficam as perguntas: quem dita as problematizações essenciais no campo da problemática vocacional? Essas problematizações serão sempre as mesmas, não modulam? Qual o curso de psicologia detém o poder da formação mais adequada para desenvolvimento de trabalhos “críticos”? Quais as questões que aquele grupo traz que podem contribuir com o campo de tensionamento da invenção de dispositivos? Se é aquele grupo, a discussão deve ser naquele grupo, não a partir de um modo (modelo?) que foi em algum momento construído na formação dos supervisores; não a partir da memória de intervenções que eles tenham participado e foram maravilhosas. As forças precisam passar, o ponto de partida desses trabalhos precisa ser essas diferenças e heterogeneidades, é a aposta mesmo (já que não existem garantias) de inventar intervenções potentes.

**Cena 3:** Há uma pessoa incomodando um grupo de orientação vocacional/profissional. O grupo vem caminhando numa relação bacana de amizade, falas complementam e fortalecem umas as outras, sentidos vão ganhando contorno e as discussões avançando. Ninguém quer respostas, ninguém pergunta (desde o segundo encontro) para quê foi feito. Embarcam nas intervenções das coordenadoras: é preciso habitar processos e desacelerar, não existem garantias, é permitido mudar de ideia caso as escolhas não se deem como se pensou. Mas tem aquela pessoa, aquele elefante branco trazendo toda a sua negatividade à tona: quer sim garantias, precisa trabalhar, precisa saber se vai dar certo e quer estabilidade. O mercado não espera não. Mudar de ideia no meio do caminho? Fora de questão, olhem a idade dela. A pessoa é ignorada durante as intervenções, não propositalmente e não sem delicadeza. Tudo que ela diz, é acompanhado ou de silêncio, ou de falas apaziguadoras das coordenadoras – repetem a última frase das vinte que ela despejou, dão um sorriso de concordância, ou às vezes dizem que é necessário pensar com calma sobre o assunto e emendam na frase “voltando ao assunto...”, para alívio do grupo. As coordenadoras não potencializam aquelas falas que poderiam abrir campos de análise, embate, experimentação, ou mesmo afirmações mais potentes das certezas ali diluídas num plano de consensos. Será o medo que temos de não ter respostas sobre o mercado de trabalho? De querer proteção dentro de discursos afirmativos da vida, quando imaginamos titãs lá fora, prontos para nos devorarem? Que afirmação da vida é essa que retira os embates, as incertezas, a angústia, de suas formulações? Consenso é a palavra que define o funcionamento do grupo, não querem acolher uma força disruptora, despotencializam tudo que ela diz porque “ela sempre diz essas coisas mesmo”. Às vezes, quando começa a falar as pessoas já reviram os olhos, antes de ouvirem, porque é fulana que está falando –

o que pode vir de interessante? Ao final do quinto encontro as coordenadoras chamam a mulher em separado e depois de um discurso de especialista amigável perguntam se não é o caso dela fazer um atendimento individual e clínico, porque parece que suas questões são pessoais.

Corta.

Utilizando Rodrigues (1999), entendemos que a noção de implicação nos processos destitui esse lugar de analista acomodado em uma certa exterioridade (esse que vai desvelar a verdade das encomendas, desvelar sua parte de demanda recalcada socialmente). Isto significa conceber o social como sempre imanente as práticas: estas produzem a própria demanda, que deixa de ser alguma coisa a ser descoberta e interpretada, tornando-se algo a engendrar no cotidiano. “Passamos a nos apreender como sempre-entre – instaurando, construindo – nunca antes e/ou depois – reproduzindo, respondendo ou denunciando” (1999, p. 185). Rodrigues desloca o pensamento de um social dado, de uma dominação *être lá*, para uma multiplicidade apta a quaisquer conexões, que são mais ou menos fixadas em codificações que produzem determinadas demandas e/ou encomendas pré-codificadas. Pensar em termos de multiplicidade abre possibilidades de intervir numa realidade que é movimento, em detrimento de um estado de coisas. O interventor não é um interpretador, ele pega carona nas forças e acompanha processos dos quais faz parte, junto com os clientes. Assim, Rodrigues (1999) formula que encomenda é o modo como é feito um pedido de ação (mais ou menos oficialmente), pedido inseparável da oferta, encargo ou mandatos sociais – ou seja, da produção histórica de legitimação para exercer determinada função na divisão sócio-técnica do trabalho. Demanda diz respeito a virtuais devires ou *linhas-de-fuga* quanto ao domínio da encomenda ou encargo, que são cristalizadas em encomenda através de violências reais ou simbólicas fundadas em mandatos não analisados.

Parênteses para pensar nas cenas aqui descritas: enquanto especialistas que problematizam nosso encargo sócio-histórico, que encomendas estamos ouvindo? Fazemos parte destas encomendas? Em que as estamos transformando?

Concluimos então, retomando o título da dissertação, que o papel do especialista é produzir demanda. Acolhemos encomendas sabendo que são um modo de organização de demandas – mas não sabemos fixadas em quê elas estão; não é questão de desvelar um sentido escondido, produzir demanda é abrir canais de multiplicidade para passagem de outras forças, outros acontecimentos, e isso é sustentar que pode passar *qualquer coisa*.

Provocada pelo título de um artigo (*Psicanalistas e pais de santo – coisas e demanda*) Rodrigues (2009) investiga dois sentidos aos quais a palavra demanda pode remeter. O primeiro,

que ela traça pensando na psicanálise, está referido à solicitação, desejo, procura, escuta, atendimento. Ela o apelida de **demanda-pedido** porque pressupõe sujeitos faltantes (carentes) que se dirigem aqueles que seriam os únicos capazes de corresponderem a suas expectativas (de forma objetiva e especializada). Num outro sentido, utilizando a imagem dos pais de santo e o português clássico usado na umbanda, demanda é sinônimo de conflito; sugere contenda, batalha, litígio, disputa. **Demanda-guerra** que diz de um nível *micro* de engendramento de realidades – materialidades aptas a quaisquer conexões.

Cartografias mutantes, as da demanda-guerra, em contraste com a disciplinada modelização dos corpos da demanda-pedido: cartografias da mobilidade virtual para artistas da vida, em contraste com os mapas imóveis dos especialistas da mortificação. Direção a tomar na encruzilhada por aqueles que, por mais que não o consigam inteiramente, tentam, dentro de suas possibilidades, exorcizar (“ou mandar subir!”) estes pelo menos dois séculos de encargo histórico colocado no corpo, nas expressões, no olhar e... na cabeça, que insiste em inclinar-se (inclinicar-se?) para uma escuta – sem reciprocidade – que se afigura interminavelmente nobre, necessária, essencial e desalienadora... **Seria isto, talvez, uma análise – em ato – das implicações?** (1999, p. 188, grifo nosso)

### *Pistas*

Encontramos na fala de Foucault sobre o livro *O Anti-Édipo* de Deleuze e Guattari uma formulação muito próxima do que tencionamos disparar com este capítulo. Tal formulação, em última instância, traduz-se na fala do autor: *Não caia de amores pelo poder*. Queremos dizer aqui: prudência, cuidado com a apropriação do especialismo para desmontá-lo. Não hesite em desmontá-lo até as últimas consequências. Foucault inicia esse texto, prefácio do *Anti-Édipo*, dizendo que seria um erro de leitura tomar o livro como a nova referência teórica. “Vocês sabem, essa famosa teoria que se nos costuma anunciar: essa que vai englobar tudo, essa que é absolutamente totalizante e tranquilizadora, essa, nos afirmam, “que tanto precisamos” nesta época de dispersão e de especialização, onde a “esperança” desapareceu” (2004, p. 4 ).

É contra essas totalizações ironizadas por Foucault as quais lutamos neste trabalho: a esperança equivocada de que se chegou a um ponto de equilíbrio, a certeza de que um modo de intervir possa garantir em si mesmo a singularização dos processos. Nessa perspectiva, a intervenção que propomos deve implicar não apenas na desnaturalização da orientação vocacional/profissional dominante, mas das práticas mesmas que inventamos a fim de que elas não se fixem em outros modelos. Lançamos mão de conceitos, ferramentas, alianças, memórias de intervenções passadas, pesquisas, supervisões, conclusões – mas isso são pontos de partida, pontos

de sustentação para uma atitude de intervenção que queremos ética-estética-política, pontos de passagem; não são referências cristalizadas, imutáveis, desgastadas.

Achamos importante trazer os três adversários que Foucault (2004), afirma serem confrontados pelo Anti-Édipo, porque nosso combate também é contra eles: 1) os ascetas políticos, os militantes sombrios, os terroristas da teoria, os burocratas da revolução e os funcionários da verdade; 2) os técnicos do desejo que registram cada signo e sintoma reduzindo a multiplicidade do desejo à lei binária da estrutura e da falta; 3) e o inimigo maior, o adversário estratégico trata-se do fascismo:

[...] não somente o fascismo histórico de Hitler e de Mussolini - que tão bem souberam mobilizar e utilizar o desejo das massas - mas o fascismo que está em nós todos, que martela nossos espíritos e nossas condutas cotidianas, o fascismo que nos faz amar o poder, desejar esta coisa que nos domina e nos explora. (2004, p. 5)

Embarcamos com o autor na questão fundamental de como fazer para não se tornar fascista, como liberar nosso discurso e nossos atos, nossos corações e nossos prazeres do fascismo, como expulsar o fascismo que está incrustado em nós. Aliás, como manejar o fascismo em nós, já que talvez seja impossível filtrar, purificar nossos atravessamentos. Ele nos dá algumas pistas:

- Libere a ação política de toda forma de paranóia unitária e totalizante; - Faça crescer a ação, o pensamento e os desejos por proliferação, justaposição e disjunção, mais do que por subdivisão e hierarquização piramidal; - Libere-se das velhas categorias do Negativo (a lei, o limite, a castração, a falta, a lacuna), que o pensamento ocidental, por um longo tempo, sacralizou como forma do poder e modo de acesso à realidade. Prefira o que é positivo e múltiplo; a diferença à uniformidade; o fluxo às unidades; os agenciamentos móveis aos sistemas. Considere que o que é produtivo, não é sedentário, mas nômade; - Não imagine que seja preciso ser triste para ser militante, mesmo que a coisa que se combata seja abominável. É a ligação do desejo com a realidade (e não sua fuga, nas formas da representação) que possui uma força revolucionária; - Não utilize o pensamento para dar a uma prática política um valor de verdade; nem a ação política, para desacreditar um pensamento, como se ele fosse apenas pura especulação. Utilize a prática política como um intensificador do pensamento, e a análise como um multiplicador das formas e dos domínios de intervenção da ação política; - Não exija da ação política que ela restabeleça os “direitos” do indivíduo, tal como a filosofia os definiu. O indivíduo é o produto do poder. O que é preciso é “desindividualizar” pela multiplicação, o deslocamento e os diversos agenciamentos. O grupo não deve ser o laço orgânico que une os indivíduos hierarquizados, mas um constante gerador de “desindividualização”; - Não caia de amores pelo poder. (2004, p. 6)

Nossa última pista vem de um poeta. Serve para aqueles que buscam orientação vocacional/profissional, para os que se sentem convocados por estas demandas, para quem arrisca inventar outros territórios quando tudo aponta para a sensação de que não há saídas do modelo instituído. Essa pista é uma recusa a pactuar com os muros que, cada vez mais, nos asfixiam,

impedindo a invenção de caminhos para fora do consumo, da verdade, da miséria, da pressa, da serialização. Importante não tomar suas frases em si mesmas, e deslocar o “eu” tão forte no poema para modos de sentir e de viver, múltiplos, que nos compõe a cada vez em intensidades, contornos, expressões diversas.

*“Vem por aqui” – dizem-me alguns com os olhos doces*

*Estendendo-me os braços, e seguros*

*De que seria bom que eu os ouvisse*

*Quando me dizem: "vem por aqui!"*

*Eu olho-os com olhos lassos,*

*(Há, nos olhos meus, ironias e cansaços)*

*E cruzo os braços,*

*E nunca vou por ali...*

*A minha glória é esta:*

*Criar desumanidades!*

*Não acompanhar ninguém.*

*— Que eu vivo com o mesmo sem-vontade*

*Com que rasguei o ventre à minha mãe*

*Não, não vou por aí! Só vou por onde*

*Me levam meus próprios passos...*

*Se ao que busco saber nenhum de vós responde*

*Por que me repetis: "vem por aqui!"?*

*Prefiro escorregar nos becos lamacentos,*

*Redemoinhar aos ventos,*

*Como farrapos, arrastar os pés sangrentos,*

*A ir por aí...*

*Se vim ao mundo, foi*

*Só para desflorar florestas virgens,*

*E desenhar meus próprios pés na areia inexplorada!*

*O mais que faço não vale nada.*

*Como, pois, sereis vós*  
*Que me dareis impulsos, ferramentas e coragem*  
*Para eu derrubar os meus obstáculos?...*  
*Corre, nas vossas veias, sangue velho dos avós,*  
*E vós amais o que é fácil!*  
*Eu amo o Longe e a Miragem,*  
*Amo os abismos, as torrentes, os desertos...*

*Ide! Tendes estradas,*  
*Tendes jardins, tendes canteiros,*  
*Tendes pátria, tendes tetos,*  
*E tendes regras, e tratados, e filósofos, e sábios...*  
*Eu tenho a minha Loucura !*  
*Levanto-a, como um facho, a arder na noite escura,*  
*E sinto espuma, e sangue, e cânticos nos lábios...*  
*Deus e o Diabo é que guiam, mais ninguém!*  
*Todos tiveram pai, todos tiveram mãe;*  
*Mas eu, que nunca principio nem acabo,*  
*Nasci do amor que há entre Deus e o Diabo.*

*Ah, que ninguém me dê piedosas intenções,*  
*Ninguém me peça definições!*  
*Ninguém me diga: "vem por aqui"!*  
*A minha vida é um vendaval que se soltou,*  
*É uma onda que se alevantou,*  
*É um átomo a mais que se animou...*  
*Não sei por onde vou,*  
*Não sei para onde vou*  
*Sei que não vou por aí!*

*(Cântico Negro, José Régio, 1925)*

## CONCLUSÃO

“Desculpem incomodar o silêncio da sua viagem. Mas todo mundo sabe que está difícil. Eu poderia estar roubando, mas trago aqui as deliciosas paçoquitas. Cinco por apenas um real. Quem puder ajudar um trabalhador, eu agradeço. Quem não puder ajudar, agradeço da mesma forma. Tenham todos uma boa viagem”.

Estes personagens tão comuns nos ônibus que circulam no Rio de Janeiro trazem um discurso interessante, embora tenhamos nos habituado a ele: a busca por sobrevivência e a exaltação em ser honesto, visto que ser honesto é ser trabalhador. Também há astúcia de contar com nosso medo ou com nossa piedade: quem não tem trabalho pode virar bandido.

Ter ou não ter trabalho é responsabilidade de cada indivíduo, ele deve se preparar, descobrir o que o mercado quer, ser criativo, bem vestido, “estudado”, fluente em línguas, experiente, resistente a situações de pressão e desafio, adaptável – para cada indivíduo haverá certas demandas. Está difícil para todo mundo, mas só não corre atrás quem não quer.

A orientação/vocacional/profissional é um campo de saber que emerge para ajudar as pessoas a escolherem uma profissão, numa época é claro, que era possível exercer essa profissão. Ela servia a camadas específicas da população e funcionava com uma lógica de encaixar o sujeito na ocupação que correspondesse as suas aptidões.

Atualmente, com várias vertentes teóricas a orientação vocacional/profissional serve a qualquer pessoa que tenha dúvidas sobre universidade, insatisfação com o emprego, insegurança com o mercado de trabalho, que queira planejar futuro ou cuidar do presente profissional. Ela lança mão de atendimentos individuais, arranjos grupais, testes psicológicos, encenação teatral, pintura, montagem de feiras de profissões, jogos lúdicos, etc. Está nas escolas, nas empresas, nos serviços de psicologia das universidades, centros comunitários, etc.

Se a vida das pessoas atualmente se centraliza no trabalho e são organizadas a partir dele, é importante escolher certo. A lógica que perpassa a orientação vocacional/profissional desde sua invenção é amalgamada as demandas do sistema capitalista. As intensidades, o caos, as pausas, as lentidões, qualquer coisa que possa atrapalhar a manutenção de controle e circulação de lucros devem ser tratadas e bem canalizadas. Mas silenciar é fácil porque neste sistema tem lugar para todo mundo. Podem conviver em perfeita tolerância empresários de

terno, camelôs de ônibus, jovens com cabelo pintado de verde, mendigos embaixo das marquises, desempregados, faxineiras, ladrões. Desde que cada um ocupe os lugares que lhe são designados sem muita interferência.

Margarida Silva escreveu uma dissertação sobre a emergência das práticas de orientação vocacional. O título começa com “Pegue seu papel e cale a boca”. A princípio pensávamos que se tratava da aplicação de testes psicológicos que davam respostas sem espaço para questionamentos. Pegue seu teste e fique calado. Mas na dissertação ela explica que pegou a expressão de Amir Haddad (Grupo Tá na Rua) falando de seu desligamento do papel de diretor de teatro:

[...] O mundo, o sistema, o poder diz isso a todo momento – “Pegue o seu papel e cale a boca”. Nós podemos ter muitos papéis [...] o problema é que ao sistema não interessa essa desordem de você viver vários papéis. O teatro, tal qual a realidade em que ele está inserido, obedece a esta regra, pegue o seu papel e fique quieto. Se você abandonar seu papel você vai ser marginalizado, preso, vai ser segregado – Não quer o papel tudo bem, não é obrigado a aceitar, mas você vai pagar por isso, naquele elenco você não trabalha e se você recusar demais, tá fudido, você passa a ser aquele cara que recusa todos os papéis que dão pra ele. [...] Antes de tomar qualquer atitude eu tinha a sensação de estar perdendo meu lugar no mundo, ao mesmo tempo eu achava que era inevitável perder este lugar. Porque este mundo não me interessava [...] Minha participação nessa realidade, de que forma eu participo? Como minha sensibilidade pode penetrar nesse mundo? Como eu posso fertilizar e ser fertilizado? [...] Eu sentia que o modelo autoritário que a sociedade me oferecia era exatamente o modelo que me relegava e me jogava na impotência [...] O sistema vende um modelo de felicidade que na realidade é um modelo de aprisionamento. (HADDAD, 1983, entrevista)

Atualmente, somos convocados a diversos papéis, porque os discursos de tolerância e diversidade investem na criação de tribos, estilos, modos variados de consumir e afirmar identidades. O que nos impedem, contudo, é de criar modos de existir que usem outra matéria de composição que não o consumo, o encaixe, a serialização. Maciel Junior (2005) falando sobre as escolhas apontou bem: é a criação de um novo modo de existência que nos é impossibilitada.

Uma vez, em meados da infância, eu e uma amiga de bairro passamos uma semana perturbando os adultos com a seguinte pergunta: “O que você prefere, beber um copo de óleo ou um copo de catarro?”. Não lembro de onde surgiu essa ideia disparatada, mas lembro das expressões das pessoas. Sim, elas chegavam considerar escolher! Antes de dizerem “eu heim, é cada ideia” e nos expulsarem porque tinham mais o que fazer, franziam a testa num esforço de avaliar o que seria pior.



Essa dissertação foi escrita no sentido de dizer que não queremos óleo e nem catarro. Queremos a possibilidade de pensar outras bebidas, ou nenhuma. Selecionar entre uma coisa ou outra, pesar prós e contras, optar pelo “menos pior”, não é o sentido de escolha que trazemos para este trabalho.

Tomamos a orientação vocacional/profissional como objeto de pesquisa para colocar em análise como ela se constitui enquanto uma prática que orienta sujeitos a despejarem angústias e incertezas num especialista, para depois saírem aliviados com uma resposta. Resposta encontrada num mercado de trabalho desigual, cruel e desvitalizador.

Perguntamos como ela se constitui enquanto prática porque isso tem história, foi construído e continua sendo agenciado atualmente, forjando objetivos e efeitos de natureza múltipla, heterogênea, disseminada ao longo de um tecido social. Um discurso vocacional permite, por exemplo, que uma professora diga que determinado jovem não tem vocação para estudar, que está perdendo tempo.

Nesse sentido colocamos em cena as forças que estavam em jogo na composição desse regime de saber-poder para pensar em nosso presente: é possível compor outras práticas? É possível escolher?

Esta pesquisa é então um corpo de acontecimentos, encontros, combates, inquietações, alianças, que se deram dentro e fora da psicologia. É efeito também da escrita: de como essas experiências puderam ser arranjadas, escolhidas, defendidas, num tensionamento de trazer revoltas, questionamentos, saberes, incômodos, respondendo a um certo lugar-dissertação que exige argumentos, respaldo, um cuidado maior em como colocamos nossas vivências, pessoais e impessoais, sem que por desmedidas elas percam sua força. Mestrado na UFF não tem nada a ver com ser mestre, é um trabalho sobre si que nos derruba, arrasta, bifurca, e distribui na pesquisa.

A abertura desse campo foi com as mãos, tateando caminhos e forçando espaços. Esteve povoado das mais diversas histórias e personagens, destoando do discurso dominante de homogeneização – as existências transbordam as capturas.

A orientação vocacional/profissional tomada enquanto um campo problemático possibilitou discutir o que a produção serializada e individualizada das subjetividades no contemporâneo tem feito de nós. De nós psicólogos, orientadores vocacionais, mestrados, empregadas domésticas, professores, bombeiros, meninos de rua, fracassados nas escolas, meninas repetentes, pacientes clínicos, moradores de condomínios, de guetos, de favelas.

Inicialmente pensamos: uma prática que emerge para adequar cada subjetividade a um local na produção capitalística não serve para auxiliar os sujeitos a fazerem escolhas, mas para sujeitá-los em opções bem delimitadas.

Ao longo do processo de escrita, do primeiro capítulo principalmente, vimos que a orientação vocacional/profissional se configurou como um especialismo de modos heterogêneos, estrapolando uma linha evolutiva maquiavélica. Descobrimos que o modelo dominante de medir aptidões e vocações não deu conta dos indivíduos, que houve resistência, houve criação de outras práticas. A orientação vocacional/profissional com esta aproximação deixava de ser a vilã a qual levamos para um projeto de mestrado a fim de criticá-la e pensar logo em uma nova prática. Ela passa a ser uma máquina produtora de questões: de onde o desejo de ser orientado? Quais as condições para este especialista ter sucesso até os dias atuais? No encontro com seu público o que deriva, o que escapa?

Pensamos então outras práticas, mas numa posição diferente de “ser contra”, de militar para que nosso modo se tornasse o hegemônico. Montamos essas práticas a muitas mãos – usando matérias da clínica, dos encontros com as escolas, usando falas provocativas de jovens, professores, amigos de bar, cronistas, poetas, músicos, filósofos.

Este trabalho é povoado por vozes que estão a sussurrar, cantar, gritar, que há possibilidades de escolher, que nossos trabalhos valem de alguma coisa, que as estratégias e táticas cotidianas têm desdobramentos e se chocam com o poder produzindo os mais variados efeitos.

Ele aposta que é possível trabalhar sem se apaixonar pelo poder e que trabalhar colocando suas ferramentas e a si em análise não é perda de consistência, é uma aposta política contra aprisionamentos.

Espero ter incomodado o silêncio da sua viagem.

*O que foi feito, amigo,  
De tudo que a gente sonhou  
O que foi feito da vida,  
O que foi feito do amor*

*Quisera encontrar aquele verso menino  
Que escrevi há tantos anos atrás*

*Falo assim sem saudade,  
Falo assim por saber  
Se muito vale o já feito,  
Mas vale o que será  
Mas vale o que será*

*E o que foi feito é preciso  
Conhecer para melhor prosseguir  
Falo assim sem tristeza,  
Falo por acreditar  
Que é cobrando o que fomos  
Que nós iremos crescer*

*Nós iremos crescer,  
Outros outubros virão  
Outras manhãs, plenas de sol e de luz*

*Alertem todos alarmas  
Que o homem que eu era voltou  
A tribo toda reunida,  
Ração dividida ao sol  
E nossa vera cruz,  
Quando o descanso era luta pelo pão  
E aventura sem par*

*Quando o cansaço era rio  
E rio qualquer dava pé  
E a cabeça rolava num gira-girar de amor  
E até mesmo a fé não era cega nem nada*

*Era só nuvem no céu e raiz  
 Hoje essa vida só cabe  
 Na palma da minha paixão*

*Devera nunca se acabe,  
 Abelha fazendo o seu mel  
 No canto que criei,  
 Nem vá dormir como pedra e esquecer  
 O que foi feito de nós*

*(O Que Foi Feito Deverá/O Que Foi Feito de Vera,  
 Milton Nascimento, Fernando Brant, 1978)*

\*\*\*

**O**rientar para caminhos que se cruzam e não se esgotam  
**R**umo a novas conexões e vivências  
**I**nvenção de saídas em um mundo que só diz não  
**E**xperimentar ser autor das próprias escolhas  
**N**a contramão de imperativos de ordem e controle  
**T**entativas éticas, micropolíticas, estéticas  
**A**utônomas, desde **EU** seja **MUITOS**  
**Ç**as, apostas, afetos, acasos  
**A**contecimentos que possibilitam desenhar diversas  
 trajetórias  
**O**u Isto ou Aquilo?! Escolhemos um pouco de cada um!

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AGUIAR, Katia Faria de; ROCHA, Marisa Lopes da. Entreatos: percursos e construções da psicologia na rede pública de ensino. In: *Estud. pesqui. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, abr. 2010.

\_\_\_\_\_. Micropolítica e o exercício da pesquisa-intervenção: referenciais e dispositivos em análise. In: *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 27, n. 4, dez. 2007.

\_\_\_\_\_. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. In: *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, 23, n. 4, dez. 2003 .

ABRAMOWICZ, Anete. A menina repetente. São Paulo: Papirus, 1996, 2ª ed.

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo?. In: *O que é o contemporâneo? E outros ensaios*. Santa Catarina: Argos, 2009.

ANTUNES, Ricardo. A resposta do capital a sua crise estrutural. In: *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Bomtempo, 2000.

BAPTISTA, Luis Antonio. A escuta surda. In: *A Cidade dos Sábios*. São Paulo: Summus, 1999.

BARROS, Regina Benevides de.; PASSOS, Eduardo Pereira. A Cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, Eduardo.; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Laura (Orgs.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

BARROS, Regina Benevides de. Grupo: a afirmação de um simulacro. Porto Alegre: Sulina, 2005.

BARROS, Regina Benevides; PASSOS, Eduardo Pereira. A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. In: **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 16, n. 1, p. 71-79. 2000.

\_\_\_\_\_. Grupo e Produção. In: Lancetti, Antonio (Org.). *Saúde e Loucura*, v. 4, São Paulo: Hucitec, 1994.

BAUMAN, Zygmunt. Tempo- Espaço. In: *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BITTENCOURT, Renato Nunes. Como a cena trágica pode nos proporcionar a alegria?. In: *Filosofia Ciência e Vida*. Disponível em: <<http://psiquecienciaevida.uol.com.br/ESFI/edicoes/29/artigo119523-1.asp>>. Acesso em: mai. 2010.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é a educação. São Paulo: Brasiliense, 1981. 183

COIMBRA, Cecília; NASCIMENTO, Maria Livia. Sobreimplicação: práticas de esvaziamento político? In: ARANTES, Esther, NASCIMENTO, Maria Livia, FONSECA, Tania Galle (Orgs.). *Reinventando as práticas psi..* Niterói: EDUFF, 2007.

\_\_\_\_\_. Ser jovem, ser pobre é ser perigoso? In: *Janela Central: Olhares sobre os jovens no Brasil Revista de Estudos sobre Juventud*, México, DF, ano 9, n. 22, janeiro-junho, p. 338-355, 2005.

COIMBRA, Cecília. A mídia produzindo subjetividades. In: *Discursos sobre segurança pública e produção de subjetividades: a violência urbana e alguns de seus efeitos*. Tese de pós-doutorado, São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência da USP, 1998.

DIAS, Regina Maria Santos. A Aptidão e seus Deslizes - Subjetivações Vocacionais em Questão. Dissertação - Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, Niterói: 1994.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. As máquinas desejanças. In: *O Anti-Édipo*. São Paulo: Editora 34, 2010.

\_\_\_\_\_. Mil Platôs Capitalismo e Esquizofrenia, v. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. Diálogos. São Paulo: Escuta, 1998.

DELEUZE, Gilles. Post-Scriptum Sobre as Sociedades de Controle. In: *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

FIGUEIREDO, Luiz Claudio; SANTI, Pedro. Psicologia, uma (nova) introdução: uma visão histórica da psicologia como ciência. 2ª ed. São Paulo: EDUC, 2000.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. MACHADO, Roberto (org.). Rio de Janeiro: Graal, 2011, 29ª.ed.

\_\_\_\_\_. Os corpos dóceis. In: *Vigiar e Punir*. Rio de Janeiro: Vozes, 36ª ed., 2009.

\_\_\_\_\_. A ordem do discurso. São Paulo: Loyola, 13ª ed., 2006.

\_\_\_\_\_. Aula de 7 de Janeiro de 1976. In: *Em defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

\_\_\_\_\_. Introdução a vida não fascista. In: Coletivo Sabotagem (Org.). *Por uma vida não-fascista*, 2004. Disponível em: <[www.sabotagem.revolt.org](http://www.sabotagem.revolt.org)>, acesso em: maio 2010.

\_\_\_\_\_. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2ªed, 2001.

\_\_\_\_\_. A vontade de saber. In: *História da sexualidade*, v. 1, Rio de Janeiro: Graal, 11ª ed., 1993.

FROTTE, Mônica Drêux. Analítica do Vocacional - Percursos e Derivas de uma Intervenção. Dissertação – Universidade Federal Fluminense, Departamento de Psicologia, Niterói: 2001.

FUGANTI, Luiz. Saúde, desejo e pensamento. São Paulo: Hucitec, 2008.

GUATTARI, Félix.; ROLNIK, Suely. Micropolítica: Cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 8ª ed., 2007.

GROS, Frédéric. O cuidado de si em Michel Foucault. In: RAGO, Margareth; VEIGANETO, Alfredo. (Orgs.). *Figuras de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

LOURAU, René. Análise Institucional e Práticas de Pesquisa, Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

\_\_\_\_\_. Implication et surimplication. *Revue du MAUSS (Mouvement Anti-Utilitariste dans les Sciences Sociales)*, nº. 10, 4º trimestre, 1990. Tradução: Ana Paula Jesus de Melo.

\_\_\_\_\_. Objeto y método del análisis institucional. **El Análisis Institucional**. Madri: Campo Abierto, 1977 – versão a partir da qual foi efetuada a presente tradução. (*Pour n° 32, 1973*). Tradução: Patrícia Jacques Fernandes e Heliana de Barros Conde Rodrigues.

LISPECTOR, Clarice. Tentação. In: *Felicidade Clandestina*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998. 184

MATOS, Cláudia. Inimigo do Batente. In: *Acertei no milhar – Samba e malandragem no tempo de Getúlio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

NEVES, Claudia Abbes. Pensando o Contemporâneo no fio da navalha: entrelaces entre desejo e capital. In: *Lugar comum*. Rede Universidade Nômade: v.19/20, 2004, p.135-157.

NOVAES, José. Um episódio de produção de subjetividade no brasil de 1930: malandragem e estado novo. *Psicologia em Estudo, Maringá*, v. 6, n. 1, p. 39-44, jan./jun, 2001.

RAUTER, Cristina. Produção social do negativo: notas introdutórias. In: *Psicologia Clínica*. Rio de Janeiro: PUC/RJ Centro de Teologia e Ciências Humanas, Departamento de Psicologia, v. 15, n. 1, p.107-120, 2003.

RODRIGUES, Ana Cabral. Subjetividades e Espaços: Narrativas Incompletas. Dissertação – Universidade Federal Fluminense, Departamento de Psicologia, Niterói: 2006.

ROSE, Nikolas. Inventando nossos eus. In: Tomaz Tadeu da Silva (Org.). *Nunca Fomos Humanos – nos rastros do sujeito*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

\_\_\_\_\_. Governando a alma: a formação do eu privado. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). *Liberdades Reguladas – A pedagogia contrustivista e outras formas de governos do eu*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. Como se deve fazer a história do eu?. In: *Educação e realidade*, v. 1, n. 1, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de educação, 1976.

SANCOVSCHI, Beatriz. Sobre as práticas de estudo de estudantes de psicologia: uma cartografia da cognição contemporânea. Tese - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Rio de Janeiro: 2010. 185

SENNETT, R. A corrosão do caráter: as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, Carlos Roberto Ernesto da. Orientação Profissional, mentoring, coaching e counseling: Algumas singularidades e similaridades em práticas Rev. bras. orientac. prof [online]. vol.11, n.2, p. 299-309, 2010.

SCHEURMANN, Erich. O Papalagi, 4ª. ed.



## ANEXO 1

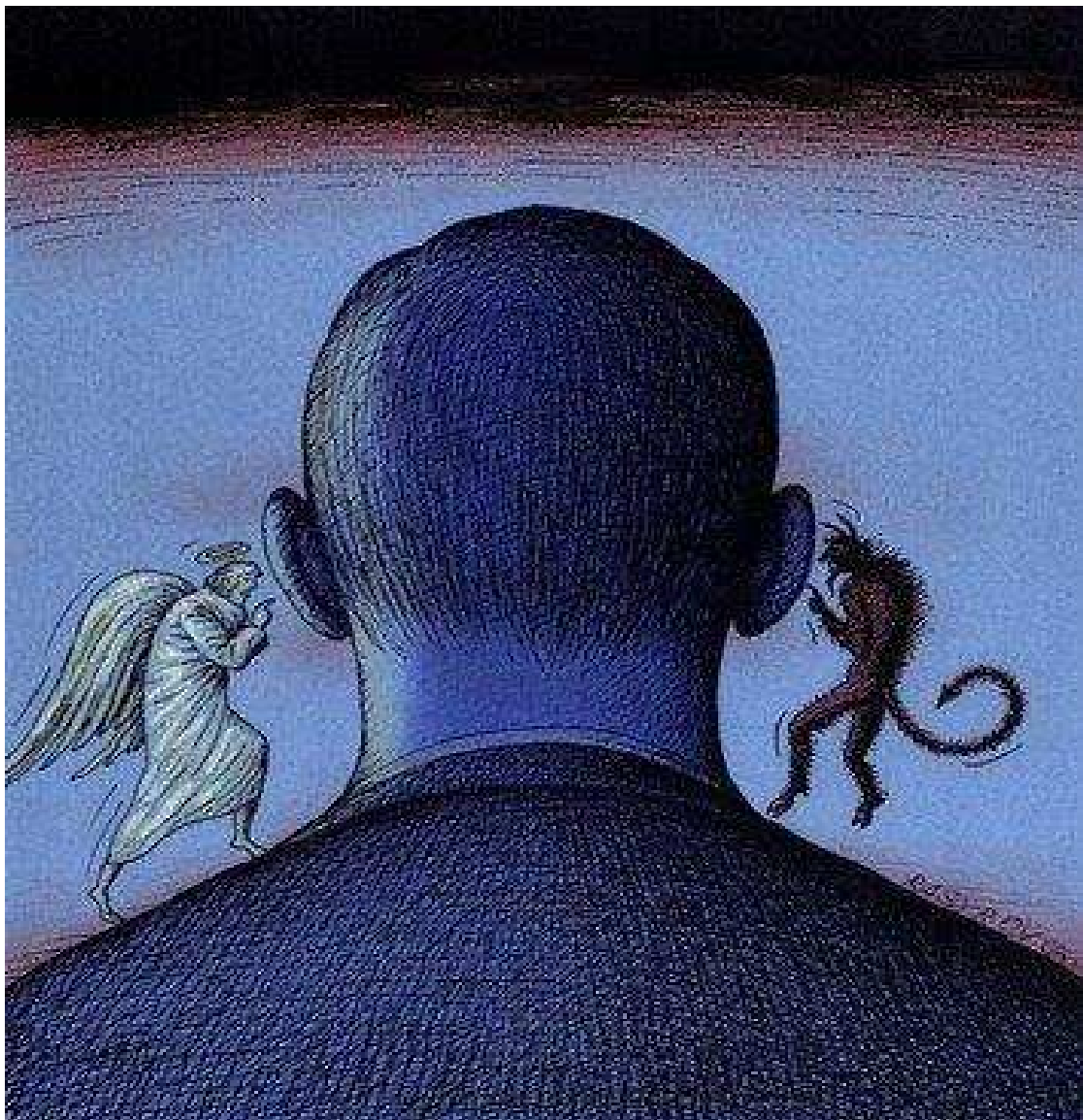


Figura utilizada numa oficina sobre escolhas realizada no grupo de estudos com o estágio Psicologia nas Instituições Escolares.

## ANEXO 2



Figura utilizada numa oficina sobre escolhas realizada no grupo de estudos com o estágio Psicologia nas Instituições Escolares.

## ANEXO 3



**Uma teoria é como uma  
caixa de ferramentas, é  
preciso que SIRVA, é  
preciso que FUNCIONE.  
E não para si mesma.  
Encontrem vocês  
mesmos seu  
instrumento, que é**

# forçosamente instrumento COMBATE”.

# um de



Material utilizado no grupo de estudos com o estágio Psicologia nas Instituições Escolares.

ANEXO 4





Montagem utilizada no curso de extensão *Ou Isto ou Aquilo*, oficina sobre escolhas.  
ANEXO 5



Material utilizado no Curso de extensão Ou Isto ou Aquilo.  
ANEXO 6

## Ãh

### *Gabriel o Pensador*

Eu não sei quem inventou essa mania e nem sei o que seria esse "ãh".  
 Eu só sei que eu acordei no outro dia e só ouvia todo mundo dizer ãh.  
 Eu nem sabia que existia essa palavra ou esse nome ou o que quer que seja ãh.  
 E de repente vi que toda a minha gente enfiou na sua mente o tal do ãh.  
 Tranqüilamente fui lá na padaria e falei bom dia, responderam ãh.  
 Comprei um pão e fui ver televisão, só que na programação só tinha ãh.  
 Fui pro estádio assistir a um futebol e a torcida só gritava: "ãh! ãh!"  
 Liguei o rádio pra ouvir os comentários e era "ãh-ãh-ãh-ãh-ãh-ãh-ãh".  
 Cheguei em casa, o meu amigo me ligou, eu disse alô, ele disse ãh.  
 Ele me falou duma festinha recheada de gatinha, eu disse ah... hmm... Ãh!!  
 Cheguei na festa e realmente tava bom, mas o som...ãh ãh  
 Uma garota me deu mole e começou o bate-papo: "ah? ãh! ãh..."  
 Fomos lá pra casa e aí ãh, perguntei se ela ãh, ela veio e "ãh"...

Por isso eu digo "ãh!"  
 Everybody say "ãh!"  
 Se todo mundo fala "ãh!", eu também quero falar... ãh...  
 Por isso eu digo "ãh!"  
 Vem dizer comigo: "ãh!"  
 Se todo mundo fala "ãh", então eu digo ãh... ah, sei lá!

Fui pra escola e esqueci a minha cola, e na prova eu respondia tudo ãh.  
 O professor me falou alguma coisa que eu não entendi porque não era ãh.  
 Voltei pra casa meio ãh, e o guarda me pegou com uma ãh, e falou que eu ia ãh.  
 "Peraí, seu guarda, eu posso explicar"  
 - "Então explica!"  
 - "É que... ãh..."  
 E o meu pai ficou sabendo e já veio me dizendo que eu era muito ãh.  
 Eu disse "pai, ãh, pai, mas pai, ãh, pai..."  
 - "Cê tá me respondendo, meu filho?!"  
 - "Ô, pai, ãh!!"  
 Meu pai nunca me escuta e pra mostrar quem é que manda ainda faz aquela cara meio ãh. Eu resolvi  
 fazer uma banda que é pra ver se alguém me escuta! O nome dela é ãh.  
 O nosso som é uma mistura de ãh com ãh, e a nossa postura é ãh!  
 Acho que vai ser o maior sucesso, mas não sei se vai ser bom fazer sucesso, que o sucesso é meio ãh.  
 Hoje eu já falei com um, ãh, jornalista, que na hora da entrevista perguntou:  
 - "Porque 'Ãh'?"  
 - Ah... Por que 'Ãh'? Ah, ãh por que ãh!  
 Se você não entendeu, sinto muito mas ãh...

### Refrão

Tava tudo indo muito bem, porque eu só falava ãh, escutava ãh e pensava ãh.  
 Tudo como manda o figurino, as meninas e os meninos, todo mundo repetindo ãh.  
 Parecia muita hipocrisia, porque todo mundo repetia e nem sabia o que era "ãh".  
 Tão fazendo a gente de robô, só não sei quem programou.  
 Quando eu percebi eu disse: "ô-ôu!"  
 Foi aí que todo mundo olhou pra mim, só pra ver o quê que eu ia dizer.  
 Foi aquele olhar assim bem ãh, de quem quer ouvir um "ãh", só que aí em vez de "ãh" eu disse "Bê!

Depois dessa resposta muita gente deu as costas, e até quem me adorava hoje fala que não gosta. Eu até tentei compreender o "ãh", mas quando eu falei do "Be" ninguém tentou me entender. É porque pra eles é o "ãh", tem que ser o "ãh", pelo jeito vai ser ãh a vida toda. Se você quiser saber, depois do B já vem o C, e tem o D e tem o E e com o F eu digo foi.

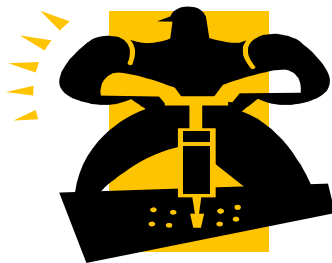
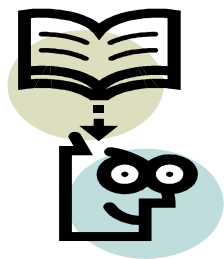
Por isso eu digo "ãh!"  
Everybody say "ãh!"  
Se todo mundo fala "ãh!", eu também quero falar "Be!"  
Por isso eu digo "ãh!"  
Vem dizer comigo: "ãh!"  
Se todo mundo fala "ãh", então eu digo foi...  
Por isso eu digo "ãh!"  
Everybody say "ãh!"  
Se todo mundo fala "ãh!", eu também quero falar "Be!"  
Por isso eu digo "ãh!"  
Vem dizer comigo: "ãh!"  
Se todo mundo fala "ãh", então eu digo Foda-se.

Música utilizada em uma das oficinas curriculares no Instituto Professor Ismael Coutinho (Parceria com o estágio Psicologia nas Instituições Escolares).

ANEXO 7



## VOCAÇÃO/APTIDÃO:



“Eu nasci para saber”. “Eu nasci para quebrar pedras”. “Eu nasci para trocar de emprego continuamente”.

A concepção de um lugar ocupacional a partir de uma aptidão ou vocação a ser desvelada só pode estar presente em subjetividades forjadas numa sociedade estratificada e hierarquizada segundo a divisão social e técnica do trabalho.

A orientação vocacional colocou em cena a noção de vocação, retirando-a do sentido sobrenatural (como um chamamento divino), para inseri-la no sentido natural, uma atração que o homem teria para uma determinada ocupação que correspondesse às suas aptidões, algo inato a se desenvolver. *Cada homem teria seu lugar pré-destinado na produção, trazendo dentro de si a marca para o sucesso ou fracasso.* Instrumentalizando-se com aparatos estatísticos e aliando-se a psicologia científica da época (baseada em estudos biológicos e hereditários desconsiderando atravessamentos históricos) a orientação vocacional produziu separações entre esferas profissionais e sócio-políticas, esvaziando possibilidades de questionar a organização social e legitimando desigualdades sociais com justificativas psicológicas.

Recusando idéias de perfis profissionais, testes vocacionais, traços hereditários/genéticos, não deixando de lado o mundo contemporâneo do trabalho e seus atravessamentos, propomos uma prática de “Orientação Provocacional” na qual os sujeitos possam nos encontros, nos acontecimentos, nos grupos, experienciar e colocar em análise outras possibilidades de existência.



*“Pois além do que sabia*

*– Exercer a profissão –*

*O operário adquiriu*

*Uma nova dimensão:*

*A dimensão da poesia”.*

*(Vinicius de Moraes)*

Fragmento da apostila confeccionada para o mini-curso Orientação (Pro)vocacional: Vida e Profissão como Obras de Arte (anexo referente a menção de práticas de docência realizadas ao longo do mestrado).

ANEXO 8

*... Fomos crianças e nos disseram infantis.  
Fomos infantis e nos disseram crianças.  
Éramos pedintes e nos fizeram mendigos.  
Éramos apaixonados e nos disseram carentes.*

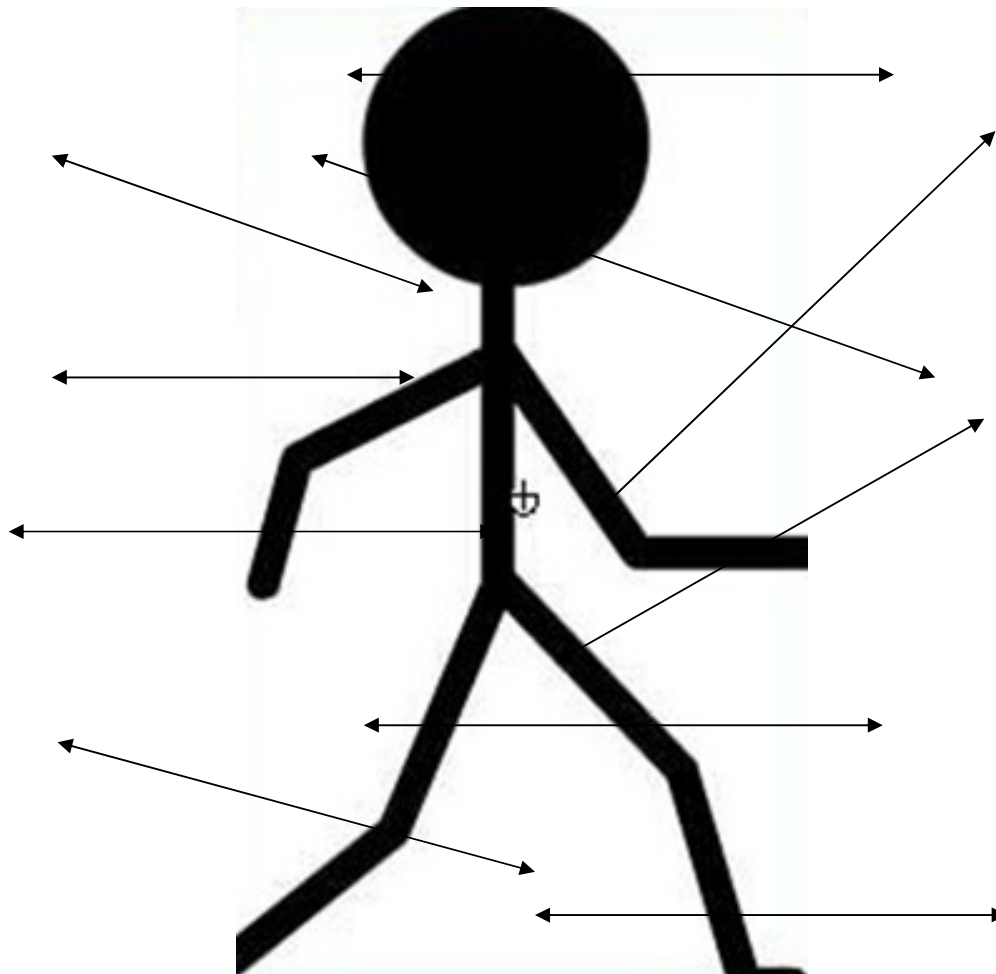


*Falaram por nós.  
Falaram sobre nós.  
Falaram no nosso lugar.  
Falaram e nos silenciaram.  
Fomos pesquisados e nos fizeram notícia.  
Fomos diplomados e nos deram profissionais.*

**(Leomir Dornellas)**

Slide utilizado no mini-curso *Psicologia e Sociedade: práticas de controle, práticas de liberdade. Orientação Profissional à serviço de quê?* (anexo referente a menção de práticas de docência realizadas ao longo do mestrado).

**ESCOLA... PROFISSÃO... TRABALHO... ESCOLHAS...  
FUTURO...**



**Para quem tem vontade de compartilhar dúvidas e  
dividir pensamentos:**

**Dia \_\_\_\_\_ de Outubro de 2009, às \_\_\_\_\_ aqui na  
escola.**

Divulgação feita para a escola de Santa Bárbara, Niterói (as flechas eram preenchidas com  
diversas palavras).